

APRESENTAÇÃO

Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha.

Leonardo Boff

A fim de compartilhar com o leitor os motivos que me levaram à escolha do tema “Adoção: vivências de parentalidade de adultos adotados”, apresento um resumo de minha trajetória de formação acadêmica e profissional.

Em 1996, iniciei meu curso de graduação em Formação do Psicólogo, pela Universidade Sagrado Coração – USC, Bauru, São Paulo. No quinto ano do curso, ou seja, em 2000, tive a oportunidade de iniciar meu Estágio de Atendimento Clínico e, paralelamente, minha atuação junto ao Grupo de Apoio à Adoção – um dos Estágios Especiais do referido Curso.

O trabalho com este Grupo de Apoio à Adoção envolvia duas frentes distintas e promovia uma subdivisão estratégica no grupo dos alunos-estagiários envolvidos. Uma parte deles estudava, planejava e realizava encontros temáticos com adultos postulantes a adoção e/ou pais que já tinham realizado a adoção objetivando contribuir com a fase de preparação para seu enfrentamento de questões típicas do processo de constituição familiar via adoção. A outra parte desenvolvia atividades ludoterápicas com as crianças que haviam sido adotadas e com os filhos biológicos das famílias participantes, estimulando-os a expressar, por meio de atividades lúdicas, suas vivências anteriores e posteriores à adoção, no caso das crianças adotadas, e suas vivências e sentimentos em relação à chegada do novo irmão ou irmã, via adoção, no caso dos filhos biológicos.

Dessa forma, meu contato com o tema “adoção”, ou em outras palavras, “colocação de crianças em famílias substitutas”, o qual sempre me instigou e

interessou durante o curso de Psicologia, ganhou novos contornos e aprofundou-se de forma ainda mais significativa.

Em nossas supervisões semanais com a Profa. Dra. Ana Cristina Musa Minervino Pereira, responsável institucional pelo andamento do estágio, relatávamos e avaliávamos as atividades realizadas com os adultos e com as crianças participantes do grupo. Neste mesmo espaço de supervisão, refletíamos sobre a importância da atuação do psicólogo junto às famílias postulantes a adoção ou àquelas que já a haviam realizado. Em nossas atividades observávamos e registrávamos, além de certo despreparo no tocante às formas de condução do processo de adoção e integração da criança à família nuclear e extensa bem como à comunidade, uma diversidade de questões consideradas problemáticas, sobretudo aquelas presentes no imaginário dos adultos adotantes.

Minha percepção da existência de muitos medos e expectativas negativas fortemente expressas nos discursos dos adultos e igualmente presentes em suas posturas em relação aos filhos adotivos, ou simplesmente em relação ao tema “adoção”, fomentou-me o desejo de pesquisar mais profundamente sobre tal fenômeno. Desta forma, em 2002, já graduado em Licenciatura para Psicologia e em Formação do Psicólogo, ingressei no Programa de Pós-graduação em Psicologia (Mestrado) da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Assis, São Paulo.

Intitulado “Adoção tardia: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas)” e orientado pela Profa. Dra. Maria Luisa Louro de Castro Valente, este trabalho de investigação, concluído em 2005, representou um olhar para a adoção focado em uma de suas especificidades: a adoção tardia – termo amplamente utilizado por pesquisadores e profissionais da adoção para designar as adoções de crianças em idade cronológica superior a dois ou três anos (VARGAS, 1998; WEBER, 1998; CECIF, 2001; LEVINZON, 2004).

Esse trabalho permitiu-me, além da compreensão do fenômeno pesquisado, a construção de uma consciência voltada para a necessidade de atuação, enquanto psicólogo e pesquisador, junto às famílias adotivas e postulantes a adoção, bem como aos profissionais da adoção (psicólogos, assistentes sociais, operadores do

direito, cuidadores institucionais, etc.). Essa necessidade, da forma como a percebo, assenta-se sobre o fato de tais pessoas – e a sociedade brasileira como um todo – ainda se encontrarem sob a influência de uma cultura da adoção que: i) privilegia a criança recém-nascida em detrimento da criança mais velha, fato que ajuda a explicar a presença quantitativa e preponderante de crianças acima de dois anos de idade nas instituições-abrigo do Brasil; ii) sugere a busca pela filiação adotiva como alternativa para a compensação de perdas vividas no âmbito material e emocional; iii) alimenta expectativas superestimadas quanto ao exercício da maternidade/paternidade adotiva como possibilidade de realização do desejo do exercício de maternidade/paternidade biológica, normalmente frustrada por problemas relativos à esterilidade/infertilidade; iv) reproduz mitos em torno, por exemplo, do segredo em relação à origem da criança adotiva, da diferença de qualidade dos vínculos afetivos com o filho biológico e o filho adotivo e do desenvolvimento psicossocial destes.

Concluí que a cultura da adoção que apresenta o adotado como sujeito vitimado pelo abandono, pela institucionalização e pela negligência ou rejeição da família biológica (fenômenos que no presente trabalho serão denominados “desfiliação biológica”) é a mesma que o condena a toda sorte de problemas psicológicos e sociais, ocasionando que pessoas e famílias desejosas de realização da maternidade/paternidade se tornem temerosas em relação à adoção.

O processo de investigação vivido no Mestrado em Psicologia (2002 - 2005) permitiu-me ampliar o contato com o tema “adoção” e estabelecer diálogos com novos interlocutores graças às oportunidades de participação em eventos científicos (simpósios, congressos, palestras, etc.), entrevistas em jornais, programas de rádio e TV e à publicação pela EDUSC do livro “Adoção tardia: mitos, medos e expectativas”, em 2006.

O aprendizado, os esclarecimentos e as novas dúvidas e questionamentos resultantes dessa etapa de minha formação acadêmico-profissional lançaram-me na busca por novas fontes de conhecimento e novos espaços de reflexão e de interlocução que justificam meu interesse e ingresso, em 2006, no Programa de Doutorado em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP, da Universidade de São Paulo – USP, sob orientação da Profa.

Dra. Maria Alves de Toledo Bruns, docente e pesquisadora do Departamento de Psicologia e Educação, responsável pela área de pesquisa “Sexualidade e a reflexividade da moral sexual na constituição histórico-cultural do sujeito na pós-modernidade”, que está inserida na primeira grande linha de pesquisa deste Programa de Pós-Graduação em Psicologia intitulada “Subjetivação: Processos Culturais, Linguagem e História”. Esta linha de pesquisa, vale dizer, focaliza o processo de subjetivação em sua relação com contextos culturais diversos, desenvolvendo estudos relacionados à dinâmica cultural, à linguagem e ainda à história da Psicologia e às idéias psicológicas, através de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas no campo das ciências humanas e da filosofia.

Passo agora a apresentação da questão central desta pesquisa que objetiva, para além da obtenção do título de Doutor em Psicologia e com a qual me ocupei nestes últimos quatro anos (2006-2010), compreender o fenômeno que dá título a esta tese: “a parentalidade de adultos adotados”. Minha inquietação se expressa por meio da seguinte indagação: como é exercida a parentalidade de adultos, que no passado vivenciaram a experiência da desfiliação biológica e, por conseguinte, a experiência de inserção em família substituta por meio da adoção?

Utilizo o termo parentalidade e não simplesmente paternidade ou maternidade por entender que parentalidade possibilita a compreensão mais ampla das diferentes formas de vínculo capazes de se construir entre um adulto e uma criança ou adolescente, assim escapando ao risco de que tal exercício seja tomado dentro de um único e tradicional paradigma – o ainda hegemônico modelo nuclear-monogâmico-heterossexual – no qual só se poderia pensar a paternidade como sendo exercida por um homem (o pai – figura paterna) e a maternidade, por uma mulher (a mãe – figura materna) e, ainda, a filiação, condicionada à consanguinidade (o filho biológico) (UZIEL, 2002; ROUDINESCO, 2003).

Para mim, o uso do termo parentalidade implica uma tentativa mais do que tão somente semântica de diferenciação ou atualização do já referido exercício de maternidade e/ou paternidade, mas na inclusão de novos atores no cenário das também novas configurações familiares – famílias reconstruídas, adotivas, homossexuais, homoparentais, comunitárias, etc. Implica, pois, a introdução do “papel parental”, identificado não com o sexo ou gênero do adulto que se

disponibiliza a atuar como agente responsável pelo processo de desenvolvimento e educação de uma criança ou adolescente, mas sim com o papel de cuidador dessa mesma criança ou adolescente, independentemente de ser homem ou mulher, pai ou mãe biológicos, homossexual masculino ou feminino, etc., ou de possuir com ela vínculo de consanguinidade (SANTOS, 2004).

Desejoso por contribuir para a maior visibilidade do fenômeno que ora indago – o exercício de parentalidade de adultos adotados – dando a eles voz e vez de manifestação por meio da narrativa (entrevista fenomenológica), apresento a estrutura deste trabalho e convido o leitor a percorrer comigo o caminho de busca pela compreensão deste fenômeno.

Capítulo I – Adoção: a espera(nça) de realização dos desejos de maternidade, paternidade e filiação. Por considerar importante contextualizar este trabalho dentro do universo de possibilidades representado pelo tema “adoção”, optei pela redação de um capítulo que aprofundasse a temática a partir de seus sentidos social, histórico e jurídico, ou seja, a adoção como forma de “colocação da criança e do adolescente em família substituta”, uma vez que, por variados motivos, estes não puderam permanecer em sua família de origem (desfiliação biológica). Assim, discorro neste capítulo sobre a cultura da adoção no Brasil e apresento um panorama geral sobre as diferentes modalidades de adoção aqui realizadas (adoção *intuitu personae*, adoção à brasileira, adoção inter-racial, adoção internacional, adoção tardia, adoção por homossexuais) e que exemplificam os avanços e retrocessos observáveis nos comportamentos das famílias e da população de um modo geral frente o contexto atual da criança e do adolescente em situação de abandono ou de institucionalização.

Capítulo II – Vida, obras e contribuições de Winnicott: nosso referencial teórico. Elegi a obra e o construto teórico de Donald Woods Winnicott (1896-1971), importante pediatra e psicanalista, membro da Sociedade Britânica de Psicanálise, para embasar teoricamente o procedimento de análise dos depoimentos aqui registrados. Assim, neste segundo capítulo apresento uma síntese de sua gigantesca obra, enfocando os conceitos e teorias que, de forma especial, iluminam minha busca pela compreensão do fenômeno aqui interrogado, além de apresentar

e discutir também, os textos de Winnicott particularmente dirigidos à temática da adoção .

Capítulo III – Fenomenologia e entrevista fenomenológica: nossa trajetória metodológica. Apresento neste capítulo minha justificativa para a escolha do método fenomenológico e descrevo os passos dados tanto para a realização das entrevistas com os colaboradores quanto para a definição do processo de análise dessas entrevistas. Para tanto, me apoiei num importante corpo de conhecimentos para a pesquisa qualitativa alicerçada no paradigma fenomenológico, presente no conjunto dos trabalhos do Grupo de Pesquisa SexualidadeVida/CNPq-USP, fundado e liderado pela Profa. Dra. Maria Alves de Toledo Bruns; grupo que vem sendo construído e socializado desde 1990, através de pesquisas que resultaram em dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos e livros publicados por seus membros.

Capítulo IV – Ao encontro do fenômeno: um mergulho no vivido de nossos colaboradores. Aqui apresento primeiramente o perfil dos entrevistados (Quadros 1 e 2), estabelecido a partir da reunião de informações obtidas durante as entrevistas (idade, estado civil, número de filhos, profissão, nível de escolaridade, etc.) e por meio da aplicação de um instrumento específico para pesquisa sócio-econômica, intitulado “Critério de Classificação Econômica Brasil” (ABEP, 2008). Em seguida, realizo a análise compreensiva e interpretativa dos depoimentos dos colaboradores – um a um – olhando de forma específica para as categorias e subcategorias que, como representantes do conjunto das unidades de significados que emergiram de suas narrativas, são tomadas à luz do referencial psicanalítico, em especial à luz das contribuições de Donald Woods Winnicott (1896-1971).

Capítulo V – Desvelando sentidos: a parentalidade de adultos adotados. Finalizo com a apresentação de uma síntese de todo o percurso feito, a apresentação de minhas últimas reflexões e o compartilhamento do que considero ser meu grande aprendizado oriundo deste trabalho dirigido à compreensão de mais este aspecto da temática “adoção”: a parentalidade dos adultos adotados.

Capítulo VI – Horizontes. Encerro aqui este trabalho, deixando aos leitores minhas palavras finais sobre este percurso que considero, paradoxalmente, tão

desafiador quanto encantador e que, em síntese, representou para mim e para meus colaboradores uma oportunidade de encontro e de re-encontro com as indelévels experiências de quem se insere neste vasto universo de possibilidades chamado “adoção”.

Apresento, subseqüentemente, a lista de **Referências** e os **Anexos**, ou seja, a menção ética, metodológica e, acima de tudo, agradecida àqueles parceiros nesta caminhada: os autores dos inúmeros livros, artigos, dissertações, teses e dicionários que me embasaram neste árduo trabalho intelectual.

Cumpr-me ainda informar, em tom de justificativa e compartilhamento, que:

a) dificuldades no âmbito de minha vida privada, em especial questões vinculadas ao aspecto profissional, remeteram-me à necessária decisão de dirigir à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP-USP uma solicitação de prorrogação para o prazo de meu exame de qualificação, que deveria ter ocorrido em julho de 2009. Mediante o aceite de minhas justificativas, o referido exame foi realizado no dia 26 outubro de 2009;

b) o projeto de pesquisa que deu origem a esta tese, intitulava-se “*Abandono, entrega e adoção: ressonâncias sobre a identidade e a sexualidade do adulto adotado*”. Foi com este projeto que se deu meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Doutorado) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP, da Universidade de São Paulo – USP e foi este o projeto submetido e aprovado por seu Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, conforme se verifica no parecer¹ em anexo (DOC 1). Este projeto inicial, que direcionou meu agir investigativo até o exame de qualificação, tinha seu objetivo assim definido: compreender as ressonâncias (efeitos) do abandono, da institucionalização e da adoção na formação da pessoa que por tais experiências haviam passado e, em especial, na formação de sua identidade e na vivência de sua sexualidade. Por motivos que se encontram descritos no item “Percalços do percurso”, parte integrante de nosso Capítulo III, justifico a mudança do título da tese para “*Adoção: vivências de parentalidade de adultos adotados*”.

¹ Processo CEP-FFCLRP nº 269/2006 – 2006.1.1376.59.1.

Por respeito e como sinal de reconhecimento àqueles que estiveram comigo durante este percurso, num caminhar que não considero solitário, mas um caminhar coletivo, já que me associei a tantos autores e autoras, pesquisadores e pesquisadoras, das áreas da Psicologia, Psicanálise, Filosofia, Sociologia, História, Direito, etc., para construir esta tese, passo, a partir de agora a utilizar a primeira pessoa do plural, como se verá nas linhas e páginas seguintes.

CAPÍTULO I

Adoção: a espera(nça) de realização dos desejos de maternidade, paternidade e filiação

Adotar é dar a alguém a oportunidade de crescer. Crescer por dentro. Crescer para a vida. É inserir uma criança numa família, de forma definitiva e com todos os vínculos próprios da filiação. É uma decisão para a vida. A criança deve ser vista realmente como um filho que decidiu ter. Sobre o futuro, não há como prever.

Hália Pauliv de Souza

Passou a vigorar no Brasil, desde 29 de abril de 2008, o Cadastro Nacional de Adoção – CNA, regulamentado por meio da Resolução nº 54 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Supremo Tribunal Federal – STF. O CNA tem por objetivo agilizar os processos de adoção por meio do mapeamento de informações unificadas usando a Internet como forma de acesso às informações e de intercomunicação entre as três mil Varas da Infância e Juventude instaladas por todo o território nacional.

Este sistema de cadastro, de abrangência nacional, implicará uma gradativa desburocratização dos processos de colocação de crianças e adolescentes em famílias substitutas por meio da adoção. O CNA permite que um mesmo pretendente – trate-se de um casal, de uma família ou de um indivíduo devidamente inscrito e aprovado pela Vara da Infância e Juventude de sua comarca – possa ser consultado sobre sua intenção de adotar ou não uma determinada criança ou adolescente mesmo estando este/a em outra cidade ou até mesmo estado brasileiro; assim, as chances de adoção e, portanto, de realização dos desejos de maternidade, paternidade e filiação serão exponencialmente aumentadas.

A base de dados do CNA é alimentada por informações advindas tanto das crianças e adolescentes aptos à adoção quanto dos postulantes e de suas

preferências em relação ao perfil de criança ou adolescente que pretendem adotar. Até março de 2009, encontravam-se registrados no CNA, 2.360 crianças e adolescentes entre 0 e 16 anos e 14.843 pretendentes.

Consideramos mister pontuar que, do ponto de vista jurídico, a criança ou adolescente é considerada apta à adoção quando o processo de destituição do poder familiar de seus genitores estiver concluído e, portanto, nada mais possa impedir que a criança ou adolescente em questão seja adotado. Desejamos com isso demarcar um limite sistemático, e porque não dizer didático, capaz de remeter todos os leigos à diferenciação entre a condição de apto e inapto à adoção. Tal condição é completamente desconectada do fato de a criança ou adolescente estar inserido num abrigo, visto que muitos dos que ali se encontram possuem pai e mãe, irmãos, avô e avó, tios e tias, etc., os quais, no intuito de preservar o vínculo familiar e evitar a destituição do poder familiar, se apresentam como candidatos à guarda dos abrigados e a eles fazem visitas, mais ou menos frequentes no abrigo, fato que descaracteriza a condição de abandono ou negligência e despotencializa a aptidão daquela criança ou adolescente à adoção.

Com base nos números acima mencionados, podemos afirmar estatisticamente que existe, portanto, uma média de 6 candidatos à adoção para cada criança abrigada no Brasil. Atualmente, os processos de adoção tendem a ser demorados – ou pelo menos mais demorados do que desejam os casais e famílias postulantes à adoção – e isso contribui para que o fluxo de adoções legais não seja suficiente para um pleno desabrigamento das crianças e adolescentes, o que resulta tanto no descumprimento da legislação que estabelece o já discutido caráter de provisoriedade das instituições, quanto no sensível comprometimento do desenvolvimento dos abrigados.

O que os números nos dizem, enfim, é que: em primeiro lugar, existem sim mulheres e homens, no Brasil, desejosos por tornarem realidade seu projeto de parentalidade; ao mesmo tempo em que existem também crianças e adolescentes abrigados e juridicamente aptos à adoção desejando inserirem-se no seio de uma família substituta; há para ambos uma espera e uma esperança. O que estes números nos dizem num segundo momento, no entanto, nos ocorre como uma interrogação: o que explica esta discrepância ou desproporcionalidade entre o

número de crianças e adolescentes aptos à adoção e o número de pretendentes à adoção?

Os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 permitem-nos levantar hipóteses que se configuram como respostas à questão acima formulada, sobretudo considerando a atual cultura da adoção no Brasil, a qual abordamos a seguir.

O maior interesse dos postulantes à adoção está centrado nas crianças mais jovens enquanto as crianças mais velhas e os adolescentes se configuram, no contexto atual, como faixa de menor alvo de interesse. Eis, pois, um dos efeitos da atual cultura da adoção no Brasil, demonstrado nas Tabelas a seguir.

Tabela 1 – Cadastro Nacional de Adoção para crianças de 0 a 8 anos de idade (até março de 2009).

Idade da criança ou adolescente (em anos)	0	1	2	3	4	5	6	7	8
Quantidade de crianças disponíveis	24	32	47	55	76	78	94	110	147
Quantidade de pretendentes	3241	3048	3102	2507	1393	1074	387	191	111

Fonte: CNJ (2009).

Tabela 2 – Cadastro Nacional de Adoção para crianças e adolescentes de 9 a 16 anos de idade (até março de 2009).

Idade da criança ou adolescente (em anos)	9	10	11	12	13	14	15	16
Quantidade de crianças disponíveis	156	191	207	243	219	203	158	140
Quantidade de pretendentes	38	68	18	27	9	3	6	3

Fonte: CNJ (2009).

Considerando esta realidade e objetivando dar mais agilidade aos processos de adoção, assim evitando o abrigamento *ad eternum* de muitas crianças e adolescentes e visando promover mudanças significativas no cenário atual em relação ao abandono, foi sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 3 de agosto de 2009, a Lei 12.010, que dispõe sobre a adoção e promove alterações significativas no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Código Civil e na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, além de dar outras providências. Muito embora recente, mas não obstante polêmica, a nova Lei determina em seu artigo 19 que

§ 2º a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária (BRASIL, 2009).

Esta é, sem dúvida, uma inovação importante na legislação que visa atender às necessidades da criança e adolescente em situação de institucionalização. Não existia anteriormente uma regulamentação para o tempo máximo de duração da medida de abrigamento; muito embora estivesse pontuado seu caráter de

provisoriamente (BRASIL, 1990). O estabelecimento de um prazo máximo e a determinação de necessária justificativa quando houver prolongamento do período de institucionalização poderá resultar na real aquisição do direito da criança ou adolescente de ter uma família, seja ela biológica ou substituta.

1. A cultura da adoção no Brasil

Pode-se dizer que a cultura familiar brasileira, em síntese, é marcada pelo temor em relação à prática da adoção. Tal vem sendo revelado ou expressado atitudinalmente de quatro formas muito significativas, e porque não dizer que põem em risco o melhor destino do projeto de uma sociedade mais justa e, sobretudo, menos excludente e mais cuidadosa com a infância: i) alimentando um imaginário temeroso em relação à adoção de crianças nas famílias de um modo geral; ii) privilegiando – quando da decisão por adotar – crianças recém nascidas ou com idade até dois anos; iii) praticamente alijando do direito à convivência familiar crianças com idade superior a dois anos e sentenciando-as ao processo de institucionalização ou a uma vida nas ruas, em situação de abandono e grande vulnerabilidade; iv) fazendo recair sobre crianças e adolescentes abandonados, institucionalizados e adotados o estigma da diferença, que os coloca na condição de “anormais” (GOFFMAN, 1988).

É mister dizer que no grupo dos considerados “não adotáveis” encontram-se, além das crianças em idade superior a dois anos, também aquelas com históricos de acometimentos moderados e graves em relação à saúde física (doenças tratáveis, com ou sem sequelas), crianças excepcionais (com deficiências sensoriais, físicas e/ou mentais), crianças vitimadas por violência sexual e/ou doméstica, crianças em condições de adoção mas que têm irmãos, crianças negras e até crianças filhas de pais soropositivos (HIV) embora negativadas clinicamente.

Pensamos, como muitos outros pesquisadores do tema (FREIRE, 1994; VARGAS, 1998; WEBER, 1998), que a expressão “cultura da adoção” é mesmo a mais correta de ser empregada na busca por melhor compreender a realidade

brasileira dentro dessa temática (poderíamos até usar a expressão “este fenômeno brasileiro”), já que a cultura nos remete ao conjunto das produções do homem ao longo de sua história (tempo) num determinado espaço (geográfico).

No Brasil, país herdeiro de tradições e cultura européias, o drama da criança abandonada teve destino similar ao da criança do Velho Mundo. Por aqui, também existiram a roda dos expostos/enjeitados; as nutrizes – chamadas de amas-de-leite; os orfanatos que imitavam o modelo dos hospícios para menores abandonados, que se viram na França, Inglaterra, Portugal, etc. Ou seja, aprendemos a lidar com a infância abandonada seguindo um modelo europeu e reproduzindo muitas de suas práticas. Hoje, vemos que os europeus evoluíram em suas formas de conceber a instituição familiar e, conseqüentemente, a prática da colocação de crianças em famílias substitutas (adoção), o que ainda não ocorreu no Brasil. A nosso ver, paramos no tempo e estamos enraizados e aprisionados por e numa cultura que valeria ser revista e ressignificada. Uma evidencia disso é que as adoções internacionais realizadas no Brasil são, em sua maioria, protagonizadas por casais e famílias européias que não apresentam as mesmas exigências em relação ao perfil da criança a ser adotada como as que se observa e se registra sendo apresentadas por casais e famílias brasileiras postulantes à adoção; nas adoções internacionais se verifica também um maior número de adoções inter-raciais (um casal de brancos que adota uma criança negra, por exemplo).

Quando falamos de um imaginário temeroso presente nas famílias candidatas ou não à adoção, reportamo-nos a uma série de mitos, medos e expectativas, identificados em nossa pesquisa de mestrado (CAMARGO, 2005), que se apresentam como os mais concretos obstáculos à mudança cultural que precisávamos ver tornar-se realidade no Brasil. Propomos-nos a abordar brevemente tais questões, embora isto seja um grande desafio, principalmente por saber que há uma rede de situações envolvidas subjacente a cada uma delas, que nos leva, portanto, para muito além do perceptível pelo senso comum; teríamos, por exemplo, que abordar questões históricas, sociais, políticas, econômicas, psicológicas e até religiosas, no mínimo.

Esses mitos vão sendo cristalizados à medida que comunicações inadequadas vão sendo feitas e informações desencontradas vão sendo veiculadas

por meio delas. Neste aspecto, é lamentável ver que alguns canais de comunicação (mídia impressa e televisiva, por exemplo) acabam potencializando os mitos ao invés de colaborar para sua desconstrução. Temos que encontrar meios de fazer chegar à população brasileira, informações mais consistentes e próximas da verdade acerca da adoção e não apenas os casos de insucesso, que, vale dizer, são poucos, comparados às adoções bem sucedidas.

O que observamos é que recai sobre o tema adoção um forte estigma historicamente construído a partir da constante tentativa – do senso comum, principalmente – de comparar a prática da colocação de crianças em famílias substitutas com o paradigma da construção familiar que tradicionalmente se dá por meio do acontecimento biológico (relação genital heterossexual, fecundação ovular, gestação e nascimento), ou seja, por meio da consanguinidade. A adoção, comparada à relação consangüínea soa como algo não natural, artificial, portanto. Isso, segundo nossa concepção é um erro; não podemos esperar que um processo de adoção seja idêntico a um processo de gestação biológica e que os laços afetivos por meio dela constituídos se igualem àqueles potencializados pela consanguinidade, até porque nem há parâmetros para mensurar isso: amor, carinho, sentimento de pertença, vínculo afetivo, etc.; eles não se traduzem por critérios quantitativos. A adoção é um paradigma e a relação consangüínea (biológica) é outro. Assim, compará-los e desejar que um possa ser idêntico ao outro é o que a nosso ver gera as questões que constituem o cerne dos mitos, medos e expectativas em torno da adoção e que fazem, como uma de suas consequências diretas, imperar uma cultura que desprivilegia a prática da adoção.

Pensamos que o casal ou família que postula a adoção deve preparar-se para tal realização com a ajuda de profissionais capacitados, de modo que possam compreender que a construção familiar, por meio da adoção ou não, é uma prática humana e que, como tal, está fadada aos limites e fragilidades inerentes à condição daqueles que a executam, ou seja, à condição humana. Assim, um filho adotivo não tem mais chance de ser um excelente filho porque receberá a informação de que foi “salvo de uma vida pobre e infeliz” pela família que o adotou, nem tem mais chance de ser um péssimo filho por trazer consigo “os traumas de um abandono ou negligência”. Cada ser humano vivencia uma relação com a própria existência (vida)

fazendo escolhas de aceite ou recusa daquilo que julga ser bom ou ruim, certo ou errado, ético ou não-ético, verdadeiro ou falso. Vivemos numa sociedade de dois pesos e duas medidas e com a adoção tem sido assim: os adotados e as famílias adotivas, por conta da atual cultura da adoção no Brasil, acabam muito mais vitimados pelo julgamento que os deprecia do que pelo julgamento que os valoriza.

Consideramos importante lembrar que filhos – biológicos e não adotivos – de famílias muito privilegiadas do ponto de vista social, cultural e financeiro também são responsáveis por grandes danos familiares como, por exemplo, as nefastas consequências da dependência química, o envolvimento com a criminalidade, a violência contra os pais – em alguns casos culminando inclusive com a autoria de matricídios e parricídios, conforme se tem notícia no Brasil.

A parentalidade, tanto no paradigma da consanguinidade quanto no da adoção, não deve significar o preenchimento de um vazio deixado por um divórcio ou viuvez, ou pela perda de um filho biológico; não pode representar uma oportunidade ou a expectativa de reconciliação do casal e estabilização da vida conjugal (CAMARGO, 2005). Nem tampouco deve a adoção ser motivada pelo desejo da prática da caridade (religiosa) ou por um simples gesto de solidariedade no sentido de “salvar uma criança”. A adoção, enquanto forma de constituição familiar e caminho para a realização do exercício de parentalidade, deve ter como motivação maior o desejo de viver um laço de vinculação afetiva a partir do qual tantas outras coisas decorrem naturalmente.

Os motivos que levam um casal ou família a adotar são variados e deveriam ser objeto de profunda investigação durante o processo de seu cadastramento nas Varas da Infância e Juventude; pois, mediante a identificação de motivações inadequadas e negativamente influenciadas por esta cultura da adoção que ora discutimos, esses poderiam ser instruídos a procurarem uma ajuda psicológica, preferencialmente, de modo que possam também compreender suas motivações para a adoção, tornando-se possível um processo de discernimento acerca da escolha que estão por fazer. Em outras palavras, convém que todo casal e família candidatos à adoção possam responder a seguinte pergunta: quais os significados deste filho ou filha em nossa vida?

Os resultados experienciais da adoção não deveriam ser programados, esperados – enfim, projeções psíquicas inconscientes ou desejos não realizados pelos adotantes. Defendemos que a adoção deve ser vivida como um projeto aberto e ter como motivação essencial o desejo de fazer a experiência humanizadora da vinculação afetiva que se vivencia no seio da convivência familiar, de modo que as expectativas inadequadas dos adotantes não roubem deles um potencial de naturalidade, de espontaneidade e de livre expressividade.

A prática da adoção deveria ser incentivada por organizações e instituições sérias e comprometidas com a promoção da vida e conviria dar a ela a oportunidade de se revelar espontaneamente e não diretrizes normatizadoras de um projeto friamente calculado que deve cumprir com estas ou aquelas metas e expectativas frutos de uma cultura preconceituosa e arcaica.

Tanto quanto um filho biológico não é igual ao outro, um adotivo também será diferente, mas tal diferença não deve ser justificada pelo fato de ser ele adotado. Este estigma que pesa sobre o corpo e a identidade do adotado é, talvez, a marca mais difícil de ser apagada ou ressignificada; é o sinal invisível de uma diferença visível, muito embora saibam a ciência – em especial a Psicologia – e o senso comum que os filhos são diferentes porque são indivíduos e indivíduos são diferentes uns dos outros.

No Brasil, assim como em outros países do mundo, existem diferentes modalidades de adoção com características tão particulares que convém nos determos em cada uma delas para melhor compreensão de seus significados, tanto do ponto de vista jurídico quanto do psicossociológico, já que são modalidades lícitas e ilícitas de adoção e geram situações mais, ou menos, saudáveis tanto para a criança ou adolescente que será adotado quanto para os adotantes e sua família.

Sendo assim, vejamos mais demoradamente essas diferentes modalidades de adoção.

2. Modalidades de adoção

Existem diferentes formas de realização da adoção no Brasil e cada uma delas pode estar concomitantemente acompanhada de importantes registros históricos, como é o caso da “adoção à brasileira”; de significativo teor psicológico, conforme se verifica nos casos de “adoção tardia”; e envolta em particularidades jurídicas, como se observa nas “adoções *intuitu personae*”, “internacional” e “por homossexuais”, que convém aqui pontuar. A exposição das características inerentes a estas diferentes modalidades deixa à vista a forma como no Brasil a adoção de crianças e adolescentes vem recebendo atenção multidisciplinar e multiprofissional por um lado e sendo eleita ora como digna de atenção ora negligenciada tanto pelas autoridades políticas e jurídicas quanto pela sociedade como um todo.

2.1. Adoção *intuitu personae*

Também intitulada adoção “pronta” ou “direta”, esta modalidade significa a prática pela mãe da criança, normalmente ainda em processo gestacional, de buscar, escolher e indicar a família, o casal, ou o adulto para o qual pretende entregar seu filho em adoção. Implica também, historicamente e ainda hoje, um movimento de busca empreendido pelos pretendentes à adoção por mulheres dispostas a entregar seus filhos, na crença de que estarão garantindo a eles boa condição de vida, educação e um futuro de mais qualidade do que aquele que a criança teria caso fosse mantida em sua família de origem – não raro, marcada pela pobreza sócio-econômica e por problemas adjacentes. Esta modalidade de entrega, marcada pela relação direta entre os genitores da criança e os pretendentes à adoção, gerou um impacto importante na cultura da adoção no Brasil e fez surgir a chamada “adoção à brasileira”, a qual abordaremos especificamente no subitem a seguir.

Rica em controvérsias, sobretudo no campo jurídico, a adoção *intuitu personae*, embora não seja proibida por lei, se constitui portadora de ambigüidades em relação, por exemplo, à existência de uma fila de espera representada pelo hoje em vigor Cadastro Nacional de Adoção, no qual centenas de casais, famílias e adultos se encontram legalmente inscritos e já submetidos às várias etapas que os qualificam como aptos para realização da adoção. Estes homens e mulheres, casais e famílias cadastrados vivenciam um processo que metaforicamente podemos chamar de “gestação”, já que se encontram à espera do filho que almejam integrar ao seu universo relacional, a qual é normalmente acompanhada de grande mobilização emocional e expectativas.

A mãe que entrega seu filho em adoção pela modalidade *intuitu personae* terá o seu direito de entrega questionado pela autoridade jurídica e será interrogada quanto aos motivos de sua escolha, principalmente buscando-se evitar uma prática ilegal já registrada em nossa história que foi – e porque não dizer ainda é – a venda e o tráfico de crianças. Por seu turno, a família (casal ou adulto) que adota em regime *intuitu personae* será igualmente questionada e investigada pelos profissionais ligados à Vara da Infância e Juventude da comarca em que se insere: acerca de suas motivações para adoção; e para, preferencialmente, se desconfigurar o ilegal ato de “furar a fila” da adoção. Todos esses aspectos investigados em cumprimento à Lei, em respeito aos postulantes inscritos no CNA e para a proteção e garantia do bem estar da criança em questão.

Para ilustrar tal situação, trazemos as contribuições de Granato (2006, p. 134):

Ocorre, com freqüência, que uma mulher, estando para dar à luz, revela aos conhecidos que não tem condições de criar e educar o filho que vai nascer, pretendendo dá-lo a quem poder fazê-lo em melhores condições do que ela. Logo, por interpostas pessoas, um daqueles casais manifesta o desejo de adotar e, não raro, passa a cuidar para que a mãe tenha a assistência necessária, visando a um parto bem sucedido e uma criança saudável. Nascida a criança, a mãe sai com ela da maternidade e a entrega aos intermediários que a levam ao casal adotante. E aí começa o drama: praticar a adoção à brasileira ou buscar os meios legais de adoção.

O receio de buscar os meios legais para a oficialização e regularização da adoção vincula-se ao temor, sobretudo presente no imaginário dos adotantes, de que correm o risco de perder a guarda da criança, uma vez que desde o princípio do processo não se serviram dos dispositivos jurídicos disponíveis. Realmente, e dependendo do julgamento do caso, feito pelo juiz da Vara da Infância e Juventude onde se encontram adotantes e adotados, a criança pode ser “apreendida e levada para alguma instituição onde aguardará os trâmites da adoção, fato este que tem ocorrido repetidas vezes” (GRANATO, 2006, p. 135). Em outros casos, a depender também do julgamento da autoridade responsável, a criança permanece com a família adotante, em regime de guarda² provisória até que se definam os trâmites da adoção, o que nos parece mais prudente considerando o bem estar da criança. Isso, obviamente, verificando-se lisura nos procedimentos dos genitores e dos adotantes no processo, ou seja, uma não intencionalidade em relação ao ato de furar a fila da adoção que, conforme explicitam as Tabelas 1 e 2, é uma longa fila de pretendentes.

Outro fator que pesa neste processo de decisão judicial é o período de tempo em que a criança já se encontra com os adotantes antes desses chegarem à Vara da Infância e Juventude em busca da regularização do processo, visto que este mesmo período poderá ter sido suficiente para a construção de um vínculo afetivo tão significativo e qualitativo entre a criança e a família que possa tornar prejudicial seu rompimento por meio da separação e institucionalização da criança. Para fundamentar este tipo de decisão judicial, ou seja, para subsidiar o discernimento e julgamento do juiz, entram em cena os psicólogos e assistentes sociais que compõem o Corpo Técnico da Vara da Infância e Juventude, os mesmos que atuam no processo de levantamento de informações dos candidatos à adoção, antes que sejam considerados aptos para tal.

² Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente: Art. 33, § 2º – Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsáveis, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados. Art. 35 – A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público. (BRASIL, 1990, p. 40-41, grifo nosso).

2.2. Adoção à brasileira

A adoção à brasileira, diferentemente da adoção *intuitu personae* é considerada um ato ilegal e seus autores passíveis de penalizações. Ela se define pela ação dos adotantes que, em vez de procurar o Ministério Público para realizar a regularização e oficialização da adoção, fazem o registro da criança em cartório, apresentando-se como pais biológicos. Essa prática, segundo Granato (2006, p. 66),

trata-se de crime previsto no Artigo 242 do Código Penal. Além disso, o registro é nulo e, como tal, a qualquer momento pode ser declarado. Dessa forma, adotante e adotado estarão expostos, permanentemente, a uma mudança radical em suas vidas, se for descoberto o falso e se anular o registro. Além do mais, não terão os adotantes proteção legal na hipótese de os pais naturais desejarem ter o filho de volta.

A adoção à brasileira é um dos efeitos diretos da cultura da adoção no Brasil, sobretudo porque foi, e ainda é, o dispositivo encontrado por inúmeras famílias que a ela aderiram para alcançar o objetivo de omitir a prática da adoção e, por assim ser, manter em segredo a verdadeira origem da criança adotada, uma vez que em seu documento de registro (certidão de nascimento) nada consta que indique adoção. Pelo contrário, o nome dos pais adotantes consta como sendo o dos pais biológicos, ou “naturais”, como antigamente eram referidos. Esta modalidade de adoção aparece em algumas pesquisas (WEBER, 2001) como sendo realizada em número quase equivalente ao número de adoções legais e como prática costumeira das famílias durante boa parte da história do Brasil (COSTA, 1988).

Para realizar a adoção à brasileira e por meio dela tornar possível a manutenção do segredo em relação à origem da criança adotada, algumas famílias mudavam de cidade e até de estado dentro do território nacional (CAMARGO, 2006), retornando a sua cidade de origem num prazo nunca inferior ao de nove meses³ (em referência ao período gestacional). Isto porque a quebra do segredo poderia

³ Como se poderá verificar na entrevista de nosso Colaborador 2.

representar o risco de completa destruição do projeto familiar daqueles que escolhiam não tornar pública sua esterilidade ou infertilidade, fator que se configura como um dos mais relevantes no processo motivacional da maioria dos casais adotantes ou postulantes à adoção.

Apesar de abordarmos esta temática mais profundamente adiante, vale trazer neste momento de nossa discussão que justamente para dificultar a revelação da verdade quanto à origem do filho adotivo, evitando que se tornasse público tanto para a família extensa do casal quanto para a sociedade que se tratava de uma adoção e não de um nascimento tradicionalmente ocorrido (paradigma biológico), foi que muitos casais optaram – e ainda optam – por adotar crianças recém-nascidas e com traços fisionômicos semelhantes aos deles próprios. Fato este que culminou com a cristalização de mitos e preconceitos em torno da adoção tardia e da adoção inter-racial, retroalimentando os efeitos da já apresentada cultura da adoção no Brasil.

2.3. Adoção inter-racial

Por adoção inter-racial devemos entender a adoção onde a criança adotada é de raça diferente dos adotantes. Exemplos clássicos dessa modalidade poderiam ser: um casal europeu adotando uma criança africana, uma criança asiática sendo adotada por uma família de americanos, etc. Contudo, num país como o Brasil, marcado pela multiplicidade das raças e pela miscigenação étnica, a adoção inter-racial é caracterizada quando há uma aparente diferença entre as características fisionômicas da criança adotada e dos adotantes, principalmente em relação ao tom de pele.

A adoção inter-racial é talvez a modalidade de adoção mais prejudicada pela força dos preconceitos da nossa cultura brasileira, sobretudo se considerarmos o racismo como uma de suas características constituintes e se tomarmos o preconceito dirigido aos negros (afrodescendentes) como a forma mais exemplar e específica desse racismo.

Assim, conforme afirma Almeida (2003, p. 32),

não há como problematizar as questões da adoção inter-racial sem antes discutir os aspectos relacionados ao racismo e ao preconceito, uma vez que engendram a imagem do negro e destinam seu lugar na sociedade atual.

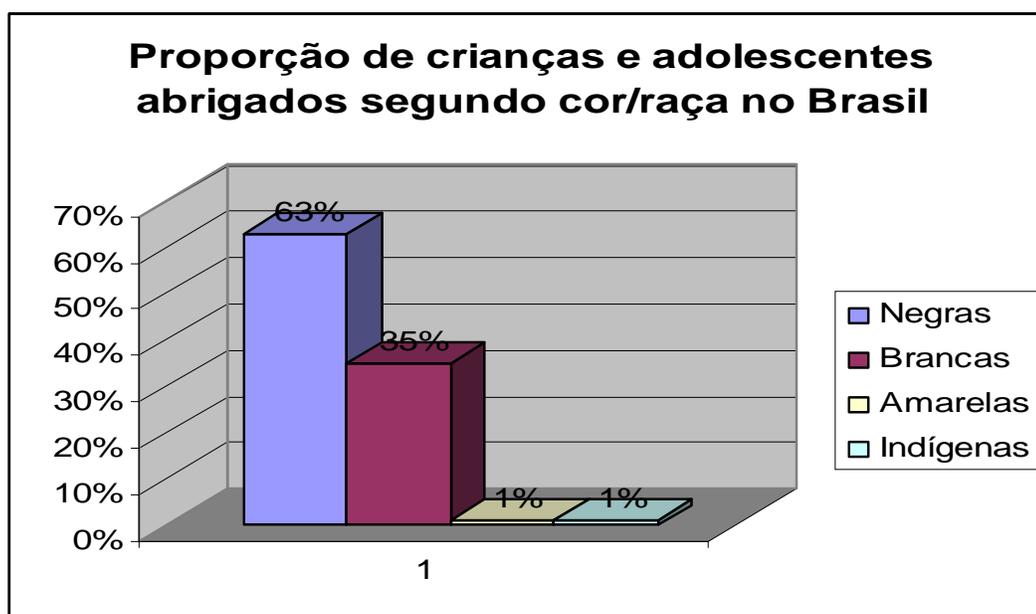
O racismo, fenômeno histórico e socialmente construído, fundamenta-se sobre a tese de que há níveis de diferença e superioridade entre as raças, ou seja, uma hierarquia que justifique o direito ao exercício do poder e da autoridade para uma raça e o dever de obediência passiva para outra. Também há uma interferência significativa nesse processo de construção histórico-social do racismo, advinda dos interesses religiosos, políticos e econômicos que ao longo da história da humanidade e sobretudo após o início das grandes navegações culminaram com as descobertas do Novo Mundo e justificaram a possibilidade de uma nação sobrepujar a outra e servir-se, inclusive, da raça considerada inferior para a realização de trabalho escravo. Assim, o branco e não o negro, o rico e não o pobre, o religioso e não o pagão, o intelectual e não o trabalhador braçal, o saudável e não o doente, o homem e não a mulher, o jovem e não o velho foi se cristalizando como referências dos antagonismos constituintes da humanidade e da sua estrutura, tornando-se, gradativa e sutilmente, os critérios para a destinação de espaços, direitos, deveres e *status* na sociedade, sempre marcada pelo sectarismo: o incluído e o excluído.

Se, como já discutimos, a cultura da adoção torna temeroso o imaginário das famílias, casais e adultos considerados aptos à adoção em relação, principalmente, à criança institucionalizada e à criança mais velha, dirigindo esses postulantes à busca por crianças recém-nascidas e com características fisionômicas semelhantes às suas, essa mesma cultura contribui para que o número de crianças negras ou pardas se mantenha elevado nas estatísticas populacionais dos abrigos brasileiros.

O “Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada – SAC” do Ministério do Desenvolvimento Social mostra (Gráfico 1) que mais de 63% das crianças e adolescentes abrigados

são da raça negra (afrodescendentes: 21% negros e 42% pardos), 35% são brancos e cerca de 2% são das raças indígena (1%) e amarela (1%).

Gráfico 1



Fonte: IPEA/DISOC (2003). In: IPEA/CONANDA (2004).

O “Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC” pesquisou 626 instituições espalhadas por todo o Brasil, das quais 589 abrigam crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. A maior concentração dessas instituições está na região Sudeste (49,1%), seguida da região Sul (20,7%) e da região Nordeste (19%); as regiões Norte (4,2%) e Centro-Oeste (7%) são as que possuem menor número de abrigos (SILVA, 2004).

Nesses abrigos, como se pode verificar nas Tabelas 3 e 4, apresentadas a seguir, o número de crianças negras só não é maior do que o número de crianças brancas na faixa etária inferior a um ano. Os números evidenciam não só que situações de abandono, negligência, violência doméstica, abuso sexual, etc. – fatores que resultam em afastamento da família e consequente institucionalização – são vivenciadas por uma menor quantidade de crianças brancas como também que

são elas as que menos tempo permanecem nas instituições. O outro lado da moeda é, pois, desfavorável às crianças e adolescentes negros, que são maioria nos abrigos, o que infere outra realidade: são certamente também os mais vitimados pelos fatores abandono, negligência, violência doméstica, abuso sexual, etc.

Tabela 3 – Crianças brancas e negras de 0 a 9 anos em abrigos no Brasil.

Idade (em anos)	< de 1	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Crianças negras	183	230	320	390	427	469	473	579	703	761
Crianças brancas	215	209	226	224	235	254	288	320	378	388

Fonte: IPEA/DISOC (2003). In: IPEA/CONANDA (2004).

Tabela 4 – Crianças e adolescentes brancos e negros de 10 a 18 anos em abrigos no Brasil.

Idade (em anos)	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Crianças e adolescentes negros	785	791	840	806	772	693	643	490	202
Crianças e adolescentes brancos	420	428	456	392	385	330	261	243	101

Fonte: IPEA/DISOC (2003). In: IPEA/CONANDA (2004).

O cenário que se materializa por meio dos números apresentados, acreditamos nós, aponta para o fato de que as adoções inter-raciais no Brasil são, além de menos frequentes, mais tardias, o que gera maior permanência na instituição da criança ou adolescente negro ou pardo. Segundo o psicólogo jurídico e pesquisador, Almeida (2003, p. 40),

a adoção inter-racial congrega amplamente os mecanismos peculiares ao preconceito. A percepção sem contato com o objeto ocorre quando os candidatos rejeitam crianças negras e pardas, pois consideram *a priori* que não podem lidar com as implicações que julgam existir nas relações sociais e não se disponibilizam a sequer conhecê-la. Por outro lado, aqueles que optam pela adoção inter-racial personificam a quebra de valores socialmente determinados e podem ter que justificar frequentemente suas escolhas.

Isso posto, podemos afirmar que à adoção inter-racial se interpõem duas imponentes barreiras: a do racismo, com suas diferentes formas de preconceito, e a cultura da adoção no Brasil, que, conforme vimos, privilegia as crianças recém-nascidas e brancas em detrimento das mais velhas e negras.

2.4. Adoção internacional

A adoção internacional, ou seja, aquela que ocorre quando o casal ou família adotante reside em outro país, configura-se para muitas crianças e adolescentes institucionalizados como uma oportunidade ímpar de adoção; sobretudo, se considerarmos o fato de que as exigências apresentadas pelos casais e famílias estrangeiras em relação ao perfil da criança a ser adotada são bem mais flexíveis do que as exigências e o perfil apresentados por famílias brasileiras no ato de seu cadastramento no CNA. Geralmente, casais e famílias estrangeiras aceitam adotar crianças negras; crianças mais velhas e, por isso, com longos períodos de institucionalização; crianças com necessidades especiais (excepcionais) e são

também mais flexíveis quanto à adoção de irmãos, uma vez que a legislação brasileira prima pela não separação destes (BRASIL, 1990).

Mas este não é o único aspecto diferenciador da adoção internacional, também chamada de adoção transnacional, se comparada às outras modalidades aqui apresentadas. Do ponto de vista jurídico, há uma série de regras a serem seguidas e também preocupações importantes no campo da Psicologia com o desenvolvimento da criança adotada, considerando o fato de que, sob os cuidados de estrangeiros, esta pode correr o risco de perder totalmente o “rastros” de sua origem, uma vez que dependendo de sua idade e de como será organizada sua vida sócio-familiar no novo país ela poderá se desconectar das fontes de aprendizagem – e de manutenção da aprendizagem – da língua materna, da cultura de sua pátria. No caso em que há possibilidade de relacionamento com a família de origem (nuclear ou extensa) esta relação pode também ser muito dificultada.

São várias as legislações internacionais e brasileiras⁴ que denotam zelo e, portanto, se caracterizam como defensoras do melhor destino das crianças encaminhadas para adoção internacional, sobretudo daquelas que já vivenciaram situações de institucionalização, como é o caso da maioria das crianças encaminhadas para o cadastro dos pretendentes estrangeiros. Vale dizer que, como se verifica no Artigo 31 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a adoção internacional é considerada medida excepcional, ou seja, somente se recorre a ela quando foram esgotadas todas as outras possibilidades de colocação da criança em família substituta brasileira. Tal informação é muito importante para compreendermos a relevância da adoção internacional e contrapô-la, como bom exemplo, ao comportamento de muitos casais e famílias brasileiras que, vulneráveis às influências da cultura da adoção, escolhem adotar ainda com o foco muito centrado no desejo por exercer a maternidade ou a paternidade, deixando, às margens da própria escolha, o desejo da criança e do adolescente de ter uma família. Assim, a disposição dos estrangeiros à adoção de nossas crianças negras,

⁴ Decreto Legislativo 60, de 19/06//1996 – que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Conflito de Leis em Matéria de Adoção de Menores (La Paz, 24/05/1984) / Decreto 3.087, de 21/06/1999 – que aprova e põe em vigor no Brasil a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional (Haia, 29/05/1993) / Código Civil Brasileiro / Constituição da República Federativa do Brasil / Estatuto da Criança e do Adolescente / Decreto 3.171, de 16/09/1999 – que cria a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

mais velhas, excepcionais e/ou com irmãos, nos sinaliza que seria conveniente revermos alguns conceitos sobre família – ironicamente, justo aqueles que são por nós frequentemente chamados de tradicionais.

Os passos para a consecução de uma adoção internacional, resumidamente apresentados, são: 1) os candidatos estrangeiros à adoção no Brasil (um adulto solteiro, um casal ou família) apresentam-se a uma CEJAI – Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional – portando os documentos emitidos pela autoridade competente de seu país de origem que comprovam sua habilitação para adoção. Convém que conste desta documentação os resultados dos estudos psicossociais realizados por uma agência pró-adoção internacional (também do país de origem dos postulantes à adoção) devidamente credenciada, conforme estabelece a Convenção de Haia a seus países signatários, dentre eles o Brasil. Estes documentos, devidamente traduzidos para o português por um tradutor juramentado, são anexados ao processo que permitirá o início dos estudos psicossociais dos candidatos à adoção, agora no âmbito da justiça brasileira. Caso sejam aprovados, os pretendentes recebem um laudo de habilitação, ou seja, o documento a ser apresentado à Vara da Infância e Juventude para oficializar o pedido de adoção. Deste ponto em diante os trâmites são idênticos àqueles constituintes do processo de adoção para brasileiros, com exceção da obrigatoriedade do “estágio de convivência”, que objetiva a criação de um espaço (temporal e geográfico) que possa ser suficiente para a integração adotante/adotado num prazo mínimo de quinze dias para o caso de crianças menores de dois anos ou mínimo de trinta dias para crianças com idade superior (PAIVA, 2004; GRANATO, 2006).

Todos esses cuidados são necessários para que se evite o que, em relação à temática da adoção internacional no passado, se transformou num problema social, jurídico e político grave – diferentes formas de abuso “envolvendo busca de lucro, suborno, falsificação de registros de nascimento, coerção de pais biológicos, intervenção de intermediários não-habilitados e até seqüestro e venda de crianças” (FERREIRA; CARVALHO, 2002. p. 82). Até meados de 1990, anteriormente, portanto, à vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, que disciplinou de forma rigorosa os processos de adoções internacionais, “havia motivos de sobra

para considerar o Brasil como um dos maiores ‘fornecedores’ de crianças no mundo”, conforme afirma Fonseca (2006, p. 42).

Vemos importante destacar o papel da Psicologia, enquanto ciência e prática profissional, neste cenário da adoção, especificamente, da adoção internacional, uma vez que cabe ao psicólogo, no estabelecimento de parcerias multiprofissionais, atuar nos processos de avaliação tanto dos pretendentes à adoção quanto da criança ou adolescente a ser adotado. O psicólogo emite os laudos e pareceres que irão subsidiar decisões judiciais e promover mudanças significativas na vida dos citados; assim, sem dúvida, além de uma sólida formação e experiência, seus atributos éticos constituintes do seu modo de ser, pensar, sentir e agir fazem a diferença. A Psicologia, hoje categorizada como ciência humana e da saúde, tem certamente expressiva atuação no campo social. No Brasil, tem uma árdua tarefa em sua relação com a criança e com o adolescente: atuar por meio de programas de prevenção e atenção à família e à mulher evitando que sejam abandonados; tornar mais positivo e humanizado o ambiente da instituição, ao mesmo tempo em que trabalha por um menor tempo de institucionalização da criança; auxiliar pais, biológicos e adotivos, nos processos de convivência com a criança, de modo que esta possa crescer e se desenvolver com saúde; contribuir para a construção de novas perspectivas teórico-práticas em relação à adoção, combatendo os efeitos negativos da atual e vigente cultura da adoção; e, ainda, colaborar para que nas adoções internacionais, os erros do passado não voltem a ocorrer, providenciando formas cada vez mais eficazes e criativas de colocação das crianças e adolescentes em famílias que de fato se disponham a adotar, comprometendo-se com um processo formativo que humaniza e, portanto, oportuniza para o adotado seu direito a uma vida saudável e feliz em família.

2.5. Adoção tardia

Diferentes autores como Vargas (1998), Weber (1998) e Levinzon (2004) consideram tardias as adoções de crianças com idade superior a dois ou três anos.

A prática da adoção tardia contempla, portanto, um grupo muito grande de crianças e adolescentes – de até dezoitos anos ou mais (lembrando que adoção após essa idade também é possível e prevista por Lei) e que são, por isso, alvo de muitos preconceitos e mitos. A atual cultura da adoção, como já discutimos, privilegia a adoção de recém-nascidos em detrimento de crianças mais velhas com base no mito de que as crianças mais velhas estariam “marcadas” pela triste lembrança do abandono ou rejeição; pelas negativas influências ou má educação típicas de uma instituição asilar; ou, ainda, pela impossibilidade de se adaptar à família adotiva e ao seu modo de vida.

A cultura que alija crianças mais velhas de serem adotadas é a mesma que discrimina os idosos, que ridiculariza o casamento de um homem velho com uma moça nova ou vice-versa, que não dá emprego àqueles com mais de 45 anos, que desassiste a terceira idade, que agride e exclui pessoas por se relacionarem fora do paradigma hegemônico da heterossexualidade. Esta é a cultura e a sociedade que cultuam o novo em detrimento do velho, que quer ser “moderna”, mas não deixa de ser essencialmente “arcaica” (FIGUEIRA, 1986; CAMARGO; VALENTE, 2005).

Os mitos que constituem a atual cultura da adoção no Brasil, e que foram por nós estudados no mestrado (CAMARGO, 2005), apresentam-se como fortes obstáculos à realização de adoções de crianças “idosas” (adoções tardias), uma vez que potencializam crenças e expectativas negativas ligadas à prática da adoção. A maior procura por crianças recém-nascidas, conforme já discutido, se justifica pelo encontro de “possibilidades” e “expectativas” que nelas se materializam por representarem segundo o imaginário dos adotantes: i) a possibilidade de uma adaptação tranqüila da criança em relação aos pais adotivos e vice-versa e, conseqüentemente, a saudável relação entre eles, espelhando, assim, a “possível” ou “almejada” relação característica do vínculo biológico-sangüíneo; ii) a oportunidade de construção de um vínculo afetivo mais profundo entre mãe-pai-filho, a tal ponto de apagar as marcas da rejeição e abandono dos genitores; iii) o tempo hábil para a construção do pacto sócio-familiar⁵, caso seja opção da família adotiva

⁵ Pacto sócio-familiar – conceito criado por nós para definir e fazer referência ao compromisso de adesão à manutenção do segredo sobre o processo de adoção e a origem da criança adotada que se concretiza por pessoas muito próximas ao adotado, mas também a ele indiretamente ou mais distantemente relacionadas, a saber: pai, mãe e irmãos adotivos, membros das famílias materna e paterna também adotivos, vizinhos, amigos, professores, etc. (CAMARGO, 2006).

manter segredo quanto as origens da criança adotada; iv) o acompanhamento integral do desenvolvimento físico e psicossocial da criança, que se manifesta desde as mais primitivas expressões faciais como o sorriso e movimento dos olhos acompanhando objetos e demonstrando o reconhecimento das figuras parentais até as primeiras falas e primeiros passos; v) a realização do desejo materno e paterno de poder trocar as fraldas de um bebê a quem chamará de filho, seguido dos desejos complementares à consolidação da figura materna e paterna tais como, dar-lhe colo, amamentar, ninar, dar banho, trocar-lhe as roupas, etc.; vi) protagonizar o papel de pai e mãe no processo de educação do filho, incluindo a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento escolar que se desdobra em situações menores em proporção a todo do processo, mas que são extremamente significativas para os pais, como por exemplo, ver seus primeiros rabiscos no papel se transformar em garatujas e depois em figuras humanas cada vez mais complexas e representativas, acompanhar os primeiros passos do filho em direção à alfabetização, fazer-se presente nas reuniões da escola e nas comemorações cívicas e culturais, participar com o filho de eventos esportivos, etc. Enfim, construir uma história familiar e registrá-la, desde os primeiros dias de vida do filho, por meio de fotografias que comporão o álbum de família; etc.

Se por um lado essas *expectativas* presentes no imaginário dos postulantes à adoção encontram na “criança recém-nascida” a *possibilidade* de realização, tornando-a alvo dos seus interesses, elas são também, conforme já argumentado, os motivos que colocam as chamadas “crianças idosas” no final da fila de espera por uma família.

À lista de motivos que têm levado casais e famílias considerados aptos à concretização de adoções, tardias ou não, a desistirem, somam-se questões de toda ordem:

- o mito de que ao longo do processo de desenvolvimento da criança, seus desejos por conhecer a família biológica serão intensificados de modo a comprometer a relação com a família adotiva, sendo este o motivo de constantes conflitos que, quase sempre, culminam com a revolta e/ou fuga do filho adotivo;

- o tempo de espera nas filas pela adoção de crianças, coordenadas pelos juizados da infância e juventude, tende a ser longo e o processo burocrático se apresenta como obstáculo dos mais difíceis de serem superados tendo em vista as exigências a serem cumpridas;
- a legislação brasileira, que por cautela e prudência, não dá de imediato a certidão de adoção plena da criança à família adotiva, gerando nesta intensa ansiedade que culmina na desistência da adoção em vez da aceitação da guarda provisória da criança, justificada como opção para evitar desgastes emocionais em ambas as partes.

Postulamos que crianças adotadas tardiamente e famílias que realizam a adoção tardia não estão fadadas ao insucesso, mas estão sim, ousando quebrar um paradigma e trabalhando em função da desconstrução de um mito. Não parabenizamos estes pais adotivos por serem mais piedosos, caridosos ou marcados pela presença de um espírito de doação próximo ao dos “santos”: não se trata de altruísmo apenas. Os parabenizamos pelo ato humanitário e político de dizer não a uma cultura engessada por mitos, medos e expectativas completamente desajustados e desumanizadores.

Queremos registrar uma importante afirmação e pontuar que a entendemos como síntese de nosso posicionamento teórico-empírico sobre a adoção tardia: mais do que o abandono, a rejeição e até mesmo os anos de institucionalização, vale e deve pesar a oportunidade de uma vida em família substituta bem estruturada, um espaço de acolhimento humanizado e uma boa educação, pautada principalmente sobre os princípios do respeito à dignidade e diversidade da pessoa humana.

2.6. Adoção por homossexuais

Esta modalidade de adoção se caracteriza pela mudança de objeto-alvo dos preconceitos e mitos que se encontram disseminados e constituintes da atual cultura. Se nas modalidades de adoção até o momento apresentadas os temores de seus postulantes e da própria sociedade recaiam sobre a criança (ou adolescente) a

ser adotada, seja por ela ter sido abandonada, negligenciada, institucionalizada ou por ser considerada velha demais para se integrar e se vincular ao seio de uma família, ou ainda por ser negra ou portadora de alguma necessidade especial, na modalidade de adoção ora em pauta o preconceito alveja os adotantes, portadores do estigma (GOFFMAN, 1988) que os coloca muitas vezes à margem da sociedade, sendo vitimados pela discriminação, exclusão e até mesmo pela violência, fruto de consciências e comportamentos homofóbicos. O preconceito pela homossexualidade, portanto, passa a contracenar com as dificuldades consideradas “tradicionais” em relação à adoção de crianças e adolescentes no Brasil, no sentido de serem conhecidas e já discutidas aqui e por vários outros pesquisadores do tema.

Podemos afirmar que o preconceito pela questão da homossexualidade, também histórico e socialmente construído, encontra sustentação no paradigma hegemônico que lhe é oposto – o da heterossexualidade –, tido como normal, desejável, e como forma saudável de estabelecimento de parcerias afetivo-sexuais, além de como princípio organizador da estrutura familiar. Isso posto, podemos afirmar que, em contrapartida, os relacionamentos homossexuais, ainda hoje são tidos como anormais, indesejáveis e como forma patológica de vinculação e relacionamento afetivo-sexual e, que no que diz respeito ao âmbito da estrutura familiar, são considerados o princípio representativo de potencial gerador de problemas, sobretudo psíquicos. É importante ressaltar que este não é o nosso posicionamento, mas uma tentativa de traduzir nossas percepções em relação ao que vimos (empirismo da vida cotidiana) e lemos (à revisão de literatura sobre a temática) (SANTOS, 2004; PERES, 2006; GRANATO, 2006; ARAÚJO et al., 2007; FARIAS; MAIA, 2009).

A pessoa homossexual, a quem o senso comum e a ciência muitas vezes se dirigem através dos termos: “de orientação sexual homossexual”, “homoafetivo”, “homoerótico”, “gay” (homem homossexual), “lésbica” (mulher homossexual), etc., ocupou, ao longo dos tempos e em diferentes culturas, situações ora de conforto ora de desconforto no convívio social. Segundo Farias e Maia (2009, *apud* SPENCER, 1996; CATONNÉ, 1994), autoras que historicizam o fenômeno da homossexualidade na antiguidade antes mesmo de existirem os primeiros códigos morais, como a lei mosaica (os Dez Mandamentos do judaísmo, posteriormente adotados pelo

cristianismo), pouco interessava o tipo de parceria estabelecida, ou seja, se homo ou heterossexual, interessava sim o fato de um ou outro parceiro atuar como agente passivo (penetrado pelo pênis) ou como agente ativo (penetrante), já que estas posições relacionavam-se diretamente ao *status* social de cada um. Este fato histórico e verificável em várias culturas (babilônica, grega, romana, chinesa) justifica a existência, ainda hoje, de um forte preconceito voltado para o homossexual passivo, cuja identidade se associa à da mulher – igualmente desprivilegiada no processo sócio-histórico que definiu os contornos de nossa sociedade eminentemente machista, não obstante o fato de podermos, hoje, falar de significativas mudanças ocorridas por força da modernidade e da pós-modernidade, culminando com a possibilidade da sua ocupação de novos e mais expressivos espaços, fruto de um crescente e qualitativo reconhecimento de seu papel na sociedade.

Com os processos de institucionalização da fé e da espiritualidade, estas entendidas como o sentimento de ligação do homem e a sua relação com o sagrado e o sobrenatural, que significou a invenção e desenvolvimento das primeiras religiões, intensificaram-se as construções de códigos morais e as referências a comportamentos em relação ao sexo tidas como admissíveis, corretas e não pecaminosas; contudo, sempre mais vinculadas à função reprodutiva do indivíduo do que à sua função de comunicação de afetos e promoção de prazer.

Esses códigos morais participaram de forma significativa dos processos de constituição da subjetividade humana ao longo da história das civilizações e são, de certa forma, responsáveis pela noção de certo e errado, de bom e de ruim, de aceitável e de condenável em relação ao sexo, ainda hoje vigente. Assim, uma família constituída a partir do modelo nuclear, com pai, mãe e filhos, representa a expressão exemplar do projeto familiar que atende aos princípios tidos como politicamente corretos e religiosamente dignos, afinado com o hegemônico paradigma da heterossexualidade. Por outro lado, uma família constituída, por exemplo, de dois homens homossexuais adultos em uma relação de parceria estável e exercendo a parentalidade dos filhos adotados ou provenientes de relações heterossexuais por eles anteriormente vividas tende a ser moralmente condenada, criticada e alvo das mais diversas formas do preconceito contra os homossexuais. O

mesmo poderia ser dito acerca das parcerias homossexuais estabelecidas por mulheres, se não fosse pelo fato de já ser delegado a elas, pelo lugar e papel do feminino que condicionalmente ocupam, a noção natural de exercício da maternidade, ou seja, uma crença social de que por serem mulheres poderão obter melhor êxito do que os gays (homens homossexuais) no processo de cuidado e educação dos filhos adotivos (FARIAS; MAIA, 2009), o que faz com que o efeito do preconceito sobre este segundo modelo de relacionamento seja mais brando.

A grande pergunta do senso comum em relação à adoção por homossexuais e, conseqüentemente, o elemento representativo de seus critérios de julgamento, centra-se na preocupação com o desenvolvimento da criança e o tamanho dos prejuízos que tal exercício de parentalidade poderia nela causar, visto que não seria possível, como ocorre com a maioria das crianças nascidas e criadas em famílias norteadas pelos princípios heterossexuais, encontrar-se e experienciar relações com figuras “coerentemente” paternas e maternas. Santos (2004, p. 110) afirma que “em relação aos gays e lésbicas e à parentalidade homossexual existem vários mitos, por exemplo, o de que são promíscuos, de que não seriam bons pais ou mães, de que poderiam influenciar na orientação afetivo-sexual dos filhos”. Tal percepção é corroborada por Farias e Maia (2009, p. 69), as quais verificam que

as maiores preocupações da sociedade em relação ao fato de um casal homossexual criar uma criança é o medo de que este abuse sexualmente da criança, que a orientação sexual desta seja influenciada pelo comportamento homossexual de seus pais ou que elas corram maiores riscos de terem problemas no desenvolvimento psicossocial.

Observa-se que as preocupações da sociedade em relação à adoção por homossexuais estão diretamente vinculadas aos preconceitos e à falta de informação sobre o tema, o que aponta para a existência de uma cultura ainda carente de aprimoramento, já que a tolerância ao diferente é baixa, ou em outras palavras, culturas em que ainda se verificam ações discriminatórias das *chamadas minorias* (afrodescendentes, índios, dependentes químicos, idosos, deficientes, homossexuais, etc.).

As representações sociais da homossexualidade (SCARDUA; SOUZA FILHO, 2006; ARAÚJO et al., 2007) estão muito apoiadas na presença de dúvidas e mitos acerca de uma vida frequentemente apontada como sendo marcada pela marginalidade, pelo comportamento desviante, promiscuidade, degeneração de caráter, má educação, lascívia, pecaminosidades, etc., o que nos permite verificar níveis homofóbicos de julgamento, enfrentamento e relacionamento da sociedade com os homossexuais; lembrando que o Brasil registra inúmeros casos de ataques violentos contra gays, realizados por gangues sobretudo nas grandes cidades.

A violência letal contra homossexuais – e mais especialmente contra travestis e transgêneros – é, sem dúvida, uma das faces mais trágicas da discriminação por orientação sexual ou homofobia no Brasil. Tal violência tem sido denunciada com bastante veemência pelo Movimento GLTB, por pesquisadores de diferentes universidades brasileiras e pelas organizações da sociedade civil, que têm procurado produzir dados de qualidade sobre essa situação. Com base em uma série de levantamentos feitos a partir de notícias sobre a violência contra homossexuais publicadas em jornais brasileiros, os dados divulgados pelo movimento homossexual são alarmantes, revelando que nos últimos anos centenas de gays, travestis e lésbicas foram assassinados no País. [...] Pesquisa realizada sobre o Disque Defesa Homossexual (DDH), da Secretaria de Segurança do Estado Rio de Janeiro, revelou que nos primeiros dezoito meses de existência do serviço (junho/1999 a dezembro/2000), foram recebidas 500 denúncias, demonstrando que além de um número significativo de assassinatos (6.3%), foram frequentes as denúncias de discriminação (20.2%), agressão física (18.7 %) e extorsão (10.3 %) (BRASIL, 2004, p. 16-17).

Outro aspecto que julgamos importante discutir é que, segundo pesquisadores do tema (HAMAD, 2002; PERES, 2006) a orientação sexual dos filhos não está diretamente vinculada à orientação sexual dos pais. Tal tese se justifica pela constatação lógica de que “se a orientação sexual dos pais influenciasse diretamente a dos filhos, nenhum homossexual poderia ter sido concebido e educado dentro de um modelo heterossexual de família” (FIGUEIRÊDO, 2005, *apud* FARIAS; MAIA, 2009, p. 69).

As figuras do masculino e do feminino, bem como as figuras materna e paterna, são sim importantes para o desenvolvimento psicossocial da criança, contudo, devemos considerar que o fato de uma criança estar inserida numa família de pais ou mães homossexuais, não implica que ela estará necessariamente

limitada ao contato com apenas um dos gêneros (só masculino no caso de casais gays ou só feminino no caso de casais lésbicos) e, assim, corra o risco de não perceber ou de não aprender que existem diferenças entre os gêneros, como se verifica nas preocupações do senso comum. Para dar conta deste “medo” ou “mito” que permeiam a atual cultura da adoção no Brasil, em especial sobre a adoção por homossexuais, lembra-nos Uziel (2002) que o universo da criança não se limita ao espaço geográfico de sua casa ou somente à sua convivência familiar; as diferenças entre os sexos e gêneros estão presentes no mundo e assim continuarão, e que a identidade da criança, que se constrói à medida que ela se relaciona com o *outro* diferente do *eu* desde seus primeiros dias de vida, se estabelecerá neste mundo, povoado por homens, mulheres, gays, lésbicas, transexuais, bissexuais, etc., ou seja, em um amplo universo de possibilidades e diversidades de identidades sexuais (PINTO; BRUNS, 2003).

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social – IBPS (2006) entrevistou 2.000 pessoas em todo o território nacional sobre o tema “Cidadania e Sexualidade” e obteve a posição favorável de 92% dos entrevistados em relação à necessidade de respeito aos direitos dos homossexuais. Os números revelam maior aceitação e tolerância da homossexualidade por parte dos entrevistados. Observemos: 82% afirmam que a convivência com pessoas homossexuais na família, no trabalho e na escola não gera problemas de relacionamento; 75% defendem que a união estável de homossexuais, deveria garantir aos dois parceiros os mesmos direitos já garantidos aos heterossexuais na mesma condição, ou seja, herança, registro do parceiro como dependente em planos de saúde e de previdência social público (INSS) e privado, bem como na declaração anual do imposto de renda. Contudo, importa ressaltar que 52% se manifestaram contra a adoção de crianças por duas pessoas do mesmo sexo vivendo em união estável; vale pontuar, ainda, que 95% se declararam heterossexuais.

No campo jurídico, conforme nos aponta Granato (2006), não existe ainda no Brasil um posicionamento claro a respeito da possibilidade de adoção por casais homossexuais. Nem o Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor a partir de

1990, nem tampouco a nova Legislação, de agosto de 2009, aborda este relevante tema de forma direta e objetiva.

Muito embora países como a Holanda, a Dinamarca e os Estados Unidos, entre outros, tenham legislações contempladoras do casamento e da adoção por homossexuais, o Brasil continua figurando no quadro dos países “conservadores”, principalmente no tocante ao tema em pauta. Recentemente perdeu a oportunidade de flexibilizar seu posicionamento ao redigir e sancionar um texto legislativo totalmente omissivo a esta questão, constituinte de uma novíssima legislação sobre adoção: Lei 12.010, sancionada em 3 de agosto de 2009.

Para casais homossexuais, o acesso à adoção no Brasil tem ocorrido graças às brechas presentes na Lei ou à posição de vanguarda de alguns magistrados, como se verifica neste depoimento:

A nosso ver, o homossexual pode, sim, adotar uma criança ou um adolescente (e pode, também, assumir sua guarda ou tutela). Mas o deferimento do pedido de colocação em família substituta dependerá, precipuamente, do comportamento dele frente à sua comunidade, isto é, ficará na dependência do juiz apurar a conduta social do requerente em casa, no trabalho, na escola, no clube, enfim, no meio social onde vive (GRANATO, 2006, p. 144).

As brechas na Lei referem-se ao fato de que havendo aval nas regras para adoção por um adulto solteiro⁶, este pode se apresentar a uma Vara da Infância e Juventude, inscrever-se como candidato à adoção e declarar ou não sua homossexualidade. Ele será avaliado pela equipe técnica e sendo considerado apto, passará a figurar no CNA na condição de pretendente. O fato de ter seu cadastro aprovado ou reprovado pode não necessariamente estar vinculado à sua declaração quanto à orientação sexual, mas tem sido este o caminho escolhido por muitos homossexuais que, temerosos pela recusa de seu pedido, pleiteiam assim a realização de seu projeto de constituição familiar.

⁶ Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente: Art. 42 – Podem adotar maiores de 21 anos, independente de estado civil (BRASIL, 1990, p. 16).

Decorrente dessa postura omissa dos legisladores brasileiros em reconhecer e possibilitar a oficialização das novas configurações familiares, sobretudo daquelas protagonizadas por homossexuais, um novo fenômeno chamado de “*gay baby-boom*” está, segundo Santos (2004), sendo observado. Este fenômeno faz referência às novas expressões e constituições familiares onde homossexuais femininas realizam adoções de crianças seguindo o trâmite legal acima mencionado ou geram seus próprios filhos por meio de fertilização *in vitro* e inseminação artificial, por exemplo, contando com a doação de espermatozoides advindos de homens hetero ou homossexuais, anônimos ou não. Uma alternativa para os homossexuais masculinos, também inscrita como expressão desse fenômeno, é a “barriga de aluguel”, que consiste na possibilidade do acompanhamento do processo gestacional de uma mulher paga para ser receptora do espermatozoide nela implantado pela técnica da inseminação artificial e na adoção pela modalidade *intuitu personae*, apresentada anteriormente, tão logo nasça a criança.

Esta admirável capacidade criativa de encontrar alternativas para a resolução de problemas ou para a realização de desejos em relação ao exercício da parentalidade entre os homossexuais poderia não ser necessária se em nossa cultura o preconceito contra estes não povoasse o imaginário dos cidadãos – dos mais cultos ao menos cultos.

CAPÍTULO II

Vida, obras e contribuições de Winnicott: nosso referencial teórico

As pessoas querem saber sobre os primórdios de suas vidas, e acho que elas devem saber. Poder-se-ia dizer que alguma coisa faltaria na sociedade humana se os filhos crescessem e fossem, por seu turno, pais e mães, mas sem saberem e reconhecerem o que as mães fizeram por eles no começo.

D. W. Winnicott

1. Quem foi Donald Woods Winnicott ?

Nascido em Plymouth, Inglaterra, aos 7 de abril de 1896, Donald Woods Winnicott foi o único filho homem do casal John Frederick Winnicott e Elizabeth Martha Woods Winnicott, ambos de origem metodista. Seu pai, comerciante bem sucedido e prefeito da cidade por dois mandatos, foi honrado com a conferência do título de Cavaleiro Inglês, entregue pessoalmente pelo então rei, George V, no Salão de Gala do Palácio de Buckingham. A mãe de Winnicott procurava cumprir com os fazeres instituídos pela cultura de sua época à figura feminina e materna gerenciando a vida doméstica da família, ou seja, cuidando das duas filhas (Violet e Kathleen) e dele próprio, o filho caçula do casal.

Sua constituição familiar é apresentada por estudiosos da psicanálise winnicottiana (WINNICOTT, 1995⁷; KAHR, 1998; MELLO FILHO, 2003) como próspera e feliz; porém, significativamente marcada pela ausência do pai no ambiente doméstico, uma vez que este se encontrava sempre muito envolvido com o trabalho. Tal fato expôs o pequeno Winnicott a um universo de relações interpessoais fortemente povoado pela presença feminina: a mãe, as irmãs, a babá,

⁷ Trata-se de Elsie Clare Nimmo Britton, segunda esposa de Winnicott e que assina suas publicações como Clare Winnicott.

a governanta, a cozinheira, a copeira, além das parentas (tias e primas) que residiam numa casa do outro lado da rua. Essa experiência de inserção num universo relacional com muitas presenças femininas parece justificar o interesse científico e profissional de Winnicott pela relação entre a criança e a figura materna, uma das principais características de sua vasta obra psicanalítica.

Aos 14 anos de idade, Winnicott foi estudar num internato, onde provavelmente tomou contato com as primeiras teorias de Charles Darwin, de quem se tornou admirador. A influência de Darwin na vida e na obra de Winnicott é bastante clara, tanto que seu ingresso na Universidade de Cambridge deu-se para cursar biologia e só, posteriormente, decidiu cursar medicina; essa influência darwiniana irá aparecer para Winnicott como uma tendência, uma espécie de espírito científico, que o remeterá à busca pela compreensão e explicação das “origens” da vida psíquica, através das pesquisas e da atuação profissional.

Winnicott interrompeu seu curso de medicina no período de 1914 a 1918, durante a Primeira Guerra Mundial, quando então serviu à Marinha Britânica na condição de aprendiz de cirurgião e oficial médico. Com o fim da guerra, após ter experimentado a perda de muitos amigos, fato que o fez desistir de sua pretensa atuação como médico cirurgião, Winnicott regressa ao curso de medicina e o conclui em 1920.

O ano de 1923 foi de grande importância para a vida pessoal e profissional de Winnicott: casou-se com Alice Taylor; foi indicado e contratado como médico do The Queen’s Hospital for Children e, subsequentemente, para o Paddington Green Hospital for Children, onde atuou como pediatra, psiquiatra infantil e psicanalista por aproximadamente 40 anos; iniciou sua análise pessoal com James Strachey, tradutor das obras completas de Sigmund Freud para o inglês. Vale dizer que Winnicott já se interessava pela psicanálise desde seu processo de formação em medicina, visto que a fim de tentar compreender suas próprias dificuldades para lembrar-se dos sonhos, teve o primeiro contato com uma publicação de Freud: A interpretação dos sonhos, publicada em 1900.

Para ilustrar a qualidade do vínculo e o grau de importância de Darwin, de Freud e da psicanálise na vida e obra de Winnicott, vejamos o que ele mesmo diz a

esse respeito no fragmento de seu discurso para o “Clube 1952”⁸ em janeiro de 1967:

De início, soube que – tal como todos, imagino, nesta sala – assim que descobri Freud e o método que ele nos deu para investigação e tratamento, estive de acordo com ele. Foi exatamente semelhante ao que aconteceu quando eu estava na escola, estudando Darwin, e, de repente, soube que gostava do que ele dizia. Senti isso de modo tremendo e imagino que, se houver algo que eu faça que não seja freudiano, gostaria de sabê-lo. Não me importa que não seja, mas apenas acho que Freud nos forneceu este método que podemos usar e não importa ao que ele nos conduz. O ponto é que ele nos leva a coisas; trata-se de uma maneira objetiva de examinar as coisas e é para pessoas que podem ir até algo sem idéias preconcebidas, o que, em certo sentido, é a ciência (WINNICOTT, 1967, *apud* WINNICOTT; SHEPHERD; DAVIS, 1994, p. 437).

Admitido na Sociedade Psicanalítica Britânica em 1927 e por esta formado analista de adultos em 1934 e analista de crianças em 1935, Winnicott foi, ao longo de sua carreira, acumulando conhecimentos e experiências que fizeram dele um ícone dentre os inúmeros e mais importantes nomes da psicanálise, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, onde esteve algumas vezes.

A especial atuação de Winnicott como pediatra e psiquiatra infantil junto às crianças evacuadas de Londres e de outras grandes cidades inglesas por causa da Segunda Guerra Mundial, propiciou-lhe a rica e sistemática observação, da qual normalmente se servem os pesquisadores, para a construção das teorias que fizeram de sua obra uma das mais significativas contribuições à psicanálise.

Por duas gestões consecutivas Winnicott presidiu a sociedade psicanalítica que o formou e foi o principal responsável, juntamente com John Bowlby (1907-1990), pela organização do *Middle Group*, também conhecido pelos nomes de Grupo Conciliador ou Grupo Independente. Dentro da Sociedade Psicanalítica Britânica, por questões de identidade teórica e política (WINNICOTT, 1995), este grupo diferenciava-se do grupo dos Freudianos, formado pelos psicanalistas mais ortodoxos e coordenado por Anna Freud, bem como do grupo dos Kleinianos,

⁸ O Clube 1952 era formado por um grupo de psicanalistas britânicos que se reunia informalmente e com os quais Winnicott esteve algumas vezes.

dirigido pela própria Melanie Klein – esta também importante contribuidora da formação psicanalítica de Winnicott.

A segunda metade da carreira científica e profissional de Winnicott foi marcada por importantes publicações; por inúmeras participações em programas de rádio e em congressos; por palestras e conferências em vários países; e por sua significativa presença em entidades inglesas e internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e a Organização Mundial da Saúde – OMS, onde atuou como membro consultor nos grupos de especialistas para assuntos referentes à educação e cuidados com a infância. Atuou, ainda, como professor do Instituto de Educação e da Escola de Economia de Londres, ambos pertencentes à Universidade de Londres.

Em 1951, Winnicott divorciou-se de sua primeira esposa, vindo a casar-se com Elsie Clare Nimmo Britton, assistente social psiquiátrica e psicanalista que muito contribuiu com o processo de organização e publicação de inúmeros materiais escritos por Winnicott, mas não publicados antes de sua morte, ocorrida em 28 de janeiro de 1971, por complicações cardíacas.

2. Visitando a obra de Winnicott

Como afirmam Shepherd, Johns e Robinson (1997), Winnicott deixou um vasto número de artigos, palestras e outros textos não-publicados, escritos ao longo dos 40 anos de sua carreira e que somente com a colaboração de sua viúva, Clare Winnicott, puderam vir a público. Com isto, podemos afirmar que Winnicott tem gozado hoje de muito mais atenção e prestígio por parte da comunidade científica do que durante o período em que esteve vivo e produzindo.

A obra de Winnicott representa para a psicanálise mais do que um simples acréscimo ou impulso na direção de seu desenvolvimento e aprimoramento. Para além da mera apresentação de novos conceitos e teorias, de novas técnicas analíticas e da socialização de casos desafiadores, seu trabalho representa uma

verdadeira mudança de paradigma (KUHN, 1994), podendo mesmo ser intitulado como uma psicanálise não-edípiana (LOPARIC, 1997).

A teorização de Freud em torno do complexo de Édipo (FREUD, 1996b), coloca a diferença e a relação entre os sexos como eixo central do processo de desenvolvimento psicológico humano: o menino elege a mãe como objeto de desejo e toma o pai como seu rival e a menina, ao contrário, rivaliza com a mãe por causa de seu amor pelo pai. Assim sendo, o menino e a menina vão se tornando vítimas da angústia gerada por tal conflito: a impossibilidade de ter para si a mãe e o pai, respectivamente. Sentindo-se castrados pela força da lei, ou noutros termos, impedidos pelo tabu do incesto (FREUD, 1996f), os filhos não realizam o desejo de ter para si o objeto amado tanto quanto e da forma que gostariam. Este conflito (edípiano) que se registra sob a forma de uma experiência frustrante para o menino e a menina que crescem, se inscreve na teoria psicanalítica freudiana como parte fundamental do processo de amadurecimento do aparelho psíquico; como marco inicial do desenvolvimento da sexualidade infantil; como justificativa à repressão inconsciente, provável causa das neuroses; e torna-se um dos temas de maior interesse para o trabalho analítico, constituindo-se, inclusive, a descoberta essencial para a criação e fundamentação do método de tratamento das neuroses. Assim, o papel seminal e a importância dada ao complexo de Édipo por Freud e alguns de seus seguidores no corpo teórico da psicanálise, fazem dele próprio um paradigma. Temos, então, em Freud, uma psicanálise edípiana.

Ao longo dos anos, Winnicott foi identificando em seu trabalho analítico pontos que julgava falhos ou carentes de aprimoramento na teoria tradicional freudiana, sobretudo algumas formas de sofrimento psíquico fortemente marcadas pela presença da angústia, mas que não representavam regressões ou fixações pré-genitais resultantes das experiências de conflitos relacionados ao complexo de Édipo. Muito embora o próprio Freud tenha feito revisões sobre o tema, bem como também o tenha feito Melanie Klein ao teorizar sobre o Édipo precoce (KLEIN, 1996), Winnicott viu que alguns problemas, os quais chamou de “agonias impensáveis” ou “angústias de aniquilação” poderiam ser identificados, mas não solucionados considerando a teoria da situação edípica. Vejamos:

Quando comecei a tentar aprender o que havia para ser aprendido a respeito da psicanálise, descobri que, naqueles dias, estávamos sendo ensinados a respeito de tudo em termos do complexo de Édipo dos 2, 3 e 4 anos de idade e da regressão quanto a ele. Foi muito aflitivo para mim, alguém que havia estado examinando bebês, mães e bebês, por longo tempo (de dez a 15 anos já), descobrir que isso era assim, porque eu sabia que já havia visto um bocado de bebês já começarem doentes e outro bocado deles tornar-se doente cedo (WINNICOTT, 1967, *apud* WINNICOTT; SHEPHERD; DAVIS, 1994, p. 437-438).

O caso de um bebê de vinte e dois meses, filho de pais inteligentes e considerados por Winnicott como “normais”, que desenvolveu uma neurose obsessiva a partir dos doze meses, ilustra bem o início de suas postulações rumo ao novo paradigma psicanalítico – o não-edípiano, portanto – que desejamos apresentar como marca registrada de sua obra.

Os pais perguntaram: ‘Bem, o que fazemos?’ e eu pude pegar a teoria psicanalítica e dizer-lhes: ‘Façam isso’. E eles o fizeram, e a criança abandonou a organização obsessiva e foi em frente. Tratou-se de uma aplicação totalmente direta. Parece-me que haver dito isto agora é pura e simplesmente experiência ordinária, mas dizê-lo em 1935, neste país, seria defrontar-se com a objeção: ‘Mas isso não pode acontecer’. Não havia uma audiência para isso, por causa do fato de que, para ter uma neurose obsessiva, ter-se-ia de haver tido uma regressão quanto a dificuldades no estágio edípico aos três anos. Sei que estou elaborando demais este ponto, mas tratou-se de algo que me forneceu uma linha. Pensei comigo: vou demonstrar que bebês ficam enfermos muito cedo, e, se a teoria não se ajustar a isso, ela terá de ajustar a si própria. E foi assim (WINNICOTT, 1967, *apud* WINNICOTT; SHEPHERD; DAVIS, 1994, p. 438).

Para Winnicott, essa angústia capaz de fazer adoecer o bebê, mesmo antes de este poder ser tomado como indivíduo, ou seja, dono de um *eu* diferenciado do *não-eu* que virá a ser sua própria mãe na fase do amadurecimento humano intitulada integração⁹, origina-se da sua relação com o ambiente e se estabelece, portanto, através de seu encontro com o mundo, que pode, por diferentes motivos, parecer-lhe inesperado, incompreensível e, por isso mesmo, ameaçador. Deste fato,

⁹ Winnicott descreveu três processos principais que configuram o desenvolvimento do bebê: *integração, personalização e adaptação à realidade*. Definiu ainda que tais processos são aquisições interdependentes e que não se completam inteiramente, mas que acompanham o ser humano por todo seu existir, representando um constante caminho rumo ao desenvolvimento (WINNICOTT, 1983).

sistematicamente observado por Winnicott na relação terapêutica que estabeleceu com bebês e adultos ao longo de seus muitos anos de trabalho analítico, como veremos adiante, partem as premissas fundamentais de sua teoria.

Para Winnicott, o ser humano ocupa inicialmente uma posição de extrema dependência e fragilidade frente à vida e se vê incapaz (ou absolutamente impotente) de rivalizar com alguém – seja este alguém a mãe ou o pai. O bebê de Winnicott, sendo menino ou menina, não é um Édipo em potencial, mas sim um ser tão frágil que sem a presença cuidadora do outro se vê impedido de seguir adiante em seu processo de existir. Sem o ambiente acolhedor, seguro e, portanto, protegido, garantido pela atitude especial da mãe no exercício da função de *holding*¹⁰ – um dos conceitos mais importantes da psicanálise winnicottiana – a criança corre o risco de não se desenvolver rumo à integração, mas de passar de um estado de não-integração a uma experiência de desintegração, de aniquilamento, marcada pela sensação de despedaçamento, de queda em abismo e de desconexão entre os membros do corpo (WINNICOTT, 1983).

Para Winnicott, então, distúrbios psíquicos como as psicoses, a tendência antissocial, os comportamentos delinquentes, os distúrbios de caráter (psicopatias) não mais poderiam ser explicados e tratados a partir da idéia central presente na teoria clássica de Freud sobre o complexo de Édipo, uma vez que não poderiam mais ser vistos tão somente como regressão a um ponto de fixação da libido a fases pré-genitais ou como falhas no processo de desenvolvimento instintivo (pulsional) do indivíduo na evolução da função sexual, mas sim por uma teoria do desenvolvimento que assume a tendência à independência e autonomia como norte, ou seja, uma teoria do amadurecimento humano (WINNICOTT, 1994); amadurecimento este que se dá em meio a incertezas e instabilidades, mas que deve levar o ser humano a uma integração progressiva por meio de sua relação com o ambiente suficientemente bom (WINNICOTT, 1983, 1994).

¹⁰ *Holding*, para Winnicott, quer dizer sustentação, ou seja, “tudo o que a mãe faz no cuidado físico de seu bebê, inclusive largá-lo quando chega o momento para a experiência impessoal de ser sustentado por materiais não-humanos adequados” (WINNICOTT, 1994, p. 201) e que permite ao bebê a experiência de segurança, de estar sendo cuidado e de resposta positiva frente às suas angústias de aniquilação.

Esta posição teórica assumida por Winnicott demarcará a principal diferença entre sua obra e o que já tinha sido escrito, ensinado e, conseqüentemente, assimilado como *status* de verdade pela comunidade psicanalítica de seu tempo. Conforme nos aponta Loparic (1997), a mudança paradigmática que a obra de Winnicott representa mais fortemente centra-se em sua teoria do amadurecimento humano (WINNICOTT, 1983), na idéia do bebê no colo da mãe e – fazendo menção à teoria do complexo de Édipo – não mais na idéia do filho enquanto andarilho na cama da mãe.

À luz da leitura de Loparic (1997), podemos traçar um paralelo e diferenciar a psicanálise que aqui estamos chamando de “clássica” ou “edipiana” das descobertas feitas por Winnicott em sua obra psicanalítica:

No lugar do sujeito com a constituição biológico-dinâmico-mental, o bebê que tem como única herança o processo de amadurecimento (que não é nem biológico, nem dinâmico, nem mental); no lugar da mãe-objeto pulsional, a mãe-ambiente; no lugar da experiência de satisfação instintual, as necessidades oriundas do próprio existir; no lugar da sexualidade infantil, a dependência; no lugar da mãe libidinal, a mãe da preocupação primária; no lugar da situação intramundana determinante a três, o bebê num mundo subjetivo de dois-em-um, próximo do estado de não ser. No essencial, a teoria da progressão programada das zonas erógenas fica substituída pelo processo sempre incerto e instável de integração progressiva do indivíduo (p. 380).

Passaremos agora a expor uma síntese das teorias e conceitos de Winnicott que consideramos mais importantes para este nosso trabalho, ou seja, que se relacionam intimamente com o fenômeno aqui indagado: a parentalidade de adultos adotados. Para tanto, além das obras completas de Winnicott, nos guiaremos através da organização didática dos pontos teóricos considerados por Mello Filho (2003) como os mais importantes elementos da psicanálise winnicottiana e responsáveis pela constituição de sua identidade e, conseqüentemente, por sua diferenciação em relação a outros teóricos psicanalistas.

1. Na teoria do desenvolvimento emocional de Winnicott, também chamada de “processos de maturação” (WINNICOTT, 1983), vê-se o resultado de suas

observações sobre a relação mãe-bebê e, conseqüentemente, suas conclusões sobre as influências que a família e o ambiente podem exercer sobre o processo de desenvolvimento humano. Considerando o postulado winnicottiano de que o desenvolvimento emocional pode ser metaforicamente entendido como uma jornada rumo à independência, apresentamos os três distintos momentos constituintes desta fase, porém interdependentemente ligados:

a. Dependência absoluta: refere-se ao período em que o bebê é completamente dependente dos cuidados materno-ambientais por um lado (WINNICOTT, 2006) e independente por outro, considerando, como teorizou Winnicott (1983), sua predisposição aos processos de maturação herdados filogeneticamente.

Este é um paradoxo que precisamos examinar. Há tudo o que é herdado, incluindo os processos de maturação, e talvez tendências patológicas herdadas; estas têm uma realidade própria, e ninguém pode alterá-las; ao mesmo tempo o processo maturativo depende para a sua evolução da provisão do ambiente. Podemos dizer que o ambiente favorável torna possível o progresso continuado dos processos de maturação. Mas o ambiente não faz a criança. Na melhor das hipóteses possibilita à criança concretizar seu potencial (WINNICOTT, 1983, p. 81).

O bebê não é, portanto, uma obra prima da mãe e do pai, tal qual o artista pode afirmar que o é uma de suas pinturas ou esculturas; em seu processo de maturação, ele, por si, vai se esculpindo e se pintando para atingir uma forma e um movimento de tons e cores que não é determinado pelos pais absolutamente, mas fruto da tríplice relação: pais-criança-ambiente. Mãe e pai são os iniciadores e podem também ser os facilitadores de um processo de desenvolvimento que resulta da oportunidade de um primeiro ambiente que é interno à mãe (útero; processo gestacional), que depois passa a ser externo à mãe (o seu colo; a amamentação; a preocupação materna primária¹¹) e, ainda posteriormente, um lar que pode vir a ser suficientemente bom. Os pais, conforme afirma Winnicott (1983), tornam-se

¹¹ “Ao chegar ao fim da gravidez e nas primeiras semanas depois do nascimento de uma criança a mãe está preocupada com (ou melhor, ‘devotada ao’) o cuidado de seu nenê, que de início parece ser parte dela mesma; além disso ela está muito identificada com o nenê e sabe muito bem como é que o nenê está se sentindo” (WINNICOTT, 1983, p. 81).

dependentes das tendências hereditárias presentes no filho que tiveram e deixam de ser protagonistas de seu processo maturacional, podendo fazer apenas esta participação e dar esta contribuição: prover um ambiente facilitador que não bloqueie o processo de maturação do filho. Os pais são, portanto, os protetores do vir-a-ser de seu filho.

b. Dependência relativa: é representada por uma adaptação à sequência de falhas no próprio processo adaptativo da criança, que antes se via prontamente satisfeita, em termos de suas necessidades, pela mãe da preocupação materna primária. Segundo Winnicott (1983, p. 83), “é parte do repertório da grande maioria das mães prover uma desadaptação gradativa, e isso está muito bem orientado para o rápido desenvolvimento que o lactente revela”. A essência vivencial deste estágio reside na gradativa apresentação do mundo à criança que, por sua vez, só pode ser eficaz se realizada por alguém muito devotado a ela – uma mãe suficientemente boa –, pois do contrário poderia ser, para a criança, uma introdução confusa a uma realidade igualmente confusa.

Como resultado deste estágio, a criança começa a tornar-se consciente de sua dependência em relação à mãe.

Quando a mãe está longe por um tempo superior ao da sua capacidade de crer em sua sobrevivência, aparece a ansiedade, e este é o primeiro sinal que a criança percebe. Antes disso, se a mãe está ausente, o lactente simplesmente falha em se beneficiar de sua habilidade especial de evitar irritações ou incômodos, e certos desenvolvimentos essenciais na estrutura do ego falham em ser estabelecidas (WINNICOTT, 1983, p. 81).

Gradativamente tomando ciência de que necessita da mãe, a criança vai também percebendo a existência dessa mãe como um *não-eu* e vai se percebendo como um *eu*, caminhando rumo ao estágio posterior de seu processo de maturação, intitulado por Winnicott (1983, p. 87) como “rumo à independência”.

c. Rumo à independência: estágio em que já é possível à criança, normalmente em idade pré-escolar ou no início de sua puberdade, ir realizando seu confronto com o mundo e as complexidades que o constituem, tomando o mundo

como reflexo do que já conhece e reconhece como presente dentro de si mesma, ou seja, vai se identificando com a sociedade enquanto exemplo de seu próprio mundo pessoal. Este estágio segue o ser humano por todo o seu existir, pois, como afirma Winnicott (1983, p. 87):

Deve-se esperar que os adultos continuem o processo de crescer e amadurecer, uma vez que eles raramente atingem a maturidade completa. Mas, uma vez que eles tenham encontrado um lugar na sociedade através do trabalho, e tenham talvez se casado ou se estabelecido em algum padrão que seja uma conciliação entre imitar os pais e desafiadoramente estabelecer uma identidade pessoal, uma vez que esses desenvolvimentos tenham lugar pode-se dizer que se iniciou a vida adulta.

2. Na Teoria dos objetos transacionais e fenômenos transacionais, Winnicott (1975) defende a idéia de que alguns objetos podem ser eleitos pela criança em momentos especiais de sua rotina diária – mas principalmente durante o sono – com o objetivo de preparar uma transição entre a relação que este primeiramente constrói com a mãe (relação oral) e a relação que irá construir com a realidade (verdadeira relação de objeto). Observa-se tal fenômeno entre os quatro ou seis e oito ou doze meses de idade (fase do desmame).

Nas palavras do autor, os objetos transacionais representam a “primeira possessão da criança” que representa um “não-eu” (WINNICOTT, 1975, p. 13), não havendo “diferença digna de nota entre menino e menina em seu uso” (WINNICOTT, 1975, p. 18). Assim, este objeto eleito (objeto transacional) pode ser, tanto para o menino quanto para a menina, desde um cobertor até um ursinho, de uma boneca a um travesseiro ou pedaço de pano (manta, fralda, etc.), um brinquedo macio ou duro, etc. Comportamentos como murmúrios, movimentos bucais, ruídos anais, as primeiras notas musicais entoadas pela criança, o recolher de um bocado de lã para acariciar-se ou até mesmo para engolir, são chamados por Winnicott (1975) de fenômenos transacionais e cumprem a mesma função dos objetos transacionais.

Algumas qualidades especiais do objeto e fenômeno transacionais são assim descritas por Winnicott (1975, p. 18-19):

1. O bebê assume direitos sobre o objeto e concordamos com esse assumir. Não obstante, certa ab-rogação da onipotência desde o início constitui uma das características.
2. O objeto é afetuosamente acariciado, bem como excitadamente amado e mutilado.
3. Ele nunca deve mudar, a menos que seja mudado pelo bebê.
4. Deve sobreviver ao amor instintual, ao odiar também e à agressividade pura, se esta for uma característica.
5. Contudo, deve parecer, ao bebê que lhe dá calor, ou que se move, ou que possui textura, ou que faz algo que pareça mostrar que tem vitalidade ou realidade próprias.
6. Ele é oriundo do exterior, segundo nosso ponto de vista, mas não é, segundo o ponto de vista do bebê. Tampouco provém de dentro; não é uma alucinação.
7. Seu destino é permitir que seja gradativamente descatexizado, de maneira que, com o curso dos anos, se torne não tanto esquecido, mas relegado ao limbo.

Os objetos transacionais e fenômenos transacionais vão sendo deixados de lado pela criança que goza de boa saúde emocional. Não são internalizados, nem são esquecidos totalmente. Eles vão simplesmente perdendo significado, o que representa uma já concretizada transição entre a realidade psíquica interna e o mundo externo na criança (WINNICOTT, 1975) e vão, assim, abrindo as portas para a capacidade da criança de simbolizar, permitindo-lhe estabelecer uma crescente distinção entre fato e fantasia, entre o criado por ela e o percebido verdadeiramente enquanto resultado de sua relação com o mundo.

3. Em sua Teoria do espaço, Winnicott (1975) postula sobre a existência de um espaço potencial, ou seja, um espaço intermediário entre a realidade interna e a realidade externa, existente entre o bebê e a mãe, a partir do qual ocorrerão as atividades da criança (como o jogar e o brincar) e que a prepara para as atividades de socialização, de vinculação com a produção cultural de seu contexto espaço-temporal e seu fazer criativo. Como afirma Winnicott (1975, p. 152):

Esse espaço potencial é extremamente variável de indivíduo para indivíduo e seu fundamento está na confiança que a mãe inspira ao bebê, confiança experimentada por um período suficientemente longo, no estágio da separação entre o não-eu e o eu, quando o estabelecimento de um eu (*self*) autônomo se encontra no estágio inicial.

4. A Teoria do *self* está para a obra de Winnicott como a teoria do funcionamento do aparelho psíquico está para a obra de Freud; segundo Mello Filho (2003, p. 149), “poucas contribuições de Winnicott alcançaram tanta notoriedade entre os psicanalistas como as noções de verdadeiro e falso *self*”.

Nesta teoria, Winnicott postula sobre a constituição de um *self* verdadeiro e de um *self* falso, sendo o primeiro espontâneo e criativo, responsável pela experiência de realização, de alegria e da saúde mental da criança e adulto vindouro, enquanto o segundo constitui-se a partir de um mecanismo artificial, motivado pela submissão e pela necessária adaptação ao meio que se torna presente para a criança cuja mãe e ambiente não se lhes apresentam como suficientemente bons. Vejamos o que diz o próprio Winnicott (1983, p. 133) a respeito:

A mãe suficientemente boa alimenta a onipotência do lactente e até certo ponto vê sentido nisso. E o faz repetidamente. Um *self* verdadeiro começa a ter vida, através da força dada ao fraco ego do lactente pela complementação pela mãe das expressões de onipotência do lactente. A mãe que não é suficientemente boa não é capaz de complementar a onipotência do lactente, e assim falha repetidamente em satisfazer o gesto do lactente; ao invés, ela o substitui por seu próprio gesto, que deve ser validado pela submissão do lactente. Essa submissão por parte do lactente é o estágio inicial do falso *self*, e resulta da inabilidade da mãe de sentir as necessidades do lactente.

A consequência extrema de um falso *self* constituído, demonstra Winnicott (1983), é que o *self* verdadeiro se torna oculto e, como resultado de sua frágil ou fraca atuação, a espontaneidade do lactente fica obinubilada. Por sua vez, o aspecto ou a prática da submissão é tomado como principal e, para evitar as sensações resultantes da angústia gerada pelo risco de aniquilamento, despedaçamento, queda e abandono, presentificado pela ausência de complementação da mãe-ambiente em relação à onipotência do lactente, este vai se tornando um exímio imitador. Segundo Winnicott (1983, p. 135), “o *self* verdadeiro é a posição teórica de onde vem o gesto espontâneo e a idéia pessoal. O gesto espontâneo é o *self* verdadeiro em ação”.

Assim, impedi-lo de se desenvolver é, sem dúvida nenhuma, comprometer o potencial (o vir-a-ser) espontâneo e criativo do ser humano em processo de desenvolvimento.

5. A Teoria da tendência antissocial. Um profundo estudo dos distúrbios de comportamento ou distúrbios de caráter (como nomeava Winnicott) – que vão desde a gula e a enurese noturna, num extremo considerado menos grave, até as perversões e a grande maioria das psicopatias, no extremo considerado mais severo em termos de comprometimento psíquico – resultou das observações e intervenções de Winnicott junto às crianças inglesas evacuadas¹² durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tais estudos renderam a Winnicott uma série de artigos, entrevistas e a publicação de um livro onde trata exclusivamente desse tema: *Privação e delinquência* (WINNICOTT, 2005), publicado em 1984, após sua morte, com a especial colaboração de Clare Winnicott.

Sobre a evacuação das crianças inglesas assim se pronunciavam Winnicott e seus colaboradores no trabalho com crianças, Jonh Bowlby e Emanuel Miller, num texto publicado em 1939 no *British Medical Journal*:

A evacuação de crianças pequenas, entre 2 e 5 anos de idade, envolve sérios problemas psicológicos. Tem-se pensado em planos de evacuação, e antes que se completem desejamos chamar a atenção para esses problemas. [...] Entre muitas pesquisas realizadas sobre o assunto, podemos citar uma investigação recente levada a efeito por um de nós, na Child Guidance Clinic de Londres. Ela mostrou que um importante fator externo na causação da delinquência persistente é a separação prolongada de uma criança pequena de sua mãe. Mais da metade de uma série estatisticamente válida de casos investigados sofrera separação da mãe e do ambiente familiar por período de seis meses ou mais, durante os primeiros cinco anos de vida (WINNICOTT, 2005, p. 9).

Em síntese, Winnicott (2005) estabelece as causas da tendência antissocial e a vincula diretamente à experiência de privação vivida pelo indivíduo na infância, diferentemente do que a teoria mais clássica psicanalítica postulava até então. Esta

¹² As crianças eram retiradas de suas famílias e cidades e encaminhadas a abrigos ou a outras residências familiares por diversos motivos, a saber: morte dos pais nos conflitos da guerra (orfandade); redução do risco de morte em virtude dos maciços bombardeios; liberação dos pais para o serviço militar e as mães para o trabalho nas fábricas, etc.

última atribuía à delinqüência ou criminalidade juvenil uma etiologia centrada no conflito interno (ambivalência inconsciente): quando o ódio ou desejo de destruição era dirigido à pessoa amada, gerava-se uma culpa que não se justificava conscientemente; esta culpa, ao se acumular pela ausência de uma adequada sublimação ou oportunidade de reparação, remetia o sujeito a uma ação concreta (normalmente violenta ou moralmente condenável) que o faria sentir-se culpado.

Consideramos ainda importante pontuar que a visão de Winnicott (2005) sobre o ato infracional – uma forma de expressão da delinqüência ou da tendência antissocial, tais como o roubo, a mentira, a destrutividade e o constante desafio às normas estabelecidas – representa um sinal positivo de esperança, ou seja, é reflexo de que o indivíduo ainda crê na possibilidade de que o ambiente possa corrigir suas falhas e oferecer-lhe outra forma de acolhimento, de integração.

A delinqüência indica que alguma esperança subsiste. Vocês verão que, quando a criança se comporta de modo antissocial, não se trata necessariamente de uma doença, e o comportamento antissocial nada mais é, por vezes, do que um SOS, pedindo o controle de pessoas fortes, amorosas e confiantes. Entretanto, a maioria dos delinqüentes são, em certa medida, doentes, e a palavra doença torna-se apropriada pelo fato de que, em muitos casos, o sentimento de segurança não chegou à vida da criança a tempo de ser incorporado às suas crenças (WINNICOTT, 2005, p. 131).

Esperamos que a breve exposição destes tópicos da obra de Winnicott, sinalize a exata dimensão da importância e contribuição que este autor representa para nossa pesquisa com adultos adotados e para a compreensão do modo como estes exercem sua parentalidade, razão pela qual o escolhemos como nosso referencial teórico.

Poderíamos ainda mencionar outras teorias presentes na obra de Winnicott, que com igual importância em relação às aqui citadas têm seu incomensurável valor de contribuição à psicanálise, tais como a Teoria dos impulsos, da comunicação, da regressão, do *setting*, da contratransferência e a Teoria psicossomática. Contudo, e para não nos estendermos ainda mais, encerraremos aqui esta exposição,

dedicando as próximas páginas à visibilidade do posicionamento teórico-prático de Winnicott em relação ao nosso tema de base: a adoção.

3. Contribuições de Winnicott para nosso campo de pesquisa: a adoção

São várias as referências que Winnicott faz ao tema da adoção e suas discussões acerca da experiência da perda e separação da mãe e da família como um acontecimento digno de preocupação e provável causador de danos ao desenvolvimento emocional da criança. Neste sentido, podemos destacar os seguintes textos: “A criança evacuada”, “O regresso da criança evacuada” e “De novo em casa”, todos datados de 1945 e publicados como parte integrante do livro “Privação e delinquência” (WINNICOTT, 2005).

Os conteúdos da obra de Winnicott que consideramos caros ao nosso trabalho de pesquisa foram primeiramente divulgados como palestras radiofônicas transmitidas pela BBC de Londres em 1945. Nelas, Winnicott dirigiu-se aos pais e, especialmente, aos pais adotivos, apresentando-lhes suas reflexões e orientações sobre os efeitos da evacuação das crianças durante sua permanência em família substituta ou nos abrigos da época, tempo este que para algumas crianças foi provisório e para outras se tornou definitivo.

Vejamos um trecho de uma dessas palestras:

Os cuidados físicos de uma criança já são, por si sós, uma grande coisa. Manter a criança saudável e livre de doenças requer vigilância constante e, durante o longo período de evacuação, certamente houve ocasiões em que você teve de assumir a responsabilidade por enfermidades físicas, o que é algo muito mais difícil quando a criança não pertence à família do que quando se trata do próprio filho. Você cuidou do corpo da criança; mas a evacuação deve ter levado muita gente a se dar conta de que esses cuidados são apenas parte de algo muito mais amplo: os cuidados à criança como um todo, à criança que é um ser humano com uma necessidade constante de amor e compreensão arguta. A questão é que vocês, pais

adotivos, fizeram muito mais do que fornecer alimento, roupa e conforto (WINNICOTT, 2005, p. 42)¹³.

Como não nos é possível reprodução mais extensa dos textos originais de Winnicott – nem é mesmo este nosso objetivo aqui – queremos apenas ressaltar que o autor, para além da preocupação com as crianças, soube enaltecer e valorizar, neste texto especificamente, a atitude daqueles pais adotivos que se disponibilizaram a receber em suas casas crianças evacuadas, dando a elas um lar no momento em que, distantes temporária ou definitivamente de seus pais biológicos, corriam o risco muito concreto de aniquilamento. Winnicott (2005) afirma em um determinado ponto que a estes pais adotivos deveria ser concedida uma medalha. Através de todo esse esforço de Winnicott por reconhecer e valorizar a figura dos pais adotivos, apreendemos algo que desejamos pontuar a cerca de sua pessoa, ultrapassando, portanto, seu compromisso com um tipo exemplar de profissionalismo: a percepção de uma “humanidade” e de uma “sensibilidade” que certamente são marcas diferenciadoras de seu caráter, claramente refletidas em sua obra.

Avaliando os efeitos da separação entre a criança e sua família no período da evacuação, bem como seu regresso à família de origem após a guerra, afirma Winnicott (2005, p. 47-51)¹⁴:

Existem muitos tipos diferentes de crianças, de alojamentos e de lares. Num extremo estão as crianças que simplesmente voltam para casa e se instalam com desenvoltura; no outro extremo, haverá crianças que se adaptaram tão bem aos seus lares adotivos que a ordem de voltar para casa será recebida como um verdadeiro choque. [...] Em dois ou três anos de separação, mãe e filho mudaram, mais especialmente a criança, para quem três anos é uma grande parte da vida. É trágico pensar que tantos pais tiveram que perder essa coisa fugaz, a infância de seus próprios filhos. Depois de três anos ela é a mesma pessoa, mas perdeu tudo aquilo que caracteriza uma criança de seis anos, pois agora está com nove. E além disso – é claro – mesmo que a casa tenha escapado aos danos das bombas, mesmo que esteja exatamente como era quando a criança foi evacuada, parecerá muito menor, porque a criança está muito maior.

¹³ Palestra radiofônica proferida em 1945, dirigida a pais adotivos e intitulada: A criança evacuada.

¹⁴ Palestra radiofônica proferida em 1945 e intitulada: O regresso da criança evacuada.

Já ao se referir ao retorno das crianças ao lar, assim pronunciou-se Winnicott, quase poeticamente:

Eis as crianças de novo em casa, enchendo nossos ouvidos com sons que durante muito tempo estiveram quase mortos. [...] As escolas estão reabrindo. Os parques programam-se para receber seus antigos fregueses: mães e carrinhos de bebês, crianças de todos os tamanhos, formas e cores. As ruas de pouco movimento converteram-se em campos de futebol ou de críquete, com as crianças adaptando-se gradualmente ao tráfego urbano. [...] Marcas de giz reaparecem nas calçadas, onde as meninas pulam amarelinha; e quando o tempo é bom e não há nada para fazer, podemos ver meninos e meninas plantando bananeira ou equilibrando-se com as mãos no chão e os pés apoiados nos muros. Na minha opinião, o mais comovente é que na hora das refeições todas essas crianças correm para casa para comer refeições preparadas pelas suas próprias mães. Comer em casa significa muito, quer para a mãe que tem o trabalho de obter o alimento e de cozinhá-los, quer para as crianças que os comem! E ainda há a hora do banho, a hora de ir para cama e o beijo de boa-noite; todas essas coisas fazem parte da privacidade e nós não as vemos, mas sabemos que elas existem. Essa é a substância de que se faz um lar (WINNICOTT, 2005, p. 53-54)¹⁵.

Novamente torna-se possível captar nestas exposições de Winnicott sua sensibilidade e apressado pela situação das crianças que, no reencontro com suas famílias, puderam retomar o rumo de suas vidas, tão modificadas durante e também provavelmente o pós-guerra.

Com dois capítulos integralmente dedicados ao tema da adoção de crianças e outro versando sobre aspectos particulares do processo de desenvolvimento de adolescentes adotados, o livro organizado por Shepherd, Johns e Robinson (1997)¹⁶, intitulado “D. W. Winnicott: pensando sobre crianças”, torna-se uma importante referência para nosso trabalho.

“Duas crianças adotadas” (1953) é o primeiro destes textos e apresenta os casos de crianças adotivas – Peter e Margaret – acompanhadas por Winnicott que, embora adotadas pela mesma família, tiveram resultados diferentes em termos de

¹⁵ Palestra radiofônica proferida em 1945, dirigida a pais e intitulada: De novo em casa.

¹⁶ Esta publicação comemora o centenário de nascimento de Winnicott e recebeu, como outras de suas publicações póstumas, a colaboração de Clare Winnicott.

experiência de vida e qualidade de desenvolvimento psicológico. Segundo o autor, Peter cresceu com nítida desenvoltura emocional e Margaret, em suas próprias palavras, “moderadamente perturbada” (WINNICOTT, 1953, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997, p. 120). A oportunidade de atendimento e acompanhamento longitudinal de Peter e Margaret, além de outros casos semelhantes, fez Winnicott postular que:

- Uma adoção, quando bem sucedida, representa uma história humana comum e, como tal, possui suas variações, contratempos e perturbações. Somente conhecendo o típico da história humana comum é que se pode compreender os problemas verdadeiramente advindos da adoção ou relacionados a ela.
- Há algo de diferente, tanto para os pais quanto para as crianças, na vivência da adoção, mesmo sendo ela bem sucedida. Esta diferença se expressa por meio da condição de desconhecimento ou de inatingibilidade dos pais biológicos (os pais da concepção) à qual a criança entregue para adoção se submete. Sendo assim, seu relacionamento com os pais adotivos, por mais qualitativo que possa ser, não atinge os níveis mais primitivos de sua capacidade de relacionar-se. Tal fato justifica o árduo empreendimento de muitos adultos adotados que partem em pesquisa com o objetivo de encontrar suas origens, satisfazendo-se apenas quando encontram mãe biológica, pai ou ambos.
- Devemos nos preocupar com a história do bebê anterior à adoção:

Estou dividindo os problemas da adoção em duas amplas categorias: numa delas estão os problemas relacionados de modo bastante simples ao fato da adoção e presentes na situação, embora não dêem origem à ansiedade; na outra, estão as complicações que resultam do manejo inadequado do bebê antes da adoção (WINNICOTT, 1953, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997, p. 117).

- As crianças vitimadas pela privação de uma mãe suficientemente boa e de um ambiente suficientemente bom no começo de sua vida, somente

deverão ser adotadas por pessoas capazes de dedicar a elas um cuidado especial: “A mãe adotiva não está adotando uma criança, mas um caso, e ao tornar-se mãe, ela passa a ser a terapeuta de uma criança carente” (1953, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997, p. 117).

Em “As armadilhas da adoção” (1954), Winnicott aborda e critica o inadequado manejo de profissionais que atuam em processos de adoção e que, não raro, entregam crianças a pais neuróticos, não avaliados previamente, e que possuem motivações distorcidas em relação à adoção. E questiona, ainda, a lentidão e os adiamentos de alguns processos de adoção que resultam em uma tardia inserção da criança em família substituta, concluindo que:

O princípio básico é o seguinte: se um bebê não pode ser criado por seus pais biológicos, a melhor coisa seguinte para ele é ser adotado por uma família e criado como uma pessoa da família. Além disso, uma adoção legal dá à criança o sentimento de pertencer a uma família. A idéia de que um jovem ser humano pode ser criado numa instituição, mesmo uma boa instituição, e automaticamente se transformar num ser humano maduro, já foi refutada há muito tempo. A tendência interna para o desenvolvimento e o crescimento emocional muito complexo de cada bebê requer certas condições, e estas condições não podem ser expressas em termos de bons cuidados corporais. Uma criança precisa ser amada, e há razões para isso que podem ser colocadas claramente (WINNICOTT, 1954, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997, p. 127).

Ao descrever o caso do pequeno Willian, de quatro anos, Winnicott (1954, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997) deixa claro que o bom manejo dos pais adotivos em relação aos cuidados da criança torna-se fundamental para seu saudável desenvolvimento emocional. Embora Willian tivesse sido adotado bem cedo, com apenas um mês de vida, Winnicott demonstra no estudo de seu caso, como a dificuldade da mãe adotiva em lidar com uma experiência de aborto anterior à adoção e com a impossibilidade de ter seu próprio filho biológico, bem como a repulsão do primeiro contato e difícil identificação do pai adotivo com Willian nos primeiros meses de convivência, fez com que o bebê não fosse realmente amado em seu primeiro ano de vida; muito embora tivesse sido bem cuidado fisicamente. Só após o surgimento do comportamento compulsivo de Willian de bater com a

cabeça contra a parede ou outros móveis e objetos foi que os pais, atentos a anormalidade do fenômeno, tornaram-se sensíveis e mais responsáveis pelo aspecto mais frágil da relação: o afetivo.

No relato de Winnicott (1954, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997) fica, portanto, claro que o ambiente, tardando em ser um ambiente suficientemente bom, resulta num desenvolvimento emocional aquém do potencial inato presente na criança, porque promove estas duas ações: bloqueia-o ou freia-o. Quando os pais de Willian foram capazes de amá-lo, dirigindo-lhe a atenção afetiva-emocional, ou seja, uma atenção para além daquela própria dos cuidados corporais, este passou a desenvolver-se com mais desenvoltura e os comportamentos de auto-agressão foram cessando.

No texto intitulado “A adolescência das crianças adotadas” (WINNICOTT, 1955, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997), Winnicott afirma que a maioria dos problemas que atingem adolescentes adotados são totalmente comparáveis aos problemas da adolescência comum e introduz os pontos centrais de sua comunicação textual pautada numa vasta experiência de trabalho com crianças e adolescentes adotivos:

Primeiro, a adoção é uma coisa boa, e com muita freqüência bem-sucedida. Segundo, muitos problemas podem ser evitados se uma criança é informada numa idade bem inicial sobre a adoção, e, reciprocamente, muitos problemas surgem da demora em dar informações. Uma terceira coisa é o valor da estabilidade e continuidade no lar. Esta é uma questão que afeta todas as crianças (WINNICOTT, 1955, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997, p. 131).

A questão do segredo em relação às origens da criança e adolescente adotivos é considerada por Winnicott como potencial desencadeador de problemas emocionais que se coadunam com estágios de seu desenvolvimento, sobretudo aquele da puberdade, quando a criança (pré-púbere e púbere), diante das modificações vividas em seu corpo, se vê carente de compreensão acerca de seu passado, como se precisasse conhecê-lo minimamente para liberar-se em direção à fase adulta, sobretudo em relação ao sexo e a temas afins: gravidez, casamento e

constituição de família (WINNICOTT, 1955, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997).

Não é difícil encontrar adolescentes e adultos adotados confusos e inquietos, tomados pelo sentimento de terem sido enganados tanto por seus pais adotivos quanto pelos profissionais da adoção com os quais se relacionaram e que, provavelmente de comum acordo, não lhes disseram a verdade quanto ao fato de terem sido abandonados, entregues para adoção ou institucionalizados, etc. Em Winnicott (1955, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997), vemos o caso de uma jovem de dezoito anos (por ele chamada de Miriam) que após saber-se adotiva – tardiamente – afirmava não mais ter conseguido sentir felicidade e que, apesar de gostar dos pais adotivos, não conseguia “superar o sentimento de ter sido enganada” (p. 132). Este caso, entre certamente muitos outros de Winnicott que poderíamos apresentar e também de outros pesquisadores do tema na atualidade, corrobora a tese de que o segredo em relação às origens da criança, adolescente e adulto adotados representa um mal que poderia ser evitado em seu processo de desenvolvimento emocional e história de vida.

Nossa posição assim se resume em relação a este tema: somente quando tivermos uma cultura de adoção livre dos falsos mitos e preconceitos é que teremos maior naturalidade e espontaneidade norteando as práticas da adoção tanto no Brasil quanto em outros países do mundo, de modo que, então, não seja mais necessário “esconder” ou “omitir” a verdade daqueles que são adotados. Cremos que tal mudança se tornará fato através da socialização de histórias de adoção bem-sucedidas e da divulgação dos resultados de pesquisas sérias que abordam o tema.

As posições de Winnicott referentes à temática da adoção representam um solo firme a partir do qual se torna possível construir e fortalecer nossas próprias convicções em relação ao tema. Somando-se às tais posições, nitidamente favoráveis à prática da adoção, as teorias e conceitos presentes em sua obra contribuem de forma especial para o presente trabalho de pesquisa, já que à luz da psicanálise winnicottiana é que buscaremos compreender a parentalidade de nossos colaboradores: adultos adotados que nos concederam entrevistas.

CAPÍTULO III

Fenomenologia e entrevista fenomenológica: nossa trajetória metodológica

Em relação à experiência, os métodos tradicionais vindos das ciências naturais não conseguem responder a perguntas do tipo: o que significa ter tal ou tal experiência? Isso acontece porque as metodologias das ciências naturais são apropriadas para lidar com apenas um lado da polaridade: com o comportamento observável. Segue-se daí a utilização do método fenomenológico.

Daniel A. Moreira

1. Porque uma pesquisa qualitativa fenomenológica?

Nosso principal objetivo de pesquisa consiste na busca pela compreensão das vivências de parentalidade de adultos adotados. Para tanto, pretendemos seguir os passos metodológicos da modalidade de pesquisa qualitativa fenomenológica.

Martins e Bicudo (1994) sintetizam de forma interessante o que desejamos expressar acerca da razão pela qual escolhemos a pesquisa qualitativa fenomenológica enquanto referencial de nosso empreendimento investigativo. Explicam os autores que nela o pesquisador posiciona-se a partir de uma perspectiva que não é uma tese ou hipótese – como sugerem outros paradigmas investigativos; o quantitativo positivista, por exemplo – mas sim, a partir de uma interrogação, de uma dúvida que recai sobre o fenômeno na consciência daquele para o qual ele – o fenômeno – se manifesta. A captação do fenômeno na e pela consciência do pesquisador da forma como é manifestado permite que este formule suas interrogações e decida acerca de “o que” será pesquisado enquanto, paralelamente, postula caminhos a serem percorridos em prol da compreensão ou, nas palavras de Amatuzzi (2007, p. 19), “clareamento do fenômeno”.

A fenomenologia permitiu, portanto, aos psicólogos-pesquisadores uma nova forma de acesso aos fenômenos psicológicos, liberando-os para práticas investigativas que vão além do modo tradicional de construção do conhecimento a cerca do ser humano, ou seja, por meio dos comportamentos passíveis de observação, registro e controle. Ela permitiu o trilhar de novas buscas por meio da indagação sobre as experiências vividas e dos significados que o sujeito atribui a tais experiências, tomando-o não mais como sujeito-objeto de estudo, mas como protagonista de uma relação onde se revela: sujeito-no-mundo.

Não sabemos o que está por vir, ou seja, não temos uma tese formulada sobre o vivido, o experimentado de nossos colaboradores; nem tampouco queremos dirigir sobre eles e suas histórias de vida um olhar marcado pela presença de conceitos ou teorias psicológicas capazes de, bem ou mau, explicar seus porquês. Temos sim, perguntas, curiosidades e interesse em conhecer os significados presentes em suas experiências e narrativas. Escolher a fenomenologia como referencial metodológico significa aderir a um modo de pensar e de lidar com o nosso objeto-fenômeno de forma a, orientados pela redução fenomenológica, permitir que nossos colaboradores se manifestem a seu modo, com sua intencionalidade, liberdade e múltiplas formas de expressão, ao mesmo tempo em que nos permite também o exercício de um olhar desintencionado, despoluído e capaz de impressionar-se com o novo que se apresenta a nossa frente: as vivências dos nossos colaboradores.

Entendemos as vivências de parentalidade de adultos adotados como vivências humanas não expressas de forma objetiva, concreta e empiricamente observável a ponto de poderem ser estudadas por metodologias quantitativas, pois como nos orienta Holanda (2007, p. 45) “para realizar uma investigação do humano, deve-se lançar mão de metodologias que dêem conta do acesso às dimensões do humano”.

Chegar às essências desses vividos humanos, que é nosso principal objetivo, é também a característica central da pesquisa fenomenológica, que na perspectiva husserliana apresenta-se como ciência *eidética*, em outros termos, ciência das essências (BELLO, 2006).

A palavra “fenômeno” está na origem do termo “fenomenologia”. De origem grega, *phainomenon*, ou “fenômeno”, quer dizer o mesmo que “aparência”, “aquilo que aparece” ou ainda “mostrar-se a si mesmo”. Sob a forma de verbo, *phainestai*, significa “aparecer”. Há ainda outro importante aspecto desta compreensão etimológica que faz referência à expressão grega *phaino*, que significa “trazer à luz do dia” ou simplesmente “pôr sob a luz”, oriunda da raiz *phos* – luz ou aquilo que brilha. Neste sentido, e conforme nos apontam Forghieri (1993), Rezende (1990), Abbagnano (1992), Martins e Bicudo (1994), Heidegger (2001), Moreira (2004), Bello (2000, 2004, 2006), fenômeno é aquilo que: uma vez trazido à luz, se manifesta; aparece com e por meio de sua aparência sensível, opondo-se à realidade, da qual, por sua vez, pode ser considerada sua manifestação.

A partir do século XVIII, o termo fenômeno começa a designar o objeto do conhecimento humano tal qual este se lhe aparece, ou seja, a “coisa em si” e fenomenologia, o estudo ou ciência dos fenômenos. Heidegger (2001, p. 68), no entanto, a define como “ciência do ser dos entes”.

Desde então, em especial no século XIX, com Franz Brentano (1838-1917) e depois com as contribuições do filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938), a fenomenologia passou a designar uma corrente ou escola da filosofia contemporânea exercida enquanto “análise da consciência na sua intencionalidade” (ABBAGNANO, 1993, p. 75). Assim, podemos falar da fenomenologia enquanto filosofia e enquanto método (BELLO, 2004).

2. A entrevista fenomenológica e o encontro com o vivido

Especialmente na pesquisa em Psicologia entendemos a entrevista como o principal espaço de encontro e instrumento de diálogo interposto entre o pesquisador e seus colaboradores. A comunicação dialógica que se estabelece durante a entrevista, acompanhada de todos os elementos necessariamente presentes no ato comunicacional (o *rapport*, o saber ouvir mais do que falar, o acolhimento, o respeito, etc.), engendra uma situação apropriada para a troca de

informações que podem contribuir para o posterior processo de análise do pesquisador que busca compreender um determinado fenômeno, bem como propicia ao colaborador entrevistado uma oportunidade de compartilhamento e revisão/reconstrução de sua história de vida, já que se vê instigado a falar de si, de suas experiências, pensamentos, sentimentos, etc. Para este, a entrevista é sem dúvida um momento de introspecção e uma oportunidade de revisitar suas experiências com a liberdade de ir e vir nas páginas de sua história de vida. Para o pesquisador, que cede seu ouvido e cala sua voz, a entrevista é a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre si mesmo através do outro, de se maravilhar com o novo que é a vivência do outro e de aprender sobre as potencialidades e limitações daquele ser humano, ali, na sua frente.

Assim, por meio da conversação espontânea, torna-se possível o crescimento do nível de intimidade entre os atores da entrevista, criando-se uma

atmosfera natural, humanizada, que estimula a participação e leva a uma teia de relação que se aproxima à trama das relações em que o sujeito se expressa em sua vida cotidiana. Nesse processo o sujeito constrói de forma progressiva sua experiência por meio do diálogo que estabelece com o pesquisador ou com outros sujeitos no grupo estudado (GONZÁLES REY, 2002, p. 87-88).

A entrevista fenomenológica se inscreve no rol das entrevistas qualitativas, psicológicas e de profundidade. A linguagem do relato/discurso do colaborador entrevistado parece-nos ser um dos principais caminhos de acesso à sua experiência consciente; a linguagem é, na verdade, um solo fecundo a partir do qual brotam os significados que ele atribui às suas experiências de vida.

A experiência consciente torna-se acessível a partir do conjunto de significados que se encontram relacionados ou que são atribuídos pelo colaborador aos acontecimentos que a constituem. No processo de revelação desses significados pelo colaborador nos é permitido apreende-los e tomá-los como objeto por meio de sua narrativa, já que este, através da linguagem, transforma o seu vivido em dito, construindo uma verdadeira rede de significados. Para isso, ele lança mão

dos conteúdos presentes em sua consciência, resultantes de sua inserção no mundo, ou seja, representações conhecidas por ele e a ele disponíveis, advindas de sua história de vida, formação e experiências nos níveis intelectual, cultural, social, espiritual, político, econômico, etc. Segundo Gomes (1997, p. 332), o relato da experiência consciente e sua estrutura representa “um mundo no qual a vida cotidiana se desenrola e um lugar onde se apresentam nossas metas e objetivos; e contém os entrelaçamentos inextrincáveis do eu com o outro e com o mundo”.

Husserl (1986, *apud* GOMES, 1997), pôs o estudo da experiência consciente como um dos principais focos de sua teoria.

Para tanto, apresentou o método fenomenológico como uma técnica para a interrogação da experiência consciente através da descrição do seu conteúdo. Seu objetivo era clarificar a articulação entre o real, a experiência e a consciência. O método fenomenológico possibilitaria a separação dos preconceitos, ou seja, toda a história significada das memórias, juízos, valores, desejos e imaginações. (GOMES, 1997, p. 337).

Assim, e por dar ênfase aos significados que as pessoas atribuem às coisas e à vida, a fenomenologia interessa-se pela apreensão destes, possibilitada através da escuta e da descrição dos depoimentos. Por isso, nesta abordagem a entrevista é considerada um “encontro social, com características peculiares como a empatia e a intersubjetividade, onde ocorre a penetração mútua de percepções”. (SIMÕES; SOUZA, 1997, p. 13).

Segundo AmatuZZi (2007), embora um mesmo relato possa ser analisado de diferentes formas, existem tipos de relatos que se apresentam como mais favoráveis e adequados a uma forma específica de análise. É o que acontece no caso da análise fenomenológica, na qual o relato deve trazer ou tornar presente uma experiência vivida pelo narrador.

Um modo de fazer isso, de colher esse tipo de relato, é dizer à pessoa algo do tipo: ‘estou pesquisando tal coisa; o que você pode dizer-me sobre isso a partir de sua experiência pessoal?’ (AMATUZZI, 2007, p. 21).

Com este tipo de indagação, o pesquisador busca mais do que retirar do colaborador a informação que a pergunta enseja; busca fazê-lo, quase que surpreendentemente, refletir sobre o vivido e construir significados para expô-lo narrativamente. O pesquisador/entrevistador possibilita ao colaborador/entrevistado tomar o vivido – sua experiência – como objeto de reflexão e, no ato da relação que a entrevista fenomenológica estabelece, ser um interlocutor, primeiramente de si mesmo, dando ao seu relato, ou ao ato de comunicar seu vivido, uma forma nova.

Colher informações já prontas normalmente é o objetivo de um questionário. O que se colhe é o passado. Mas surpreender o vivido no presente, quando a experiência da pessoa é pensada de repente e dita como pela primeira vez, é o objetivo de uma entrevista fenomenológica. (AMATUZZI, 2007, p. 21).

Em busca do vivido: eis o objetivo que norteia a entrevista fenomenológica. Contudo, o vivido não se manifesta isoladamente, está sempre acompanhado, ao compor-se para ser expresso, por formas variadas de concepções, percepções e construções da nossa consciência (tanto da pessoa que viveu a experiência narrada, quanto do entrevistador que a registra).

Conforme nos aponta AmatuZZi (2007), enquanto pesquisador, o que vejo não é o vivido puro, mas o vivido visto; o que digo do vivido já não é mais o vivido puro, mas o vivido dito e, por assim ocorrer com todo vivido que é dito ou visto, é preciso cuidar para não fazer deste vivido do e pelo outro (expresso, por exemplo, narrativamente durante a entrevista) um vivido inteiramente meu à medida se lhe aplico minhas percepções, concepções, representações, etc.

Para não ficar apenas com as representações veiculadas pelo colaborador na formulação de seu discurso, o entrevistador fenomenológico deve dispor, então, de elementos teórico-metodológicos – instrumentos – que possam lhe permitir um encontro com o vivido visto ou com o vivido dito do outro, o mais próximo possível do que foi realmente vivido por ele; mantendo-se sempre atento para o fato de que à

fenomenologia interessa o conjunto de significados que no exercício de livre reflexão do entrevistado passa a compor a descrição de sua experiência. Essa descrição é o caminho de acesso à vivência original do fenômeno e reveladora da intencionalidade do colaborador.

Isto é possível através da chamada redução fenomenológica ou *Epoché* que representa a

suspensão da afirmação da realidade (tese) que está implícita em todas as atitudes das ciências naturais. [...] Suspendendo a afirmação da realidade do mundo, este torna-se um puro fenômeno de consciência, mas não se anula, antes continua presente na base da investigação que é feita, com todas as suas determinações e as suas verdades (que se mantêm como tais); mas ao mesmo tempo, a atenção do investigador desloca-se do próprio mundo (da sua realidade) para os fenômenos que o anunciam e o apresentam à consciência, isto é, à própria consciência e às suas estruturas essenciais (ABBAGNANO, 1993, p. 82-83).

Este importante conceito da pesquisa fenomenológica, compreendido na postura do pesquisador-entrevistador, se traduz por, segundo Amatuzzi (2007, p. 24), “ter um senso crítico sobre suas próprias estruturas. Isto é, de ele ser capaz de deixá-las de lado por ora e não considerá-las rigidamente e sim capazes de mudança em função dos fatos ou fenômenos que possam revelar-se”, de modo que o momento do encontro – a entrevista fenomenológica – possa representar uma oportunidade e um espaço para uma crescente aproximação do vivido livre, ou para além disso, destituído de teorizações, reproduções de idéias ou ideologias por parte de ambos.

Nas palavras de Amatuzzi (2007, p. 24) “uma boa entrevista fenomenológica, muitas vezes, não deixa o entrevistado como era antes da entrevista”. E é por assim ser que se pode afirmar que a pesquisa fenomenológica não comporta apenas “sujeitos que forneçam informações, mas colaboradores que pensam junto o assunto e o fazem com a novidade da primeira vez” (AMATUZZI, 2007, p. 21).

3. Norteadores metodológicos para a análise compreensiva das entrevistas

Com as entrevistas realizadas e integralmente transcritas, temos em mãos o relato de oito histórias de vida que, contadas cada uma segundo o modo singular de seu protagonista, reúnem um conjunto de experiências potencialmente capazes de nos proporcionar um encontro revelador com as essências do vivido de cada um deles e, quiçá, conhecer e compreender um pouco mais sobre suas vivências de parentalidade.

As narrativas de nossos colaboradores, portadoras e comunicantes das manifestações dos fenômenos por eles experienciados, devem ser olhadas, segundo Rezende (1990, *apud* SANTOS 2004; PINTO, 2008), por meio de seis características que definem o discurso fenomenológico, para que somente então se possa dar o passo seguinte: a busca pela compreensão de seus significados. Assim, esse discurso fenomenológico deve ser uma descrição:

1. significante: que registra todos e somente aqueles aspectos considerados indispensáveis para a compreensão do fenômeno, de modo que possamos, nós pesquisadores, nos ver diante dele e dizer “que fenômeno é este”;

2. pertinente: os aspectos que compõem a estrutura significativa do fenômeno não devem ser omitidos no e pelo discurso, ao contrário, este deve descritivamente mostrar o fenômeno em sua articulação de sentidos, explicitando a significância que interessa ao pesquisador desvelar. O fato de ser pertinente intensifica e explicita os significados do fenômeno em questão, evidenciando-o com exclusividade;

3. relevante: revela a situação concreta do fenômeno em questão, ou seja, sua presença e importância no mundo;

4. referente: deve haver uma relação de interdependência entre os elementos que constituem o fenômeno; isto é, deve ser possível contextualizá-lo no mundo, no tempo (cronologia) e no espaço (geografia);

5. provocante: não se contentar em dizer de que maneira as respostas estão sendo dadas; porém, de que outras maneiras elas poderiam, ou deveriam, ser dadas. Sendo o colaborador provocado a escolher os sentidos atribuídos ao fenômeno que está narrando, a descrição deve, então, tornar evidente o sentido como é sentido por ele – que pode denotar um engajamento consciente ou uma livre alienação;

6. suficiente: a descrição deve ser sempre inconclusa, ou seja, importa dizer e redizer, não dando a impressão de que tudo foi dito; havendo, pois, algo mais a ser descrito, ou ainda, o que ser descrito de uma forma diferente.

Para cumprir com os objetivos anteriormente descritos e acessar as experiências de nossos colaboradores, sobretudo seus significados, procederemos à análise compreensiva das entrevistas conforme os passos orientados por Giorgi (1978), Santos (2004) e Pinto (2008):

1. Leitura e re-leitura global de todos os discursos: realizado após a transcrição integral das entrevistas, este momento consiste num primeiro contato do pesquisador com o material a ser analisado e lhe permite a percepção de um sentido global por meio da captação do modo como cada colaborador entrevistado vivencia o fenômeno interrogado;

2. Discriminação das unidades de significado: após a leitura global, procede-se nova leitura das entrevistas transcritas – importa dizer que serão feitas tantas leituras quantas forem necessárias – buscando evidenciar (discriminar) as “unidades de significados”, as quais não se encontram identificadas, mas são percebidas e apreendidas pelo pesquisador através de sua postura fenomenológica no decorrer do processo de análise. É o momento em que o pesquisador “suspende” a maneira comum de ver o fenômeno e centra sua atenção nos momentos do discurso que evidenciam os significados atribuídos pelo colaborador a suas vivências;

3. Transformação em linguagem psicológica e elaboração das categorias: as unidades de significado são agrupadas formando categorias que expressam, de maneira clara, direta e explícita, o conjunto das percepções (*insight*) apreendidas pelo pesquisador a partir das narrativas dos colaboradores;

4. Síntese das unidades de significado: uma sistematização consistente da experiência dos colaboradores presentes nas unidades de significado que foram apreendidas pelo pesquisador objetivando a identificação de convergências ou divergências – aspectos da vivência daqueles que as relatam.

Metaforicamente falando, tal como opera uma bússola aquele que busca a direção correta de seu caminhar, consideraremos as orientações acima como nosso “norte”, indicativo do caminho (método) que vamos seguir rumo à análise compreensiva das entrevistas de nossos colaboradores.

4. Os percalços do percurso

Consideramos importante salientar que durante nossa pesquisa, sobretudo no processo de busca por colaboradores, tivemos que lidar com algumas dificuldades, sobre as quais aqui discorreremos.

O primoroso trabalho de leitura e avaliação dos membros da banca composta para nosso exame de qualificação, permitiu a visibilidade e a reflexão sobre o fato de que nossos colaboradores não falavam suficientemente sobre um dos assuntos considerados de extremo valor à nossa pesquisa: suas vivências no campo da sexualidade. Muito embora na questão inicial da entrevista fenomenológica a abordagem de tal tema fosse solicitada, nossos colaboradores dirigiam suas falas de forma que:

a) a vivência da sexualidade aparecia periféricamente, como por exemplo quando faziam referências às suas experiências de conjugalidade (conflitos, frustrações, realizações, separação, etc.) e relacionamentos interpessoais (de amizades e namoros);

b) a vivência da adoção (acompanhada de temas como o abandono, o segredo, a revelação, a família adotiva e a família biológica, por exemplo) e o exercício de parentalidade apareciam centralmente.

A percepção deste fato e sua conseqüente reflexão durante o exame de qualificação, culminou com a orientação e decisão em torno da mudança no título e no objetivo de nossa pesquisa. Assim: de “*Abandono, entrega e adoção: ressonâncias sobre a identidade e a sexualidade do adulto adotado*”, cujo objetivo era o de investigar as ressonâncias (efeitos) do abandono, da entrega e da adoção na vida do adulto adotado, buscando identificar em sua história de vida, fatos vinculados e influentes de seu processo de subjetivação, constituição da identidade e vivência/expressão da sexualidade; chegamos ao título “*Adoção: vivências de parentalidade de adultos adotados*”, que acreditamos, é mais pertinente e respeitoso ao conjunto dos significados e sentidos que foram sendo livremente desvelados por nossos colaboradores em seus depoimentos.

5. O encontro com os colaboradores

Os critérios para inclusão/exclusão de colaboradores estão diretamente ligados aos objetivos de nossa pesquisa. Um perfil que, *a priori*, constitui o conjunto de nossos entrevistados inclui, além de serem adultos, que:

- já exerçam a parentalidade (maternidade e/ou a paternidade);
- na infância e/ou adolescência, tenham sido abandonados ou entregues por suas famílias de origem a uma família substituta por meio da adoção;
- tenham sido, por sua família adotiva ou por outros, informados de sua condição de adotados.

Em nosso caso específico, dentre os oito colaboradores da pesquisa (cinco mulheres e três homens), uns foram contatados a partir de indicações de professores universitários de instituições públicas e privadas e de ensino médio público, psicólogos, assistentes sociais e pacientes – membros, portanto, de nossa rede de relacionamentos¹⁷ – e outros foram acessados por meio das indicações

¹⁷ Veja exemplo de contato para acesso aos Colaboradores da pesquisa no Anexo (DOC 4).

daqueles que já haviam sido entrevistados e/ou por meio de indicações feitas por membros de Grupos de Apoio à Adoção, com os quais mantemos contato e colaboramos.

Após a indicação dos potenciais colaboradores, contatamos cada um deles via telefone para o agendamento das entrevistas que, em sua maioria, ocorreram no local de residência deles próprios. Assim – consideramos importante pontuar, algumas entrevistas foram realizadas em cidades do interior do Estado de São Paulo (na transcrição essas cidades receberam nomes fictícios para assegurar o anonimato dos colaboradores) e outras ocorreram em nossos consultórios, acolhendo sugestões dos próprios colaboradores que optaram por este deslocamento.

Antes de iniciada cada entrevista, foi explicado a todos os colaboradores os objetivos da pesquisa e, subsequentemente, entregue para assinatura em duas vias o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (DOC 2). Vale dizer que, juntamente com o projeto de pesquisa que deu origem a esta tese, o referido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi devidamente avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme demonstra o parecer do Processo CEP-FFCLRP nº 269/2006 – 2006.1.1376.59.1 (DOC 1).

A cada colaborador foi também solicitado responder um questionário para o levantamento de seu perfil sócio-econômico com base no material produzido pela ABEP¹⁸ (2008), intitulado “Critério de Classificação Econômica Brasil”; este questionário também se encontra anexado ao final deste trabalho (DOC 3).

As entrevistas foram gravadas magnética e digitalmente, tendo sido posteriormente transcritas na íntegra. Vale dizer que cada colaborador entrevistado recebeu um nome fictício, assim como foram modificadas outras informações narradas que poderiam concorrer para a identificação destes, a saber: nomes dos pais biológicos e adotivos, nomes de cidades, instituições, escolas que frequentaram, ruas, etc.

¹⁸ ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (<http://www.abep.org/novo>).

Consideramos importante pontuar que o acesso aos colaboradores foi muito difícil, sobretudo porque alguns dos adultos adotados com perfil condizente com aquele estabelecido não poderiam sequer ser contatados por nós, visto que, apesar de já adultos, desconheciam o fato de terem sido abandonados ou entregues por sua família de origem e, conseqüentemente, adotados por uma família substituta. Fatos como este representam a materialidade de uma prática difícil de ser transformada e que constitui um dos traços mais marcantes da cultura da adoção anteriormente discutida: o segredo quanto a verdadeira origem da criança adotada.

Consideramos importante registrar também o fato de que nossos colaboradores do sexo masculino foram mais difíceis de serem localizados do que os colaboradores do sexo feminino – e por isso encontram-se em menor número em nossa pesquisa – o que exemplifica uma situação facilmente verificável tanto na literatura quanto nas estatísticas sobre institucionalização e adoção de crianças no Brasil: os adultos e famílias postulantes à adoção, com exceção dos estrangeiros, optam mais pela adoção de meninas do que de meninos (FREIRE, 1994; WEBER, 2001; ALMEIDA, 2003; CAMARGO, 2006).

CAPÍTULO IV

Ao encontro do fenômeno: um mergulho no vivido de nossos colaboradores

Nenhum homem se banha duas vezes no mesmo rio, pois, dada uma segunda oportunidade de encontro, nem o homem, nem tampouco o rio, serão os mesmos.

Heráclito

Neste capítulo realizaremos um “mergulho” no vivido dos nossos colaboradores. As palavras, frases ou linhas que abaixo se apresentam de forma a “tecer” o texto, almejam ser a expressão dos significados e sentidos por nós apreendidos por meio da análise compreensiva e interpretativa das entrevistas.

Assim, como que num preâmbulo do que está por ser apresentado, queremos compartilhar algo que, embora não nos falte o desejo, encontra barreiras de expressão no texto escrito. Certos de que um poeta o faz com mais qualidade de expressão, nos resta, enquanto pesquisadores, ressaltar: melhor do que ler as transcrições das entrevistas é poder ouvi-las; melhor de que lê-las e ouvi-las é poder estar presente durante sua realização, pois só naquele momento, do “aqui e agora”, que representou o encontro de nosso existir com o existir dos nossos colaboradores, e por meio das pausas e hesitações nas verbalizações, do franzir dos rostos, das mudanças nas entonações de voz, dos olhares, das lágrimas derramadas, dos risos e dos gestos mímicos, é que foi possível sentir o que realmente significa para cada um deles a experiência do abandono, da adoção e da parentalidade.

O que faremos a seguir orientados pela técnica, pelo método e pela teoria, se traduz na busca por uma compreensão a ser socializada e, acima de tudo, numa tentativa de compartilhamento e de contribuição com a construção de novos conhecimentos acerca do fenômeno interrogado: as vivências de parentalidade de adultos adotados, ou seja, crianças abandonadas e/ou entregues para adoção que, já adultas, tornaram-se pais e mães.

Porém, parafraseando Heráclito e, novamente, recorrendo a Amatuzzi (2007), temos uma certeza: depois deste mergulho – o encontro com o vivido dos nossos colaboradores – não somos mais os mesmos; nem nós, nem tampouco eles.

1. O perfil dos colaboradores

Os dados presentes nos Quadros 1 e 2 foram obtidos a partir das entrevistas (gravadas e integralmente transcritas) realizadas com os colaboradores, observando-se também os conteúdos presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo – DOC 2) e, em especial, presentes no instrumento para coleta das informações referentes ao nível sócio-econômico, obtido a partir do Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2008) (Anexo – DOC 3). Lembramos que para atender às diretrizes da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que dispõe sobre a ética na pesquisa envolvendo seres humanos, todos os colaboradores tiveram seus nomes e outros elementos identificatórios substituídos por fictícios, garantindo assim seu anonimato.

Quadro 1: Perfil dos colaboradores.

Colaborador	1	2	3	4
Nome	Paula	Pedro	Laura	Selma
Idade	20	63	47	26
Estado civil	Solteira	Casado	Casada	Divorciada
Número de filhos	1	3	2	1
Profissão	Estudante	Aposentado	Professora: Funcionária pública estadual	Funcionária de instituição privada no ramo de cobranças
Nível de escolaridade	Ensino superior incompleto	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo	Ensino médio completo
Nível sócio-econômico	A2	C2	C1	C1
Data da entrevista	29/04/2009	29/04/2009	31/07/2009	18/09/2009
Duração da entrevista	31' 22"	43' 16"	1h 13' 59"	29' 28"

Fonte: *in loco*.

Quadro 2: Perfil dos colaboradores.

Colaborador	5	6	7	8
Nome	Roberta	Marina	Alfredo	Murilo
Idade	35	32	43	35
Estado civil	Casada	Casada	Casado	Casado
Número de filhos	3	2	3	3
Profissão	Esteticista	Dona de Casa	Lavador de carros: Funcionário público municipal	Segurança
Nível de escolaridade	Ensino médio completo	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino fundamental incompleto
Nível sócio-econômico	C2	D	C1	D
Data da entrevista	02/10/2009	02/11/2009	28/11/2009	06/12/2009
Duração da entrevista	1h 56' 21"	44' 21"	1h37'31"	39' 33"

Fonte: *in loco*.

Os Quadros 1 e 2 demonstram que as entrevistas foram coletadas entre outubro de 2008 e dezembro de 2009. Apresentou-se como colaboradores de nossa pesquisa, um número maior de mulheres (5) em comparação ao de homens¹⁹ (3). Até o fim da realização das entrevistas, as idades dos colaboradores variavam entre 20 e 63 anos e seus níveis de instrução formal (escolaridade) concentravam-se entre o Ensino Médio completo e o Ensino Superior completo.

Dentre os entrevistados, apenas a Colaboradora 1 encontrava-se solteira e a Colaboradora 4 divorciada. Os demais colaboradores encontravam-se casados. Todos, sem exceção, exercendo sua parentalidade.

Em se tratando do perfil ou atividade profissional de nossos colaboradores podemos ver que dois (2) trabalhavam como funcionários públicos nos níveis municipal (Colaborador 7) e estadual (Colaboradora 3). A Colaboradora 1

¹⁹ Consideramos importante dizer que quatro entrevistas com colaboradores do sexo masculino foram desconsideradas no processo de análise compreensiva: duas por não se tratar de adultos adotados (experenciaram a desfiliação biológica através do abandono ou da entrega, mas viveram em instituições) e duas por não cumprirem com as características do discurso fenomenológico anteriormente apresentado (Capítulo III), em especial os itens referentes à significância, relevância e pertinência. Assim, realizamos para este processo de pesquisa, ao todo, 12 entrevistas.

encontrava-se em processo de formação (cursando o nível superior) e, portanto, buscando ainda preparar-se para a inserção no mercado de trabalho. O Colaborador 2 encontrava-se aposentado e a Colaboradora 6 definiu-se como “dona de casa”. Os demais Colaboradores (4, 5 e 8) atuam em diferentes áreas da iniciativa privada.

Segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil e a Tabela de Classificação por Classes da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2008) nossos colaboradores foram categorizados como pertencentes às classes A2, C1, C2 e D. Conforme o disposto no Quadro 3, podemos ter uma visão do que isso significa em termos de renda média familiar:

Quadro 3: Perfil sócio-econômico dos colaboradores: classe econômica e renda familiar por classes.

Colaborador	Nome	Classe econômica	Renda média familiar (R\$)
1	Paula	A2	6.564,00
2	Pedro	C2	726,00
3	Laura	C1	1.195,00
4	Selma	C1	1.195,00
5	Roberta	C2	726,00
6	Marina	D	485,00
7	Alfredo	C1	1.195,00
8	Murilo	D	485,00

Fonte: *in loco*; ABEP (2008).

2. Análise compreensiva e interpretativa dos depoimentos

Passaremos agora à análise compreensiva e interpretativa dos depoimentos acessados por meio das entrevistas fenomenológicas realizadas com nossos colaboradores. Para tanto, buscaremos, num primeiro momento, realizar uma descrição suficiente e significativa do fenômeno interrogado, organizando em categorias e subcategorias aqueles significados por nós apreendidos durante as múltiplas leituras de seus depoimentos. Em seguida, realizaremos uma análise

individual de cada colaborador, com o objetivo de estabelecer relações entre os significados que emergiram dos depoimentos e os contextos de vida em que os mesmos se encontram inseridos e existindo enquanto protagonistas de sua própria história. O passo que culminará com o término deste percurso e que nos permitirá a posterior realização das chamadas considerações finais, será dado com o olhar interpretativo mais amplo do fenômeno a partir do referencial psicanalítico winnicottiano, por meio do qual pretendemos tornar explícitas suas características e sentidos.

3. Categorias e subcategorias de análise

Após a realização de inúmeras leituras das transcrições das entrevistas realizadas, podemos apresentar agora as categorias e subcategorias que emergiram durante esse movimento que estamos chamando de “um mergulho no vivido de nossos colaboradores”.

Na análise de cada entrevista estaremos abordando e aprofundando nossas reflexões em busca da melhor compreensão dos significados presentes em cada uma das seguintes categorias e subcategorias.

Categoria 1 – A vivência afetiva na relação com a família biológica

Esta primeira categoria apresenta as diferentes formas de vivência e circulação dos afetos que se estabeleceram entre os colaboradores de nossa pesquisa e seus genitores; e vale pontuar: mesmo que jamais tenha ocorrido sequer um encontro entre eles após o momento do nascimento. Alguns de nossos colaboradores sequer viram suas mães ou seus pais, ou se viram, quase não têm lembranças destes; mas, como veremos na análise individual de cada colaborador, aprenderam a admirá-los ou rejeitá-los, respeitá-los ou ignorá-los, a partir do

conhecimento que construíram em torno de suas origens. As unidades de significado que tornam possível a formação desta categoria fazem-se presentes nos relatos dos colaboradores Laura, Roberta, Marina e Pedro.

Categoria 2 – A vivência afetiva na relação com a família adotiva

Constituída pelas unidades de significado presentes nos relatos de todos os nossos colaboradores, esta categoria retrata as experiências por eles vividas no campo da afetividade, em especial a vivência dos afetos dirigidos a seus pais adotivos. Abordaremos, portanto: a questão da construção do vínculo; as trocas afetivas; os processos de identificação; o respeito construído pelas figuras materna e paterna, etc.

Categoria 3 – A experiência de saber-se ou sentir-se “abandonado”

Nossos colaboradores Pedro, Laura, Selma e Roberta trazem consigo histórias de vida em que a palavra abandono se faz significativamente presente. Ter sido abandonado é uma experiência que, como veremos, marca profundamente a subjetividade da pessoa humana e produz ressonâncias perceptíveis em vários aspectos do seu existir. Como esses nossos colaboradores fazem referências ao sentimento ou à concretude do abandono em suas vidas, consideramos esta categoria extremamente rica em unidades de significados.

Categoria 4 – Adoção: o céu ?

Assim intitulamos essa categoria para, metaforicamente, fazer menção ao fato de que a adoção parece representar para nossos colaboradores, em especial para Pedro, Selma e Roberta, uma experiência “salvadora”, no sentido de que não vivenciaram as “agruras” da institucionalização nem tampouco tiveram que se submeter aos riscos de uma vida nas ruas e praças de suas cidades de origem. O ponto de interrogação, subsequente à palavra “céu” integra a metáfora numa menção ao fato de que, apesar de terem sido adotados, os colaboradores Pedro, Selma e Roberta, também experimentaram dificuldades em sua experiência de inserção familiar.

- **Subcategoria 4.1: Significados da adoção**

Esta subcategoria, que reúne unidades de significado presentes nas narrativas dos colaboradores Pedro e Laura, aborda o conjunto das manifestações que, na tentativa de definirem adoção, expondo seus diferentes pontos de vista, projetam de forma significativa conteúdos de suas próprias vivências e relação com o tema dentro e fora do grupo familiar.

- **Subcategoria 4.2: O segredo na adoção e o impacto da revelação**

Alguns dos nossos colaboradores vivenciaram a experiência de uma reveladora e transformadora notícia em diferentes fases de suas vidas, ou seja, descobriram-se donos de uma história não tão verídica, descobriram-se adotados quando acreditavam não sê-lo. Referimo-nos aos colaboradores Pedro, Laura,

Alfredo e Murilo, cujas narrativas são importantes fontes de unidades de significado para esta subcategoria. Já nossas colaboradoras Paula, Selma e Roberta, desde tenra idade foram informadas de sua história de adoção, afirmando que de alguma forma sentem-se beneficiadas por isso.

Categoria 5 – Exercício de parentalidade

Esta categoria se constitui pelas unidades de significado emergidas das narrativas de todos os nossos colaboradores que, por terem se tornado pais e mães, põem em prática sua parentalidade. O modo como eles exercem essa parentalidade, os significados que atribuem a tal experiência e a forma com que se relacionam com os filhos, depois de terem eles mesmos experienciado a situação do abandono (ou entrega) e adoção, é o que buscamos aqui compreender melhor.

4. Análise individual dos colaboradores

A análise das entrevistas dar-se-á de forma individual e dividida em dois blocos, sendo que no primeiro realizaremos as análises das entrevistas de nossas colaboradoras (mulheres), e, no segundo bloco, analisaremos as entrevistas de nossos colaboradores (homens).

Com o objetivo de oportunizar aos nossos leitores uma visão geral sobre a história de vida e contexto de inserção familiar, social, profissional, etc. de cada colaborador, fazemos, antes de iniciarmos a análise das categorias e subcategorias identificadas, um resumo de sua entrevista.

É importante também pontuar que a partir de agora, para nos referirmos a nossos entrevistados não mais usaremos a indicação “colaboradora 1” ou “colaborador 2”, por exemplo. Estaremos, então, nos referindo aos mesmos

utilizando os nomes fictícios que lhes foram atribuídos em nosso trabalho, conforme constam nos Quadros 1, 2 e 3.

4.1. A voz e a vez das mulheres adotadas e mães

4.1.1. Paula (Colaboradora 1)

Paula, adotada após duas semanas de seu nascimento, conviveu por um curto período de tempo (uma semana) em família de apoio, já que sua mãe biológica fora acometida por uma eclampsia no parto, permanecendo em coma no hospital até sua morte. Hoje com a idade de 20 anos, Paula é mãe de Jonas, com quem tem uma relação de grande proximidade e por quem se sente extremamente responsável, a ponto de precisar ser ajudada, pela mãe adotiva, a aprender que o filho, para se desenvolver e crescer saudavelmente, precisa também experimentar um pouco de frustração. No relato de Paula ela afirma: “se você puder, até respira por ele, né”. Por ser, como ela mesma afirma “mãe solteira” e por prever a ausência da figura paterna para Jonas, sente-se convocada a um exercício de parentalidade que pode ser prejudicial ao filho, tendendo à superproteção.

Paula relata que seu processo de adoção, não obstante marcado pela presença de algumas dificuldades no campo da formação da identidade, transcorreu de forma tranqüila graças à postura dos pais adotivos que sempre optaram pela revelação da verdade em relação a sua origem. Mostra-se, em seu relato, mais confortada por saber da verdade quanto a sua adoção e por saber que não foi rejeitada (abandonada) pela mãe biológica, ou seja, não foi por decisão, escolha ou incapacidade da mãe que ela vivenciou a adoção.

As diferenças de tom de pele, estatura, constituição física, cor de cabelos e olhos, logo deram a Paula os elementos necessários para a percepção de que algo de diferente se fazia presente na sua constituição familiar. O que foi, como dito

acima, amenizado em termos de impacto psicológico, pelo fato de ter sido notificada de sua condição de adotada desde os primeiros sinais de entendimento em seu processo de desenvolvimento. Importa dizer que a mãe adotiva de Paula é descendente de orientais (japoneses), o pai é de estatura baixa e pele clara (caucasiano), sua irmã mais nova conserva os traços predominantes da orientalidade materna e os irmãos mais velhos, frutos do primeiro casamento do pai, são igualmente claros; já Paula é morena, possui cabelos pretos e encaracolados e uma estatura que se aproxima dos 1,80 metros.

Paula enaltece em sua narrativa o valor da ajuda profissional que recebeu, uma vez que lhe foi possível experienciar doze anos de um processo de análise, iniciado ainda quando criança. Referindo-se à profissional que a acompanhou, Paula afirma: “eu não falo que ela me descobriu, mas foi ela quem me ajudou a me descobrir”.

Em suas falas finais, Paula deixa uma mensagem para os que, como ela, vivenciam a experiência da adoção, além de tecer significativos comentários dirigidos aos postulantes à adoção; tudo, obviamente, embasado em sua experiência pessoal.

Passemos, então, à análise das categorias e subcategorias que se fazem presentes na narrativa de Paula.

A mãe de Paula morreu após o parto e por estar desprovida de um companheiro, namorado, marido, etc., que poderia ser o pai da criança, esta foi encaminhada a um “lar de apoio”, cuja função era ficar e cuidar dela até que a adoção ocorresse. Sobre essa **experiência de saber-se ou sentir-se “abandonada” (Categoria 2)** Paula nos fala:

Eu fui adotada com duas semanas de vida. Minha mãe biológica faleceu, ela teve uma eclampsia no parto e na verdade eu não fui pra adoção, eu estava numa casa de apoio, porque ela entrou em coma e não poderia cuidar de mim [...]. No meu caso eu acho que foi até mais fácil saber que o abandono não foi porque quis, talvez até poderia ocorrer dela falar: Ah! Não tenho condições de ter um filho(!). Mas no meu caso foi até mais fácil por saber que você não foi abandonada, porque eu acho que a palavra abandono é muito pesada. É muito difícil você saber que foi abandonado. É

uma palavra assim ... é um vazio né, fica um vazio na sua vida: porque eu?; por quem? Então, é por isso que as crianças questionam né. Porque é um buraco ... o abandono é um buraco na gente né, então ela questiona, ela pergunta, ela, ela ... então acho que vai depender muito dos pais, do trabalho que eles vão fazer em relação a essa criança.

Para compreendermos o significado dessa experiência narrada por Paula, vamos nos apoiar em Winnicott (2005) que, de forma exaustiva, debruçou-se sobre a temática da “privação materna” e seus efeitos sobre o processo de desenvolvimento da criança. O referido autor define privação como aquela situação vivida pela criança onde a relação – mãe-bebê – não é experimentada de forma qualitativa, sendo por vezes marcada pelo distanciamento físico e/ou afetivo em níveis parcial ou total. Alguns dos efeitos dessa privação foram apresentados no Capítulo II deste trabalho: dificuldade no processo maturacional devido à demora ou insucesso na superação das fases de dependência absoluta, dependência relativa e rumo à independência (WINNICOTT, 1983); as chamadas “agonias impensáveis” ou “angústias de aniquilação” mediante a ausência de uma mãe e/ou um ambiente suficientemente bons (WINNICOTT, 1967, apud WINNICOTT; SHEPHERD; DAVIS, 1994); a formação do falso *self* (WINNICOTT, 1983); e a tendência antissocial (WINNICOTT, 2005).

Eis alguns exemplos presentes na obra winnicottiana e na literatura estudada (cf.: referências), além de algumas situações vividas e narradas por nossos colaboradores, onde se pode observar o fenômeno da privação materna: i) o que aconteceu às crianças londrinas, evacuadas durante a Segunda Guerra Mundial (WINNICOTT, 2005); ii) uma criança que embora tenha convivido com a mãe biológica (ou substituta) e que não tenha recebido desta o cuidado amoroso de que necessitava para desenvolver-se saudavelmente, tanto em seus primeiros meses de vida quanto durante os primeiros anos de sua infância, ou seja, uma criança literalmente vitimada por aquilo que Winnicott (1983) chamou de ausência de uma preocupação materna primária e de falha no exercício da função de *holding* (WINNICOTT, 1994); iii) quando uma criança, por motivos diversos (doença grave, divórcio ou perda da guarda, morte, etc.), foi separada da mãe biológica, como é o caso de nossa colaboradora 1, cuja mãe faleceu após o parto; iv) ou ainda quando a criança, desprovida da figura materna ou de outros adultos que dela pudessem ter

se encarregado, foi posta numa instituição asilar (casa abrigo), onde, muito provavelmente, não foi cuidada por uma pessoa, mas por um grupo de pessoas que se revezaram em turnos de trabalho e atendiam a várias crianças ao mesmo tempo, não permitindo à criança em questão, ou melhor, a nenhuma das crianças ali presentes, a construção de vínculos afetivos qualitativos.

Para evitar os danos causados pela privação materna, Winnicott (1983, 2001, 2005) recomenda que a inserção da criança em família substituta ocorra o mais rapidamente possível, de modo que esta possa logo, e qualitativamente, receber os devidos cuidados maternos. Porque foi Paula, imediatamente após seu nascimento, inserida numa família de apoio, que em seguida a adotou como filha, podemos dizer que em sua história de vida, se cumpriu o que Winnicott (1983, 2001, 2005) recomenda.

Postulamos, portanto, que a conjunção destes quatro principais fatores: i) a rápida colocação de Paula em uma família substituta; ii) a boa acolhida que recebeu dessa família adotiva; iii) a não construção do segredo em torno de sua origem e história de vida; iv) a ajuda profissional que recebeu, permitiu-lhe escapar aos efeitos da privação materna e do “vazio”; significado que ela mesma atribui à experiência do abandono.

Sobre o segredo na adoção e o impacto da revelação (Subcategoria 4.2)

Paula, assim constrói a narrativa de sua experiência:

Olha, no começo ... eu acho que é muito difícil saber que você não foi gerada por aquela família né, porque na sociedade ... a lei da natureza seria, pai, mãe geram filhos né, e normalmente vai nascer igual, então isso pra mim no começo foi muito difícil, porque eu comecei a questionar. Você vai crescendo, você vai vendo as diferenças e você vai percebendo, só que isso na minha casa foi sempre muito claro né, meus pais sempre deixaram pra mim que eu fui muito querida, que eles queriam me adotar [...]. Então pra mim no começo foi muito difícil, porque eu era morena, alta, cabelo encaracolado, minha mãe é japonesa, baixinha ... então eu já disse assim: ai mãe, eu queria ter o teu cabelo. Então no começo foi muito difícil, porque você é criança mas você percebe, na escolinha você vê os pais, os filhos parecidos com os pais, então aquilo pra mim ... me incomodava. Meus pais fizeram um trabalho muito legal comigo, foram sempre muito francos, muito abertos, dizendo que eles me queriam, que eu era escolhida a dedo né, então acho que isso é que me confortou mais e aí que eu fui entendendo o porquê da adoção né. [...] E hoje pra mim é assim um orgulho né, saber que

eu fui adotada por essa família. Às vezes eu até esqueço, porque isso é uma coisa tão natural na minha casa, é muito natural (PAULA).

Paula, que tem tatuado num dos pés os nomes da mãe e do pai adotivos, aponta aqui para dois aspectos de sua relação com a família adotiva que entendemos como dignos de aprofundamento, já que são também portadores de unidades de significados importantes: primeiro, o fato de terem sido sempre francos com ela, não mantendo segredo em relação à sua origem e história de vida; segundo, por terem-na acolhido de forma positiva, enaltecendo o fato de que a queriam como filha e de que a escolheram.

Winnicott (2001, 2005) observa que a adoção com maior probabilidade de sucesso é aquela onde a criança, desde bem pequenina, é informada sobre sua condição de adotada e quando seus pais adotivos conseguem prover a ela um ambiente seguro, acolhedor, ou seja, suficientemente bom. A criança necessita ouvir e sentir, na voz e na postura dos pais, a alegria que sentem por sua presença e pela oportunidade de poder acolhê-la como filha, como membro da família que se constrói ou que aumenta em número (WINNICOTT, 1955, apud SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997). A realização dessa boa acolhida, o providenciar de um bom ambiente familiar, as positivas trocas afetivas e o ato amoroso de cuidar, tão possíveis de serem postos em prática pela família adotiva quanto pela família biológica, podem remeter a criança à experiência de um novo útero e de um novo nascimento, agora desprovido das possíveis sensações de negligência, rejeição e medo, provavelmente experienciados durante a gestação de sua mãe biológica que, por viver em condições difíceis ou de vulnerabilidade, optou pela entrega ou abandono de seu filho (WINNICOTT, 2005).

A possibilidade de uma criança adotiva, como é o caso de Paula, encontrar pais e um ambiente suficientemente bons, potenciais fomentadores de seu desenvolvimento físico e psicológico saudável, está diretamente vinculada ao nível de maturidade desses pais e da disponibilidade deles para se prepararem para a adoção. Vão nessa direção os esforços de muitos dos chamados “profissionais da adoção” (psicólogos clínicos e jurídicos, assistentes sociais, advogados, promotores de justiça e juízes das Varas da Infância e Juventude), sobretudo daqueles mais

comprometidos com a causa da infância abandonada e institucionalizada no Brasil, quando orientam os postulantes à adoção no sentido de que estes se dediquem a um processo prévio e preparatório ao longo do qual possam não apenas compreender um pouco mais sobre o que significa adotar uma criança, tanto do ponto de vista jurídico quanto do ponto de vista psicológico, mas também refletir sobre os motivos, conscientes e/ou inconscientes, que podem estar vinculados à decisão pela adoção.

Sobre a preparação dos pais para a adoção e para corroborar o dito acima, lançamos mão dessa importante contribuição de Levinzon²⁰ (2004, p. 80):

Com relação à preparação para a adoção, os pais precisam de tempo para examinar e refletir sobre suas motivações. Desta forma eles podem identificar e avaliar questões importantes que poderão interferir no vínculo com a criança. Eles podem compreender, por exemplo, que a criança adotada não cura a infertilidade, ou prova que uma pessoa é boa ou caridosa.

Entendemos que justamente pela influência negativa da cultura da adoção no Brasil – já discutida anteriormente – e pela falta de informação dos pais adotivos, em muitos casos o segredo foi mantido em torno da origem e história de vida das crianças, tal qual veremos no relato de alguns de nossos colaboradores.

Ao optar pelo segredo em relação à origem da criança, o que os pais adotivos buscam esconder não necessariamente equivale ao que a criança teme, mas àquilo que muito provavelmente os próprios adultos temem e trazem como conteúdos vinculados às suas fantasias inconscientes, às suas questões emocionais não resolvidas; temores que produzem, portanto, fragilidades psicológicas resultantes de seu contato com a atual cultura da adoção, que povoa e influencia a constituição subjetiva desses adultos. Assim, se a verdade é dita à criança desde tenra idade, não existirá uma revelação para acontecer num momento X ou Y, que poderá ser

²⁰ Doutora em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da USP, psicanalista, membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e da Associação de Psicoterapia Psicanalítica. Os livros por ela publicados e aqui citados (LEVINZON, 2000, 2004) tratam da temática “adoção” à luz da psicanálise winnicottiana.

entendido como melhor, como certo, mais adequado ou, na pior das hipóteses, muito tardio. Existirá, sim, um processo de construção de uma história de vida em que a criança adotada e os pais adotivos se encontram num dado momento, num certo lugar, e a partir daí passam a viver em família, como pai, mãe, filho e/ou irmãos.

Entendemos que o fato dos pais de Paula terem procedido dessa forma, ou seja, comunicando-a gradativamente sobre aspectos significativos de sua história de vida, é que certamente podemos vê-la, em diferentes momentos de sua entrevista, fazendo menção à relevância de tal fato sobre o seu processo de formação.

Entendemos também que pode residir nesse ato de franqueza dos pais adotivos para com a filha adotada, um significativo fator coadjuvante do processo de construção e manutenção do vínculo afetivo que os liga. Negar à criança adotada a possibilidade de conhecer sua origem e história de vida pode representar uma negação real ou inconsciente dessa mesma origem e história de vida da criança por parte dos pais, ou ainda, uma negação de sua própria infertilidade, por exemplo – muitos pais adotivos afirmam ter experimentado, por diversas vezes, o desejo de que a criança adotiva fosse mesmo seu filho biológico (LEVINZON, 2004). Essa negação ou segredo em torno da origem e história de vida pode ser interpretada pelo filho adotado – sobretudo no ato da revelação – como uma aceitação relativa ou parcial dos pais em relação a ele ou ela. Contudo, e como fizeram os pais de Paula, ao trabalharem com a verdade desde sempre, asseguraram-lhe a impressão de que ela era aceita, querida e desejada desde o princípio de sua existência, ou seja, dona de uma história de vida cujo primeiro capítulo se intitula “abandono”.

Aos 20 anos de idade, Paula já é mãe. No período em que realizamos a entrevista, seu filho estava entre o segundo ou terceiro mês de vida. Sobre seu **exercício de parentalidade (Categoria 5)** nos conta que:

E em relação a meu filho, olha, por eu ser nova né, mãe solteira né, você acaba querendo suprir uma necessidade a mais né, porque você pensa assim ... ai, o pai não é tão presente, então eu vou grudar né ... normalmente a mãe, quando ... já tem o lado materno né, já nasce o neném, tem aquela situação toda, é uma ligação tão forte, mas no meu caso foi muito mais. Minha mãe teve que trabalhar comigo em cima disso, porque senão ia ser uma coisa muito exagerada, uma coisa que né, a

criança ela acaba nem se desenvolvendo, porque você quer proteger tanto né, se você puder até respira por ela né (PAULA).

A escassez, ou talvez inexistência, de trabalhos que abordem a constituição do sujeito adotado bem como as ressonâncias do abandono, da entrega e da adoção sobre a fase adulta nos faz crer que nosso trabalho pode representar uma contribuição para esse campo da Psicologia. Nenhum trabalho, na literatura nacional e internacional (de língua espanhola, inglesa e francesa), foi encontrado abordando, por exemplo: como um adulto adotado exerce sua parentalidade, nem tampouco foram encontrados trabalhos que descrevam características comuns aos adultos que, quando crianças, vivenciaram a experiência do abandono ou adoção.

Fazendo uso da principal ferramenta de pesquisa em bancos de dados internacionais, a Internet, somente encontramos artigos e *sites* dedicados à procura, por parte dos adultos adotados, de seus pais biológicos ou outros rastros de sua origem filial e familiar; aliás, pareceu-nos grande o número de agências internacionais que prestam esse tipo de serviço investigativo, tanto para adultos adotados quanto para os chamados “filhos de proveta”, ou seja, crianças – hoje adultas – nascidas de processos de inseminação artificial pelo critério de doação de esperma sem identificação do doador. Somente encontramos o resumo da dissertação de Kuhn²¹ (2001, apud GAGNO; WEBER, 2003), que apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória realizada com 50 adultos adotados que, submetidos aos instrumentos "*Adoption Experiences Questionnaire*" (AEQ) e "*Attitudes Towards Adoption Questionnaire*" (ATAQ), sinalizaram para experiências mais positivas do que negativas em relação à adoção. Assim, e até onde nos foi possível levantar informações de caráter científico, conseguimos ver algumas curtas e superficiais citações de relatos ou estudos de caso onde, por ventura, o adulto em questão trazia consigo uma história de adoção.

Sobre sua experiência clínica com adolescentes adotados, Levinzon (2004) relata que não obstante às típicas dificuldades enfrentadas pelos adolescentes neste período já complexo do ciclo vital, aqueles que foram adotados têm uma tarefa um

²¹ Kuhn, J. A. (2001). *Growing up adopted: An examination of adoptees' socialization experiences*. *Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences and Engineering*, 62 (5-B): 2490.

pouco mais árdua, sobretudo no tocante ao processo de construção da identidade separada dos pais, uma vez que não possuem *uma* mãe e *um* pai com quem se identificarem ou de quem se separarem, ainda que não conheçam os pais biológicos. Neste período é comum que o adolescente queira buscar seus pais biológicos ou conhecer mais profundamente sua história de adoção. Eles não sabem, por exemplo, como as transformações físicas comuns na adolescência vão definir seu biótipo, ou seja, se serão magros ou gordos, altos ou baixos; se terão muito ou pouco pêlo, seios pequenos ou grandes; se têm tendências a calvície ou não, etc.; tudo porque não conhecem seus pais biológicos.

Algumas jovens adotadas se sentem compelidas a repetir a experiência de sua mãe biológica, imaginando inconscientemente que esta é a única maneira de compreender o que ocorreu. É como se lhes fosse muito difícil compreender o porquê de uma mãe não conservar consigo o seu filho, e precisassem experienciar concretamente a situação, dando à luz uma criança, de forma a criar um final diferente do seu. A moça pode então afirmar: 'não dou o meu filho, ele vai ficar comigo, custe o que custar!', o que pode ser uma maneira de reescrever sua própria história (LEVINZON, 2004, p. 99-100).

O fragmento abaixo, extraído do depoimento de um dos adultos adotados entrevistados por Hartman²² (1994), ilustra muito bem o que Levinzon (2004) descreve:

Algum dia terei um bebê e então olharei para alguém com quem eu estou biologicamente relacionado e cujo rosto se parecerá com o meu. Então verei alguém que me dirá um pouco como me pareço (HARTMAN, 1994, p. 100).

Essas autoras ajudam a esclarecer as reações de Paula frente a seu bebê, as quais nos mostram, no mínimo, que, pautada numa experiência de saber-se adotada

²² Esta autora entrevistou adultos adotados nos Estados Unidos com o objetivo de estudar o papel do segredo em torno da adoção, ou seja, os motivos relacionados à opção de algumas famílias por omitir de seus filhos adotivos a verdade sobre sua origem e história de vida anterior à adoção.

e de certa forma abandonada no hospital (após a morte de sua mãe biológica nenhum outro membro da família se apresentou como interessado em ficar com ela), Paula tentou evitar, através de um cuidado exagerado, que seu filho sentisse sua ausência enquanto figura materna ou alguma outra necessidade. Tal forma de exercer a parentalidade parece-nos estar fundada em ressonâncias de sua história de abandono/adoção, ou seja, são provavelmente reflexos de algo que ainda se faz presente em sua constituição subjetiva, interferindo em sua maternagem produzindo temores, conscientes e inconscientes, dentre os quais pode estar o receio de que seu filho registre experiências de frustração semelhante às que ela registrou ou fantasia ter registrado. O seguinte fragmento da narrativa de Paula ajuda-nos a ilustrar esta tese:

[...] eu acho que no fundo no fundo me incomodava um pouco o choro dele, porque eu penso que por uma semana ou outra, mesmo eu tendo uma família de apoio me querendo, eu devo ter chorado muitas vezes e alguém não ter vindo né, então eu acho que isso me passou pela cabeça, não é assim inconsciente, é consciente porque eu estou falando, é porque né ... não sei se aconteceu, mas eu imagino que isso devia ser muito ruim, você chorar por alguém, chorar e esse alguém não vir, então eu quis fazer isso pro meu filho não sentir ... não deixar ele chorar! não deixar ele sentir dor nenhuma! (PAULA).

O excerto do relato de Paula nos leva a uma também especial atenção e sensibilidade ao modo como exercem a parentalidade os adultos que experimentaram a privação materna (WINNICOTT, 2005) ou a ausência de uma mãe suficientemente boa (WINNICOTT, 1987).

Parece-nos que o que Paula faz e que adiante veremos outros de nossos colaboradores fazendo, ou seja, o exercício de um “super” cuidado com o filho, buscando protegê-lo de toda e qualquer sensação de frustração ou dor, se justifica pela impressão que ela mesma traz enquanto mãe e portadora desta condição de adotada: a impressão de certo prejuízo vivido, a sensação de uma falta, manifesta pela reminiscência de um choro não ouvido ou de uma necessidade não atendida durante o período em que esteve distante (privada) de sua mãe biológica.

Segundo Winnicott (2001) durante os progressivos meses da gestação, a mãe²³ vai se identificando cada vez mais com seu bebê e, justamente por associá-lo à idéia de um objeto interno que uma vez ali instalado, deve ser mantido. Esta mãe vai desviando o interesse de seu *self* para o bebê, fato extremamente importante para o desenvolvimento do conceito e da prática intitulada “preocupação materna primária”. Winnicott (2001, p. 21-22), que atribui grande valor a este fenômeno, afirma:

A meu ver, é isso que confere a mãe uma capacidade especial de fazer a coisa certa. Ela sabe como o bebê pode estar se sentindo. Ninguém mais sabe. Os médicos e enfermeiras talvez saibam muito a respeito de psicologia, e certamente conhecem tudo sobre a saúde e a doença do corpo. Mas não sabem o que o bebê está sentindo a cada minuto, pois estão fora dessa área de experiência.

Esse processo de gestação e o período de convivência posterior ao nascimento representam mais do que um tempo dedicado à identificação mãe-bebê; é também um tempo de construção de uma linguagem exclusiva entre a mãe e seu bebê, permitindo a esta primeira um tipo de leitura e interpretação dos gestos, expressões faciais, choro, murmúrios, etc., que, expressos pelo bebê, geralmente remetem sua mãe a uma ação de cuidado com ele. Contudo, e como explica Winnicott (2001), essa leitura ou interpretação que a mãe faz do conteúdo expresso pelo bebê, sempre fundamentada em sua própria experiência e registros inconscientes, pode gerar dois tipos de distúrbios maternos. Num extremo, podemos verificar a mãe que, movida por interesses compulsivos difíceis de serem abandonados, torna-se incapaz de exercer este papel materno-parental de identificação, comunicação e cuidado com seu bebê. Noutro extremo,

²³ Esta mãe de que Winnicott (2001) fala é aquela que aceita sua gestação e se disponibiliza ao exercício de parentalidade, objetivando levar a cabo a gestação e manter consigo seu filho, dedicando-se aos cuidados maternos que integram o processo de desenvolvimento do bebê. Fazemos tal observação para diferenciar esta mãe daquela que, tão logo se sabe grávida, rejeita o fato e se dirige às práticas abortivas ou de abandono e entrega do filho.

temos a mãe que tende a estar sempre preocupada, e nesse caso o bebê sua preocupação patológica. Essa mãe pode ter uma capacidade especial de abdicar do próprio *self* em favor da criança, mas qual o resultado final disso? É normal que a mãe vá recuperando seus interesses próprios à medida que a criança lhe permite fazê-lo. A mãe patologicamente preocupada não só permanece identificada com seu bebê por um tempo longo demais, como também abandona de súbito a preocupação com a criança, substituindo-a pela preocupação que tinha antes do nascimento desta (WINNICOTT, 2001, p. 22).

O que ocorre quando a mãe “normal” vai deixando gradativamente de preocupar-se com seu filho é a criação de um espaço gerador de progressiva autonomia e independência para ambas as partes; o que representa uma experiência positiva e, por isso, importante contribuição ao saudável processo de desenvolvimento emocional do bebê.

Sobre essa vivência na relação mãe-bebê, que Winnicott (2001) explica evocando a idéia de “desmame”, vemos também duas situações adversas que entendemos são dignas de menção, pois acreditamos que uma delas aproxima-se do que Paula experimentou em sua introdução ao exercício de parentalidade, a saber: a situação daquela mãe que não consegue realizar o desmame pelo fato de nunca ter se identificado com o bebê, o que torna o processo de amamentação e convivência algo sem sentido para ela – e então temos aqui o sentido oposto ao conceito de mãe suficientemente boa – e daquela mãe que é incapaz de desmamar (no sentido de distanciar-se temporariamente, de tender à independência), porque está tão patologicamente preocupada que gerou entre ela e o seu bebê uma relação de dependência.

Como a própria Paula relatou, sua mãe a ajudou nesse processo de percepção de que seu bebê precisava de um espaço e de que alguma parcela de frustração não só não poderia ser totalmente evitado, como também poderia ser importante ao processo de individuação de seu bebê (muito embora não falasse disso usando tal linguagem e conceito).

Então a minha mãe trabalhou né, em cima disso, foi sempre conversando ... falou, filha, é normal, ele chora, precisa chorar, precisa se sentir frustrado,

ele precisa saber que a vida não é só doce né, tem o seu amargo também [...] (PAULA).

Esta intervenção da mãe de Paula foi suficiente para que seu modo de operar o cuidado com o bebê mudasse:

Então hoje é ... eu tô tirando mais de letra né, tô deixando ele sentir mais como são as coisas, pra ele também se desenvolver, senão ele vai ficar uma criança né, achando que tudo o que ele quiser, gritar, ele vai conseguir (PAULA).

Este fragmento da fala de Paula corrobora de forma exemplar o postulado winnicottiano de que:

para que os bebês se convertam, finalmente em adultos saudáveis, em indivíduos independentes, mas socialmente preocupados, dependem totalmente de que lhes seja dado um bom princípio, o qual está assegurado, na natureza, pela existência de um vínculo entre a mãe e seu bebê: amor é o nome desse vínculo. Portanto, se você ama seu filhinho, ele está recebendo um bom princípio (WINNICOTT, 2008, p. 17).

Parece-nos que a mãe de Paula, cumpridora dessa tarefa de dar amor a sua filha – o que à luz da psicanálise winnicottiana entendemos como o maior legado de um bom exercício de parentalidade – conseguiu guiá-la por um processo de desenvolvimento que culminou com a maturidade e a possibilidade de também se tornar uma mãe suficientemente boa.

Esta vivência de Paula, na relação com seu bebê e na relação com sua própria mãe (que a assessora), remete-nos à reflexão de que a parentalidade é um exercício que se constrói a partir da própria experiência de filiação e que se aprimora (ou que se pode aprimorar) a cada dia, na medida em que a mãe se reconhece como tal (identificando-se com o papel e funções de “mãe”), mas também à medida

que se abre para este sempre possível processo de aprender a ser; este vir-a-ser mãe.

Assim, o cuidado exagerado que Paula dispensou ao seu filho inicialmente e a participação de sua mãe como presença orientadora sinaliza positivamente para isso: a parentalidade, feita de acertos e erros, pode tornar-se suficientemente boa, independentemente da mãe trazer ou não consigo uma história de adoção, pois como afirma Winnicott (2008, p. 54):

[...] até as mães têm de aprender a ser maternas, através da experiência. Creio ser preferível que encarem o problema dessa maneira. Pela experiência, elas evoluem. Se encararem as coisas de outra maneira e pensarem que devem se debruçar assiduamente sobre os livros para aprenderem como ser boas mães, desde o princípio estarão no caminho errado. A longo prazo, o que precisamos é de mães – e de pais – que tenham descoberto como acreditarem em si próprios. Essas mães e seus maridos edificam os melhores lares onde os bebês podem crescer e desenvolver-se.

Gostaríamos, ainda, de enfatizar e nos determos num fato presente na narrativa de Paula que consideramos como de grande relevância em sua história de vida e, em especial, em sua vivência como filha adotiva. Trata-se da ajuda profissional que Paula recebeu durante seu processo de desenvolvimento e convivência familiar, o qual, como já vimos, é por ela imensamente valorizado. Muito embora não tenhamos elencado este tema como uma categoria de análise, pois não se repete na narrativa e na vivência dos outros colaboradores de nossa pesquisa, consideramos importante discuti-lo, já que também nos interessa o campo da Psicologia Clínica e suas contribuições ao universo da adoção.

Ao longo de sua infância e adolescência Paula recebeu ajuda profissional a qual impactou principalmente no encaminhamento para seu autoconhecimento, maturidade e auto-aceitação. Esta oportunidade de acesso ao processo psicoterápico, muito embora não esteja ao alcance de todos, faz uma diferença interessante na vida da pessoa humana, já que por meio da interlocução com um profissional especializado, pode-se fomentar ou até mesmo acelerar um processo de reflexão, introspecção e análise que, provavelmente e no mínimo, levaria mais

tempo para ocorrer se a pessoa contasse apenas com os recursos próprios (WINNICOTT, 1967, apud WINNICOTT; SHEPHERD; DAVIS, 1994; WINNICOTT, 1955, apud SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997; ZIMMERMAN, 2004). Vejamos o que nos diz ela a esse respeito:

[...] Eu fiz terapia durante doze anos e através dela é que eu fui me descobrindo né ... brincando ... eu comecei brincando e acabei sentando no divã [...]. Então pra mim assim ... eh ... a Sophia, ela é uma pessoa que me ajudou muito a me descobrir, então ela fez parte da minha história, sabe, ela ... ela ... não falo que ela que me descobriu, mas foi ela quem me ajudou a me descobrir (PAULA).

A procura pela psicoterapia é freqüente para pessoas que de alguma forma se vêem ligadas ao universo da adoção. Em alguns casos a psicoterapia é recomendada como condição *sine qua nom* para o saudável desenvolvimento da criança ou adolescente ou para uma melhor organização da família adotiva (LEVINZON, 2000, 2004).

Assim, encontramos na clínica:

- pais em busca de orientações ou em busca de apoio na resolução de conflitos que, a princípio, julgam ser exclusivos de famílias adotivas ou de crianças e adolescentes que foram adotados;
- filhos adotivos que buscam se conhecer e se reconciliar com a própria história de abandono e adoção, visto que se vêem incomodados pela situação até então não trabalhada do ponto de vista psicológico;
- casais que buscam ajuda psicológica para lidar com o drama da infertilidade e que acabam optando pelo projeto de adoção como forma de realizar o desejo do exercício da parentalidade;
- postulantes à adoção (casais, famílias e adultos solteiros) em busca de uma preparação para o exercício da parentalidade por via da adoção e que são orientados a desenvolverem este processo de preparação quando de sua inscrição no Cadastro Nacional de Adoção;

- postulantes à adoção em busca de preparação, mas que o fazem voluntariamente em modalidades de psicoterapia individual ou de psicoterapia de casal e família;
- crianças encaminhadas por instituições (abrigos), escolas, ou pela Vara da Infância e Juventude de sua cidade, vista a existência de algum problema de origem psicológica que nelas se observa;
- entre outros fatores e motivações.

Como relata Levinzon (2004, p. 103-104),

Os pais adotivos podem se deparar com questões relativas à sua infertilidade, auto-estima e dificuldades na vinculação e separação do filho, esses temas podem interferir no desenvolvimento de uma relação segura com a criança e na sua satisfação em criá-la. [...] Os adotados, por sua vez, vêm-se diante de seus sentimentos de abandono e perda, e da necessidade de rever aspectos de personalidade e defesas para lidar com a angústia.

As crianças, adolescentes e adultos adotados podem experimentar vivências emocionais que não lhes conferem a sensação de equilíbrio satisfatório, sobretudo porque seus comportamentos defensivos, sempre em estado de alerta, constituíram-se como recursos disponíveis à manutenção de sua sobrevivência física e psicológica pelo fato de já se sentirem, de alguma forma, ameaçados em seu processo de existir, sabedores que são, consciente ou inconscientemente, de que algo de diferente lhes ocorreu: um abandono, uma entrega, um processo de institucionalização, uma rejeição, uma falha ou ausência de cuidados maternos, etc.

Nesse sentido, questões como a permanência ou não no lar adotivo, as dificuldades experienciadas em torno dos processos identificatórios que envolvem tanto os pais adotivos quanto os biológicos, o fato de não se perceberem tão amados quanto gostariam (ou idealizam), além de questões relacionadas a autoestima e autoimagem, podem necessitar do acompanhamento psicológico (LEVINZON, 2004), como é corroborado por Paula:

Então eu acho que a ajuda profissional é muito importante porque os pais nem sempre sabem conduzir a situação né, eles são pais né ... apesar de serem cultos, de saberem né, sempre escutarem, de lerem bastante, pai e mãe é pai e mãe dentro de casa né, então ... eh ... eu precisei de uma ajuda profissional e essa pessoa foi muito querida para mim, foi através dela que eu fui descobrir a Paula que eu sou hoje né [...] (PAULA).

Para melhor compreender os significados do relato de Paula, gostaríamos, ainda, de compará-lo a outro, citado na obra de Levinzon (2004), que em sua experiência clínica identificou inúmeras e frequentes fantasias presentes no conteúdo subjetivo das crianças adotivas que atendeu, e que, neste momento específico de nosso trabalho, elucida de forma exemplar a importância do processo psicoterápico e da figura do psicoterapeuta.

‘Encontrei na análise a mãe idealizada que não me deixará sentir frustração’.

‘Entrarei na barriga de minha analista, assim ela me gestará e nascerei de novo. Ela será a mãe que se parece comigo e que entenderá a minha língua ...’. (LEVINZON, 2004, p. 110).

A experiência de Levinzon (2000), a qual corroboramos na clínica, sinaliza para o fato de que algumas crianças, adolescentes e até adultos adotados têm dificuldades em “ser eles mesmos”, de se mostrarem como são, como pensam e/ou como sentem o mundo, as pessoas e as circunstâncias à sua volta. No relato que se segue, veremos que Paula se coloca na relação com os pais adotivos, com pessoas da família extensa, com o filho e também com amigos, de forma extremamente solícita, próxima, solidária, afetivamente exagerada e altruísta, de modo que o investimento inconsciente em tal postura resulte na construção de uma relação com o outro imune ao risco de um novo abandono.

[...] E em relação às pessoas eu acabei desenvolvendo um lado muito afetivo, assim, acolhedor, né, eu tenho muitos amigos, as pessoas estão sempre do meu lado, eu acho que até um pouco exagerado porque eu quero pegar o problema de todo mundo né, eu acho que isso influenciou

muito lá atrás. Por quê? Por ter sido adotada, então, aquela coisa ... por alguém ter me acolhido, me pegado, então eu acho que isso, no meu inconsciente ou consciente, eu acabo querendo pegar, acolher, resolver o problema do mundo, então é uma coisa assim ... é um lado meu que não sei se ainda tem que ser trabalhado, mas é uma coisa minha muito forte né, de escutar problemas, de resolver, de ir atrás, de resolver (PAULA).

Winnicott (1983) chamou este fenômeno psicológico de falso *self*. Em sua obra, o conceito de *self* se refere à parte mais central do ego da criança, que se desenvolve a partir de um ego fraco ou primitivo presente no lactente, mas que vai ganhando força e se estruturando saudavelmente na relação deste com sua mãe suficientemente boa. Assim, podemos falar de um *self* verdadeiro que se constitui livre de condicionamentos pelo simples fato de a criança ter suas necessidades satisfeitas na relação com a mãe (WINNICOTT, 1983). Contudo, na ausência dessa mãe suficientemente boa, a criança aprende a se submeter às condições presentes em seu ambiente. O falso *self* encontra nessa submissão do bebê em relação à mãe o solo fértil para seu desenvolvimento e estruturação. A partir desse ponto a criança passará a construir para si uma série de relacionamentos falsos, uma série de falsas características que, aparentemente, soarão como reais a ela mesma e aos que com ela convivem de modo a tornar-se muito próxima daquilo que esperam dela a mãe, o pai, os amigos e todas as demais pessoas. Quanto mais este falso *self* se sofisticava²⁴ como forma de defesa e manutenção do equilíbrio intrapsíquico, mais oculto vai se tornando o verdadeiro *self* da criança em desenvolvimento e se não receber ajuda profissional, estará esta criança fadada a uma constituição subjetiva cada vez mais distante de sua essência.

Dessa forma, o espaço terapêutico (*setting*), bem como a figura do psicoterapeuta, como vimos no relato de Levinzon (2004), se tornam, respectivamente, barriga e mãe do paciente em questão, numa relação transferencial que pode “parir” uma pessoa mais integrada, mais operante de um *self* verdadeiro do que de um *self* falso, portanto, mais “si mesma”, como nas palavras de Paula: “foi através dela que eu fui descobrir a Paula que eu sou hoje, né [...]”.

²⁴ Winnicott (1983, p. 154) também utiliza a expressão: “quando um falso *self* se torna bem sucedido”.

Para encerrar este momento de reflexão sobre a importância da ajuda profissional trazida à tona pela narrativa de Paula, associamo-nos novamente a Winnicott, que afirma:

Resumindo: todas as crianças se reorientam em relação à vida na puberdade, e as crianças adotadas têm uma tarefa especial nessa idade e precisam de ajuda especializada. Os pais adotivos também precisam de ajuda no manejo dos próprios sentimentos, despertados pelas novas capacidades dessas crianças, com as quais não têm consanguinidade (WINNICOTT, 1955, apud SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997, p. 136).

Verificada a importância da ajuda profissional no acompanhamento de crianças, adolescentes, adultos adotados e também dos pais adotivos, consideramos significativo pontuar que reside aí uma área digna de especial atenção e um desafio para profissionais tais como psicólogos, psicanalistas, psiquiatras, pediatras, etc., em vários sentidos: acompanhar; orientar; promover autoconhecimento; ajudar no processo de construção ou reconstrução de histórias de vida; facilitar processos de amadurecimento; contribuir com a minimização de angústias, frustrações, medos, etc.; enfim, ajudar essas pessoas a chegarem o mais perto possível do que possam entender por felicidade e qualidade de vida.

Passemos agora para a análise da entrevista de nossa próxima colaboradora.

4.1.2. Laura (Colaboradora 3)

Na data da entrevista Laura tinha 47 anos. Foi abandonada no hospital onde nasceu, juntamente com seu irmão gêmeo. Sua mãe biológica morreu no parto e o pai, que já cuidava de outros sete filhos, deixou os gêmeos no hospital. O menino foi adotado logo que nasceu e Laura somente um mês depois. Antes de ir para a casa da família que a adotou, esteve com outra que a devolveu ao hospital, pois, segundo seu relato, era um bebê que chorava demais. Mais tarde, só depois de saber sobre

sua verdadeira história e origem, Laura soube o motivo desse choro excessivo: desenvolvera um tumor no ouvido, certamente, responsável por grande sensação de dor.

A mãe adotiva de Laura, que não podia ter filhos, adotou primeiramente seu irmão com o consentimento do esposo, e depois de trinta dias adotou Laura por livre iniciativa e para surpresa do marido que, ao chegar em casa depois de uma de suas viagens, típicas da profissão de caminhoneiro, encontrou dois e não apenas um bebê.

Durante 15 anos, a adoção de Laura e do irmão foi mantida em segredo, até que esta começou a indagar-se sobre algumas percepções e intuições acerca de seu contexto de inserção e convivência familiar; por exemplo: diferentemente dos registros de nascimento das primas, Laura notou que no seu documento havia a existência do termo “adoção”. Esse fato, que a princípio apenas chamou-lhe a atenção, passou a ser o gerador das primeiras desconfianças em torno de sua origem e história de vida. Paralelamente às indagações que se fazia e às que começou também dirigir à mãe adotiva, Laura recebeu a visita de um então desconhecido irmão biológico, ocorrência que trouxe à tona a verdade sobre sua origem (e de seu irmão) e, portanto, o fim do pacto sócio-familiar que mantinha o segredo sobre sua adoção.

Laura é casada e tem dois filhos: um já adulto e formado no ensino superior, o outro ainda adolescente (14 anos, até a data da entrevista). O filho mais velho conhece um pouco de sua história de adoção e, embora tenha se mostrado surpreso ao saber, acolheu positivamente este capítulo da história de vida da mãe; contudo, o filho mais novo nada sabe a esse respeito.

Relata que sua vivência de conjugalidade é muito difícil e bem diferente do que desejava (idealizava), ou seja, não vive bem com o marido, por ela descrito como egoísta e vitimado por problemas emocionais não tratados, certamente resultantes da história familiar conturbada que tivera. Não se separou do marido por encontrar dificuldades para manter-se, entendendo ser difícil ela, sozinha, dar aos filhos a qualidade de vida que compreende ser positiva e, também porque escolheu

acatar as orientações dos pais adotivos, para os quais o casamento deve ser mantido “até que a morte os separe”, ainda que a duras penas.

Laura diz já ter sofrido bastante com sua vivência, sobretudo por conta de saber-se abandonada pelo pai biológico e não acolhida pelos irmãos mais velhos, que na época de seu nascimento já eram adultos e alguns até casados. Negou-se, nas oportunidades que teve, a estabelecer contato e relação com membros da família biológica, diferentemente do que fez seu irmão gêmeo. A justificativa para tal postura é sempre uma referência à mãe e ao pai adotivos, ou seja, não querer magoá-los. Pelo contrário, sempre que possível, Laura tenta valorizar o fato de, não obstante às dificuldades sócio-econômicas que tinham na época, terem adotado e cuidado deles, os gêmeos, com todo o zelo. O seguinte fragmento de sua entrevista, em que discute esta questão com o irmão, torna verossímil tal afirmação:

Eu não quero saber. Se você tem essa postura, eu não quero saber, porque eu acho uma falta de respeito com os pais da gente, a gente querer entrar em contato com essas pessoas (LAURA).

Laura fala ainda de seu esforço para estudar e galgar degraus de atuação profissional mais realizadores e rentáveis, apesar da falta de apoio do marido. Como educadora que é, afirma não perder a oportunidade de ressaltar para alguns de seus alunos, que também são filhos adotivos, a importância da adoção e a sorte que tal acontecimento pode ter representado na vida dela e de tantos outros, uma vez que a adoção, diferentemente do abandono, pode resultar na oportunidade de uma vida feliz.

Por conta dos conflitos conjugais e das dificuldades decorrentes dessa situação, interpostas ao processo de educação dos filhos e realização profissional, Laura entende ter desenvolvido um quadro depressivo, que vem (até a data da entrevista) sendo tratado de forma medicamentosa com a ajuda de um profissional psiquiatra.

Eis como Laura encerra, emocionada, sua entrevista:

Então, para aqueles que querem adotar, ou que não têm filhos por algum motivo né, que nunca adotem um animal, adotem uma criança (LAURA).

A vivência afetiva na relação com a família biológica (Categoria 1)

aparece na narrativa de Laura em diferentes momentos, sendo que os mais importantes fragmentos e nos quais emergem as principais unidades de significados, estão abaixo apresentados.

Assim se dirige Laura ao irmão biológico, quando este a procura pela primeira vez:

[...] Então aí eu falei assim pra esse irmão ... suposto irmão né. Eu falei:
- Cara a gente não tem nada a ver. A gente não é irmão, talvez no biológico, de sangue ... mas eu não te reconheço, então eu não quero mais que você me procure e ... não quero mais saber. Então, por favor, não me procure mais (LAURA).

Em uma segunda oportunidade de estabelecimento de relação com o irmão e com outros membros da família biológica, podemos verificar na narrativa de Laura o seguinte posicionamento:

[...] Ele tentou um contato depois de o que ... uns cinco ou seis anos depois, mas daí eu não recebi. Eu estava na minha mãe, aí na verdade eu já era casada, mas eu não quis. Eu falei:
- Mãe, eu não quero recebê-lo, eu já disse que eu não queria falar com ele. Acho que eu devia ter uns 25 anos mais ou menos, um pouquinho mais talvez ... uns 28. E eu não quis porque, assim, não pertence, não pertence. Minha mãezinha queria comentar, na verdade depois ela me contou essas coisas todas ... ela queria falar mais coisas sobre, falar do nome de uma outra suposta irmã, que já era casada, mas eu falei assim:
- Mãe, eu não quero saber (LAURA).

O posicionamento de Laura é análogo ao de Pedro (nosso colaborador 2 – cuja entrevista será analisada no item 4.2.1) em relação à decisão de não

estabelecer contato com a família biológica. E chama-nos a atenção o fato de existir, em ambos os casos, uma preocupação por parte do adotado em não magoar os pais adotivos, ou seja, não deixar transparecer a eles uma possível insegurança ou dúvida quanto ao amor e cuidado recebido deles, como que se contrapondo a um possível cuidado ou amor que poderiam experimentar com família biológica, mas que reside em sua constituição subjetiva somente sob a forma de fantasia. Levinzon (2004) reflete sobre este tipo de comportamento por ela observado em crianças durante processo psicoterápico e o apresenta como sendo uma forma de “enterrar” o passado e a própria história de abandono, ou seja, uma forma de lidar com a angústia de separação e a dolorosa sensação produzida pela vivência da rejeição da família biológica.

A gratidão pelos pais adotivos e o medo de ser novamente abandonado é, segundo compreendemos, o fator que se apresenta de forma sistemática como barreira ao estabelecimento de qualquer relação entre o adotado e sua família biológica, a partir do momento em que este toma ciência de sua origem e história de vida. As observações possíveis de serem feitas no processo de análise compreensiva da entrevista de Laura e de boa parte de nossos demais colaboradores, são corroboradas pela experiência de Levinzon (2000, p. 164):

O medo de ser abandonado é notado também na relação da criança com seus pais adotivos. Aparece, às vezes, através dos esforços em agradar a seus pais, tentando ser o que imaginam que estes desejam. Podia ser visto na análise, quando as crianças precisavam disfarçar para os seus pais o interesse pela analista, para que estes não entendessem que ela os estava traindo, ligando-se a outra pessoa. Muitas vezes, na transferência, a analista era identificada com a mãe natural, que só podia ser amada secretamente. Ao mesmo tempo, encobrendo seu afeto, as crianças procuravam proteger a relação analítica do possível ciúme de seus pais.

Assim, aproximar-se da família de origem, dos irmãos biológicos, no caso de Laura, poderia representar, segundo ela sente e interpreta, um risco a sua saudável relação com os pais adotivos, uma forma de desrespeito ao ato generoso destes em relação a sua adoção, um ataque agressivo à ética relacional que se consolidou

durante os anos vividos em família, tanto que assim se dirige a seu irmão gêmeo, repreendendo-o por ter aceitado estabelecer contato com a família biológica:

[...] Meu irmão já quis saber da família, entende, ele entrou em contato com alguns irmãos, aí ele comentou comigo e eu falei assim:

_ Eu não quero saber. Se você tem essa postura, eu não quero saber, porque eu acho uma falta de respeito com a mãe da gente, a gente querer entrar em contato com essas pessoas (LAURA).

Se por um lado se verifica a rejeição de Laura quanto ao contato com a família biológica, **a vivência afetiva na relação com a família adotiva (Categoria 2)** assume outra configuração. Como aparece em sua narrativa, Laura conseguiu construir com sua família substituta um vínculo afetivo marcado por sinais de grande proximidade, identificação e respeito. A qualidade desse respeito pela família adotiva, em especial pela mãe adotiva, como veremos abaixo, aparece também como justificativa para que Laura não estabelecesse contatos e uma relação de proximidade com sua família biológica.

[...] Eu sempre fui uma filha boazinha, assim, eu fazia tudo o que minha mãe queria ... e depois eu vi o sofrimento que ela teve com a gente ... adotou duas pessoas né ... e a tristeza que me deu de não ter sido aceita pela família biológica né, porque na verdade eu não os conheci, mas nunca quis que minha mãe soubesse que eu tinha essa tristeza, então eu fazia tudo o que ela queria com o maior bom gosto, tudo, tudo, tudo eu fazia pra ela, tudo eu sempre fiz por ela, por que ... e eu nunca quis saber para não magoá-la, depois aí passou batido, sabe assim? Meu pai viajava muito, caminhoneiro por trinta anos né, então a minha convivência ... meu pai sempre foi uma pessoa, assim, honesta. Então o que eu que peguei dele? A honestidade, trabalho e trabalho. A única coisa que ele passou pra mim, aliás, a coisa mais importante foi isso [...] (LAURA).

O esforço de Laura para ser a “filha boazinha”, que fazia tudo o que a mãe queria, implica em sua capacidade de identificação com ela e sinaliza para a força do vínculo que as une. Essa capacidade de identificação, materializada na habilidade de colocar-se no lugar do outro e, de certa forma, sacrificar-se pelo outro, implica, por sua vez, na possibilidade de abrir mão, temporariamente, dos próprios sentimentos e desejos para priorizar os sentimentos e desejos do outro (que pode

ser o pai, a mãe, o irmão, a professora, o amigo, etc.). Paralelamente, tal comportamento pode, como já discutimos anteriormente, justificar-se pela presença e força de um falso *self* que se sobrepõe ao verdadeiro *self* (WINNICOTT, 1983; LEVINZON, 2004). Se assim for, podemos postular que a qualidade do vínculo estabelecido entre Laura e sua mãe adotiva, sobretudo esta busca por agradá-la sempre, está ligada ao medo inconsciente de ser novamente rejeitada e abandonada, como de fato foi por sua família biológica e pela primeira família adotiva que a devolveu ao hospital.

A experiência de saber-se ou sentir-se “abandonada” (Categoria 3) também foi abordada na narrativa de sua história de vida.

Nas falas de Laura apresentadas abaixo, que tomamos como representativas de seu quadro depressivo²⁵ (pelo conjunto dos significados nelas presente, mas principalmente pelos indícios de uma acentuada baixa autoestima), Laura fala sobre seu abandono e depois aconselha aos adultos, impedidos de gerarem seus próprios filhos, a adotarem uma criança ao invés de um animal. Queremos nos demorar um pouco na discussão destas falas para melhor apreendermos seus significados, uma vez que certamente, expressam a essência de sua vivência enquanto “abandonada” e posteriormente adotada. Ouçamo-la:

[...] Assim ... como tinham nove irmãos né, nós éramos o oitavo e nono, então tinham sete antes da gente, e mesmo quando tinham aqueles que já eram casados, eu não entendia o porquê, porque que mesmo casados eles não quiseram a gente, tanto que eu fiquei lá um mês na maternidade. [...] Nunca me fez falta. Assim, enquanto adolescente e depois de adulta, nunca me fez falta querer saber os motivos ... na verdade não tem motivo para o abandono ... é abandono, e o abandono é uma coisa, assim, é um vazio né [...] O abandono foi uma desgraça pela falta de amor da família biológica, mas é coisa que a gente não explica, não tem como explicar uma coisa dessas.

[...] Então, para aqueles que querem adotar, ou que não têm filhos por algum motivo né, que nunca adotem um animal, adotem uma criança.

²⁵ Devido ao desenvolvimento de um quadro depressivo, segundo Laura, desencadeado por uma série de conflitos, dentre eles o vivenciado no âmbito de seu relacionamento conjugal, e que interferem negativamente no exercício de sua parentalidade e profissão, ela se submete a um tratamento psiquiátrico, em andamento até a data da entrevista. A fragilidade de sua estrutura emocional pode ser percebida durante a entrevista que nos concedeu, quando por várias vezes chorou ou teve sua voz fortemente embargada.

Porque, como eu tive a rejeição, no nascimento né, não pela minha mãe, mas pelo meu pai e pelo resto da família toda, tem muita criança também que é assim, rejeitada ... (CHORO) ... e que ... é adote uma criança, porque ela pode se tornar uma pessoa feliz. Embora eu esteja falando assim, emocionada, mas eu tive uma vida, eu tenho uma história, podia não ter tido essa história e ... é importante, assim, que a pessoa que queira adotar que ela realmente assuma como seu, como seu filho, igual como a minha mãe fez ... (LAURA).

Estas falas de Laura sinalizam para o impacto de sua vivência em torno do abandono e rejeição, ainda que tenha sido vivida de forma mais intensa em seu primeiro mês de vida, o que, aliás, é apontado por Winnicott (1983, 1994, 2005) como sendo o período mais importante do processo vincular na relação com a mãe e, por isso mesmo, período em que significativos danos psíquicos podem ser produzidos pela experiência de privação, perda e separação.

Como pudemos acompanhar em seu relato, Laura foi deixada no hospital, logo após a morte de sua mãe, pelo pai e demais irmãos, inclusive aqueles já adultos, que não se dispuseram a ocupar-se dela. Foi adotada com mês de vida pela família com que convive até hoje, muito embora tenha vindo a saber que seu irmão gêmeo foi adotado primeiro. Antes de ser adotada por sua família, Laura foi retirada do hospital e encaminhada para outra família que, como ela mesma afirma, provavelmente incomodada por seu choro contínuo, o qual levou ao diagnóstico de um tumor no ouvido, a devolveu ao hospital. Temos, então, uma experiência de quádruplo abandono ou rejeição:

- primeiro pela mãe, que morreu no parto;
- segundo pelo pai, que não a quis e a deixou no hospital;
- terceiro pelos irmãos adultos, que igualmente não a assumiram;
- quarto, pela família, que adotou somente seu irmão gêmeo (pelo menos num primeiro momento);
- quinto, pela família que a devolveu ao hospital.

Esta experiência vivida por Laura, significada pelo apelo que faz aos que pretendem adotar quanto a adotarem uma criança e não um animal, faz-nos crer ser possível aplicar a ela o conceito de “síndrome da rejeição”, postulado por Schettini Filho (2004, p. 148):

A criança adotiva vive, inconscientemente, em alguns aspectos, uma verdadeira síndrome da rejeição. Avaliando sua curva de desenvolvimento, identificamos dois momentos cruciantes em que ela se confronta com a dinâmica desagregadora da rejeição.

Esses dois momentos são: a) a rejeição da mãe biológica, verdadeiramente sentida e inconscientemente registrada por Laura, e b) a rejeição dos pais adotivos, nem sempre sentida conscientemente, mas temida inconscientemente de forma significativa e comprometedora do processo de construção da personalidade; como já discutimos apoiando-nos na teoria do falso *self* (WINNICOTT, 1983).

Apreendemos a força do significado da fala de Laura da seguinte forma: as múltiplas rejeições vividas a colocam numa condição (subjetiva) de menos valia (talvez aquela criança abandonada ainda habite nela), a ponto de produzir-lhe uma sensação de nulidade (a experiência de ser um nada), o que lhe permite se comparar ou se equiparar a um animal – por exemplo, um cão, tão mais comumente adotado por famílias brasileiras do que crianças, como ela.

Mas se por um lado, como relatou Laura, seu abandono foi uma “desgraça” ou um “vazio”, a adoção aparece em sua fala como o extremo oposto: uma “graça”, uma “sorte”, uma “solução”. Para uma melhor compreensão dos **Significados da adoção (Subcategoria 4.1)**, apresentamos abaixo um dos mais importantes fragmentos de sua entrevista:

[...] porque é uma coisa, assim, que pra mim agora é tão insignificante; não me importa mais nada disto, embora eu tenha sofrido, mas tudo foi pra melhor pra mim. Pra mim foi uma experiência, assim, que eu como professora agora, falo pros meus alunos; porque tem alunos que falam:

- Ah! Eu não sou bom assim porque eu fui adotado.

Tem uns que comentam:

- Ah! Ele é adotado!

Eu falo:

- E daí? Qual o problema?

Quer dizer: isso foi uma solução pro teu caso. Você não teve que ficar na rua, jogado. Eu podia ter sido uma prostituta, podia ter sido né, uma pessoa de uma índole ruim. E na verdade eu tive essa sorte, na verdade é uma sorte mesmo a gente ter sido adotado (LAURA).

Os significados atribuídos por Laura à adoção estão sempre vinculados àquilo que ela, bem como outros adultos adotados, a exemplo de alguns daqueles também entrevistados por nós, enaltece como sendo os aspectos positivos da adoção. De fato,

na maioria das vezes, a família adotiva é estabelecida a partir do encontro de dois sofrimentos: a perda dos laços primários de uma criança – que passa a fazer parte de uma outra família, cujo papel será ajudá-la a crescer como filho e como pessoa; e a desilusão de um casal diante de sua esterilidade biológica – que precisa abrir-se a uma parentalidade afetiva e acolher um filho nascido de outros. Nessa perspectiva, a adoção tem dupla finalidade: permitir que a criança encontre uma nova família e um ambiente satisfatório para o seu desenvolvimento e possibilitar aos pais o exercício da paternidade (SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006, p. 287).

Isso significa que a possibilidade da adoção representa mesmo uma positividade tanto para a família que adota e cujos pais encontram-se, por exemplo, na situação supracitada, como para a criança que é adotada e passa a concorrer com mais chances à possibilidade de uma vida mais feliz e saudável, sobretudo se comparada às crianças que vivem ou nas ruas, em situação de abandono e grande vulnerabilidade, ou nas instituições. Contudo, não podemos fazer uma leitura apenas dos aspectos positivos sem considerarmos que na adoção também existem dificuldades, tantas quanto existem em famílias não adotivas. Cumpre-nos pontuar que uma boa preparação da criança a ser adotada e da família postulante à adoção pode minimizar os riscos de fracasso da adoção e evitar o que se considera um grande risco à constituição subjetiva da criança: sua devolução ao abrigo pela impossibilidade de adaptação à família substituta, ou o contrário, a impossibilidade de adaptação da família substituta à criança.

A família adotiva de Laura optou por manter em segredo sua adoção, bem como, logicamente, a de seu irmão gêmeo. Contudo, não foi possível afastar nossa colaboradora e seu irmão da verdade por muito tempo. Uma conjunção de fatos: a curiosidade que nela crescia e a aparição repentina de um irmão biológico fizeram cair por terra o pacto sócio-familiar que sustentava o segredo em torno de seu

abandono e adoção. Assim Laura se refere a essas vivências: **o segredo da adoção e o impacto da revelação (Subcategoria 4.2).**

[...] Na verdade, assim, eu sofri um pouco, porque eu estava na minha adolescência né, tinha 15 anos quando eu fiquei sabendo e ... eu curiosa, fiquei observando o Registro de Nascimento e ficava comparando com os dos primos, e percebi que tinha uma diferença no meu, numa observação embaixo ... e aí fui questionar a minha mãe. Eu falei assim, mas porque que no meu tem essa observação de doação, de adoção na verdade, e da minha prima não tinha? Ai depois ela falou que não era nada, tal ... e aí chegou um dia que chegou uma pessoa estranha em casa, que era a cara do meu irmão, porque nós somos gêmeos, e falou assim:

- Você é minha irmã.

Ai eu levei um choque, assim, grande ... eu tinha 15 anos ... levei um choque muito grande porque eu não entendia aquilo. Eu via que ele era parecidíssimo com meu irmão e ele falou pra mim:

- Vamos conversar, eu quero conhecer você, tal. Quando vocês nasceram eu tinha 4 anos, eu não te conhecia e eu tenho vontade (LAURA).

Já discutimos anteriormente os efeitos do segredo e da revelação para o adotado, sobretudo quando este toma ciência dos fatos por intermédio de terceiros e tardiamente. O que desejamos abordar aqui, porque consideramos importante unidade de significado presente na fala de Laura, refere-se à curiosidade dela sobre sua origem e história de vida, já que de alguma forma sentia-se impelida a buscar por informações que viessem ao encontro de certa sensação de estranhamento, ou seja, certa diferença percebida entre ela e os primos, e para a qual o documento de certidão de nascimento apenas apontava.

Segundo Levinzon (2004, p. 59), a vontade de obter informações sobre seus genitores representa uma característica comum na constituição subjetiva dos adotados que trazem “consigo o difícil trabalho de luto pela perda e pela vivência de não ter sido querido”. Essa experiência, subjetiva e inconsciente, trazida à tona em situação de análise, por exemplo, ou como aconteceu com Laura, pela percepção de elementos concretos que denotaram a existência de certas diferenças entre ela, os pais adotivos e os primos, permite o disparar de um processo investigativo que pode ser muito marcado pela presença de angústia, ansiedade e medo, tanto para o adotado quanto para os adotantes.

Não podemos nos esquecer também das lições de Freud (1996b), que ao postular sobre os Romances Familiares, explicou tal fenômeno, quase sempre e universalmente experimentado pela criança – adotiva ou não – e que resulta, para esta, no aparecimento de uma dúvida e/ou sensação quanto à possibilidade de ser adotada (mesmo sendo filho biológico dos pais com os quais convive); sensação esta justificada pela descoberta que as crianças realizam acerca dos papéis sexuais desempenhados pelos pais, mas também de suas limitações e fragilidades, já que até bem pouco tempo os considerava perfeitos e heróis. Deparar-se com os pais como seres de limites e falhas e, ao mesmo tempo, ver os pais de seus amigos como mais atenciosos, carinhosos e supostamente melhores do que os seus próprios, remete a criança, em suas produções imaginativas, a pensar na possibilidade de não ser a filha ou o filho daquele pai e mãe, ou seja, de ser adotada ou adotado.

Isso significa que Laura, sendo filha adotiva ou não, um dia em sua infância poderia se deparar com a dúvida ou a possibilidade de ser adotada, como ocorre com um grande número de crianças. Sua curiosidade, aguçada por natureza, como ela mesma afirma, e a conjunção dos fatores anteriormente citados fizeram com que Laura se descobrisse verdadeiramente adotada aos quinze anos de idade.

A notícia de saber-se filha adotiva, depois de ter crescido e se desenvolvido sob a sólida certeza de que era filha biológica da família que a adotou, e assim, saber-se também portadora de uma história de abandono, impactou Laura.

Contudo, a experiência de inserção no seio da família substituta que a acolheu, assim como a seu irmão gêmeo, possibilitou um contato com o que Winnicott (1987) chama de “maternagem suficientemente boa” (ou *holding*, que significa o bom manuseio [sustentação] e introdução do bebê ao mundo, sendo capaz de satisfazê-lo desde o início de seu processo de desenvolvimento), o que implica numa experiência de vida registrada no inconsciente daquele que foi privilegiado por tais cuidados maternos e que se torna potencializador do exercício de parentalidade a ser posto em prática de forma semelhante na fase adulta.

Para compreendermos este **exercício de parentalidade (Categoria 5)**, que na narrativa da Laura aparece entremeado com sua experiência de conjugalidade repleta de conflitos, ouçamo-la:

[...] Eu sofri muito ... e tudo foi difícil. Depois, porque eu sempre trabalhei né, eu tinha uma independência, mínima mas em tinha, como pessoa, e ... mais assim, mesmo ele tendo sido muito ruim pra mim, assim, a vida inteira, eu sempre coloquei: primeiro, eu era mais importante ... eu tinha que ... a minha mãe era importante, depois ele ... e depois o meu filho, logicamente, o meu filho mais importante que ele, e o que eu ia dar pro meu filho eu sabia que ele não ia dar, porque eu já tinha percebido que ele era uma pessoa egoísta e que não ia, assim sabe, não ia suprir o que eu queria dar pro meu filho, que era o melhor, como eu tive o melhor né, do que eu pude, eu queria dar o melhor pro meu filho e aí, eu já percebi que ele não ia fazer isso. Eu tenho dois filhos, um de vinte e três e um de quatorze, que vai fazer quinze né: um adolescente gigante ... que são minhas alegrias na minha vida ... meus dois filhos ... um que é engenheiro civil, que agora foi para São Paulo. [...] A doutora falou pra mim, quando eu falei que eu fiz as coisas, que eu tenho o meu trabalho, que na verdade, acho que a salvação pra mim é meu trabalho, porque se eu não tivesse eu acho que seria uma pessoa totalmente frustrada, não é (?), e meus filhos não teriam o que eles têm hoje ... não teria formado um filho né, com muita dificuldade, mas ... não sobrou nada né, não sobrava nada do meu salário, mas para mim não importava, eu fiquei cinco anos que não sobrava nenhum centavo do meu salário, mas pra mim é um orgulho, porque ele tinha essa vontade, ele é um menino muito inteligente [...]. Então ele vai conseguir ... agora, o meu marido, eu tenho pena dele, porque depois que o meu filho menor, que eu tenho certeza que vai fazer faculdade, por conta de orientação minha e de esforço, eu não sei o que ele vai fazer né, nem sabe ele ainda, coitado, mas eu sei que ele vai fazer e quando eu me aposentar eu vou pra onde eles estiverem (LAURA).

A experiência de Laura nos remete ao vivido de Pedro (nosso colaborador 2), que “suportou” um casamento marcado pela crise, mas muito em função da educação dos filhos, a quem não queria, pelo ato de separar-se da esposa, deixar sem pai ou sem mãe, reeditando, assim, sua própria história na vida dos filhos. Conforme já foi possível demonstrar por meio de sua narrativa, Laura parece seguir o mesmo rumo. Ao completar suas contribuições em relação ao processo de formação dos filhos, pretende com eles seguir, separando-se do marido, com quem não vive bem desde o princípio do casamento.

Isto posto, podemos afirmar que: Laura possui tanto em sua história de vida e constituição subjetiva (as ressonâncias do abandono e da adoção) quanto em seu

contexto de relacionamento conjugal e familiar (dificuldades no relacionamento com o marido e no asseguramento de condições para educar bem os filhos), registros de vivências potencialmente capazes de produzir um estado depressivo (conforme citado anteriormente), sendo que entendemos o primeiro fator como instalador desta predisposição psíquica à depressão e o segundo como disparador de tal fenômeno. Para além dos autores já citados e suas teorias apresentadas, trazemos dentre vários outros, estes fatores que Zimerman (2004) aponta como sendo as principais causas da depressão na clínica da atualidade:

Depressão anaclítica: resulta de um primitivo 'vazio de mãe'.

Identificação com o objeto perdido: corresponde ao clássico aforismo de Freud – 'a sombra do objeto recai sobre o ego' – com um luto mal-elaborado desse objeto, de maneira que propicia a instalação de quadros 'melancólicos'.

Ruptura com os papéis designados: a depressão provém da ação de um 'ego ideal' – que obriga o sujeito a corresponder aos inalcançáveis ideais que o seu narcisismo exige – bem como de um 'ideal de ego', que resulta nas experiências grandiosas que os pais e o ambiente circundante depositaram sobre o sujeito, desde bebezinho, atribuindo-lhe papéis que ele deverá executar pelo resto da vida, caso contrário, despertam nele uma sensação de traição, vergonha ou humilhação.

Depressão decorrente do fracasso narcisista: bastante mais freqüente do que possa parecer, este estado depressivo é conseqüente de algum tipo de fracasso que o sujeito – quando estiver fortemente fixado na 'posição narcisista' – sofre diante de suas enormes demandas de obtenção de êxitos sucessivos, dinheiro, poder, prestígio, etc. (ZIMERMAN, 2004, p, 300-301).

Quando Laura afirma: i) referindo-se ao casamento: "tudo pra mim foi difícil no casamento"; ii) referindo-se especificamente ao marido: "eu achava que ele era uma pessoa e ele era outra"; iii) e referindo-se ao processo de educação dos filhos: "[...] acho que a salvação pra mim é meu trabalho, porque se eu não tivesse eu acho que seria uma pessoa totalmente frustrada, não é (?), e meus filhos não teriam o que eles têm hoje ... não teria formado um filho né, com muita dificuldade, mas ... não sobrou nada né, não sobrava nada do meu salário [...]"; ela sinaliza para o conjunto das pressões internas e externas com as quais viveu, sobretudo após o casamento.

Assim, e como afirmou Zimerman (2004), por meio dos quatro fatores causadores de depressão acima elencados, vemos em Laura os ingredientes de uma vivência psíquica fortemente potencializadores dessa psicopatologia: i) uma luta e, portanto, um gasto de energia psíquica muito intenso para que pudesse cumprir com seus papéis de esposa, de mãe, de educadora, sempre correndo o risco de frustrar-se diante dos obstáculos que seu contexto sócio-familiar lhe impunha; ii) o 'vazio de mãe', pois muito embora tenha sido adotada (depois de um mês de vida) e construído um significativo vínculo afetivo e relação de apego com a mãe substituta que lhe fora suficientemente boa, Laura traz consigo os registros de 'privação materna' (WINNICOTT, 1983, 1994, 2005; LEVINZON, 2000, 2004), da rejeição e do abandono vividos; iii) o fracasso na realização de seu projeto de vida conjugal, já que, como vimos, sua relação com o marido consiste num campo extremamente tenso (crise) que se encaminha para a separação.

Em nenhum outro momento da entrevista de Laura foi possível perceber tão nítida expressão de realização pessoal quanto no momento em que se ocupou de relatar sobre sua relação com os filhos e, portanto, sobre seu exercício de parentalidade. Laura parece opor, quase que num sentido de compensação, a frustração sentida na relação com o marido à satisfação obtida na relação com os dois filhos, sobretudo por se reconhecer como praticamente a única responsável pelo êxito no processo de educação dos filhos.

No conjunto da entrevista de Laura é possível de se verificar muitas ações de cuidados com os filhos que nos permitem estabelecer uma relação direta com os conceitos winnicottianos de preocupação materna primária (WINNICOTT, 1983), *holding* (WINNICOTT, 1994) e mãe suficientemente boa (WINNICOTT, 2001), por exemplo. Embora não queiramos neste momento de nosso trabalho estabelecer conclusões, consideramos importante pontuar que nossa impressão sobre Laura nos permite a formação da seguinte imagem: uma mulher que viveu, na relação de cuidado dos filhos, o oposto do que traz consigo sob a forma de lembranças inconscientes ou fantasias, ou seja, o abandono e a rejeição claramente transformados em um exemplar e abnegado exercício de parentalidade, ainda que isso lhe tenha custado boa parte de sua saúde mental.

Vamos agora à análise de mais uma entrevista, esta concedida por Selma.

4.1.3. Selma (Colaboradora 4)

Selma foi adotada recém-nascida. Denotando que conhece bem a própria história, narra com detalhes que seu destino teria sido a morte se não tivesse sido adotada, pois a decisão de sua mãe biológica, antes de aceitar fazer sua entrega para adoção, havia sido pela prática do aborto.

Foi numa clínica médica no interior do estado de Minas Gerais, onde o pai adotivo de Selma tinha um bom trânsito e boas amizades, que ele soube da intenção da mãe biológica de Selma de interromper sua gestação. A partir de então, junto com sua esposa, que viria a ser a mãe adotiva de Selma, passou a monitorar e financiar os exames pré-natais dessa gestante bem como seu parto.

Este casal – pais adotivos de Selma – não podia ter filhos e por isso decidiu adotá-la. Posteriormente, utilizando esta mesma metodologia, e através da mesma clínica médica onde abortos eram praticados clandestinamente, adotaram Marcos, filho de outra mãe biológica, e que, portanto, seria irmão adotivo de Selma. Houve ainda uma terceira adoção, mas esta última na modalidade intrafamiliar, ou seja, os pais adotivos de Selma adotaram um sobrinho biológico.

Nenhuma das três adoções seguiu os trâmites legais, o que faz desta família um exemplo vivo do que descrevemos, em âmbito teórico, no Capítulo I deste trabalho. Ou seja, pelo acompanhamento da saúde das mães biológicas durante a gestação, bem como o financiamento de todos os procedimentos médicos necessários (exames pré-natais e parto), temos caracterizada a prática da adoção *intuitu personae*, e por não se submeterem, na qualidade de postulantes à adoção, àquele processo organizado e legalmente estabelecido pelas Varas da Infância e Juventude, temos caracterizada também a prática de adoção à brasileira.

Se por um lado a adoção de Selma a salvou da morte, como ela mesma afirma em sua entrevista, por outro lado veio acompanhada de uma série de problemas próprios da constituição familiar protagonizada pelos pais adotivos e por

suas idiossincrasias. A mãe adotiva de Selma foi descrita por ela como uma mulher emocionalmente desequilibrada: depressiva crônica, com fases longas de abuso de álcool e dependente de medicamentos há mais de 20 anos (consumidora compulsiva de tranqüilizantes e analgésicos). Esta situação emocional da mãe fez com que Selma chegasse à conclusão de que seus cuidados maternos não foram adequados e que o pai foi afetivamente mais próximo do que a mãe, apesar de também ter seus problemas e ter sido ausente.

A história de vida do pai adotivo de Selma foi marcada por uma mudança total de situação econômica, que naturalmente resultou em complicações na relação entre eles, sobretudo em consequência de um necessário distanciamento geográfico. Enquanto empresário atuante no ramo de jóias experimentou grande sucesso e riqueza, mas por questões não expressas por Selma em sua entrevista, sofreu muitas perdas financeiras, as quais conduziram-no à falência. Neste período, que equivale ao primeiro ano de vida de Selma, separou-se da esposa e casou-se com uma mulher boliviana. Seu segundo casamento foi o marco inicial da fase mais complicada de sua vida e o período de maior ausência no processo de desenvolvimento e educação da filha, pois se envolveu com atividades econômicas ilícitas de tráfico internacional de drogas, vindo a ser preso várias vezes no Brasil e também no exterior: na França e na Inglaterra ficou preso por mais de 10 anos; teve períodos de liberdade no Brasil, mas também períodos de cárcere, tendo passado mais de 7 anos no extinto Carandiru. Até a data da entrevista, o pai de Selma continuava preso.

Assim, Selma se vê felizmente membro de uma família, mas lamenta claramente o fato de ter tido uma mãe doente e um pai ausente. Durante o período em que esteve na companhia do pai, afirma que este era muito afetivo e provedor; dava a Selma tudo o que pedia ou necessitava; já a mãe, mal administrava a própria saúde e, por isso, não se dedicava ao cuidado com os filhos, como Selma acredita que teria sido necessário. Sobre este tema, afirma em sua entrevista:

[...] Então, às vezes, a gente pensa que poderia ter tido outra família né ... porque que tem que ser essa mãe doente, esse pai que fica preso, sabe ... entre aspas, eu acabei tendo uma família ... porque eu ia ser abortada né,

então é assim, é um agradecimento por eu estar viva, mas também por outro lado eu não tinha um amor assim de pai e mãe que uma família normal tem, sabe, eu acho que isso afetou no meu relacionamento com as outras pessoas, de eu querer achar aí um chão né, enfim uma amiga ou um namorado (SELMA).

Selma relata que as ausências de pai e de mãe em sua história de vida levaram-na a estabelecer fortes vínculos afetivos extrafamiliares de grande relevância, mas também de grande dependência, que ela descreve como um comportamento de “encostar” no outro:

[...] Aí eu conheci o pai da minha filha, quando eu tinha 20 anos, hoje eu tenho 26, e em questão de relacionamento, eu tive uma amizade durante 8 anos nesse período de adolescência, eu acho que essa carência da minha mãe, de não poder dar o que o filho necessita e a ausência do meu pai, eu andei com essa pessoa e eu acho que eu me encostei nela, sabe. Encostei, e eu acho que eu precisava de uma muleta, precisava de alguém ... que era uma amiga minha. Aí nessa época eu conheci o pai da minha filha e comecei a namorar com ele, porque eu nunca namorei sério fora ele, aí eu ... também aconteceu umas coisas com essa pessoa, eu perdi o contato com essa pessoa, e eu acho que eu encostei também nele, acho que até pela carência do meu pai ... eu também encostei nele, tanto que a primeira vez que ele terminou comigo eu fiquei com depressão ... aí ... acho que foi isso aí ... cadê meu chão, cadê alguém, eu preciso me encostar em alguém né (SELMA).

Deste primeiro relacionamento nasceu Karen, única filha de Selma e por quem ela afirma ter um amor e vínculo jamais experimentado em sua vida. Para Selma esta relação com a filha tem sido uma experiência muito marcante, fazendo-a rever princípios e valores e ter outra postura diante da vida. Em seu relato, deixa explícito o desejo de ter um “filho de sangue” e, portanto, a importância do exercício da parentalidade em sua vida. Objetivando dar a esta filha boas condições de vida, Selma, como consta em seu relato, está trabalhando (coisa que ainda não tinha feito, até seus 26 anos de idade) e planejando ingressar numa faculdade de administração de empresas.

Em sua narrativa Selma também lamenta o “tempo perdido” pois já na adolescência, ou seja, com aproximadamente quinze anos de idade, estreitou relações com a bebida alcoólica, tornando-se quase dependente; relaxou nos

estudos, o que justifica a interrupção de sua formação escolar e a falta de motivação para aprender uma profissão. Vejamos um trecho ilustrativo dessa sua reflexão expressa durante a entrevista que nos concedeu:

Na adolescência então, eu ia pra escola quando eu tinha 15 anos, todo final de semana tinha que sair, beber ... isso eu fiz até os meus 20 anos ... tentei trabalhar mas também não levava muito a sério [...] (SELMA).

O pai de sua filha, seu primeiro namorado, conforme vimos pelo fragmento de relato acima, foi alguém com quem Selma se vinculou de forma muito dependente. Somente após o nascimento de sua filha Karen, alguém finalmente ligada biologicamente a Selma, e motivada pela crise no casamento instalada por conta das relações extraconjugais do companheiro, foi que esta decidiu pelo rompimento do relacionamento que durou aproximadamente oito anos. Ao fazer tal narrativa, Selma se emociona e sinaliza para a presença de uma mágoa em relação ao ex-companheiro e pai de sua filha, lamentando não ter ainda conseguido, apesar de seus esforços para ser uma boa mãe, dar à filha uma família como ela – Selma – gostaria de ter tido: pai, mãe e filhos juntos e vivendo em harmonia.

Creemos ser importante pontuar, ainda, que Selma – tanto quanto seus outros dois irmãos – sabe sobre sua adoção desde tenra idade, mas que nunca manifestou a seus pais adotivos o desejo de conhecer seus pais biológicos. Contudo, na entrevista que nos concedeu, Selma escolheu manifestar tal desejo e afirmou ter, durante certo período de sua adolescência, sentido vontade de ver uma foto dos pais biológicos, além de hoje, e muito por conta de já ter se tornado mãe, desejar saber informações quanto a possíveis doenças genéticas que esses pais possam ter desenvolvido; doenças para as quais Selma e sua filha podem ter certa predisposição.

Iniciando nossa análise compreensiva da entrevista de Selma, vejamos o que ela verbaliza de forma mais específica sobre sua **vivência afetiva na relação com a família adotiva (Categoria 2)**:

[...] Agora ... essa revolta foi porque, assim, a minha mãe é uma pessoa doente, assim, entre aspas, ela gosta de tomar remédio, sempre foi depressiva, a minha avó também, a mãe dela era depressiva, foi internada, então a minha mãe não conseguiu cuidar da gente da maneira que deveria. Tenho outro irmão, o Marcos, que é meu irmão do meio é a mesma história, igualzinho ... também foi adotado com o mesmo histórico de aborto, tal ... ele é loiro de olhos azuis²⁶. O meu irmão mais velho também é adotado, só que ele é sobrinho da minha mãe, é de sangue, é filho da irmã da minha mãe; ele é sobrinho da minha mãe na realidade e foi adotado também. Mas o Marcos e eu a história é a mesma: íamos ser abortados! E ela sempre foi assim, de tomar remédio, não cuidava da gente, ela não cuidava nem dela ... e aí gente foi criado pela minha avó, pelas minhas tias avós também, meu pai se separou dela quando a gente era pequeno e, aí assim, acho que na minha adolescência eu comecei a ficar mais revoltada, acho que por causa disso (SELMA).

[...] Eu não fui adotada legalmente, foi por baixo dos panos, porque psicologicamente a minha mãe não tem condição de ... se ela fosse passar num processo de adoção, ela não ia conseguir a causa, pelo histórico dela psicológico; quando eu era pequena ela era alcoólatra, isso eu não lembro né, ela que me fala, mas depois ela parou de beber e ela substituiu por remédio, então, hoje em dia um vidro de Novalgina, assim, ela acaba em uma semana, ela toma assim ... e ela toma Rivotril, que é faixa preta ... e ela é viciada: há 20 anos ela toma. Se deixar ela toma vários. Então, ela é uma pessoa, assim, que ela conversa e ela já tem umas pausas, ela é lenta, eu acho, assim, que ela não conseguiu ser uma boa mãe, mas quando eu era adolescente eu achava que ela não sabia e eu cobrava isso dela, eu jogava muito na cara dela também, na minha adolescência ... eu falava assim:

– Vocês me adotaram agora agüenta. Não pedi pra ser adotada (SELMA).

[...] Meu pai ... ele tem um outro problema. Ele se separou dela quando eu tinha um ano, ele foi viver com uma boliviana e começou a falir né, ele mexia com jóias lá e não estava dando certo. Ele tinha uma casa enorme aqui no interior de São Paulo, minha mãe tinha três empregadas, eles eram muito bem de vida quando eles me adotaram. E eu não sei o que aconteceu que ele começou a desandar e aí ele começou a traficar drogas ... o meu pai. E aí, tanto que quando eu tinha 9 anos eu vi ele no jornal, porque ele estava sendo preso; ele ficou acho que 5 anos no Carandiru; quando eu tinha 14 anos ele saiu; quando eu tinha 17 anos ele foi preso de novo, só que aí fora do país, ficou lá 3 anos; depois não ficou nem um ano fora e foi preso de novo; dessa vez ficou mais cinco anos e saiu o ano passado e no ano passado mesmo foi preso de novo. Então assim, na vida dele subiu pra cabeça o dinheiro e não conseguiu ficar um ano solto que fazia besteira. Nesse momento ele está preso de novo em São Paulo e da última vez foi na Inglaterra e da outra vez foi na França. E ele assim, é totalmente diferente da minha mãe. Se eu falasse assim, pai eu quero comer strogonofe, ele ia lá no mercado, comprava – sabe assim, coisas pequenas né – ele ia lá comprava e fazia. Assim: ele em questão de pai, carinho e atenção ... porque eu nunca tive vontade de conhecer meu pai biológico, a minha mãe eu tive, meu pai não. Só que ele é muito ausente na minha vida, então eu ... quando a gente começa a se acostumar acontece isso aí, às vezes, a gente até esquece assim, esse sentimento assim, fica frio com o pai (SELMA).

²⁶ Selma tem a pele morena, olhos castanhos e cabelos bem pretos e lisos.

Consideramos importante refletir sobre as duas figuras materna e paterna de Selma à luz dos conceitos e teorias da psicanálise winnicottiana, buscando compreender com maior profundidade as ressonâncias de tais fatos para o seu processo de desenvolvimento emocional e, portanto, constituição subjetiva, visto que seu exercício de parentalidade se apóia fortemente no modo como significa sua experiência de filha e, principalmente, no modo como sua mãe foi mãe.

Ficam evidentes na narrativa de Selma sérios conflitos vivenciados na relação com seus pais adotivos. Resumidamente, sua crítica aos dois poderia se expressar desta forma: uma mãe doente que não soube ser mãe (a ponto de tornar-se um modelo oposto do que Selma pretende ser em seu exercício de parentalidade); um pai com qualidades interessantes do ponto de vista afetivo, chegando a ser mais importante do que a mãe no processo de desenvolvimento emocional de Selma, mas totalmente distante devido à seqüência de períodos que viveu em regime de cárcere, consequência de seu envolvimento com o tráfico de drogas.

Considerando o que Selma expôs em relação a sua mãe adotiva e a teoria de Winnicott (1983) acerca da mãe suficientemente boa, podemos afirmar que Selma foi privada desta fundante companhia em seu processo de desenvolvimento emocional. Afirma Winnicott (1983, p. 56):

Em minha terminologia, a mãe suficientemente boa é aquela que é capaz de satisfazer as necessidades do nenê no início, e satisfazê-las tão bem que a criança, na sua saída da matriz do relacionamento mãe-filho, é capaz de ter uma breve experiência de onipotência. [...] Existe tanta diferença entre o começo de um bebê cuja mãe pode desempenhar esta tarefa suficientemente bem e o de um bebê cuja mãe não o possa que não há validade nenhuma em se descrever bebês nos estágios iniciais a não ser relacionando-os com o funcionamento das mães. Quando a mãe não é suficientemente boa a criança não é capaz de começar a maturação do ego, ou então ao fazê-lo o desenvolvimento do ego ocorre necessariamente distorcido em certos aspectos vitalmente importantes.

Este posicionamento de Winnicott (1983) acerca da relação estabelecida entre a mãe e seu bebê no estágio mais inicial da vida após o nascimento, antes

mesmo de ocorrer a distinção que ele gradualmente fará entre o “eu” e o “não-eu”, permite-nos compreender o significado e a relevância daquelas possíveis condições, positivas ou negativas, a partir das quais se fundará o processo de desenvolvimento emocional. Portanto, diante da ausência de boas condições ambientais e relacionais, corre-se o risco de se ter o desenvolvimento de um psiquismo fragilizado e doente. Winnicott (1983) estabelece, a princípio, quatro consequências que considera devastadoras para a criança, resultantes da ausência ou apoio defeituoso ao ego em desenvolvimento: esquizofrenia infantil ou autismo, esquizofrenia latente, falsa autodefesa e formação de personalidade esquizóide.

O ser humano, desde bebê, é definido por Winnicott (2008, p. 29) como

uma organização em marcha. Em cada bebê há uma centelha vital, e seu ímpeto para a vida, para o crescimento e o desenvolvimento é uma parcela do próprio bebê, algo que é inato na criança e que é impelido para frente de um modo que não temos de compreender.

O caminhar da criança em seu processo de desenvolvimento emocional a partir da dependência absoluta, passando pela dependência relativa e chegando à independência (WINNICOTT, 1983) apóia-se no imenso continente que ela encontra na presença de um ambiente suficientemente bom (WINNICOTT, 1983) ou seja, um suprimento ambiental satisfatório (WINNICOTT, 1999), do qual poderão fazer parte a mãe dedicada comum (WINNICOTT, 2006), o pai, a família, a comunidade, a sociedade.

Sendo assim, e apesar da força inata que desde a mais tenra idade nos remete para o desenvolvimento e processo maturacional (WINNICOTT, 1983), corremos o risco de não encontrarmos esse continente de suprimento satisfatório, inúmeras vezes chamado por Winnicott (2008) de amor, de afeto, de cuidado, etc., os quais provêm de uma mãe suficientemente boa e de um pai suficientemente bom.

Se nos perguntarmos: mas qual a medida desse amor, desse cuidado ou afeto necessários ao saudável processo de desenvolvimento emocional humano? Certamente a resposta seria, na perspectiva da psicanálise winnicottiana: aquele

amor, cuidado e afeto que provém de uma mãe e de um pai suficientemente bons. E completamos: ainda que os pais não sejam pais biológicos, quer dizer, mesmo que sejam pais adotivos ou quaisquer outros adultos que possam se dedicar à criança, tornando-a foco de sua melhor capacidade de atenção, de carinho e de sustentação – no sentido winnicottiano (*holding*), que equivale mais do que os cuidados corporais e a atenção às necessidades fisiológicas (WINNICOTT, 1983, 1999, 2006, 2008).

Considerando a narrativa de Selma acerca da convivência com sua mãe e pai adotivos, podemos verificar que após vivenciar uma inicial rejeição da mãe biológica, quando esta cogitou o aborto, e ter sido adotada por uma mãe e por um pai que, embora tivessem tentado, não conseguiram garantir-lhe aquelas condições relacionais e ambientais suficientemente boas de que fala Winnicott (1983, 1999, 2006) nossa colaboradora se questiona: “[...] porque que tem que ser essa mãe doente, esse pai que fica preso [...]”.

Fica patente, dessa forma, que a depressão da mãe, seu vínculo com a bebida alcoólica e consumo excessivo de medicamentos, somados às ausências do pai (separação conjugal, viagens, cumprimento de penas) podem ter contribuído significativamente para a frágil constituição subjetiva de Selma no sentido de não terem conseguido representar ou fomentar um ambiente suficientemente bom durante e para seu desenvolvimento. E tal apreensão nos fica ainda mais nítida quando vemos Selma, por repetidas vezes, afirmar que: precisava sempre “encostar” em alguém.

[...] eu tive uma amizade durante oito anos nesse período de adolescência, eu acho que essa carência da minha mãe, de não poder dar o que o filho necessita e a ausência do meu pai, eu andei com essa pessoa e eu acho que eu me encostei nela, sabe. Encostei, e eu acho que eu precisava de uma muleta, precisava de alguém ... que era uma amiga minha (SELMA).

[...] Aí nessa época eu conheci o pai da minha filha e comecei a namorar com ele, porque eu nunca namorei sério fora ele, aí eu ... também aconteceu umas coisas com essa pessoa, eu perdi o contato com essa pessoa, e eu acho que eu encostei também nele, acho que até pela carência do meu pai ... eu também encostei nele, tanto que a primeira vez que ele terminou comigo eu fiquei com depressão ... aí ... acho que foi isso aí ... cadê meu chão, cadê alguém, eu preciso me encostar em alguém né (SELMA).

É interessante ressaltar como ela caracteriza desta mesma forma sua relação com a própria filha, Karen:

[...] assim, meu sonho era ter uma filha de olhos claros e eu consegui, a Karen tem olhos azuis, tem saúde, assim, eu sou 24 horas dela, a minha vida hoje em dia é ela. Pode até ser que ela seja a muleta que Deus me deu para eu me segurar [...] (SELMA).

O papel da família no processo de constituição do sujeito, ou seja, em seu desenvolvimento emocional, físico, social, etc., é reconhecido por Winnicott (2001) como de grandíssima relevância; tanto que se dedicou ao estudo do tema e, para além das inúmeras referências que faz em sua vasta obra, publicou, em 1965, o livro intitulado "A família e o desenvolvimento individual"²⁷ onde afirma:

A família nunca deixa de ser importante, e é responsável por muitas de nossas viagens. Nos escapamos, emigramos, trocamos o sul pelo norte e o leste pelo oeste devido à necessidade de nos libertarmos; e depois viajamos periodicamente de volta para casa para renovar o contato com a família. Passamos boa parte do tempo escrevendo cartas, mandando telegramas, telefonando e ouvindo histórias sobre nossos parentes; e, em épocas de tensão, a maior parte das pessoas permanece leal às famílias e desconfiada dos estranhos. [...] Como psicanalista, estudando detalhadamente o desenvolvimento emocional, aprendi que cabe a cada indivíduo empreender a longa jornada que leva do estado de indistinção com a mãe ao estado de ser um indivíduo separado, relacionado à mãe, e ao pai e à mãe enquanto conjunto. Daí o caminho segue pelo território conhecido como família, que tem no pai e na mãe suas principais características estruturais (WINNICOTT, 2001, p. 59-60).

Contudo, a importância e a participação da família no processo de desenvolvimento do indivíduo se dá sob as formas de ora contribuições ora prejuízos, por meio de fatores ora integradores ora desintegradores, visto que ocorrem acertos e erros que são protagonizados pela família, em especial pelos

²⁷ Edição em português com a qual trabalhamos: WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

adultos (pais), ao longo desse processo de convivência onde se dá a formação do indivíduo; gostamos da expressão “freio” ou “acelerador” para dizer que a família pode facilitar ou dificultar tal processo.

Há uma seqüência de três textos onde Winnicott²⁸ aborda de forma muito objetiva – e rica em exemplos clínicos – o papel dos distúrbios psiquiátricos na desintegração da família e seus efeitos sobre o desenvolvimento emocional da criança; são eles: “A família afetada pela patologia depressiva de um ou ambos os pais” (1958); “Consequências da psicose parental para o desenvolvimento emocional da criança” (1959) e “Os efeitos da psicose sobre a vida familiar” (1960).

Nestes textos, embora Winnicott (2001) apresente uma visão positiva sobre a depressão de um ou ambos os pais, no sentido de que a mesma pode representar para o psiquismo humano uma busca pela superação de problemas subjetivos ou contextuais, individuais ou familiares, conjugais ou profissionais, etc., aparecendo sob a forma de uma forte preocupação consigo mesmo, o autor também faz referências a um tipo de depressão que, de tão severa, demanda intervenção psiquiátrica e afastamento da criança de seu portador, de forma que ela fique menos vulnerável não só aos aparentes sintomas da patologia depressiva, mas também para que possa receber a atenção de um adulto realmente capaz de preocupar-se com ela.

Assim, e considerando o exposto por Selma em relação à depressão de sua mãe, que perdurou por todo o seu processo maturacional e início da fase adulta, vejamos o que nos diz Winnicott (2001):

A depressão pode ser uma doença crônica, tendo bastante repercussão sobre o afeto que um pai tem disponível para dar a seus filhos; e pode também manifestar-se em fases agudas, que aparecem ou somem mais ou menos de súbito. A depressão a que me refiro aqui não é a de natureza esquizóide, mas sim reativa. Quando uma criança encontra-se num estágio em que o cuidado materno é fator muito importante, pode ser muito perturbador ver a mãe preocupada com alguma outra coisa, algo que talvez pertence à vida particular materna. Uma criança nessa posição sente-se caindo num buraco sem fundo (WINNICOTT, 2001, p. 109-110).

²⁸ Todos presentes em Winnicott (2001).

A separação do casal, ocorrida quando Selma ainda tinha um ano de idade, culminou com a partida do pai e fez com que este deixasse de dar à esposa o apoio do qual precisava para, apesar de sua depressão, tentar ser uma mãe suficientemente boa. Assim sendo, podemos dizer que o pai adotivo de Selma, também deixou de ser um pai suficientemente bom; considerando este papel na perspectiva winnicottiana.

Com referência especificamente ao contexto da adoção, muito em sintonia com o que representam as vivências de Selma em relação à convivência com seus pais adotivos, Levinzon (2004, p. 100) assim se pronuncia:

[...] vivências dramáticas de privação, sentimentos de abandono, falta de continência psíquica, rejeição inconsciente dos pais adotivos, situações de separação repetidas contribuem para o estabelecimento de um estado interno de desvalia e desequilíbrio.

Crescer com saúde apesar da depressão da mãe e da ausência do pai: este parece ter sido o grande desafio de Selma ao longo de seu processo de desenvolvimento. A expressão de Winnicott (2001) “caindo em um buraco sem fundo” e a de Selma “eu preciso me encostar em alguém”, parecem-nos duas importantes peças de um quebra-cabeça que, à medida que vai sendo montado, vai nos ajudando a compreender muitos dos comportamentos descritos por Selma acerca de sua infância e adolescência: rebeldia; agressividade; alcoolismo; negligência em relação aos estudos; fugas ou evasões escolares. Comportamentos estes que, segundo Winnicott (2001, 2005), são expressões de uma tendência anti-social. No caso de Selma podemos citar além de tudo isso o uso de drogas.

Parece-nos que dessa tendência anti-social, nitidamente presente em sua entrevista, Selma foi resgatada por sua própria filha, uma vez que seu exercício de parentalidade, como veremos a seguir, representa um divisor de águas em sua vida; vale dizer que Selma aponta, no final de sua narrativa, para a existência de um projeto de vida onde se inclui, além do trabalho ao qual já estava vinculada (na data

da entrevista), o ingresso e conclusão de um curso superior e a construção de uma nova família.

Acerca da **experiência de saber-se ou sentir-se “abandonada” (Categoria 3)**, Selma descreve alguns dos efeitos de tal vivência sobre sua história de vida e constituição subjetiva:

Quando eu tinha os meus 17 anos eu fiquei um pouco revoltada, assim, em questão disso – eu já chego nesse assunto – por causa da minha mãe adotiva eu tive muita curiosidade de conhecer a minha mãe biológica ... muita curiosidade, de juntar dinheiro, ir pra Minas e conhecer. Passou o tempo, eu não tive a oportunidade de ir e a vontade também passou. Hoje em dia eu não tenho vontade nenhuma de saber quem é. Eu tenho vontade de ver uma foto pra ver o rosto e saber doenças genéticas, só. (SELMA)

O que Selma chama de “revolta” aparece em diferentes momentos de sua entrevista sob a forma de um conjunto de comportamentos que tendem ao comportamento anti-social²⁹, conforme tratamos acima, e que podem ser considerados expressão de uma significativa proximidade com a delinquência. Contudo, há nessa revolta uma mistura de sentimentos, de percepções e de fatos concretos vividos por Selma que, segundo ela, justificam qualquer desajuste emocional, qualquer desequilíbrio ou rebeldia e até mesmo sua cogitação de praticar o suicídio. Eis o que ela descreve como sendo as prováveis causas de sua revolta: i) a depressão da mãe e os inúmeros conflitos decorrentes de sua relação com ela; ii) a ausência e os períodos de encarceramento do pai; iii) o conhecimento de sua história de entrega para adoção posterior à ideação de sua mãe biológica em relação à prática do aborto; e iv) a constatação de que não tinha uma família próxima do que julgava ser ideal.

²⁹ A característica da tendência anti-social é o impulso que dá ao menino ou à menina para que voltem a um momento anterior à condição ou momento de privação. Uma criança que tenha sido submetida a tal privação, sofreu inicialmente uma ansiedade impensável, e então reorganizou-se gradualmente, até atingir um estado razoavelmente neutro: fica concordando com tudo, pelo fato de que uma criança não pode fazer nada além de concordar (WINNICOTT, 2001, p. 83).

Para ilustrar nossa percepção e reflexão sobre a revolta de Selma, destacamos um questionamento que ela dirige aos pais adotivos sobre o modo como estavam exercendo sua parentalidade:

[...] Eu julgava muito a minha mãe, sabe. O meu pai também eu acho que ... o meu pai, assim, hoje em dia eu tenho pena dele sabe, mas ... dá revolta sim, sabe:

_ Porque que vocês estão fazendo isso? Dá para fazer o negócio direito já que vocês resolveram me adotar? (SELMA)

As brigas com a mãe, o desinteresse pelo estudo, a bebida, as drogas (cujo contato não chegou à proporção de causar dependência), a agressividade na relação com as pessoas que não a atendiam em suas necessidades, etc., são alguns dos comportamentos que Selma relata como integrantes de sua conduta desde a infância – em menor grau – até sua adolescência e início da fase adulta – em maior grau.

Há no comportamento delinqüente e anti-social uma parcela de afetos que são projetados em direção ao outro, à sociedade e ao mundo, principalmente sob a forma de agressão, e que objetivam dar materialidade (concretude) ao sentimento de inquietação, de desconforto, de culpa e de não adequação presente de forma significativa no psiquismo do indivíduo (WINNICOTT, 2005). Mas há também uma parcela de afetos que são postos em prática pelo sujeito e que podem ser tomados por seu significado de auto-agressão, de auto-sabotagem ou de autodestrutividade (WINNICOTT, 1988); neste caso o conflito com a lei, a utilização de drogas e o desleixo em relação à saúde, ao cuidado com o corpo (higiene) e aparência (estética), aparecem como sinais.

Winnicott (2008) e Levinzon (2004) relatam que a adolescência é um período marcado por muitos conflitos, onde a tendência anti-social se torna mais evidente, justificada principalmente por uma melhor e mais elaborada capacidade de expressão e comunicação do adolescente e pelo fato de normalmente se descreverem através de duas categorias atitudinais distintas: o roubo ou a destrutividade. Em muitos casos, a agressividade do filho para com os pais adotivos e sua inadequação ao sistema familiar representam verdadeiros testes à qualidade

do vínculo afetivo que os une, ou seja, um teste da capacidade de amar e de aceitação por parte dos pais, embora o mesmo seja também válido para filhos não adotivos:

[...] o adolescente recorre a comportamentos muito rebeldes, e procura imitar o que ele imagina que seria característico de sua mãe ou pai biológicos. Isto pode ocorrer quando os pais adotivos fizeram muitas referências desaprovadoras aos pais de origem da criança, com comprovações negativas a seu respeito. O jovem procura então 'reabilitar' seus pais biológicos e ao mesmo tempo suas 'raízes pessoais', se identificando com eles, ou então desafiar os pais adotivos com o que ele sente que os atingiria (LEVINZON, 2004, p. 98).

É nesse momento que também ocorre um fenômeno verificável na experiência de Selma – “eu tive muita curiosidade de conhecer a minha mãe biológica” – e de muitos outros filhos adotivos, qual seja o surgimento de uma necessidade, muitas vezes expressa sob a forma de uma vontade ou curiosidade em estabelecer contato com os pais biológicos (WINNICOTT, 1953, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997). Essa necessidade de encontrar-se através do outro – seus genitores – pode aparecer tanto em momentos de crise na relação com os pais adotivos, pelo fato da criança ou adolescente fantasiar que seus pais biológicos podem ser melhores do que estes que de fato possui (pais adotivos), ou pelo simples fato de se sentirem chamados à construção de respostas sobre sua origem; respostas às perguntas que fazem a si mesmos pelo fato de se saberem resultantes de uma relação sexual e de uma relação afetiva constituída por pessoas que não seguiram os padrões ou modelos que a criança ou adolescente tem aprendido e provavelmente experimentado junto à família adotiva – a conservação da criança junto à família – contrapondo-se ao fato de terem (os pais biológicos) rejeitado, entregue ou abandonado tal criança.

Como elucidava Levinzon (2004):

Na busca por si mesmo, o adolescente pode se interessar pela pesquisa sobre a sua origem e sobre seus pais biológicos. Muitas vezes ele se interessa apenas pelas informações, necessárias para a formação sólida de sua identidade (p. 98).

Embora Selma não tenha empreendido buscas na direção da localização de sua família biológica, o que aliás teria sido provavelmente muito difícil, dadas as condições de seu processo de adoção (*intuitu personae* e adoção à brasileira), esta se manifestou, durante um determinado período de sua vida, interessada em saber de notícias que, como afirma Levinzon (2004), poderiam contribuir com a construção de uma identidade mais sólida.

Quando se tornou mãe, o interesse de Selma voltou-se para o conhecimento de seus pais biológicos em razão de poder também saber sobre a existência de “doenças genéticas”, como ela mesma afirma. Noutras entrevistas este fenômeno aparece como sendo parte de experiências muito adversas, em síntese, assim relatadas: i) numa consulta médica o profissional indaga ao paciente sobre a existência de um histórico familiar de diabetes, cardiopatias ou câncer e este se vê sem condições de responder, já que desconhece completamente suas origens; ii) ao conceber um filho, este pai ou mãe (que são adultos adotados), quando questionados por amigos ou familiares sobre a origem dos traços fisionômicos do bebê, sente-se constrangido(a) por faltar-lhe referências a esse respeito, uma vez que não conhece os pais biológicos; iii) aqueles adultos adotados que conhecem sua história (total ou parcialmente) podem conviver com a dúvida sobre a provável existência de irmãos e do quão estes podem ser parecidos fisionomicamente com eles; iv) mediante as alterações físicas, próprias do processo de desenvolvimento humano, o adolescente adotado fica sem referências para poder estabelecer aquelas comparações que normalmente realizam os filhos que estão na presença de seus genitores: tem o biótipo do pai ou da mãe – será alto, baixo, magro, gordo; tem tendências à calvície; terá muitos ou poucos pêlos; seios fartos ou pequenos; etc (LEVINZON, 2004).

Conforme destaca Levinzon (2004), o caminho de construção da auto-imagem e o processo de conquista da auto-afirmação podem ser mais laboriosos e extensos para os filhos adotivos, sobretudo para aqueles que tiveram os rastros de suas origens apagados pelo tempo, pelo segredo familiar ou pelo medo/fantasia de uma dupla frustração: a) a de jamais encontrar tais origens ou decepcionar-se com o

conteúdo descoberto; b) magoar os pais adotivos através da demonstração de interesse em conhecer os pais biológicos.

Assim, e como ocorreu com vários outros de nossos entrevistados, Selma atribui à adoção o fato de estar viva. Relata a experiência de ter sido salva pela adoção praticada por seus pais, o que nos permite, portanto, inscrevê-la também na **Categoria 4 – Adoção: o céu?** Vejamos o que ela relata a esse respeito:

Meu pai não podia ter filhos e, tanto que ele que viajava muito a trabalho, ele que ia pra Minas Gerais, e acabou ... que não sei como que ele conheceu ... acabou que ele soube dessa pessoa que ia abortar, acho que ele tinha contato com o dono da clínica, tanto que o registro ... teve que registrar em outra cidade por causa disso: eu ia ser abortada (SELMA).

[...] Ao pensar que minha mãe biológica iria me abortar não sinto nada, nada, hoje em dia nada. Que eu me lembre assim, era para eu ter morrido, né; eu penso, se não fosse a minha mãe com um parafuso solto aqui, eu não estaria aqui, mas, assim, hoje em dia eu não sinto nada (SELMA).

Ainda reiterando os significados atribuídos à adoção, Selma se diz grata e justifica as dificuldades na relação com os pais adotivos, refletindo que todos são humanos e por isso cometem erros:

[...] Só que eles salvaram a gente né; então, eu acho que devemos ser gratos por quem adota, por mais que tenham falhas né; que todo mundo é humano, erra (SELMA).

Vale ressaltar que Selma usa a expressão “a gente” em referência a um dos irmãos, que conforme já explicitamos, tem a mesma história de adoção.

Considerando nosso referencial teórico, ressaltamos que por diversas vezes Winnicott (1953³⁰, 1954³¹, 1955³² *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997)

³⁰ “Duas crianças adotadas”.

³¹ “As armadilhas da adoção”.

³² “A adolescência das crianças adotadas”.

enaltece a postura dos pais que adotam crianças que não são suas (do ponto de vista biológico ou da consanguinidade). Contudo, e talvez possamos pensar isto no caso de Selma, Winnicott (1954, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997) manifesta-se contrário às adoções de crianças pequenas por pais neuróticos: “[...] e devemos lembrar que uma adoção fracassada normalmente é desastrosa para a criança, tão desastrosa que teria sido melhor para a criança que a tentativa não tivesse sido feita” (p. 126).

Os questionamentos de Selma acerca do exercício de parentalidade daqueles que a adotaram, associados ao que pensa Winnicott, conforme citado acima, corroboram nossa já discutida postura frente à necessidade de uma preparação, tanto para a criança que vai ser adotada, quanto para os postulantes à adoção, antes que esta ocorra, sobretudo para que: i) sejam dirimidas dúvidas em torno do processo de desenvolvimento da criança adotiva; ii) haja planejamento acerca do mais interessante e saudável posicionamento dos adultos adotantes no que se refere aos comportamentos e demandas advindas desta criança (possíveis necessidades de cuidado especial em relação ao desenvolvimento físico e emocional); iii) sejam administradas as motivações e expectativas dos adotantes em relação à criança a ser adotada, de modo que não ocorreram grandes frustrações que, conforme já expusemos, podem colocar em risco a convivência adotiva e remeter os adotantes à decisão pela devolução da criança ao abrigo ou à sua família de origem, resultando num segundo abandono ou experiência de rejeição para a criança; iv) ocorram comunicações adequadas acerca da história da criança (o antes e o depois da adoção); v) seja possível à criança, agora inserida noutro contexto familiar e relacional, lidar com o medo da rejeição e do abandono (LEVINZON, 2004) que a acompanha – sobretudo em se tratando de adoções tardias, quando a criança traz consigo a experiência da convivência com a família biológica que a rejeitou, abandonou, negligenciou e/ou entregou, assim como também pode trazer consigo as lembranças do período em que permaneceu institucionalizada.

Como podemos verificar, a adoção de Selma não foi o “céu”, no sentido de ter-lhe proporcionado a melhor das experiências de inserção familiar. Contudo, sua adoção representou uma intervenção crucial no sentido de impedir a prática do aborto e, conseqüentemente, sua morte precoce. Embora a postura de seus pais

adotivos não tivesse sido das mais interessantes e saudáveis, dadas as circunstâncias em que estes exerceram suas escolhas livres e pessoais, Selma destaca o fato de ter sido informada sobre sua condição de adotada desde muito cedo como um dos pontos positivos de sua relação com os pais. E é avaliando o exercício de parentalidade de seus pais adotivos que Selma discute o seu próprio, deixando claro que a tônica de sua ação parental reside em não cometer com sua filha, os mesmos erros que seus pais cometeram em ela.

Como preâmbulo para a narrativa de seu exercício de parentalidade (Categoria 5), Selma tece comentários sobre como foi seu namoro e casamento com o pai de sua filha, Karen. Consideramos importante a reprodução deste fragmento de sua fala para deixar posto dois elementos importantes de sua vivência: i) embora estivesse morando com tios, numa cidade do interior do Estado de São Paulo, Selma era quase que integralmente responsável pelo cuidado e educação de sua filha, havendo, portanto, pouca participação do pai; ii) o nascimento de Karen e os cuidados de Selma com ela parecem ter promovido influências sobre seu relacionamento afetivo-sexual, vindo a culminar com um processo de separação do casal.

[...] Aí aconteceu que eu fui morar no interior também, aí depois a gente voltou, eu fiquei grávida, aí agora a gente se separou, mas eu tenho a neném né, então agora ... Morei dois anos com ele: eu namorei um ano e pouco, terminei, voltei, terminei, voltei e aí, a última vez foi dois anos ... foram seis anos né, ao todo. Aconteceu como todo casal que tem filhos, né: às vezes, a mulher esquece do marido, entre aspas, esquece de se cuidar também, vive em função da criança, fica aquela rotina porque a criança toma muito tempo e, às vezes, eu acho ... eu achei ele fraco nessa questão, ou não sei se acabou o amor e a gente acabou se separando, não deu certo. Nos últimos seis meses já estava meio fria a relação de homem-mulher, de marido e mulher, mas assim, em questão de conversas, não tinha discussões ...

[...] Meu relacionamento com meu ex-marido, olha até ... briga, o ano passado inteiro brigas, tanto que aconteceu a traição e ele arrumou outra pessoa e tá com ela até hoje e eu tenho muita mágoa dele, muita mágoa ... eu tenho muita mágoa dele. Então, a gente brigou durante o ano passado inteiro: briga, briga, briga; agora que a gente tá começando a se dar melhor, mas por causa da menina, eu penso na minha filha porque eu não tive pai e eu não quero que ela sinta o que eu senti ... só que ele também é meio ausente, assim, ele não consegue vir direto porque gasta vir pra cá tudo, às vezes eu acho que ele não se esforça e eu também cobro muito dele; às vezes eu estou cobrando alguma atitude de pai dele que às vezes realmente ele queria fazer, mas ele não consegue, mas eu acho que ele

não quer fazer ... então, hoje em dia assim, eu estou tentando me relacionar melhor com ele, mas por causa da menina, mas para mim quanto menos contato melhor tiver, eu não quero ter muito contato, eu não quero ter amizade ... só por causa da minha filha mesmo (SELMA).

Em seu texto “Fatores de integração e de desintegração na vida familiar”, datado de 1957, Winnicott (2001) aborda também em seus estudos o fato de que a gravidez e o nascimento do filho podem gerar no “marido”³³ um desapego e afastamento em relação à mulher ou uma maior aproximação. Em ambos os casos, as reações emocionais e atitudes do marido, bem como as da esposa (mãe), estão diretamente vinculadas àqueles conteúdos conscientes e inconscientes que cada um traz consigo, originadas a partir das experiências de suas relações intrafamiliares e que resultam em seus respectivos níveis de maturidade. Como afirma Winnicott (2001, p. 65):

[...] na realidade os homens e mulheres que se casam cedo têm ainda um longo processo de crescimento a atravessar nas décadas que se seguem ao casamento.

[...] Dentre homens e mulheres imaturos que se casam, muitos encontram na família motivo para grande alegria e alívio; mas não nos surpreendamos se o crescimento de seus próprios filhos os desafiar a dar continuidade ao próprio crescimento, que se sustara à época da adolescência.

Parece-nos que estas referências de Winnicott (2001) explicam de forma muito clara o ocorrido entre Selma e seu marido: i) as experiências intrafamiliares de cada um, somadas às demais oportunidades de desenvolvimento humano (biopsicossocial) que contribuíram para um maior ou menor nível de amadurecimento individual, remeteu ambos na direção do afastamento conjugal; ii) ele a um exercício de parentalidade distante e de pouca qualidade (como se verifica na entrevista de Selma); iii) ela a um exercício de parentalidade extremamente responsável – numa relação quase simbiótica com a filha – que, como vimos, coloca em risco sua própria individualidade.

³³ Entenda-se aqui também: namorado, companheiro, parceiro, ficante etc., remetendo-nos às formas atuais de relacionamentos e as denominações das partes que constituem o casal.

Para melhor compreender a experiência de Selma na relação com sua filha, retomamos o conceito de “preocupação materna primária” (WINNICOTT, 1983; 1994; 2001), já exposto em nossa análise da colaboradora Paula, que representa a capacidade da mãe em dirigir sua atenção ao bebê e dele cuidar da melhor maneira possível, colocando-se em seu lugar, atendendo-o em suas necessidades e propiciando ao mesmo aquele ambiente suficientemente bom que favorecerá o seu desenvolvimento físico e emocional. Contudo, por algum motivo, que queremos aqui discutir e se possível apreender sob a forma de um fenômeno que integra a história de vida de Selma, sua preocupação materna primária obnubilou seu autocuidado e também seu papel na relação conjugal; tanto que, como ela mesma afirma: esqueceu-se do marido e de si mesma.

Abordando o conceito de preocupação materna primária, Winnicott (2006, p. 4) afirma:

Sugiro, como vocês sabem, e suponho que todos concordem, que comumente a mãe entra numa fase, uma fase da qual ela comumente se recupera nas semanas e meses que se seguem ao nascimento do bebê, e na qual, em grande parte, ela é o bebê e o bebê é ela.

Nas falas que se seguem, vemos que esta “fusão” mãe-bebê, no caso, Selma-Karen, ainda se apresenta de forma muito intensa. Ao afirmar que as vinte e quatro horas de seu dia, ou seja, a sua vida pertence à filha, indagamo-nos sobre o nível de “saúde” ou de “equilíbrio x desequilíbrio” que pode estar presente nessa relação. E mais: indagamo-nos sobre os efeitos de tal relação no processo de desenvolvimento da criança, que como já discutimos, precisa de uma mãe *suficientemente* boa; o que entendemos como o equilíbrio entre os extremos possíveis de se verificar na relação mãe-filho, ou seja, a superproteção de um lado e a negligência de outro.

Entendemos que Selma, cuja constituição subjetiva vem se mostrando marcada por conteúdos (conscientes e inconscientes) que apontam para uma experiência de privação materna e para a convivência com uma mãe que não

conseguiu ser suficientemente boa, buscou exercer sua parentalidade de modo diferenciado, como é possível perceber a partir dos seguintes fragmentos de sua entrevista:

[...] Eu como mãe sou totalmente diferente da minha mãe né, eu nunca fui amiga da minha mãe, assim, de conversar de namoro, de falar:

— Nossa mãe eu fui numa festa ontem, conheci um menino.

Eu nunca tive isso e com minha filha (Karen) eu pretendo ter tudo que eu não tive né; assim, meu sonho era ter uma filha de olhos claros e eu consegui, a Karen tem olhos azuis, tem saúde, assim, eu sou 24 horas dela, a minha vida hoje em dia é ela. Pode até ser que ela seja a muleta que Deus me deu para eu me segurar, e eu pretendo ser uma mãe totalmente diferente da minha mãe; eu acho que as falhas da minha mãe foi uma escola para mim eu quero ser amiga, eu quero acompanhar, quer fazer churrasquinho faça, mamãe vai conhecer seus amigos, tudo que minha mãe não foi, tudo que ela não participou na minha vida ... então, como eu sou uma mãe jovem, dá para sair com ela, dá para aproveitar (SELMA).

[...] Era um sonho eu ter uma filha minha né, assim, de dentro de mim, ficar grávida, nascer do meu sangue, foi sempre um sonho que eu tive, né ... assim, se eu tivesse condições financeiras eu até adotaria uma criança, mas o meu sonho era ter um filho do meu sangue. Não pretendo ter mais filhos, agora não ... muito difícil, sozinha, muito difícil, eu acho que... assim, para dar um irmão para ela, para ela não ser filha única, mas eu acho que tem que ter condições financeiras; não adianta você ter três filhos e não ter plano de saúde, não poder dar o melhor, assim, sabe: estabilidade, alimentação, essas coisas, ter dinheiro para pagar cursos (SELMA).

[...] e é uma coisa assim que eu faço para minha filha, eu quero fazer curso de culinária, essas coisas assim, para minha filha falar assim:

— Viu mãe eu quero comer isso.

Aí eu vou lá e faço; ter os cuidados que minha mãe não teve que eu vou fazer com a minha filha, para ela também não andar no caminho errado, né; porque era também para gente ter ido para o caminho errado. Porque às vezes quando a gente não tem o que a gente ... sente falta, não tem prazer de ficar em casa; vamos dizer a real; vai para rua, aí na rua que começa aprender coisa que não deve, então eu acho que ajuda né, um pouquinho; a pessoa fica drogada ... Então, é isso que eu quero dar para minha filha, eu quero que ela se sinta bem em casa, estudando, fazendo cursos, viajando, e não fique na rua carente necessitando da atenção de outras pessoas que acaba encontrando pessoas que não vai fazer bem para ela, para vida dela (SELMA).

Lendo esses fragmentos da entrevista de Selma poderíamos afirmar que seu exercício de parentalidade se fundamenta no oposto do que ela entende ter sido o exercício de parentalidade de sua mãe adotiva, tanto que afirma ter tomado as falhas dessa mãe como uma escola para si. Nesse sentido, Selma quer dar à sua filha Karen uma mãe melhor do que a que ela teve. Mas não só. Podemos

igualmente postular que este modo de exercer a parentalidade se orienta pela já discutida consciência de ter sido primeiramente rejeitada por sua mãe biológica e posteriormente adotada, mas ainda negligenciada, dada as condições de saúde mental da mãe adotiva; nesse sentido parece-nos que Selma quer dar à filha uma mãe autêntica e inteira, ou seja, que gera biologicamente e que adota afetivamente. Lembramos aqui do que afirma Levinzon (2004) em relação ao modo como a gravidez de uma menina adotada pode estar vinculada às fantasias que esta traz consigo acerca das experiências de sua mãe biológica ou adotiva. Assim, a grávida ou parturiente adotada pode buscar reescrever sua própria história através da forma que irá conduzir seu exercício de parentalidade, e, então, afirmar: não dou meu bebê a ninguém; cuidarei dele como eu gostaria de ter sido cuidada; serei uma mãe melhor do que a minha; etc.

Passaremos agora à análise compreensiva e interpretativa de nossa próxima colaboradora.

4.1.4. Roberta (Colaboradora 5)

Roberta foi adotada aos três meses de idade por uma família do interior paulista. Depois de adulta, por conta própria, empreendeu uma longa investigação e conseguiu descobrir e localizar seus pais adotivos, com os quais hoje se relaciona, apesar de manter certa distância. Conheceu também, a partir desse processo de investigação, dois de seus quatro meio irmãos, filhos de seu pai biológico com outra mulher; os outros dois, conhece apenas por fotografia. Na verdade, o pai biológico de Roberta não sabia de sua existência até o momento que ela o encontrou; quando houve o rompimento do relacionamento entre ele e sua mãe, esta não se sabia grávida, e depois nunca mais teve contato com o então ex-noivo e pai de sua filha.

Neuza, a mãe biológica de Roberta, veio, então, da capital para o interior paulista e se instalou na casa de um irmão, que, tão logo foi informado de sua gravidez, a expulsou de casa. Dessa forma, Neuza encontrou-se numa situação de grande precariedade: grávida, desempregada e sem lugar para morar. O resultado

disso foi sua decisão por entregar a criança recém-nascida para adoção por falta de condições financeiras para cuidar dela. Feita a entrega, Neuza e Roberta nunca mais tiveram contato, até que Roberta a encontrou.

A história da adoção de Roberta é um caso bastante curioso, pois, como se registra em sua entrevista, já são três gerações de adoções realizadas na família, com perspectivas de novas adoções na quarta geração. A mãe adotiva de Roberta, Maria, foi ela própria adotada quando tinha oito anos de idade, depois de ter ficado órfã. Já adulta, Maria adotou duas crianças: um menino, e, doze anos depois, adotou Roberta. Roberta, por sua vez, após ter se casado e se tornado mãe biológica de um menino e de uma menina, realizou uma adoção tardia, acolhendo Larissa, de 8 anos de idade. Roberta, que relata o desejo de ainda realizar uma segunda adoção, desta vez de um menino, incentiva os filhos a adotarem pelo menos uma criança além dos filhos biológicos que poderão ter em seus casamentos e afirma que os três filhos já manifestam interesse em fazê-lo, afirmando que a idéia já faz parte de seus projetos de vida.

Esta colaboradora relata que seu casamento e exercício de parentalidade são fonte de grande realização pessoal, não obstante ao fato de, por vezes, experimentar alguns “daqueles problemas comuns” dos relacionamentos conjugais e as dificuldades típicas do processo de desenvolvimento e educação dos filhos. Casou-se com dezessete anos de idade e aos vinte anos já era mãe de dois filhos. A opção por adotar um terceiro filho foi compartilhada pelo casal e filhos biológicos, mas a motivação maior partiu de Roberta que se sentia chamada a fazer por uma criança o mesmo que sua mãe e pai adotivos fizeram por ela.

A história de Larissa, a filha adotiva, é marcada por muitas mudanças ambientais e de cuidadores – ao todo passou por oito casas diferentes, inclusive por um abrigo para crianças abandonadas. Roberta e sua família conheceram Larissa quando esta circulava pelas ruas do bairro onde moravam e por que fizera amizade com a filha mais nova da família. Ao perceberem que Larissa, além de muito pobre e sem os cuidados de saúde, higiene e alimentação adequados, sofria maus tratos, providenciaram a denúncia ao Conselho Tutelar da cidade e, imediatamente, se apresentaram como família interessada em adotá-la, o que de fato ocorreu.

Roberta, hoje com 35 anos, convive com o marido e seus três filhos, com a família adotiva (pai, mãe e irmão), com os pais biológicos e suas respectivas famílias, com os quais se reúne em ocasiões especiais.

Ao falar de sua história de vida, Roberta fala também do que considera problemas em sua estrutura de personalidade e constituição subjetiva: i) uma dificuldade em estar só que se expressa por meio de uma carência da presença de pessoas ou de animais; ii) um quadro depressivo que de longa data a acompanha e que pelo menos uma vez por ano reaparece com força, deixando-a bastante debilitada; iii) a preocupação com os outros e a dificuldade de dizer “não” quando é solicitada (pelo marido, filhos, pais adotivos, etc.), que drena sua energia, tanto física quanto emocional, impedindo-a de exercer um melhor cuidado de si; iv) a ausência da figura paterna em seu processo de desenvolvimento, segundo ela motivada por problemas relacionados ao abuso de bebida alcoólica do pai adotivo, que promove nela uma sensação de não o estar agradando, muito embora saiba que na família do pai há outros casos de alcoolismo, fazendo-a suspeitar de uma predisposição genética; e por último, v) um medo, por ela descrito como pavor, em cometer erros no cuidado com os filhos, buscando assegurar que cuidando bem deles será aceita e confortada em sua forte e constante sensação de imperfeição.

Sobre a parentalidade que exerce, a prática e o significado da adoção em sua vida, Roberta assim reflete:

[...] eu cresci muito como mãe, eu cresci muito como pessoa; e ... não sei ... eu busco acreditar assim, que a cada dia, em todos os aspectos eu tenho me tornado uma pessoa melhor; e a minha filha adotiva e a minha mãe adotiva me ajudaram a ser essa pessoa que eu sou hoje; porque eu sou realizada com a pessoa que eu sou, não tenho o que reclamar (ROBERTA).

A entrevista com Roberta foi a mais longa entre todas as que realizamos (1h 56' 21'') e muito mais poderia aqui ser abordado enquanto particularidades de sua experiência como filha adotada e mãe adotiva, o que certamente será feito de forma mais profunda na análise compreensiva das categorias e subcategorias presentes em sua entrevista. Sua gana por falar de si, relatando sua história de vida e adoção

é, sem dúvida, reflexo de uma personalidade bastante sensível, que certamente se move mais fortemente pela emoção do que pela razão. Roberta emocionou-se e chorou várias vezes durante a entrevista. Mas sua expressão prolixa nos sinaliza, também, que estivemos diante de alguém que verdadeiramente acredita na adoção como experiência válida no processo de constituição familiar. A seguir, então, o que pudemos apreender e aprender, a partir de seu longo relato.

Sobre sua **vivência afetiva na relação com a família biológica (Categoria 1)**, assim se expressa Roberta:

Com relação a minha família biológica ... então, eu cresci assim ... eu não tinha raiva; eu ficava pensando: como minha mãe biológica me abandonou, né; porque eu não tinha contato nenhum com ela, ela sumiu; e assim, a gente sabia que ela tinha morrido; e do meu pai, né, até quando ela estava aqui, ninguém sabia quem era meu pai, então, meu pai era um ... não tinha pai, era como se eu não tivesse pai. E aí eu cresci assim, eu não tinha raiva, mas eu tinha mágoa, dúvidas, eu tinha curiosidade; então, na minha adolescência eu fui muito ... teve uma fase que eu fiquei bem curiosa, assim, quando eu tinha uns treze anos, eu falava:

– Nossa, como será que ela é? Será que ela é pobre? Será que ela passa fome? (ROBERTA).

Essa curiosidade de que fala Roberta, remeteu-a, após o seu casamento e o nascimento de seus dois filhos (um menino e uma menina), à busca por encontrar seus pais biológicos. Havia crescido com a notícia de que sua mãe biológica tinha morrido, mas não sabia nem como nem onde isso teria ocorrido, nem tampouco sabia se ela havia tido outros filhos, e se ela – Roberta – teria, então, irmãos biológicos. Depois de ter encontrado sua mãe biológica, com quem até a data da entrevista também convivia, Roberta relata:

Então, eu entendi assim, que deve ter sido um sofrimento terrível para ela; e assim, se existia mágoa, raiva, ressentimento, aquela hora acabou ... no telefonema. E aí, eu fui para lá para conhecê-la; então, a situação do reencontro foi assim, na verdade eu não estava reencontrando ninguém, porque eu não tinha recordação nenhuma dela, mas ela estava, né; e aí assim, para ela foi muito emocionante, para mim não foi ... para mim foi assim, um matar a curiosidade da fisionomia, de como que era, de saber da história, de saber os porquês.

[...] E isso aí, eu também deixei muito claro para minha mãe biológica, eu falei que eu fui atrás dela porque eu tinha ... primeiro, que eu gostaria muito que ela soubesse a havia perdoado. Porque eu acho assim, que é importante para a gente, quando a gente faz alguma coisa que você sabe que pode prejudicar a vida de alguém, você saber que a pessoa te perdoou por aquilo que você fez ... se bem que hoje eu já enxergo assim, que ela não tinha que me pedir perdão de nada. Eu acho que ela teria que me pedir perdão, se ela tivesse ficado comigo e se eu tivesse passado fome, tivesse passado dificuldade, tivesse feito ela passar dificuldade também; porque eu acho assim, eu acho que seria egoísmo da parte dela se ela não tivesse aberto mão de mim; porque na verdade eu não estava sofrendo nada, quem sofreu foi ela, a maior parte do sofrimento todo foi dela, né; não tem como negar isso aí; ainda mais eu que tenho contato com ela hoje, que escuto as coisas que ela fala, as coisas que ela conta. Então, a gente vê que é uma carga de sofrimento muito grande que não se compara a esse sentimento de abandono que eu tive, imagina, não chega nem aos pés, né. Então, eu deixei isso muito claro para ela, eu falei que eu a havia reencontrado, que eu queria ter um laço de amizade forte, porque ela era minha mãe, não deixava de ser minha mãe, né; pois era uma pessoa que fazia parte da minha vida (ROBERTA).

Roberta também empreendeu uma busca para encontrar seu pai biológico e, quando o encontrou, descobriu ter também irmãos e irmãs que jamais pensava ter. Sobre esta parte de sua história, ela narra:

Bom, aí, o que, que aconteceu ... eu entrei em contato com meu pai, liguei para ele, conversei com ele; ele falou que tinha dúvidas que eu era filha dele, que a gente precisava fazer um teste de DNA, eu falei:

– Olha ... eu não tenho dinheiro para fazer esse teste, mas se o senhor tiver e quiser fazer, por mim tudo bem.

Aí tá, passou um tempo, houve um dia que eu fui para o centro comercial daqui da cidade, e quando eu cheguei, eu parei na casa da minha sogra, o meu sogro falou assim, para mim:

– Vem ver quem está aqui na sala, vem ver se você conhece essa pessoa? Aí eu fui lá, tinha um senhor sentado, que não tinha nada a ver comigo, nada a ver; assim ele é ... acho que é de 1m e 50 cm mais ou menos, super baixinho, bem gordinho, careca. Aí ele falou assim:

– Sabe quem é esse homem aqui?

Eu tinha conversado com ele pelo telefone, né; mas não imaginava.

Eu falei:

– Não, não tenho a mínima idéia.

Aí ele falou:

– Eu sou o Marcos.

Aí, ele veio para minha casa, ficou uns dias aqui com a gente, contou como foi a ... contou a história dele; falou, falou, falou ... Muitas coisas que a minha mãe falou, ele confirmou; ele diz que ele até tentou receber uma intimação para reconhecimento de paternidade, mas aí, ele veio para cá, e se desconstruíram, o dia que ele veio não conseguiu achar minha mãe em casa, ele acabou voltando para São Paulo; e uma pessoa do Fórum que o acompanhou falou:

– Olha, se ela entrar em contato de novo com o senhor, a gente vê o que a gente faz.

E ela nunca mais foi atrás também, porque aí acho que aconteceu dela me dar para adoção, e aí a história se perdeu e ele ficou todo esse tempo sem saber de minha existência. Mas, ele se casou e ele tem quatro filhos; a primeira vez que ele veio aqui, ele veio sozinho, a segunda vez que ele veio, ele trouxe o filho; e ele vem assim, sempre vem para cá. E a última vez que ele veio foi agora no começo do ano, e ele trouxe um outro filho; então, eu tenho dois irmãos e duas irmãs, os dois irmãos eu conheço, as duas irmãs eu não conheço ainda, e eu morro de curiosidade. E assim, eu sou muito parecida com elas, né; e hoje ele já não tem mais dúvida, sabe; o teste não foi feito e ele ... não sei se ele abriu mão de alguma coisa (ROBERTA).

Vemos pelo conjunto desses fragmentos que num dado momento de sua vida, Roberta, como quem se dedica à montagem de um quebra-cabeça, decide empreender a busca pelo encontro com suas origens. Ela vai estabelecendo contatos, viajando de cidade em cidade, dialogando com pessoas, fazendo telefonemas, enviando e-mails, até que identifica esses pais biológicos e se torna possível o encontro.

Entendemos que tal empreendimento somente se justifica pela existência de uma curiosidade que, conforme vimos em Levinzon (2004) e Winnicott (1955, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997) integra o processo de desenvolvimento emocional e da identidade do sujeito. Assim, para a pessoa adotada, juntar as peças do quebra-cabeça que estão faltando, ou seja, responder às perguntas ainda sem respostas sobre sua história de vida anterior à adoção, parece elucidar para ela aqueles elementos, embora nem sempre essenciais, faltantes em sua constituição subjetiva e de sua identidade.

Nas observações de Winnicott em relação às crianças adotadas, o pesquisador deixa claro que, havendo problemas na relação com os pais adotivos, ou mesmo lacunas em relação ao conhecido de sua história, “este se torna um aspecto tão importante que, quando as crianças adotadas crescem, elas se dedicam a pesquisar a questão da sua origem e não se satisfazem até finalmente encontrar um dos pais verdadeiros ou ambos” (WINNICOTT, 1953, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997, p. 116).

Em sua entrevista, Roberta afirma que tem vontade de fotografar esta cena: ela, o marido, os filhos biológicos e a filha adotiva com seus pais e irmão adotivos e

todos os que ela conseguir reunir de sua família biológica: pai, mãe e meio-irmãos. Cena que para nós representaria a montagem completa do quebra-cabeça de Roberta. Reproduzimos abaixo um dos momentos em que Roberta faz referência ao tal desejo:

E teve um final de ano aqui na minha casa, que estava meu pai e minha mãe adotivos, a minha mãe biológica e o meu padrasto, meu pai biológico e a minha madrasta, porque todos vieram para cá, e foi assim ... e não existe uma fotografia, um absurdo, um acontecimento desses e não ter uma fotografia; mas como eles vêm sempre para cá, isso aí é uma coisa que eu tenho que fazer, isso aí é um compromisso que eu tenho comigo; eu preciso tirar uma foto de um momento (ROBERTA).

À luz da psicanálise winnicottiana, entendemos que esse momento de encontro e convívio de Roberta com os membros de suas duas famílias (adotiva e biológica) representa uma oportunidade de resolução para muitas de suas dúvidas em relação à própria origem e identidade, mas, principalmente, representa o achado de uma trilha pela qual ela pode agora transitar, indo e vindo quando quiser e à medida que se sentir psicologicamente pronta para isso. Nessa trilha Roberta pode ir recolhendo os elementos, as informações, os significados e os motivos por trás de tantas escolhas que, embora não tenham sido protagonizadas por ela, tocaram-na profundamente. Com o achado dessa trilha, entendemos que Roberta pode construir de forma qualitativa a conectividade entre seu passado e presente, facilitando sua identificação não só com as pessoas, mas principalmente consigo mesma, possibilitando-a falar sobre “quem sou eu” com mais propriedade.

Encerramos a análise desta categoria com aquela que consideramos ser uma das mais importantes referências de Winnicott sobre o tema aqui discutido:

As pessoas querem saber sobre os primórdios de suas vidas, e acho que elas devem saber. Poder-se-ia dizer que alguma coisa faltaria na sociedade humana se os filhos crescessem e fossem, por seu turno, pais e mães, mas sem saberem e reconhecerem o que as mães fizeram por eles no começo (WINNICOTT, 2008, p. 10).

Roberta ocupa bastante tempo de sua entrevista discorrendo sobre **sua vivência afetiva na relação com a família adotiva (Categoria 2)**. Seleccionamos, a seguir, os fragmentos que consideramos mais significativos e esclarecedores acerca de tal experiência:

Mas a minha história é mais ou menos assim: eu fui adotada aos três meses de idade; a minha mãe e meu pai adotivos, que para mim são os únicos pais e mães, são os únicos que eu consigo chamar de pai e mãe, né; eu até tenho outros irmãos biológicos, então, assim, o sentimento de irmão pelo meu irmão adotivo e pelos meus irmãos biológicos, não vou dizer que é assim, igual, mas é um sentimento muito parecido, é irmão mesmo. Agora de pai e mãe eu só tenho esse sentimento de paternidade, de você gostar do beijo e de você gostar do abraço, dos meus pais adotivos; são os únicos que eu chamo de pai e mãe, os outros eu não chamo (ROBERTA).

A minha relação com a minha família adotiva, é assim ... para mim é como se eu não fosse adotada; é como se o fato de eu ser adotiva não fizesse diferença; eu não tenho assim ... eu nunca tive nem pelos meus pais, nem pelo meu irmão e nem pelo restante da família ... nunca tive, nunca sofri nenhum tipo de preconceito, né; eles assim, me acolheram como se eu tivesse nascido ali, sabe; e isso aí é muito bom [...] (ROBERTA).

Então, o relacionamento que eu tenho com os meus pais, com o meu irmão, com o resto da família é assim, muito bom; eu sinto que eu sou muito amada, sabe. Meu irmão é doze anos mais velho do que eu. E eles são assim, eles são maravilhosos, me receberam bem [...] (ROBERTA).

Meu pai quando vai falar de mim ele chora ... de mim, do meu irmão, dos netos, né, ele até chora; você vê que ele é uma pessoa que a emoção está à flor da pele, mas ele é um pai assim: ele não deu um conselho; por exemplo, a única recordação que eu tenho de meu pai cuidando de mim, foi uma vez, eu devia ter uns dez anos, eu morava aqui mesmo no interior, e minha mãe trabalhava a noite no hospital da cidade vizinha, então a gente morava aqui e ela viajava para lá um dia sim um dia não; e eu ficava sozinha com meu pai. Um dia eu tive uma dor de ouvido muito forte, meu pai esquentou alguma coisa para por no meu ouvido, sabe; mas essa é a única recordação que eu tenho do meu pai fazendo alguma coisa para mim. Porque era sempre assim, era sempre eu cuidando dele, né; então, eu acredito assim, eu tenho marcas, eu tenho traumas, eu tenho; reconheço, sei te dizer quais são minhas dificuldades, mas eu não acredito que seja pelo fato de eu ser adotiva, mas sim pelo fato de eu ter tido um pai alcoólatra e ausente (CHORO). Minha mãe, de certa forma, tentava ali superar, preencher, mas não tem como, eu tinha que ter tido um pai; mas assim, eu o amo, de paixão, ele é uma pessoa maravilhosa; comigo assim, eu não tenho o que falar dele, sabe (ROBERTA).

Roberta enfrentou dificuldades em relação à sua família adotiva, sobretudo com o pai, que era alcoólatra. Constatamos em seu relato emocionado³⁴, que aquele que pela condição de pai deveria cuidar da filha acabou sendo cuidado por ela. Ocorreu neste sistema familiar uma inversão nos papéis parentais que resultou para a filha, neste caso Roberta, em um gasto de energia psíquica a qual ao invés de ser dirigida a seu próprio processo de desenvolvimento e maturação emocional foi dirigida aos cuidados com o pai: i) Roberta relatou em sua entrevista que por inúmeras vezes viu seu pai chegar bêbado em casa e que, nessas ocasiões, ele maltratava sua mãe por meio de agressões verbais; ii) essas agressões verbais eram também dirigidas a ela própria; iii) em várias situações, teve que parar tudo o que estava fazendo para sair em busca do pai e resgatá-lo de algum bar ou qualquer outro lugar da cidade, onde ele se encontrava em estado de embriaguez. Sobre essa vivência Roberta afirma:

[...] E assim, por sorte, porque eu tinha tudo para dar errado: eu era uma filha adotiva e que tinha um pai alcoólatra extremamente ausente; e isso refletiu muito na minha vida e refletiu na vida do meu irmão também (ROBERTA).

[...] E assim, ele bebia muito e, às vezes, ele falava que eu tinha sido achada na lata do lixo, aí eu chorava, né ... coisa de alcoólatra mesmo (ROBERTA).

Às vezes, eu tenho ... faz dez anos que eu tenho depressão; e é uma depressão muito estranha porque eu tenho crises pequenas, de poucos dias, agora elas estão bem espaçadas uma da outra, mais ou menos uma vez por ano, já tive a minha esse ano, acho que eu não vou ter mais. E assim, eu tomo antidepressivo, tal, aí quando eu melhoro eu vou parando devagarzinho, tem todo um controle, já fiz terapia; e a minha depressão ... minha depressão é o medo, eu tenho muito medo, eu tenho medo de Deus; então, por isso que eu falo que eu acho que...eu tenho medo de não estar agradando a Deus, entendeu. Por isso que eu acho que essa amizade que eu tinha que ter tido com o meu pai, eu não tive, e me atrapalhou um pouco; me atrapalhou, assim, não que eu não acredito; eu sei que Deus me ama, eu sei que ele me perdoa, eu sei que ele sabe muito mais de mim do que eu mesma; mas eu não consigo sentir que eu estou agradando; não sei se você entende isso... Eu já fiz terapia várias vezes, tal, melhorou um pouco. [...] Eu tenho pensamento acelerado quando eu estou em crise depressiva. Então, eu tenho muito medo, eu tenho angústia; por exemplo, vai chegando a tarde, que era o horário que meu pai chegava bêbado que eu tinha que cuidar dele, eu vou ficando deprimida; até hoje ... isso aí foi uma coisa que foram muitos anos; então, é muito difícil de me livrar desse sentimento, é um negócio que está bem enraizado. E assim, a minha mãe, ela vem todos

³⁴ Consideramos importante esclarecer que neste momento a entrevista precisou ser brevemente interrompida, já que Roberta chorou bastante.

os dias na minha casa e todos os dias ela conta tudo que meu pai fez com ela, ele judia muito dela; assim, ela conta todos os dias à mesma coisa, a mesma coisa, a mesma coisa. E a minha mãe não tem amigos; a minha mãe tinha uma amiga que era a irmã dela, morreu; agora a amiga que ela tem sou eu. Então, assim, eu tenho dó de falar para ela que eu não agüento mais ouvir; então, eu ouço (ROBERTA).

Já discutimos anteriormente sobre como os distúrbios psiquiátricos, quando presentes nos pais, podem comprometer o processo de desenvolvimento dos filhos (WINNICOTT, 2001), e é possível verificar num dos fragmentos de relato acima, Roberta correlacionando seus problemas emocionais (depressão) aos fatos de ter sido adotada, mas, principalmente, ter tido um pai ausente e com uma grave doença: a dependência alcoólica.

Várias vezes em seu depoimento, Roberta fala de seu vínculo com a religião, mostrando-se, para além de assídua às ritualísticas litúrgicas e pastorais da instituição a qual se vinculou, interessada em por em prática os princípios e valores que essa mesma religião ensina. Assim, chamou-nos a atenção o fato dela ter feito essa relação entre uma figura masculina e paterna – Deus – com a figura paterna de seu pai adotivo, a quem ela também sente não agradar, mesmo se dedicando tanto a seu cuidado. Com isto, estamos aqui postulando que há, muito provavelmente, uma transferência para a figura de Deus, daquele medo de não estar agradando o pai adotivo, ou seja: na relação com Deus, Roberta sente medo, sente que não o agrada e, por isso, não consegue sentir-se perdoada pelos erros que comete; tanto quanto busca, na relação com o pai adotivo, agradá-lo sendo uma filha “quase perfeita”, como podemos ver em sua fala:

Com relação aos traumas, eu acho assim, que eu tenho ... uma coisa que eu percebo que é muito clara: eu tenho dificuldade de me relacionar com Deus. Assim, não de me relacionar ... eu me relaciono diariamente, o tempo todo, mas eu tenho ... de certa forma a figura paterna ela representa Deus na vida da gente, né; a materna também, lógico; mas a paterna ela é uma representação direta de Deus ... é como você ir a igreja e o pastor representar Deus, que de certa forma o pastor representa Deus para a igreja. Então, o pai em casa ele é assim, ele é uma ponte, eu creio dessa forma, ele é uma ponte de Deus, do cuidado de Deus na vida da gente, né. Deus colocou aquela pessoa para cuidar do filho, e a minha mãe fez a parte dela e ele não fez a dele. Então, assim, eu tenho dificuldade de achar que eu estou perdoada, de que eu sou aceita do jeito que eu sou; então, assim,

eu tenho ... eu sou perfeccionista, porque eu acho que eu tenho que ser perfeita, não posso errar; mas eu erro, tá; não estou falando que eu não tenho erros, tenho um monte; mas assim, eu tento fazer tudo certinho, eu não minto, não engano; de certa forma tudo isso é bom, mas assim, eu tenho um sentimento de culpa muito grande quando eu faço alguma coisa errada. Porque assim, eu não tenho ... eu não tive aquele lance do meu pai sentar comigo e falar:

__Olha filha você errou. Mas calma, vai dar certo, segui aqui ...

Faltou isso aí, né; então, isso é uma coisa que faz falta, muita falta. Eu não tive essa orientação, em escola, namoro, em nada (ROBERTA).

Há ainda na fala de Roberta uma importante referência aos cuidados maternos que, da forma como eram dirigidos a ela e ela os interpretava, nos parece que objetivavam suprir ou preencher as lacunas deixadas pela ausência e alcoolismo do pai. Aprendemos com Winnicott (1983, 1999, 2001, 2006, 2008) que a presença de uma mãe suficientemente boa é indispensável ao bom desenvolvimento físico e emocional da criança e que a presença do pai também se faz necessária, tanto para a criança que desenvolve sua marcha em direção à maturação, quanto para a mulher que precisa sentir-se suficientemente apoiada e segura para, então, poder dirigir à criança sua preocupação materna. Nesse sentido podemos afirmar, apoiados neste autor, que um dos requisitos para que a mulher possa desenvolver uma maternagem suficientemente boa, é a presença, a seu lado, de um homem e pai suficientemente bom.

Sendo assim, e por melhor mãe que tenha tentado ser, a mãe adotiva de Roberta jamais poderia ter suprido sua necessidade de ter um pai ou preenchido as lacunas deixadas por sua ausência: “[...] eu tinha que ter tido um pai”, afirma Roberta. Vejamos o que Winnicott tem a nos dizer sobre isso:

Quando o pai entra na vida da criança como pai, ele assume sentimentos que ela já alimentava em relação a certas propriedades da mãe. E para esta última constitui um grande alívio verificar que o pai se comporta da maneira esperada. [...] A primeira coisa que quero dizer é que o pai é necessário em casa para ajudar a mãe a sentir-se bem em seu corpo e feliz em seu espírito. Uma criança é realmente sensível ao relacionamento entre seus pais ... A segunda coisa, como eu disse, é o pai ser necessário para dar à mãe apoio moral, ser um esteio para a sua autoridade, um ser humano que sustenta a lei e a ordem que a mãe implanta na vida da criança. [...] A terceira coisa a dizer é que a criança precisa do pai por causa de suas qualidades positivas e das coisas que o distinguem de outros homens, bem

como da vivacidade de que se reveste a sua personalidade (WINNICOTT, 2008, p. 129).

Considerando suficientemente discutida a importância da figura paterna no processo de maturação emocional da criança e com isso justificada a sensação de falta demonstrada por Roberta em seu discurso, desejamos apenas pontuar que a temática do PAI, da forma como é desenvolvida na obra de Winnicott, será mais profundamente comentada durante a análise das entrevistas de Pedro, Alfredo e Murilo, que são os nossos colaboradores adultos, adotados e pais.

Passemos, então, à análise compreensiva e interpretativa das próximas categorias de significados presentes na fala de Roberta. Primeiramente a **Categoria 3 (experiência de saber-se ou sentir-se “abandonada”)**:

E aí o que que aconteceu: ela foi passando por um monte de dificuldades; o meu pai estava em São Paulo, não sabia que eu tinha nascido, não sabia nem que tinha um filho, né; ela tentou fazer contato com ele, mas sabe quando não dá certo, a situação ali ... não se encontraram. E aí, quando eu tava com três meses eu estava ... ela veio na casa de uma senhora que tinha adotado uma criança; e essa mulher falou assim:

– Maria a sua filha não está bem, olha que situação que você está.

Ela estava morando na casa de uma mulher e ela alugava um quartinho, o piso era terra; então, ela punha um colchão para ela no chão, e eu como era bebê, ela punha um monte de papelão, coberta, e eu dormia ali com ela. E quando ela conseguiu arrumar um emprego, ela conta que ela saía de manhã e com mesma fralda que ela tinha me deixado de manhã, quando ela chegava a tarde eu estava com a mesma fralda; então, era uma situação muito difícil, muito difícil mesmo. Ela não encontrou apoio de ninguém, algumas pessoas ajudaram, mas o apoio que realmente ela precisava, ela não teve; aquele compromisso, da pessoa falar: não eu vou te ajudar todos os meses; isso aí ela não teve. E aí, quando ela foi para casa da Dona Ana, a Dona Ana falou isso para ela, falou:

– Olha, porque você não dá essa menina para adoção, tem tanta família que tem dinheiro que poderia dar uma vida de rainha para essa menina, né; e você fica aí com ela para cima e para baixo nesta situação.

E ela falou:

– Olha ... eu vou pensar.

E ela disse que foi para casa, ficou uns dias ainda mais comigo e decidiu que ia me dar para adoção. E aí, o dia que ela foi me entregar para a mulher, a mulher fez o seguinte comentário, falou:

– Olha Maria, eu te dei uma idéia, você aceitou, você pensou bem?

Ela falou:

– Pensei.

Ela falou:

– Então, eu vou falar uma coisa para você: não volte atrás dela porque eu não vou dizer para você quem são os pais adotivos (ROBERTA).

Como vimos, a mãe biológica de Roberta, se via desprovida daquelas condições que lhe permitiriam dar à filha o que esta necessitava para poder crescer e se desenvolver saudavelmente. A situação de pobreza e, conseqüentemente, o contexto de absoluta carência de recursos materiais, revelam parte do cenário onde se presentificam aquelas condições que, como discutimos no Capítulo I, levam muitas mães e pais biológicos a abandonarem seus filhos ou entregá-los para adoção. Sendo assim, e por ter consciência deste capítulo de sua história de vida (origem), Roberta faz importantes referências ao tema “adoção”, chegando a apresentá-la como sendo algo “divino” (“**Adoção: o céu?**” – **Categoria 4**). Vejamos o que ela diz:

Com relação à adoção, assim, a adoção para mim significa você abrir sua vida para alguém fazer parte dela, não importa ... eu acho que filho, não importa o meio como ele chega até você; isso é ... é um simples detalhe, né. Eu sou feliz; já passei algumas angústias com a minha história, mas assim, eu olho para minha vida e eu vejo que era aquilo mesmo que ela tinha que ser. Eu sou feliz por ter reencontrado meus pais; eu sou feliz pelo pai e pela minha mãe adotivos; eu me sinto amada pelas pessoas; eu sinto assim, que eu tenho ... que hoje é ... que eu tenho coisas, sentimentos que são muito valorosos para mim e que para outras pessoas não são, né. Então assim, eu creio que a adoção é algo divino; eu acho que ... é semelhante, né, porque é o teu filho, é o teu próximo, é o teu semelhante. Então, é você abrir a sua vida para alguém, um estranho que você não sabe como foi feito, né; se foi feito com amor, se não foi; com estrutura, sem estrutura; se a pessoa estava desejando aquele bebê, se não estava. Então, é você abrir a sua vida para você poder contribuir de alguma forma para vida daquela pessoa; ainda que você não seja cem por cento aceita como mãe, como pai; mas se você puder mudar um pouquinho na vida daquela pessoa, já valeu a pena. Então, eu olho para minha filha [adotiva] hoje, e fico pensando as dores que ela não precisou passar, a fome; e isso aí é muito gratificante. É você dividir ... porque olha você vê ... o amor, isso aí é até frase de capa de caderno, que o amor é um sentimento que quanto mais você divide, mas ele se multiplica. E é isso aí, né. Porque você vê, eu adotei uma filha e eu desejo adotar mais um filho, e eu vejo que isso é uma coisa que não morreu dentro de mim, tem até nome esse filho; eu falo que eu ia adotar um menino que ia se chamar Cássio. Então, eu acho adotar uma coisa maravilhosa (ROBERTA).

“Um milagre”, “uma coisa divina”, “algo maravilhoso”: são, a nosso ver, falas que convergem para um mesmo ponto – para uma visão transcendental da adoção, presente na fala de Roberta e compartilhado também por nossos outros colaboradores. Com esse discurso “metafísico”, desvelam-se sob a forma de

significados e sentidos atribuídos ao tema, seus pensamentos e sentimentos, suas alegrias e dores, suas percepções frente às realizações ou frustrações que, de fato, experimentaram ao longo da vida. É interessante pontuarmos que não nos surpreende que nossos colaboradores tenham feito relações e conexões entre a vivência em torno do segredo sobre a adoção e sobre sua origem biológica e a concepção de mistério, tão presente em nossa cultura pela influência das ortodoxias e ortopraxias religiosas.

Não encontramos, porém, nenhuma referência na obra winnicottiana que nos permitisse fundamentar nossa reflexão em torno desse significado emergido na fala de Roberta e de nossos outros colaboradores; por isso, ousamos analisar tal fenômeno a partir de nossa própria experiência, que, tal como a entendemos, abrange – com a humildade de quem busca sempre aprender – a clínica, a academia e também o âmbito do conhecimento filosófico e teológico.

Sabemos, por exemplo, que o ser humano tende a recorrer ao metafísico, às “realidades subjetivas”, ao mito e àquilo que transcende a concretude do real, do visível e do palpável, quando está diante de algo que não consegue explicar racionalmente ou quando lhe faltam palavras para expressar, relatar, uma dada experiência incomum. Isso é uma tendência tão natural e presente no espírito humano que se tornou o principal elemento diferenciador entre os níveis de conhecimento empírico (ou do senso comum), mítico, filosófico e teológico, em relação ao nível de conhecimento científico (ABBAGNANO, 1993; DUROZOI; ROUSSEL, 1993; KUHN, 1994); este último tomado com uma pretensão dos homens em atingir um nível de verdade sempre mais próximo do absoluto, escapando ao relativismo e à superficialidade do empirismo (GIL, 1999; DOMINGUES; HEUBEL; ABEL, 2003).

Entre os temas inexplicáveis, ou melhor, inexplicáveis tomando como referência o conhecimento do senso comum, estão, por exemplo: o surgimento da vida, a criação do universo, a morte, os fenômenos paranormais, as curas sem justificativa e compreensão científica, etc.

Sabemos também que embora haja um já histórico e incomensurável esforço por parte da comunidade científica, alguns desses temas ainda carecem de

explicações e comprovações; quando não, se apresentam como contraditórios (POLKINGHORNE, 2001).

Consideramos importantes e muito pertinentes as reflexões atuais de Santos (2004) sobre o fato de que os pressupostos metafísicos, os conjuntos de crenças, os sistemas valorativos – que são trazidos pelas pessoas e pelas civilizações no movimento (fluxo) transgeracional – não estão nem antes nem depois das teorias científicas sobre a natureza, sobre o homem e sobre a sociedade, mas são parte desta mesma explicação representada pela teoria.

Segundo o mesmo autor: “a razão por que privilegiamos hoje uma forma de discurso que se assente na previsão e controle dos fenômenos nada tem de científico. É um juízo de valor” (SANTOS, 2004, p. 292). Assim, o fato de não possuímos condições para fundamentar nossa reflexão sobre um fenômeno a partir de um dado referencial teórico (ou porque este referencial não existe ou por que não o conhecemos suficientemente), não torna este fenômeno mais ou menos importante, mais ou menos digno de atenção e respeito, nem tampouco o deve relegar à condição de falso. Torna-o sim, um fenômeno novo, carente de uma olhar mais atento e compreensivo, que é o que tentaremos fazer aqui.

Entendemos então, que o que nossos colaboradores fazem é acrescentar a adoção à lista daqueles temas carentes de uma explicação científica e, portanto, passíveis de uma compreensão de cunho transcendental, metafísico ou religioso, já que para eles, a adoção representou uma segunda chance de vida, pois se não tivessem sido adotados, poderiam ter morrido ou ter sua história de vida completamente marcada pelo abandono e suas mais terríveis consequências.

Assim, e para algumas pessoas adotadas, sobretudo aquelas que têm uma formação religiosa, uma prática espiritual ou um envolvimento com instituições religiosas – como é o caso de Roberta e Alfredo, principalmente – a adoção pode ganhar também o sentido de prática que, de tão abnegadora, assemelha-se à prática divina da benevolente criação; do amor incondicional; da doação de si ao próximo por meio do exercício da caridade, do perdão, etc.; práticas tão presentes na maioria das doutrinas e catequeses religiosas. A adoção pode, então, ser

entendida como uma “verdadeira salvação”; um “resgate à vida”, como sentem e expressam Laura, Selma, Pedro e Murilo, além de Roberta e Alfredo.

Passaremos agora à análise da próxima categoria: **segredo na adoção e o impacto da revelação (Subcategoria 4.2)**.

Por ter sido desde muito cedo informada de sua condição de adotada, Roberta desenvolve a seguinte narrativa acerca do tema:

Eles nunca esconderam; meus pais adotivos, nunca esconderam de mim que eu era filha adotiva; nunca! A minha mãe sempre falou que ... no começo assim, quando eu era muito novinha, ela falava que tinha me achado ... não sei se era na porta de casa, numa cesta cheia de flores, sabe. E aí, ela ... a partir daí, ela foi contando, porque ela sabia que podia ... o medo dela era que alguém me contasse, né. O meu pai é alcoólatra, desde que eu cheguei na casa deles; o meu pai já não, de vez em quando bebia, ele é uma pessoa extremamente amorosa comigo e eu sou apaixonada por ele, mas ele dá muito trabalho, mas eu o amo mesmo assim. E assim, ele bebia muito e, às vezes, ele falava que eu tinha sido achada na lata do lixo, aí eu chorava, né ... coisa de alcoólatra mesmo. Mas assim, de alguma forma eles me contaram, aconteceu assim várias situações de eu estar na rua com a minha mãe e alguém puxá-la de lado, sabe, e eu perceber; eu mesma falava para algumas pessoas:
– Você está perguntando se sou eu a filha adotiva dela? É, sou eu sim (ROBERTA).

Consideramos importante trazer este fragmento da fala de Roberta primeiramente para que fique mais uma vez explicitado o valor da revelação sobre a origem da criança adotiva tão logo esta possa escutá-la e compreendê-la (WINNICOTT, 1953, 1955, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997; LEVINZON, 2004), conforme expressado, em uníssono, por nossos outros entrevistados. Em segundo lugar, para argumentar que a história da criança antes da adoção deve ser necessariamente conhecida pelos pais adotivos, não só para que estes possam depois transmiti-la, mas também para que, dependendo da situação em que a criança se encontra no momento da adoção, estes possam providenciar-lhe cuidados especiais – se necessários – conforme podemos ver nesta orientação de Winnicott (1953, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997, p. 117):

Através de um estudo da história inicial, se nós a conhecemos, podemos prever aos pais adotivos quanta dificuldade eles encontrarão e a natureza dos problemas de manejo que terão pela frente. Se, ao arranjarmos uma adoção, conhecemos a história inicial do bebê e o grau de perturbação ambiental que deve essencialmente ter complicado os estágios iniciais do desenvolvimento emocional da criança, estamos na posição de perceber antecipadamente se os pais adotivos terão de providenciar tratamentos em vez de apenas cuidados comuns para a criança.

Tanto Winnicott (1953, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997) como Levinzon (2004) valorizam a história pregressa da criança porque entendem ser possível, por meio dela, a identificação da ocorrência da privação e/ou de outras formas de comprometimento de seu psiquismo, que se encontra em processo de desenvolvimento. Dependendo do nível de privação vivido pela criança e do estágio de seu desenvolvimento em que isso tenha ocorrido, os autores afirmam que os pais adotivos deverão assumir, uma duplicidade de papéis: serão pais e também terapeutas³⁵.

Seguindo com a análise compreensiva e interpretativa da entrevista de Roberta, passamos para a última categoria, ou seja, às referências que faz sobre seu **exercício de parentalidade (Categoria 5)**.

Roberta se destaca entre as colaboradoras Paula, Laura e Selma, cujas entrevistas já analisamos, e também Mariana, cuja entrevista será analisada em seguida, no que se refere à adoção por elas próprias. Todas, em algum momento de suas entrevistas, manifestam o desejo de adotar uma criança, mas Roberta é a única que já o realizou.

Roberta relata como se deu esse processo de adoção e relaciona diretamente seu exercício de parentalidade à sua vivência de filha adotiva. Revela que atua, como mãe de seus três filhos, de modo muito diferente daquele que experimentou na relação com seus pais adotivos, buscando não repetir seus erros e sendo,

³⁵ “Os problemas aqui se relacionam muito à psicologia da criança que sofreu privações, e quando a história inicial não foi suficientemente boa em relação à estabilidade ambiental, a mãe adotiva não está adotando uma criança, mas um caso, e ao se tornar mãe, ela passa a ser terapeuta de uma criança carente” (WINNICOTT, 1953, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997, p. 117).

portanto, melhor para seus filhos do que seus pais puderam ser para ela. Vejamos como, em sua entrevista, vão sendo expostas estas idéias:

A Roberta mãe ... a Roberta mãe, é uma mãe extremamente preocupada; eu não posso falhar e eu não posso errar, nunca; e quando eu erro eu choro muito e peço perdão, e isso aí é para eles e para qualquer outra pessoa; não me envergonho também de pedir perdão; às vezes eu peço perdão de uma coisa que a pessoa nem sabe que eu fiz (ROBERTA).

Como eu estava dizendo, eu sou exigente, mas eu sou flexível, eu abro mão de algumas coisas; eu sou amiga deles; eles têm liberdade para falar qualquer tipo de assunto comigo, qualquer coisa; e falam. Principalmente o Vitor Hugo e a Renata, eles têm um laço de amizade muito forte comigo, muito. A Renatinha assim, a ponto de gostar de alguém e chegar ... e ela tem quatorze anos, é uma idade difícil, né; ela está gostando de um menino, ela chegou em mim, alguns meses atrás, e falou:

— Mãe, eu estou gostando do fulano, o que você acha?

E o Vitor Hugo também é muito amigo, de contar ... Eu sei dos amigos deles; as coisas que eles fazem de bom, de ruim, porque eles sempre contam. A Larissa, que é a minha filha adotiva, já é mais reservada, mas assim, eu vejo que é muito da personalidade dela e por causa de toda a história dela, né (ROBERTA).

[...] A Larissa morou com oito famílias diferentes; então, quer dizer, para ela ainda ... Vai fazer seis anos que ela está com a gente, apesar de tudo, de todo esse tempo, eu acho que para ela ainda é difícil, né ... de confiar. Porque quando ela veio para cá ela não sabia se ela ia ficar aqui, porque ela já tinha ido para tanto lugar; ela morou em várias cidades; morou com parente; morou em orfanato, ficou na rua, morou com uma pessoa que era alcoólatra, até que a mãe foi embora e abandonou ela e as irmãs dela. Aí, a Larissa acabou vindo parar aqui na nossa cidade (ROBERTA).

[...] Mas eu tenho um relacionamento muito legal com eles, e isso aí eu faço de tudo para não perder; por isso que quando eu erro, eu faço questão de me redimir, de pedir perdão, de falar “eu errei”, eu não devia ter feito isso; porque é uma coisa gostosa, eu vejo que eles confiam em mim, né. E eu sou muito insegura, isso eu sou mesmo, com tudo, sou muito, extremamente insegura; se tem uma coisa que eu sou é insegura (ROBERTA).

[...] Ontem, eu estava conversando com uma amiga minha que é uma das poucas que eu divido meus pensamentos, e eu falei para ela: *eu sou muito insegura, eu tenho medo de errar*. Mas é um medo que não é um medo comum; você tem filhos, você tem medo de errar, você vai errar e eu vou errar; e eu sempre falo que os pais erram tentando acertar, mas eles erram; e nós vamos errar. Mas assim, o meu medo não é esse medo que todo mundo tem, é um pavor, sabe; é uma coisa assim, de te causar muito sofrimento; de eu ficar assim, à noite pensando: nossa, isso que eu fiz, isso que eu estou fazendo. Eu fiquei com esses medos depois que eu tive as primeiras crises de depressão; antes eu não era não; eu era preocupada, muito presente, mas não tão preocupada como eu sou hoje, né. Mas eu sou assim, olha...eu gosto de...eu falo que amo; eu falo como eles são importantes; eu compartilho com eles três, todas as coisas erradas que eu fiz, não só as boas, as ruins também. Porque eu quero que eles vejam que eu sou uma pessoa igual a qualquer outra, que eu também cometi muitos

erros, e que vale a pena eles prestarem atenção nos meus erros para não cometerem os mesmos erros [...] (ROBERTA).

[...] Então eu dou conta disso daí; e assim, por exemplo, se uma fala:

– Ai mãe, estou com vontade de comer tal coisa ...

O outro fala, o Carlos, por exemplo:

– Ro, eu preciso que você faça tal coisa para mim...

Se os quatro falarem que tem uma necessidade, eu não consigo ficar em paz se eu não atender a necessidade dos quatro; eu não consigo falar:

– Não dá.

É muito difícil, é muito difícil. Então, eu acabo me sobrecarregando por conta disso daí, né, por eu ser assim; mas eu gosto, e são coisas que eu faço com amor, dá para ver, né. Mas, eu canso, aí eu tenho dor, tenho que tomar remédio, porque eu tenho muita dor nos braços [...] (ROBERTA).

Esses trechos da entrevista de Roberta foram selecionados por entendermos que contêm os elementos mais significativos de seu exercício de parentalidade. Apreendemos, destacamos e discutiremos os seguintes aspectos:

- i) sua preocupação com o melhor cuidado dos filhos parece estar vinculada, num primeiro momento, a certa dificuldade em lidar com as próprias limitações ou imperfeições – por ela reconhecidas como parte de sua personalidade e identidade – e que podem levá-la a cometer erros;
- ii) o desejo por um exemplar exercício de parentalidade está muito nitidamente apoiado em sua experiência de filha e no compromisso de não ser ausente na relação com seus filhos, como seu pai foi na relação com ela;
- iii) o erro cometido na relação com as pessoas, e especialmente na relação com os filhos, é gerador de um sentimento de culpa que remete Roberta ao pronto pedido de perdão;
- iv) a postura de pedir perdão pelo erro parece ser entendida por ela como um recurso que posto em prática, para além de resultar em uma forma aparentemente adequada de lidar com o sentimento de culpa, a aproxima das pessoas, e, principalmente, dos filhos, gerando uma relação vincular pautada sob a confiabilidade mútua;
- v) Roberta se revela uma pessoa insegura nas relações interpessoais, o que podemos relacionar com o medo que ela diz sentir nas fases em que sua depressão se apresenta com mais força, pois são, segundo

- seu relato, momentos fortemente marcados pelo sentimento de solidão e pelo medo de perder as pessoas que ama;
- vi) o cuidado que Roberta dirige aos filhos, e também ao marido, parece exceder o limite de suas forças físicas e emocionais. Contudo ela o faz, como vimos em seu relato, com certo nível de satisfação: este parece ser um dos diferenciais de seu exercício de parentalidade, ou seja, uma realização pessoal que só vem mediada pela percepção de que há realização ou satisfação das necessidades dos e nos outros.

Queremos, a princípio, retomar o que já foi discutido sobre a teoria winnicottiana do falso e do verdadeiro *self* (WINNICOTT, 1983, 1999) por entendermos este fenômeno facilmente identificável no caso de Roberta. Ou seja, queremos aqui postular o fato de que, para além de outras possíveis conjecturas ou interpretações à luz de nosso referencial teórico, Roberta pode estar dirigindo suas ações, tanto na relação com os pais adotivos quanto com a família que construiu, através dos benefícios que pode lhe trazer um falso *self*, provavelmente por não ter ainda sido capaz de lidar com a culpa que traz consigo, pelo ocorrido na história de sua mãe biológica e/ou para se manter aceita, amada e acolhida na relação com os pais adotivos, agradando-os a ponto de evitar um segundo abandono.

Mas de que culpa estamos falando? Ao saber de sua história e origem, Roberta entra em contato com um tipo de sofrimento, vivido por sua mãe biológica, que até então desconhecia: a ausência de um pai para ajudar a criar e educar sua filha, o desemprego, a pobreza, o abandono da família (o irmão a expulsou de casa quando soube de sua gravidez fora de um contexto de casamento), a dificuldade em prover à filha as condições necessárias a seu desenvolvimento saudável (alimentação, roupas, etc.), a falta de um lugar para morar e, por último, a difícil decisão de entregá-la para adoção. Por meio do depoimento de Roberta, fica-nos a impressão de que de vítima de um contexto de abandono ou de negligência, ela passa a se considerar culpada pelo sofrimento que sua vinda ao mundo trouxe à sua mãe biológica.

Mas não é só isso: durante anos Roberta se questionou sobre o porquê de ter sido abandonada e conjecturou, sobretudo após ter se tornado mãe, sobre “que tipo de mulher abandona um filho?”. Contudo o fez sem conhecer a versão de sua mãe

biológica sobre os fatos que realmente ocorreram na época de sua gestação e primeiros meses de vida. Entendemos que isso possa ter potencializado ainda mais seu sentimento de culpa, já que, como afirma Roberta, vislumbra um tipo de relação com as pessoas, muito pautada pela ética e pela retidão. Sobre tal fato Roberta afirma:

[...] eu acho que quando a gente consegue se colocar no lugar de uma outra pessoa, você consegue enxergar as coisas de um modo diferente. Então, eu ... quando eu consegui me colocar no lugar da minha mãe biológica, eu consegui enxergar a situação diferente; poxa, não foi fácil; então, eu acredito que em qualquer circunstância, não é fácil você abandonar um filho, não é, né.

Para sustentar este argumento, trazemos, mais uma vez, Winnicott (1999, p. 55):

Estou dizendo, de certa forma, que cada pessoa tem um *self* educado ou socializado, e também um *self* pessoal privado, que só aparece na intimidade. Isso é comum e pode ser considerado normal. Se vocês observarem, poderão ver que essa divisão do *self* é uma aquisição saudável do crescimento pessoal; na *doença*, a divisão é uma questão de cisão da mente, que pode chegar a variar em profundidade; a mais profunda é a chamada esquizofrenia.

Não estamos afirmando que a esquizofrenia é um risco que Roberta corre, mas queremos discutir o fato de que ela pode estar vivendo uma vida até certo ponto cindida e, conforme explicitado em seu relato, já marcada pela depressão enquanto linguagem denunciadora desse conflito psíquico (WINNICOTT, 1999). Cindida, no sentido de que, Roberta, ao se colocar em segundo plano em relação aos filhos, principalmente, encontra-se ora forte ora sutilmente sob a ação prevalente do falso sobre o verdadeiro *self*, lidando desta forma, com uma provável busca e anseio por reparação da culpa que parece sentir e que não a permite desvencilhar-se daquela preocupação materna primária que deveria, com o passar do tempo, perder força (WINNICOTT, 2000, 2001).

Numa análise mais profunda da sua vivência da parentalidade, parece-nos que a adoção realizada por Roberta, dessa menina cuja história de vida já trouxemos acima, possa representar uma de suas formas de reparar, inconscientemente, a culpa resultante dos conflitos (idéias e impulsos agressivos e destrutivos de seus estágios mais primitivos de desenvolvimento) que ainda povoam seu psiquismo e que não pode, até o momento, ser reconhecida, tolerada ou contida. Pensamos também que a decisão pela adoção possa representar, para além de uma tentativa reparatória, uma identificação transferencial com a própria menina, no sentido de que esta poderia representar o modelo de experiência de vida que Roberta não viveu graças ao fato de ter sido adotada.

Contudo, e como vemos na teoria winnicottiana da posição depressiva³⁶ “a manutenção da capacidade de fazer reparações vinculadas à culpa pessoal é um dos passos mais importantes no desenvolvimento de um ser humano saudável” (WINNICOTT, 2000, p. 156), sobretudo se a pessoa consegue reparar uma culpa que lhe pertence de fato e não a culpa resultante da defesa organizada de sua mãe contra a depressão. Assim, acreditamos poder afirmar que Roberta ainda poderá exercer uma parentalidade mais livre e criativa, se conseguir “alcançar o seu próprio crescimento no seu próprio ritmo, desenvolvendo um sentimento de responsabilidade própria verdadeiramente baseado em sua preocupação pessoal por seus impulsos amorosos e suas consequências” (WINNICOTT, 2000, p. 162).

Na melhor das hipóteses, Roberta poderá: i) se desvencilhar desse prevacente estado de preocupação materna primária em que até hoje parece se encontrar, ii) dirigir a si mesma um cuidado do qual parece carecer (num dado momento de seu relato ela fala das seqüelas presentes em seu corpo, decorrentes de um sério acidente automobilístico e das muitas coisas que deixou de fazer para poder se dedicar ao cuidado dos filhos, do marido e da casa); iii) dar mais espaço ao desenvolvimento dos filhos, no sentido de que estes, pela saída gradativa e estratégica da mãe, poderão aprender as tarefas mais simples e mais complexas do cotidiano, dirigindo-se à autonomia e independência; isso tudo mediante a iv) diminuição do medo e da insegurança em relação à possibilidade ou não de

³⁶ Texto “A reparação relativa à defesa organizada da mãe contra a depressão”, de 1948 (WINNICOTT, 2000).

manutenção da presença daqueles com os quais ela convive e ama – os filhos e o marido, justamente por entender que seu exercício de parentalidade e demais relações interpessoais pode ser mediado ou dirigido não pela busca de um reconhecimento que vincula e cria dependência, mas por um tipo de presença positiva e criativa, que interessa ao outro; porque o faz na possibilidade de também atingir tal patamar de saúde e de equilíbrio e porque é bom estar na presença de pessoas livres.

Queremos finalizar a análise da entrevista de Roberta sintetizando que a nosso ver suas ações reparadoras, que vão desde a adoção da filha até a busca pela reunião das famílias (biológica e adotiva) podem sim conduzi-la a um estado de bem estar psicológico, mas o tempo que a separa da chegada a tal estado poderia ser acelerado por um bom processo psicoterápico, onde o psicoterapeuta (ou analista) representaria o papel daquele interlocutor que auxilia no processo de autoconhecimento, de enfrentamento ou do estabelecimento de um melhor diálogo entre o falso e o verdadeiro *self* e de reordenação dos conteúdos emocionais e experienciais que dão curso à sua história de vida e identidade. Entendemos que todos os nossos colaboradores se beneficiariam de tal processo, mas nossa percepção é de que para Roberta este se faz extremamente necessário.

4.1.5. Marina (Colaboradora 6)

Marina foi adotada em seu oitavo dia de vida pela família com a qual construiu seus mais significativos laços afetivos e vínculos identificatórios. Da família adotiva Marina recebeu os cuidados necessários para seu desenvolvimento saudável e em seu seio foi muito bem educada e amada.

Sua mãe biológica, empregada doméstica quando engravidou, chegou a pensar em interromper a gravidez através de práticas abortivas, mas foi impedida de fazê-lo por sua patroa, que aconselhou-a a levar a termo a gravidez e deixar o bebê para ser adotado num hospital-maternidade. O pai biológico não assumiu a gravidez, rompeu o relacionamento com a então namorada e foi-se embora, de modo que não

mais tiveram qualquer contato; mesmo depois de Marina ter se encontrado tanto com o pai quanto com a mãe biológicos, estes não se interessaram em manter contato.

O conselho dado pela patroa à mãe biológica de Marina foi seguido à risca. Assim, tão logo Marina nasceu e se recuperou do difícil parto, foi encaminhada por freiras a uma família que já se havia pronunciado interessada em adotar uma menina recém-nascida naquela maternidade; uma prática comum em cidades do interior naquela época – três ou quatro décadas atrás.

Os pais adotivos de Marina não podiam ter filhos; seu pai adotivo recebeu diagnóstico de azoospermia (ausência completa de espermatozoides no sêmem) quando buscou ajuda médica para entender as razões da dificuldade que o casal encontrava para engravidar. Disso, decorreu o interesse do casal pela adoção – único caminho possível para tornar concreto o desejo de parentalidade.

A adoção de Marina foi a única que realizaram. Apesar da boa aceitação da família extensa, Marina sentia-se um pouco rejeitada, ou no mínimo diferente, em relação a alguns primos e, principalmente, em relação aos amigos da escola, que chegaram a discriminá-la por saberem de sua história de adoção.

Marina relatou que teve alguns “paqueras” durante sua adolescência, mas apenas um namoro. Casou-se aos dezesseis anos de idade com este seu primeiro namorado, onze anos mais velho do que ela. Segundo seu relato, vivem uma união feliz e tiveram duas filhas que, na época da entrevista, estavam na adolescência.

Entre seus trinta e trinta e cinco anos de idade, Marina empreendeu buscas para encontrar seus pais biológicos: fez inúmeras ligações telefônicas, estabeleceu contato com pessoas via Internet em *sites* de relacionamento e, enfim, conseguiu estabelecer contato com ambos. Primeiro, conseguiu encontrar seu pai, no Estado do Rio de Janeiro, e conhecer, além dele, três dos quatro meio-irmãos frutos do casamento deste pai com outra mulher. No ano anterior à realização da entrevista, Marina havia conseguido encontrar a mãe, que precisou de um tempo, que segundo ela própria lhe serviu para reunir forças e coragem a fim de visitar e conhecer a filha, que reside no interior do Estado.

Ao relatar o momento do encontro com os pais e irmãos biológicos, Marina revela a emoção que não conseguiu conter, sobretudo por estar pela primeira vez com pessoas com as quais se sentia parecida fisionomicamente. Conta ela a respeito dos primeiros contatos com estas pessoas, que quando o pai a tocou, a princípio, pareceu-lhe o toque de um homem qualquer e foi repugnante; com a mãe, conversaram muito por telefone pelo período de aproximadamente seis meses antes de haver o encontro, e com os irmãos, os primeiros contatos geraram nela a sensação de estar na presença de novos amigos. Marina afirma que ainda não consegue sentir que ama esta família biológica: pai, mãe e irmãos, embora já os queira bem. Os pais adotivos, que inclusive a incentivaram a procurar o contato com os pais biológicos, estes sim, segundo sua ela, são alvo de seu mais verdadeiro e caro amor.

Marina se mostra muito realizada em seu contexto de conjugalidade e exercício de parentalidade. Afirmou por inúmeras vezes que o fato de ter sido adotada não influenciou negativamente em seu processo de desenvolvimento, chegando mesmo a esquecer o fato de que é adotada. Atribui ao bom acolhimento dos pais adotivos e ao amor recebido o fato de não sofrer com sua história de abandono e adoção.

Para Marina, **a vivência afetiva na relação com a família biológica (Categoria 1)** era algo que ainda estava em processo de construção até a data da entrevista. Ela havia encontrado seus pais e irmãos biológicos há poucos meses e estado com eles em raras oportunidades.

Após o seu casamento, a mãe adotiva de Marina ofereceu-lhe, com certa insistência, os meios para que ela fizesse contato e conhecesse seus pais biológicos. Embora tenha se recusado a princípio, após o nascimento de suas filhas e movida por aquela mesma curiosidade já discutida nos casos de Selma e Roberta, e que segundo Winnicott (1955, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997) e Levinzon (2004) colabora com o processo de construção da identidade da pessoa, Marina empreendeu seus contatos via telefone e Internet, para conhecer seus genitores. Sobre essa experiência, ela narra:

Após conhecer minha família biológica ... então, eu acho assim, que não me mudou muito. Foi gostoso. Eu acredito assim, que nada é por acaso, eu acho que era para conhecer; eu acho que eu conheci num momento em que a minha cabeça estava madura para conhecer, porque se não, talvez, eu não ficasse centrada, não sei (MARINA).

E especificamente sobre o encontro com o pai e a mãe biológicos:

[...] Com ele assim, num primeiro momento foi um impacto, eu senti, assim, um ... eu olhava assim para ele não tinha aquela, sabe, aquela coisa da emoção. Ele passava a mão no meu braço, como se fosse um homem passando a mão no meu braço que você tem, sabe, uma certa ainda repugnância; assim, né, a palavra certa, eu acho. E sentou lá, contou toda uma historinha, né; que ele era novo para casar, mas ele nunca falou que ele largou ela; você entendeu. Passei o dia lá, foi bem, tudo; ele agradeceu aos meus pais por ter me criado, né; viu as netas, que já estão todas grandes. Aí, minha mãe [adotiva] falou assim para ele:

– Bom, ela conheceu o pai, alguns irmãos; agora, já que ela conheceu o pai, ela tem que conhecer a mãe.

– Então, mas eu não tenho como achar; mas eu vou na cidade vizinha, procuro ... sei que ela tem um irmão lá ... quem sabe ele não dá algum paradeiro dela, lá.

Aí, passou, passou um tempo, ele até veio aqui, ele veio me visitar, ele conheceu minha casa, tudo. Deu uns seis meses, mais ou menos, ele me ligou me dando um número de um celular, que devia ser parente dela [mãe biológica] (MARINA).

Aí nós chegamos, o ônibus já tinha até chego de São Paulo. Assim, não vou falar para você que eu chorei; para ela acho que foi mais emocionante do que para mim. Ela me viu, ela é uma mulher assim, morena; eu tenho muitos traços dela, sabe, a cor de olho, tudo; mas dela do que do pai mesmo, assim, né. E ela chegou, me abraçou, chorou; aí veio aquela conversa, né, dos porquês: por que, que ela me largou? Por que ela era nova, não tinha apoio, a família dele não queria. Na realidade o pai dela e a mãe dela não sabia que ela estava grávida. E quando ele, meu pai né, soube que ela estava grávida, ele vendeu um burrinho e foi embora para São Paulo (MARINA).

[...] Minha mãe adotiva mostrou as fotos de quando era bebê para ela; ela não quis ver, ela viu só algumas fotos; diz que ela falou assim, que isso era uma dor, uma lacuna muito grande; porque ela não me viu crescer, porque ela não trocou as fraldas; aquela dor, né. Hoje assim, mantenho contato com ela sim; converso sempre pelo telefone; ir lá na casa do pai, eu já até passei já um feriado lá, com os irmãos, assim. É contato, né; mas não é aquele contato direto, não; é contato amistoso, de um carinho, de uma amizade que eu conheci ontem; mas ainda não chega, assim, a ser um amor (MARINA).

Vemos que Marina ainda está aprendendo a conviver com a idéia de ter uma família biológica e que não sofreu uma significativa alteração em seu existir a partir

desse encontro, a não ser pelo acréscimo de novas pessoas em seu círculo de relacionamento. A narrativa de Marina a este respeito soou para nós como se ela estivesse colocando a última peça de um quebra-cabeça imenso, mas sem demonstrar grandes emoções pelo fato de ter conseguido montá-lo.

Pode ser que com passar do tempo isso venha a mudar e que os vínculos afetivos entre Marina e sua família biológica se estreitem, mas o fato é que, para nós, sua história evoca uma questão importante, sobretudo para o estudo do tema adoção: a questão do significado do chamado laço de sangue e de seu contraponto, o laço afetivo, que, como sabemos (LEVINZON, 2004; PAIVA, 2004; FONSECA, 2006; CAMARGO, 2006), é algo que ainda se apresenta no imaginário de boa parte da população como sendo um dos mitos pertencentes à cultura da adoção e que atua, de modo direto, na formação de resistências e preconceitos em relação a esta prática de constituição familiar.

A reação de Marina ao encontro com a família biológica nos remeteu aos estudos de Winnicott acerca das experiências de crianças inglesas evacuadas durante a Segunda Guerra Mundial para viverem com famílias residentes em cidades localizadas fora das áreas de bombardeio. Muitas dessas crianças, principalmente aquelas que encontraram em seu contexto de inserção nas famílias substitutas um ambiente suficientemente bom, marcado pela presença de relações afetivas saudáveis e significativas, além das demais formas de suprimento de suas necessidades, escolhiam não retornar às suas famílias de origem, resistindo ao processo de volta ao lar e sinalizando para o desejo de manutenção do vínculo com as famílias com as quais conviveram durante o período da evacuação (WINNICOTT, 2005).

Fazendo alusão a este fenômeno observado e descrito por Winnicott (2005), podemos postular que com Marina, esse processo de “evacuação” durou cerca de trinta e cinco anos, e que durante esse período seu vínculo afetivo com a família adotiva ganhou tamanha dimensão, que superou a força do vínculo biológico-consanguíneo, no sentido de que o primeiro parece ter para ela maior relevância do que o segundo; e se o termo “superou” pode parecer forte demais ou então, ser considerado um equívoco semântico de nossa parte, poderíamos ainda afirmar que o vínculo afetivo construído entre Marina e sua família adotiva, fez com que o vínculo

consanguíneo que esta possui com sua família biológica permanecesse em um segundo plano em termos de importância.

Embora Marina não fale explicitadamente em sua entrevista, ela parece compreender a posição de sua mãe biológica quanto a ter anulado qualquer possibilidade de reencontro com o ex-namorado e pai da criança que ela entregou para adoção, depois de ter sido dissuadida de fazer um aborto, de forma a não ficar com nada que lhe remetesse àquela criatura. Nossa entrevistada sabe que seu pai biológico foi autor de um duplo abandono, ou seja, abandonou sua mãe e a ela (ainda na condição de feto) tendo partido sem nunca mais ter buscando estabelecer contato com nenhuma das duas. O choro e o pedido de perdão do pai, relatado na entrevista de Marina, corroboram tal percepção.

Refletindo sobre o ocorrido com seus pais biológicos na época de sua gestação e justificando o fato de ainda não terem contato entre si, Marina narra:

Aí, eu pensei, eu acho que deve ter sido assim; nunca falei isso para ela, mas às vezes penso assim; que como, acho que ela gostava muito dele; o amor que ela sentia antes, hoje eu sei que é ódio; pensei assim: acho que ela não quis nada que era dele, né; podia ser, mas nem toda mulher fica com aquilo lá. Deve ter pensado: bom, ele não ficou comigo, mas também, não quero nada, nada, nada que venha dele (MARINA).

Outra coisa que nos vem à mente revendo a entrevista de Marina é que para ela não há uma preocupação em unir os pais biológicos, nem tampouco fazer o que fez Roberta, nossa outra colaboradora, ou seja, unir pais biológicos e pais adotivos num grande e amistoso evento familiar. Para Marina, que claramente escolhe estar perto das filhas, do marido e dos pais adotivos, o contato com os pais e irmãos biológicos não estava sendo tão valorizado, nem tampouco representando um significativo impacto, como ela mesma se refere a tal fato:

Mas no dia a dia a minha vida é corrida, e eu esqueço até que eu conheci ela, que eu conheci o meu pai, que eu conheci os meus irmãos, né. É gostoso você saber que tem outros parentes; nisso, veio outras pessoas

que você agrega na família; mas não me mudou, assim, o meu ritmo de vida, o jeito que eu pensava, assim, tem coisas ainda que eu penso, só não falo, mas eu penso. Então, quer dizer, eu acho que eu continuo sendo a mesma menina, assim, calma; agora uma mulher calma também; sabe, não me deixou a abilolada, assim: aí eu conheci a minha mãe, que, que eu vou fazer agora com duas mães? Não. Sabe, fiquei uma pessoa normal; sabe, é porque eles moram longe também; não sei (MARINA).

A vivência afetiva na relação com a família adotiva (Categoria 2) estava bem construída e solidificada, conforme relata Marina:

[...] Para mim é tão normal que eu sou filha da Helena, filha do João; mesmo conhecendo os pais biológicos; eu nunca, nunca: aí Meu Deus, eu sou filha adotiva; aí qualquer coisa, sou filha adotiva; não! Eu falo com as pessoas sobre isso, sem ... não tem o menor problema. Isso não me afeta no meu eu, porque eu não lembro; como eu tive muito carinho de pai e de mãe, isso fez que eu fosse uma filha normal, natural. É muito estranho: a gente fala que eu sou filha adotiva, porque eu estou falando com você sobre isso, mas eu não lembro ... isso é estranho, né. Eu tive um bom lar, uma boa mãe, um bom pai, que me completaram, que me deram o que eu precisava: amor, afeto ... e principalmente, foi de também terem me comunicado desde novinha que eu era adotiva, né; dos meus pais não terem me escondido nada ao longo do tempo; então, eu vim já com a cabeça feita; eu acredito que é por isso que eu me sinto tão segura (MARINA).

Marina faz uma importante síntese de sua vivência com a família adotiva e nos oferece a narrativa de uma experiência que corrobora a teoria de Winnicott, principalmente em relação aos seguintes elementos que compõe o universo da adoção: i) um bom vínculo afetivo com os pais adotivos, que por sua vez foram suficientemente bons e, por assim serem, contribuíram positivamente para o desenvolvimento emocional da filha (WINNICOTT, 1999, 2001), permitindo-lhe um caminhar seguro rumo à independência e à maturidade; ii) a postura dos pais adotivos em terem sido francos, desde o início, sobre o fato de Marina ter sido adotada por eles, deixando-a, inclusive, livre para trilhar os caminhos que poderiam conduzi-la ao encontro com suas origens biológicas, pode ter evitado aquela decepção e frustração decorrentes do “sentimento de ter sido enganada” (WINNICOTT, 1955, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997, p. 132), tão

comum em casos onde a verdadeira origem da criança adotiva é mantida em segredo.

Sobre este tema, “**o segredo na adoção e o impacto da revelação**” (**Subcategoria 4.2**), ratificando o fato de que a boa administração de seus pais em relação à revelação de sua condição de filha adotiva foi positiva em sua história de vida e para a construção de sua identidade pessoal, Marina assim se pronuncia:

E o tempo foi passando ... e a família do meu pai era muito grande; e às vezes a gente freqüentava, né; e eu acho que eu vi as primas grávidas e deveria perguntar por que eu não lembro disso: será que eu nasci assim? Ou, mamãe, eu estava na sua barriga? Não sei como que eu perguntava para ela. Aí, minha mãe falava assim que não, que eu tinha nascido do coração. E eu acho que...eu não me lembro quando caiu essa ficha na minha cabeça, de saber: eu sou adotiva; parece que eu já vim sabendo que eu era adotiva, porque eu acho que ela foi falando e eu fui tendo aquele entendimento, tal. Isso para mim ... se eu falar para você que eu; hoje, né; paro e penso que eu sou adotiva, nunca. Porque sempre eles foram meus pais, assim, integral, amor; eu nunca senti uma diferença; de falar: eu sou isso porque eu sou adotiva, não! (MARINA).

Minha adoção não produz interferências na minha vida; acho que qualquer outra coisa pode produzir sim, mas acho que isso não (MARINA).

A naturalidade com que Marina trata o fato de ter sido adotada e a relevância que atribui ao fato de ter sido adequadamente conduzida por seus pais adotivos rumo à verdade sobre suas origens é novamente trazida à tona em sua fala, agora para explicar sobre como, a partir de sua relação de sinceridade e transparência com os pais adotivos, busca administrar sua relação com as duas filhas adolescentes. Então, sobre seu **exercício de parentalidade (Categoria 5)**, Marina relata:

Minha relação com meus pais, assim, acho que é uma relação normal, assim como eu tenho com as minhas filhas. Mas acredito assim, que eu sou ... porque também, acho que tudo é da sua época e do seu tempo, né ... eu acho que com as minhas filhas, eu faço um método diferente, né; eu sou mais amiga; não que a minha mãe não fosse amiga, ela é; mas às vezes assim, têm coisas que eu sou mais menina com elas. Então, eu quero assim, que elas me vejam como amiga, não só como mãe, né. Mas a

relação é normal também; sabe, nunca as desrespeitei, nunca as xinguei; a gente briga sim, às vezes taca o telefone, mas depois passa (MARINA).

[...] Eu acho que com dezesseis anos, você é meia que menina ... vai assim, muito ... eu era uma criança, né; eu me via assim, uma criança. E morei um pouco com a minha mãe adotiva, morei com ela; me ajudou bastante, eu acho que nessa parte de cuidar de criança; mas ela deixava também muito por mim, porque eu também tinha que criar responsabilidade. Quanto à Jade ... não trabalhei nem um minuto fora; era assim mãe, de pegar na escolinha, ir em reunião; quer dizer, fui mãe período integral.

Aí, aos vinte e dois, eu tive a Jéssica; aos vinte dois anos. Aí, aos vinte e dois anos eu acho que a ficha já deve ter dado uma caída, sabe; eu lembro até hoje que eu falei assim:

__Meu Deus, eu com vinte e dois anos, duas filhas, e agora, né?

Então, eu acho assim, que você tem seus dezesseis, sempre falo você não está mais pensando aos vinte, e assim vai; graças a Deus, que a gente é fácil de mudar as idéias, né. Mas também, mãe dela também vinte e quatro horas, a mesma coisa.

Sei lá, eu acho que ... eu me vejo assim, se for numa escalinha, acho que oitenta por cento eu estou bem posta para ser mãe delas, assim. Falo, converso ... desde que elas nasceram eu me dedico exclusivamente a elas; nunca fui de bater, nunca fui de fazer nada errado; eu acho que conversar é tudo. Eu sou meia assim ... às vezes brava, agressiva, às vezes alguma coisa assim; mas nunca ... com elas nunca.

Não tem nada que eu relaciono ao meu exercício de maternidade com o fato de eu ser adotada, pelo fato de não lembrar, realmente, que eu sou uma filha adotiva; como eu já falei, eu nem lembro disso (MARINA).

Segundo Winnicott (2008, p. 215) “a mãe não precisa ter uma compreensão intelectual de sua tarefa, uma vez que está preparada para a mesma, em sua essência, pela orientação biológica em relação ao próprio bebê”. O fato de ser devotada ao seu bebê (amá-lo), somado ao fato de ter tido uma boa mãe e um bom pai, e de ter sido criada, portanto, num ambiente suficientemente bom, é mais responsável por sua maternagem suficientemente boa do que seu conhecimento autoconsciente ou do que pode ter recebido de instruções via pediatras, enfermeiras, etc. ou ainda lido em livros (WINNICOTT, 2005). Sobre este tema ensina-nos Winnicott (2006, p. 84):

É claro que a mãe também já foi um bebê, uma experiência que está localizada em alguma parte do seu ser, onde encontra-se o conglomerado de experiências no qual ela própria partiu de uma situação de dependência e adquiriu autonomia aos poucos. Além disso, ela brincou de ser bebê, assim como brincou de ser pai e mãe; regrediu a um comportamento de bebê nas ocasiões em que ficou doente, e talvez tenha observado sua mãe cuidando dos irmãos mais novos. Ela pode ter aprendido a cuidar de bebês, e talvez tenha lido livros, formando as suas próprias idéias a respeito da forma correta ou errada de lidar com eles. É claro que os hábitos locais a

afetam profundamente, e ela pode reagir ou sujeitar-se a eles, ou buscar o seu caminho, como uma pessoa independente ou pioneira.

Marina relata que, apesar de sua relação com os pais adotivos poder ser considerada uma relação normal, aplica em seu exercício de parentalidade, métodos diferentes daqueles que foram aplicados por seus pais; afirma buscar ser para as filhas uma amiga, além de mãe. Entendemos que Marina está, na verdade, dizendo que seu exercício de parentalidade é um exercício criativo, por ela protagonizado e/ou adaptado, mas que toma como base sua própria experiência de filiação e o modelo de parentalidade exercido pelos pais adotivos.

Poderíamos aqui fazer várias divagações em torno do papel parental e de como ele se difere do papel fraternal ou de uma amizade, afinal, mãe é mãe, amiga é amiga, e ser as duas coisas ao mesmo tempo implica no risco de criar uma identidade difusa, sobretudo para os filhos, a partir da qual limites passam a ser difíceis de serem estabelecidos. Mas o fato é que Marina, não em negação ao modelo de mãe e de pai que teve, mas num sentido de aprimoramento de tal modelo, se expressa desejosa de ser uma mãe diferente daquela que teve. Não menos ou mais amorosa, não mais ou menos rígida, mas sim mais próxima, ou em suas próprias palavras: “mais menina”.

De fato, para nós que estivemos frente a frente com esta colaboradora e suas filhas, fica-nos mesmo a impressão de que se parecem irmãs: Marina tem dezesseis anos de diferença em relação à filha mais velha e vinte e dois anos em relação à segunda. O pai, que é onze anos mais velho que ela, este sim, parece ser (o) pai das três. No vestir e no falar as três mulheres da casa parecem fazer parte de uma mesma geração.

Em certo ponto de nossa reflexão perguntamo-nos: seriam estes sinais de regressão, imaturidade ou tentativa explícita de construção de uma identidade jovial? Nossa resposta foi: não. Estávamos mesmo diante de uma mulher adotada adulta e mãe, aparentemente muita liberada e sã, do ponto de vista emocional; buscando construir um modelo de parentalidade diferenciado, mas condizente com seu tempo e espaço, ou seja, com o momento sócio-cultural de sua inserção tempo-espacial;

como definiu Winnicott (2006): uma mãe buscando seu próprio caminho de forma independente ou pioneira.

Depois de termos estado na companhia de nossas colaboradoras – mulheres adotadas que se tornaram mães, vamos agora dar voz e vez aos nossos colaboradores – homens adotados, que, adultos se tornaram pais. Somando suas experiências, analisadas à luz da psicanálise winnicottiana, esperamos compreender melhor este fenômeno da parentalidade de adultos adotados.

4.2. A voz e a vez dos homens adotados e pais

4.2.1 Pedro (Colaborador 2)

Na data da entrevista Pedro, casado e pai de três filhos, contava 63 anos. Foi adotado ainda recém-nascido e a verdade sobre sua origem e adoção foi mantida em segredo até seus vinte e um anos de idade, quando descobriu o fato de forma não intencional, ou seja, por meio de terceiros, conforme relata. Por esta razão, Pedro afirma que sua história de vida se divide em dois capítulos: o antes e o depois da descoberta de sua verdadeira origem.

A mãe do Pedro, impossibilitada de gerar seus próprios filhos por questões de saúde, decidiu junto com o marido pela adoção. Assim sendo, mudaram de cidade, lá realizaram a adoção do pequeno Pedro e quando julgaram possível o regresso à cidade de origem o fizeram, evitando assim que qualquer pessoa da comunidade local pudesse ter notícias ou indícios de que a vinda da criança para aquele casal tratava-se de uma adoção e não de um processo de filiação biológica. Tomando esses cuidados, o casal acompanhou o desenvolvimento do filho, cuidando dele e educando-o sem a interferência do que julgavam poder se constituir em problemas, ou seja, o fato de Pedro saber-se adotado, bem como de aqueles que com ele

conviviam (família extensa, comunidade, etc.) tomarem conhecimento da verdadeira origem dele.

Muito embora Pedro tenha o registro de percepções quanto a certa diferença de tratamento entre ele, os primos e outros membros da família extensa, somente no início da vida adulta foi que conheceu sua história de abandono e adoção, o que lhe causou um impacto emocional severo, remetendo-o, conforme sua narrativa, ao alcoolismo, ao abandono da faculdade em seu último semestre, ao término de um namoro, que certamente resultaria em casamento, e à rebeldia, sobretudo na relação com o pai adotivo, a quem no princípio culpou pela omissão do fato. Eis um fragmento de sua fala abordando esta vivência:

E isso causou mal pra quem? Pra mim! Destruí o futuro meu ... me jogou ao chão. Quando eu estava quase no ápice, tive que abandonar tudo. [...] e eu chorava que nem criança, mas chorava muito. Pra mim o mundo tinha caído. Pra mim o mundo caiu. Eu falava: Eu não sou ninguém. Ninguém me quer, ninguém me aceita (PEDRO).

A vivência do casamento emerge do relato de Pedro como um elemento extremamente significativo em sua história de vida. Ele se encontra vivendo, há mais de vinte anos, em regime de separação de corpos, ou seja, reside na mesma casa que a esposa, mas não há convivência conjugal, a não ser no que se refere ao cuidado dos filhos e administração da vida doméstica. O fato desencadeador de tal situação foi uma relação extraconjugal vivida pela esposa, o que para ele representou uma segunda decepção: “[...] ela teve uma desventura aí e pra mim o mundo acabou também” (PEDRO).

Após saber acerca de sua origem, Pedro teve a oportunidade de conhecer sua mãe biológica, ainda viva até a data da entrevista. Relatou saber onde ela reside e saber, inclusive, quanto a seu estado de saúde. Contudo, sinalizou para o fato de que o não relacionar-se com a mãe biológica é algo que depende apenas de sua vontade, afirmando e demonstrando claramente não possuir interesse algum em tal vínculo.

Pedro encerra sua narrativa falando da relação com os pais adotivos e de coisas que gostaria de ter feito na vida, mas que não pode, devido à própria história e às circunstâncias dos fatos ocorridos. Com a chegada da maturidade, afirma ter compreendido as escolhas feitas pelos pais em relação à sua “adoção secreta”, visto que na época em que tudo se sucedeu, era o que se podia fazer de melhor e a escolha por omitir o fato se deu em benefício do próprio filho que, se conhecido como “adotivo”, poderia sofrer com os efeitos da discriminação social resultante dos preconceitos relacionados à adoção. Embora tivesse pensado inúmeras vezes em deixar a família adotiva, não o fez, tendo tornado-se, posteriormente, o cuidador dos pais, que em idade avançada adoeceram e tornaram-se dependentes dele.

Sobre a **vivência afetiva na relação com a família biológica (Categoria 1)** assim se expressa este nosso colaborador:

_ Fala a verdade pra ele. Fala onde mora a mãe dele ...
 Ela mora aqui perto. Nisso ... faz quantos anos já? Faz quase quarenta, uns trinta e poucos anos e eu nunca fui ver quem era a minha mãe legítima. Eles falavam assim:
 _ Vai ver sua mãe.
 _ Eu não vou.
 _ Por que você não vai?
 _ Não vou.
 _ Mas ela tá velhinha já.
 _ Pior ainda. Não vou. Se ela me rejeitou, porque que eu vou vê-la agora? Eu não quero. Eu não quero. Ela viu eu quando eu nasci e eu vi ela quando eu nasci, mas não sei quem que é e não quero saber. Eu não quero. Deixa do jeito que está. [...] Minha mãe biológica, que eu não quero ver, era solteira e ficou grávida de um sargento do exército que se mandou ... o cara já morreu, já deve ter morrido, ou se não morreu deve estar pra morrer ... deve ter uns noventa anos. Mas não vou vê-la não. Eu penso assim: e o impacto que ela vai ter? Eu não quero. Eu não quero sofrer outra vez. Não quero. O que passou, passou, acho que assim tá bom ... amadureci (PEDRO)³⁷.

A relação de Pedro com sua família biológica, ou melhor com um dos membros de sua família biológica – sua mãe, no caso – é uma relação de afastamento, de negação do encontro, ou seja, uma não-relação; ele sabe onde a mãe mora, sabe que ela está já velha, passa à frente de sua casa, mas resiste em

³⁷ Este fragmento da entrevista de Pedro, refere-se ao diálogo ocorrido entre ele e seus tios (adotivos), no momento que Pedro buscou-os para esclarecer questões acerca de sua origem, já que escolheu não falar desse assunto com os pais adotivos.

apresentar-se como filho. Entendemos que ao negar conhecê-la, que ao evitar uma aproximação que poderia culminar com o estabelecimento de trocas afetivas, nosso colaborador sinaliza para a existência de um afeto que se interpõe entre ele-filho e ela-mãe. Entendemos que Pedro atualiza (ou revive) nesse momento e com essa decisão todo o seu sentimento de rejeição e ódio, um pouco do qual já era sentido e percebido por ele, embora não fosse ainda compreendido, pois como relata em sua entrevista, se sentia “diferente” na relação com os primos e demais familiares. Assim, somente quando lhe é revelada a verdade sobre sua adoção é que, como ele mesmo narra, as “coisas” passam a lhe fazer sentido.

Segundo Winnicott (2005), amor e ódio estão muito próximos no universo emocional dos seres humanos. Amor e ódio são diferentes porque o amor, até certo ponto, é o não-ódio e o ódio é o não-amor. Assim, uma relação de proximidade entre duas ou mais pessoas, sejam pais e filhos, irmãos, amigos, esposo e esposa, etc., estará sempre intermediada pela dialética amor-ódio, no sentido de que: quanto mais amor, provavelmente mais proximidade (vínculo) e gratificações resultantes da relação entre as pessoas; quanto mais ódio, provavelmente mais afastamento (distanciamento) e ausência de gratificações. Outras experiências emocionais como a raiva e a agressividade, por exemplo, estão diretamente ligadas à possibilidade de as pessoas poderem ou não fazer escolhas em relação ao nível de proximidade ou afastamento que desenvolverão em suas relações, bem como o nível de maturidade que possuem para administrar essas relações.

Winnicott (2005, p. 93-94) afirma que

amor e ódio constituem os dois principais elementos a partir dos quais se constroem as relações humanas. Mas o amor e ódio envolvem agressividade. Por outro lado, a agressão pode ser um sintoma de medo. [...] De todas as tendências humanas, a agressividade, em especial, é escondida, disfarçada, desviada, atribuída a agentes externos, e quando se manifesta é sempre uma tarefa difícil identificar suas origens.

Identificamos em vários momentos do relato de Pedro, expressões de agressividade – talvez a primeira delas já subjacente ao “não” que ele dá à sua mãe

biológica quando rejeita a idéia de ir a seu encontro e estabelecer com ela uma relação. Outras se dirigem à ele próprio (autoagressão) e ao pai adotivo, quem responsabiliza pelo segredo em torno de sua adoção e pelos prejuízos que lhe causaram a revelação tardia.

A vivência afetiva na relação com a família adotiva (Categoria 2) foi assim descrita por Pedro:

[...] a mãe trata o ... a pessoa que adota o nenê, como se fosse dela, porque a mãe é muito mais ligada ao filho do que o pai ... não existe pai que é mais ligado ao filho do que a mãe, não existe. [...] Meus pais morreram sem saber que eu sabia ... os dois faleceram sem saber que eu sabia que eu era adotado. Eu não quis magoar eles, porque eu fui amadurecendo. [...] e no fim eu carregava o meu pai como se fosse um filho meu: pegava no colo! Meu pai tinha problema de diabetes e era cardíaco, pegava ele toda semana pra levar pro médico, ia pescar levava ele pro Mato Grosso, cuidava da comidinha dele lá, que não podia ser muito salgada ... fazia pra ele o que eu fazia para os filhos. Ia pro sítio acompanhar ele ... o que ele pedia pra fazer eu que levava ele pra fazer. Com a minha mãe, mesma coisa! Ela morreu com noventa e poucos anos. Não quis magoar eles ... (PEDRO).

Percebemos na fala de Pedro que sua relação afetiva com a família adotiva se define pela presença do cuidado, do respeito e da gratidão. Sabendo-se adotado tardiamente, não quis magoar os pais contando de sua ciência em torno da questão “adoção” que, como ele mesmo narra, fora tão cuidadosamente mantida sob sigilo.

Essa qualidade de vínculo já discutida anteriormente à luz do conceito de falso *self* (WINNICOTT, 1987) é denominada por Lifton³⁸ (1994, apud LEVINZON, 2004, p. 113) de “*self* artificial ou o bom adotado”, ou seja, o filho esforça-se ao máximo de seu potencial para enquadrar-se no esquema psicológico da família adotiva ou do grupo social ao qual pertence e, geralmente, o faz almejando evitar confrontos ou se mostrando para os outros (pais, irmãos, demais parentes, professores, etc.) o que ele imagina que estes outros esperam dele, ainda que em detrimento de seus verdadeiros desejos.

³⁸ LIFTON, B. J. *Journey of the adopted self: a quest for wholeness*. New York: Basic Books, 1994.

A experiência de saber-se ou sentir-se “abandonado” (Categoria 3) e os significados vinculados a tal vivência, emergem na narrativa de Pedro como a justificativa por ele encontrada, após ter tomado conhecimento tardio de seu abandono e adoção, para o fato de sentir-se, ao longo de sua vida de inserção em família substituta (adotiva), “diferente” em relação a outros membros e igualmente “diferente” dentro de sua inserção na sociedade. Vejamos o que sua narrativa revela:

A cidade ... como é que eu vou falar? ... a cidade sabia ... então afastava. Por exemplo, você tá em cinco, eu e meus primos; ficava os quatro primos junto e eu acabava de fora ... eu ficava de fora. O que é que eu ia fazer? Era sempre assim! Aí eu encostava num barzinho e ficava bebendo ... o que é que eu ia fazer? Não tinha como! Eu comecei namorar fora, não namorei aqui. Eu ia namorar em Ponta Grossa, Londrina, Maringá ... fora! Aqui eu não namorava. Era a sociedade. Eu vivia dentro da sociedade e não podia sair da sociedade, tanto é que eu sou casado com “essa daí” porque o pai dela era pipoqueiro, se eu fosse procurar na “sociedade”, eu não ia arrumar mulher nenhuma (PEDRO).

A sensação de não encaixe e/ou de não pertencimento, nos parece ser o significado mais relevante nessa fala de Pedro. Comparando-se aos demais membros de seu grupo familiar, Pedro já não se sentia em igual condição de inserção na família e na sociedade, mesmo antes de lhe ser revelada sua história da adoção. E parece-nos que ao saber-se adotado e vítima de uma rejeição e abandono por parte da mãe biológica, Pedro passa a comportar-se de maneira fugidia, de certa forma adotando o mesmo padrão de comportamento de seus pais quando se mudaram de cidade para realizar sua adoção – Pedro também sai da cidade para buscar um relacionamento num lugar onde provavelmente não sentia a necessidade de se apresentar como adotado. E quando decide fazê-lo, ou seja, quando decide assumir sua condição de adotado, não o faz no grupo social a que pertence sua família adotiva, mas busca uma parceira que ele mesmo, também preconceituosamente, julga ser inferior, no caso específico, “a filha de um pipoqueiro” (PEDRO). Vale ressaltar que Pedro foi adotado por uma família extremamente tradicional na cidade onde morou a maior parte de sua vida; uma família de co-fundadores da cidade e que ali detinha inúmeras propriedades; assim,

o que por um lado parecia poder colocá-lo numa condição de privilégio sócio-econômico, por outro, gerava em Pedro a forte sensação de que era “diferente”.

Saber-se adotado e, portanto, herdeiro de uma história de rejeição e abandono, também suscita para muitos, principalmente adolescentes e adultos, questionamentos como: “por que fui dado para adoção” ou ainda, “fui amado antes de ter sido dado?” (LEVINZON, 2004, p. 71). Não obter respostas adequadas para estas perguntas, seja pela ausência de interlocutores capazes de esclarecimentos qualitativos, seja pela dúvida quanto à adoção – já que para muitas pessoas adotadas esta condição reside no imaginário apenas como uma hipótese não aprofundada – significa, muitas vezes, a experiência de uma ferida narcísica que danifica a autoestima e a autoimagem, fazendo com que o adotado não se apresente nas relações com o outro e com o mundo como merecedor ou digno de obter para si o melhor dessas relações, ou seja, o prazer e as gratificações tanto possíveis quanto necessárias para uma vida psíquica saudável.

Embora Pedro nunca tenha falado com os pais adotivos sobre sua adoção, conheceu esta realidade através de um tio a quem consultou, interessado em saber um pouco mais sobre sua origem. Assim narra este fato – **Adoção (Categoria 4)**:

[...] Então veja bem: uma família tradicional, fundadores da cidade, a primeira casa que existiu aqui foi do meu avô. “Meu avô” ... hoje eu falo meu avô, certo. Então uma família muito tradicional. Eles vieram oriundos do Paraná. Vieram pra cá e constituíram família aqui. Começaram a se casar primo com primo porque não tinha ninguém na cidade. A família aumentou ... então ficou mais tradicional ainda, mais firme. Então meu pai e minha mãe que não podiam ... minha mãe que não poderia ter filhos, porque fez uma cirurgia muito grande, adotaram eu. Mas a coisa naquele tempo era feita tão escondida, não podia se manifestar, que meu pai foi pra Curitiba ... se transferiu pra Curitiba como diretor de ensino público, pra me adotar lá em Curitiba, registrar lá e vim pra cá para o pessoal da cidade não desconfiar que eu fui adotado ... pra que eles pensassem que eu era filho da minha mãe, mulher dele, né. Olha como é que foi a coisa! (PEDRO).

O relato de Pedro sobre como se deu o processo de sua adoção, é aqui apresentado para ilustrar e dar materialidade à discussão já feita no Capítulo I deste nosso trabalho, quando, então, nos debruçamos sobre a questão da cultura da

adoção no Brasil. Sua fala dá *status* de verdade ao que lá foi exposto e discutido, sobretudo no tocante aos efeitos dessa cultura sobre o modo como, em alguns casos, as famílias procediam e ainda procedem em relação à adoção de crianças e a decisão pela manutenção do segredo através do pacto sócio-familiar. Fica nítido, através do esforço dos pais adotivos de Pedro, o porquê de uma criança, principalmente naquela época, não poder ser adotada tardiamente, pois não só a adoção precisava ser realizada escolhendo-se uma criança recém-nascida como tal procedimento deveria ser feito longe da família extensa dos adotantes.

Este, portanto, não é só um capítulo na história de vida de Pedro, mas é um pequeno recorte do cenário que historicamente vem se apresentando como pano de fundo das práticas e políticas de colocação de crianças em famílias substitutas no Brasil. Pedro foi adotado por uma família que cumpriu as regras do jogo da adoção de uma determinada época (cultura da adoção). Ele é, ou foi, portanto, uma criança de certa forma privilegiada, não obstante as dificuldades que a vida lhe apresentou.

Os **significados da adoção (Subcategoria 4.1)** para Pedro são assim apresentados em sua entrevista:

[...] Adoção, eu acho, tem que sentar e falar. Não pode esconder! Porque você saber pelos outros é pior, é bem pior, entendeu. É a mesma coisa de você estar namorando uma moça que se engraça por outro rapaz e aí ela chega pra você e fala: olha eu não vou ficar mais com você porque gosto de outro. Agora se outro lhe fala disso, você já passa pro lado da traição e passa a odiar. Então não adianta ... adoção tem que ser ... eu acho, pelo ponto de vista meu e pela idade que eu tenho ... tem que ser aberta, não pode ocultar não (PEDRO).

Pedro é muito claro em sua posição, a qual está totalmente assentada sobre sua experiência pessoal: a adoção não pode ser escondida. Winnicott (1955, apud SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997) e Levinzon (2004), entre muitos outros autores e pesquisadores do tema (na abordagem psicanalítica ou fora dela), são unânimes em afirmar que é importante para a criança o acesso à verdade sobre sua origem e história de vida.

Para o psicólogo e escritor Schettini Filho (1999, p. 65),

Ser decepcionado por uma pessoa de confiança talvez seja o maior abalo emocional da experiência humana. Confiança e entrega são o lastro sobre o qual se constrói o lado saudável da vida. Em oposição à confiança está o segredo. Sem confiança a convivência entre as pessoas se torna uma farsa e, por consequência, agressão e injustiça. Manter em segredo as coisas que estão ligadas à vida é decretar, aos poucos, morte e destruição.

Winnicott, afirma a esse respeito:

É absolutamente necessário que as crianças adotadas sejam informadas sobre os fatos da vida. Outras crianças podem pescar uma coisa aqui e outra ali, e trabalhar com a imaginação e o mito; as crianças adotadas precisam receber respostas completas e ser ajudadas a fazer as perguntas certas (WINNICOTT, 1955, apud SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997, p. 133).

Ao pontuar que a adoção precisa “ser aberta” e “não oculta” e ao comparar a situação do segredo na adoção com o segredo em situações de traição conjugal, Pedro une duas importantes experiências de se seu existir para dar significado ao que sente: foi traído.

Vale pontuar que em nenhum momento de sua entrevista, Pedro dirigiu à prática da adoção qualquer significado considerado negativo; tampouco demonstrou-se contrário a ela. Pedro condiciona sua aceitação da adoção enquanto prática de colocação de crianças em família substituta, ao fato de poder haver transparência, verdade e abertura quanto à comunicação para a criança sobre sua origem. Pensamos que com esta postura, Pedro quer evitar que aconteça com outra criança adotada o mesmo que aconteceu com ele, ou seja, essa sensação de frustração e de traição decorrente da escolha dos pais de manter segredo em torno de sua adoção.

O segredo na adoção e o impacto da revelação (Subcategoria 4.2) fazem-se presentes na narrativa de nosso colaborador em vários momentos. Selecionamos o fragmento a seguir de sua entrevista, por acreditamos que nele Pedro veicula os mais importantes significados de sua vivência em relação a este tema:

_ Ei, você é filho do Moacir.

A mulher falou:

_ Ah! Ele é o filho adotado ... que o Moacir adotou.

Bum! O mundo pra mim acabou. Parei assim e fiquei. Fiquei firme né, o que é que eu vou fazer ... tive que segurar as pontas. Fiquei lá, trabalhei lá por uma semana. Eu tinha de vinte para vinte um anos. Certo? Era pra eu ter formado novo. Aí eu fiz aquilo lá, trabalhei lá por uma semana, vim embora, fui pra faculdade, fiz o relatório, entreguei, no final de semana eu fui pra casa sozinho. Cheguei lá e já cheguei mudado. Aí começou ... a cabeça minha começou a passar aquele filme de tudo o que aconteceu pra traz: por quê? Por que que quando reunia meu avô com os filhos e os netos que éramos nós, porque que os netos sempre quando tinha uma coisa eu ficava por último ... sempre quando tinha uma coisa eu ficava por último. Sempre quando chegavam os parentes de São Paulo, afastavam e eu ficava isolado? Por quê? [...] Só que de lá pra cá eu comecei a ficar magoado. Comecei a descobrir porque pisavam em mim (PEDRO).

Em outros fragmentos da narrativa de Pedro ele afirma ter se envolvido com o álcool de forma perigosa e comprometedora de sua saúde, ter interrompido a faculdade no último semestre, ter encerrado um namoro que julgava importante e promissor e iniciado uma etapa de sua vida marcada pelo autoisolamento em relação à família extensa adotiva, que o fazia sentir-se “diferente” e, de certa forma, discriminado: “Aqueles que tentaram me rechaçar, eu passei por cima, aqueles que me criaram eu idolatrei, porque sem eles eu não estaria aqui hoje” (PEDRO).

Segundo Levinzon (2004, p. 50),

o adotado que só descobre a sua adoção no fim da adolescência ou na idade adulta muito provavelmente experencia sentimentos profundos de traição e dor. Se algo tão fundamental e básico como o relacionamento entre a criança e os pais está baseado em mentira, então tudo mais é falso.

Este sentimento de traição produz, na maioria das vezes, um efeito importante e, infelizmente, negativo sobre a relação do filho adotado e seus pais adotivos. Pode haver situações de forte agressividade, de acusações, manifestações por parte do filho adotado quanto ao desejo de ir embora da casa dos pais adotivos em busca de sua família biológica, ou seja, um ataque psicológico e moral a eles, hipoteticamente, por considerar a família ou pais biológicos melhor (em vários sentidos) do que os pais e a família adotiva.

Listamos a seguir alguns dos motivos que levam os pais adotivos a optarem pelo segredo em relação à origem e história de vida dos filhos adotivos (SCHETTINI FILHO, 1999; CAMARGO, 2006):

- é quase sempre resultante da insegurança dos pais quanto a discriminação social que pode ocorrer em relação a eles (pais), que são normalmente marcados pela a infertilidade, ou medo de que o próprio filho, pela condição de adotado, também possa sofrer discriminações, tal qual se verifica na história de vida de Pedro;
- evitar que haja atitude ou sensação de rejeição ou diferença entre os irmãos de uma mesma família, onde então convivem filhos biológicos e adotivos;
- medo ou preconceito quanto ao possível vergonhoso e trágico passado da criança adotada que pode ter sido vítima de negligências, violências e/ou até de um abandono marcado, de certa forma, pela crueldade³⁹;
- medo de que o adotado, ao saber de sua origem biológica, opte, quando adolescente ou adulto, por deixar a família adotiva em busca de uma oportunidade de viver com seus pais ou irmãos biológicos;
- medo de serem alvo de processo crime quando optaram pela modalidade de adoção à brasileira;
- dentre outros fatores que se desdobram frente às particularidades de cada família e que são impossíveis de serem categorizados.

³⁹ Referimo-nos aos inúmeros registros de abandono de criança ocorridos em lugares ermos ou de alto risco à vida destas, tais como: latas de lixo, banheiros públicos, rodovias, bueiros, matagais e até mesmo lagoas, como pudemos verificar através de levantamento realizado entre os anos de 2006 e 2009, em sites de jornais brasileiros. O quadro-síntese desse levantamento, indicando o título das manchetes publicadas nos jornais pesquisados, a data da ocorrência e suas respectivas fontes de acesso, encontra-se em Anexo (DOC 5).

Muito embora Pedro tenha experimentado uma fase de revolta, sobretudo em relação ao pai, este pode, por meio do próprio processo de amadurecimento, dar novo significado à escolha feita pelos pais em relação à manutenção do segredo sobre sua adoção, compreendendo que se assim o fizeram, estavam motivados por efeitos de uma cultura delimitada por um tempo e espaço onde “assim se devia proceder”. É o que podemos ver nestes fragmentos da fala de Pedro:

[...] Cheguei lá e já cheguei mudado. Aí começou ... a cabeça minha começou a passar aquele filme de tudo o que aconteceu pra traz: por quê? Por que que quando reunia meu avô com os filhos e os netos que éramos nós, porque que os netos sempre quando tinha uma coisa, eu ficava por último ... sempre quando tinha uma coisa eu ficava por último. Sempre quando chegavam os parentes de São Paulo, afastavam e eu ficava isolado? Por quê?

[...] Aí eu comecei a ficar revoltado ... revoltado com essa situação. Porque eu achei o seguinte: porque que os meninos, as crianças sabiam, naquele tempo, e porque que só eu não podia saber? Se eu tivesse sabendo das coisas meu comportamento seria outro ... eu próprio já me afastaria deles quando eles fizessem uma reunião e se eles não quisessem que eu me aproximasse. Mas eu não entendia o motivo porque eu sempre era deixado de lado, sempre de lado, sempre de lado. Eles não me consideravam parte da família e até hoje eles ainda não consideram. Os tios consideram, mas os primos ainda são meio arredios, entendeu. Mas eu venci na vida, formei minha filha, encaminhei o outro filho e não tenho vergonha não ... e se pudesse fazia tudo de novo ... Bom, mas naquele tempo então eu me revoltei e me entreguei na cachaça.

[...] Com a mãe o filho se apega muito ... então com minha mãe tudo bem, mas eu comecei a me revoltar contra o “velho”, porque eu achava que a culpa era do velho de não ter falado pra mim. Porque ele escondeu? Porque ele falou pra minha mãe esconder?

[...] Mas hoje eu entendo ... não são eles, foi a época! A sociedade ditava que fosse assim, porque se fosse constatado que eu era pego pra criar, ele seria rechaçado pela sociedade e como ele vivia no alto da sociedade, ele teve que esconder essa adoção (PEDRO).

A compreensão de Pedro em torno da existência de uma cultura da adoção, que ditou e ainda dita regras, como aquelas as quais seus pais optaram por aderir, permitiu não só uma reconciliação entre pai-mãe-filho, do ponto de vista subjetivo, como também uma disponibilidade psíquica presente em Pedro para tornar-se o cuidador dos pais durante sua velhice e adoecimento, o que verdadeiramente fez até a morte de ambos.

Para analisarmos a **Categoria 5 – Exercício de parentalidade** – presente de forma significativa na entrevista que nos foi concedida por Pedro, precisamos considerar um fato de grande relevância que mudou o curso de sua vida conjugal e cujos efeitos interferiram sobremaneira em sua relação com os filhos. Vejamos como ele introduz tal fato:

Sobre a minha experiência de pai, de paternidade né, tem uma interferência muito grande, porque, a vida minha, eu entendo conjugada com mulher e filhos. Não existe a minha vida, existe eu, a mulher e os filhos ... aí aconteceu outra coisa com a mulher, e aí já é outro sentimento que eu passei para os filhos, porque a parte que eu ia dar lá eu dei tudo pra cá ... ela teve uma desventura aí e pra mim o mundo acabou também (PEDRO).

Após o nascimento do terceiro filho do casal, Lourdes envolveu-se numa relação extraconjugal. Pela forma com que nosso colaborador se refere ao fato, permitimo-nos pensar numa segunda experiência de rejeição, traição e frustração sentida por ele, já que afirma: “pra mim o mundo acabou também” (PEDRO, grifo nosso); provavelmente fazendo menção ao ocorrido em sua relação com os pais adotivos.

Quando veio à tona a relação extraconjugal da esposa, Pedro separou-se dela judicialmente. Porém, como já tinham três filhos e por que a esposa fez veementes solicitações quanto à possibilidade de ficar perto dos filhos, a separação judicial foi anulada, muito embora a relação de conjugalidade tenha deixado de existir, sobretudo no campo da sexualidade, como vemos a seguir:

[...] Aí eu passei ... todo amor que eu tinha, eu passei pros três filhos ... então no mundo é eu e os três filhos ... eles são tudo pra mim, depois vem ela. Até hoje: são os três filhos, depois vem ela. Não maltrato, não piso, trato bem, faço tudo o que eu posso, mas é eu e os três filhos. Ela é uma irmã que eu tenho dentro de casa (PEDRO).

Julgamos importante antes de iniciarmos a análise e discussão dessa vivência, bem como dos significados que a compõem, considerar todo o exposto anteriormente sobre a história de vida de Pedro, em especial a primeira grande decepção sofrida por ele: a revelação tardia de sua adoção.

A seqüência de eventos posteriores a esta revelação tardia (a interrupção da faculdade em seu último semestre, o alcoolismo, o término de relacionamento afetivo [namoro] e a revolta, descritas por ele) nos permite postular que, embora já adulto, Pedro se viu tomado por fragilidades em sua estrutura emocional que certamente o tornaram ainda mais sensível à experiência de frustração. Isto posto, podemos compreender como Pedro se sentiu frente à relação extraconjugal de sua esposa: uma segunda traição. Em síntese: Pedro teve sua origem e história de vida omitida pelos pais e quando se tornou ciente de que era um filho adotivo sentiu-se traído; mais tarde, após o seu casamento e o nascimento dos filhos, a esposa vivencia uma relação amorosa fora do casamento, fato sentido por Pedro como uma segunda traição e, certamente, fonte de uma nova e potente frustração.

Na literatura científica produzida por pesquisadores do tema, a infidelidade é uma das mais difíceis situações para se enfrentar numa relação conjugal e suas ressonâncias podem trazer tanta dor psíquica aos envolvidos, que a convivência conjugal se torna insuportável, fazendo com que muitas relações/casamentos tendam à dissolução (IMBER-BLACK, 1994; AGOSTINHO; SANCHEZ, et al., 2002; ZAMPIERI, 2004; SCABELLO, 2006).

Segundo Scabello (2006, p. 331),

a dor psíquica desencadeada pela infidelidade do(a) parceiro(a) desvela também a manifestação de sintomas refletidos em dores psicogênicas que revelam além da 'culpa' e do ressentimento, sentimentos como menos-valia, impotência, insegurança, mágoa, ressentimento, solidão, abandono, rejeição, falta de apoio familiar e social e falta de perspectiva futura, bem como a projeção da dor psíquica no(a) parceiro(a).

Pedro relata que a experiência de relação extraconjugal, ou seja, a infidelidade da esposa, remeteu-o a uma situação de grande desalento e, portanto, à busca de alternativas jurídicas para a resolução de seus conflitos:

[...] Então aconteceu assim: primeira vez eu agüentei, a segunda eu agüentei, mas a terceira não teve mais não ... eu me separei judicialmente, fiz um boletim de ocorrência, fomos chamados lá ... separei ... (PEDRO).

Lourdes foi quem saiu de casa e Pedro ficou com a guarda dos três filhos, residindo na casa que já lhe pertencia. Não ficou claro em seu relato por quanto tempo ficaram separados judicialmente, nem se Lourdes foi morar com seu novo parceiro ou se, por exemplo, retornou à casa de sua família de origem. Fato é que passado um tempo, Pedro e Lourdes renegociaram a condição de separação, como se verifica a partir do seguinte fragmento de sua entrevista:

[...] E chora, e chora, chora, chora, e vai, e vai, manda falar que quer ver os filhos, que quer ficar perto dos filhos. Quer ficar bem filha? Fica aí ... a casa é sua, o tempo que você quiser, até você morrer, pode cuidar dos seus filhos, mas é você e seus filhos, eu sou uma pessoa a parte (PEDRO).

Após ter recuado na decisão pelo divórcio, Pedro aceita sua ex-esposa de volta ao lar na condição de que esta cumpra apenas o seu papel de mãe das crianças, pontuando claramente que o rumo daquela relação tomaria outra direção: não mais se configuraria como um casamento. A partir de então, Pedro e sua esposa passam a viver em quartos separados e não mais como parceiros sexuais: “Ela é uma irmã que eu tenho dentro de casa” (PEDRO).

O próximo fragmento selecionado da entrevista com Pedro é bastante esclarecedor no sentido de compreendermos: i) a forma como o mesmo toma sua decisão, tanto em relação à separação quanto em relação à retomada do casamento com Lourdes; ii) os valores morais presentes em sua constituição subjetiva que, certamente, são decorrentes de sua formação sócio-familiar; iii) as razões para as

condições que impõe à sua esposa para concordar com sua permanência junto aos filhos:

Eu não vou esconder ... e vou falar uma coisa: eu vou morrer desse jeito ... não há o que faça eu mudar. Eu sou uma pessoa daquele tempo de que, vamos dizer, o marido é o baluarte da casa e a mulher é o acessório: o que o marido falasse tava falado e acabou. Eu fui sempre criado assim. Depois com os estudos, tudo ... a gente vai dando uma amolecida, mas os princípios continuam, certo? Se eu não errei, eu não admito que errem comigo. Errou uma vez ... eu falo. Erro duas vezes e falo. Errou a terceira eu não falo mais, eu faço (PEDRO).

Verifica-se, então, pelo teor destes dois últimos fragmentos da entrevista de Pedro, que na intimidade da vida doméstico-familiar, a experiência do relacionamento extraconjugal de Lourdes, somada às experiências e fragilidades presentes na constituição subjetiva de Pedro, promoveu uma cisão e mudança paradigmática importante, pois os dois passaram a viver ligados pelas responsabilidades sociais do casamento, em especial, o cuidado e educação dos filhos e a administração doméstica.

Mas se foi assim na intimidade, ou seja, no âmbito da vida privada, o mesmo não ocorreu no espaço da vida pública, uma vez que para a comunidade local, Pedro, sua esposa e filhos vivem bem e harmoniosamente, sob a (pseudo)égide dos valores próprios da família nuclear patriarcal, que, segundo Therborn (2006), tem duas dimensões intrínsecas básicas: a centralidade do poder sobre a figura do pai e do marido e a responsabilidade de cuidado da casa e dos filhos vinculada à figura da mulher, esposa e mãe.

A infidelidade é definida por Rosset (2004) como a quebra da confiança existente entre as partes constituintes de uma relação. Ela implica a traição de um relacionamento e o rompimento, em níveis, de um acordo previamente estabelecido e sobre o qual o relacionamento se assentou. Muito embora não se possa falar de infidelidade só no âmbito de relações conjugais, é neste contexto que ela produz seu mais nefasto efeito, trazendo conseqüências para os cônjuges, para os autores da traição e para os filhos, quando existem, tanto dentro como fora da relação que se

toma como foco principal e mais atingida pela infidelidade. Segundo Rosset (2004, p. 104)

tais conseqüências envolvem dores, inseguranças, mágoas, vinganças e culpas. Por mais que se perdoe, que se recontrate a relação, ser traído pelo parceiro é uma marca que ficará para sempre, mesmo que atenuada.

A crise conjugal que se instalou a partir dessa vivência de Lourdes, como vimos, fez com que Pedro, sentindo-se novamente traído e rejeitado, promovesse uma mudança de postura frente ao relacionamento conjugal que constituíra: “Aí eu passei ... todo amor que eu tinha, eu passei pros três filhos ...” (PEDRO).

Pedro entendeu que a relação conjugal não seria mais possível, até porque ele mesmo não mais aceitava Lourdes como esposa e companheira; na verdade não aceitava o fato dela ter se envolvido com outro homem, ou seja, sua infidelidade e, conseqüentemente, a traição.

[...] só que não agüentei ... eu não consigo; se eu estou comendo uma fruta, o outro vem e dá uma mordida, eu não quero mais a fruta, eu pego outra! Se eu quiser comer, senão eu fico sem comer. Eu sou desse sistema ... eu não consigo, não consigo, fingir, eu não consigo fingir. Eu não consigo beijar uma pessoa se eu não sinto amor. Não vai ... não adianta, não adianta, não consigo (PEDRO).

A partir de então, Pedro passa a ter Lourdes como “mãe de seus filhos” e a convivência entre ambos não mais ultrapassa esse campo: uma parceria em termos de exercício de parentalidade, unicamente.

Fica aí ... a casa é sua, o tempo que você quiser, até você morrer, pode cuidar dos seus filhos, mas é você e seus filhos, eu sou uma pessoa a parte (PEDRO, grifo nosso).

Analisando a entrevista de Pedro, podemos inferir que sua decisão em aceitar a esposa – Lourdes – de volta à convivência familiar se dá por estes motivos, que, a nosso ver, estão interdependentemente conectados: i) por compreender a importância da mãe no processo de desenvolvimento e educação dos filhos; ii) por verificar que Lourdes, reconhecendo-se errada em relação à extraconjugalidade, poderia ainda exercer uma boa parentalidade; iii) por verificar-se despreparado e sem condições para o solitário exercício de parentalidade, considerando a complexidade do processo de cuidado de três filhos, sendo um deles excepcional⁴⁰; iv) e por não desejar ser conhecido na cidade onde reside como “homem divorciado” e “traído” pela mulher, tanto que, passados quase trinta anos do ocorrido, tanto para sua família extensa quanto para a sociedade local (amigos, vizinhos, parceiros comerciais, etc.), sua relação conjugal e familiar é tida como “exemplar”. Com isso queremos chamar atenção para o fato de que Pedro escolheu deixar de ser “marido”, mas não de ser “pai”, apesar de todo o ocorrido.

Os estudos psicanalíticos são ricos em referências à figura materna e ao exercício de maternidade. Muito se discute sobre a importância da mãe e sobre os prejuízos à formação do psiquismo infantil quando a criança se vê privada da relação com ela. Contudo, em se tratando de exercício de paternidade ou parentalidade masculina, poucas são as referências, visto que este não ocupa um lugar de igual destaque na literatura psicanalítica.

Em Freud, o papel do pai torna-se mais evidente com a postulação do Complexo de Édipo e, portanto, na descrição da forma triangular do vínculo pai-mãe-filho. A figura paterna aparece ainda em textos importantes como por exemplo Totem e Tabu (1912-1913), O Ego e o Id (1923-1925), Mal-Estar na Civilização (1930), Moisés e o Monoteísmo (1939) onde sua função está sempre vinculada à gênese da lei, ao fato de ser o pai o representante mor dos interditos morais e sociais, uma ameaça de castração para o filho, a figura de autoridade, etc.

⁴⁰ Em decorrência de um “erro médico”, o filho mais novo de Pedro e Lourdes, sofreu, ainda bebê, uma lesão cerebral que lhe afetou severamente o desenvolvimento neurológico (anoxia): não fala; não se alimenta, não urina e defeca com autonomia. Assim, não frequentou nenhuma instituição educacional e, talvez por isso, não se alfabetizou; apresenta baixo nível de habilidades sociais e repertório moral; entre outros problemas primários e secundários de sua deficiência.

Autores pós-freudianos também dirigem seus olhares ao o pai, que vai lentamente ganhando visibilidade e importância na literatura psicanalítica, e porque não dizer, saindo da sombra da mãe. Aberastury e Salas (1991), autores de orientação kleiniana, ressaltam o valor da participação da figura paterna como determinante para a vida emocional da criança. Dor (1991), apoiando-se no referencial lacaniano, apresenta o pai como importante presença masculina e, portanto, fator de identificação do sexo oposto para a criança, que tem, na maioria das vezes, seu contato com a figura feminina da mãe quantitativa e qualitativamente maior. Aberastury (1991, p. 72) identifica dois momentos da vida da criança como sendo de indispensável valor a presença paterna:

Um momento que denominamos de organização genital precoce, entre os seis e os doze anos de vida, com a iniciação do triângulo edípico. O outro é o da entrada na adolescência, quando a maturação genital obriga a criança a definir seu papel na procriação, nas meninas com o aparecimento da menstruação e nos meninos com o surgimento do sêmen. E aqui é importante assinalar que a totalidade de suas experiências com os pais e com o mundo externo determinarão, já neste momento, sua forma de desejar e, logo, de receber um filho.

Mas é novamente na obra de Winnicott que encontramos uma mais interessante e exposição sobre o papel do pai e o exercício de parentalidade masculina. Por seu também interesse e vasta produção científica dirigida à figura materna e sua relação com a criança, Winnicott (1983) introduz o importante conceito de “mãe suficientemente boa” resultante de suas observações e estudos datados do início do século XX (cf.: Capítulo II). Neste período, quando ainda o tradicional modelo de família nuclear, formado pelo pai, mãe e filhos, possuía força e *status* de ideal e quando ainda o pai ocupava o posto de provedor do lar, sendo delegado à mãe a responsabilidade com os cuidados da casa e dos filhos, Winnicott (1999) entende ser papel do pai dar condições de segurança à mãe para que esta possa ser continente às necessidades dos filhos e, portanto, suficientemente boa.

Provavelmente aqueles que já passaram pela experiência da maternagem, e que se permitem olhar em torno, teriam algum interesse em ler, e podem

ajudar a fazer o que hoje em dia é tão necessário, ou seja, dar suporte moral à boa mãe comum, educada ou não, inteligente ou limitada, pobre ou rica e protegê-la contra tudo e todos que se interpuserem entre ela e seu bebê. Todos nós devemos juntar forças que capacitem o início e o desenvolvimento natural da relação emocional entre as mães e seu bebê, este trabalho coletivo é uma extensão do trabalho do pai, do trabalho do pai desde o início, quando a mãe está carregando, sustentando e amamentando seu bebê; no período anterior ao qual o bebê vai poder usar o pai de outras maneiras. (WINNICOTT, 1999, p. 121-122).

Parafraseando Winnicott (1999), podemos então dizer que o papel do pai deve dirigir-se à construção de uma relação com a mãe de seu filho sendo ele para a primeira um marido⁴¹ e para o segundo um pai “suficientemente bom”.

O mesmo autor, teorizando sobre o papel do pai, atribui a este a mesma condição e função de espelho, antes tida como responsabilidade centrada na figura materna. O espelho é a metáfora winnicottiana para fazer menção às condições dadas a criança para que esta possa reconhecer-se e sentir-se existente e real; direção entendida por Winnicott (1987) como certa no processo de desenvolvimento rumo à maturidade emocional. Assim, para além do suporte moral e emocional à mãe, o pai poderá contribuir com o processo de amadurecimento da criança, seu filho, enriquecendo seu ambiente com o conhecimento que traz consigo, tanto aquele que já faz parte de sua bagagem de vida, quanto o que adquiri como resultante de sua inserção no universo de possibilidades representado pelo trabalho que realiza externamente ao ambiente doméstico, já que nos primeiros meses de vida do bebê, este e sua mãe vivem mais no espaço interno e restrito da casa do que no externo e amplo espaço da cidade (sociedade). Segundo Levinzon (2004, p. 83):

Sua relação com o filho é constitutiva, pois transmite a ele afeto, valores, normas, modelos. O pai é o elemento da tríade familiar que oferece à criança auxílio para a gradual diminuição da simbiose com a mãe e para o crescente contato com o mundo.

⁴¹ Leia-se também: parceiro, companheiro, namorado, cônjuge, etc., conforme o tipo de configuração do relacionamento estabelecido.

Na cidade onde reside, Pedro é visto passeando com o filho excepcional pelas ruas do centro comercial e é tomado, por grande parte da comunidade local, como um “exemplo de pai”; é, ainda, conhecido por ser o pai de uma das mais bem sucedidas e respeitadas profissionais da saúde na cidade; e também é o pai de um jovem que, por onde passou, estudando ou trabalhando, é considerado de ótimo caráter e educação. Em resumo, ao falar dos filhos, nosso colaborador apresenta-se como um homem bem sucedido em seu exercício de parentalidade.

Para encerrarmos o processo de análise da colaboração de Pedro para nossa pesquisa e fazer menção à maneira como ele se vê a partir das vivências relatadas, em especial a adoção e as particularidades de seu casamento, contexto familiar e exercício de parentalidade, selecionamos este último trecho de sua entrevista:

Mas eu venci na vida, formei minha filha, encaminhei o outro filho e não tenho vergonha não ... e se pudesse fazia tudo de novo ... (PEDRO).

Considerando suficiente esta análise compreensiva e interpretativa da contribuição de Pedro, passamos a nos dedicar Alfredo.

4.2.2. Alfredo (Colaborador 7)

Na data da entrevista Alfredo estava com quarenta e três anos de idade. Foi adotado aos dez dias de vida, após ter sido deixado por sua mãe biológica num hospital-maternidade de uma cidade do interior de São Paulo. Não conheceu seus pais biológicos e a única coisa que sabe sobre sua mãe refere-se ao local onde ela possivelmente trabalhava antes e durante sua gestação; lugar este que permite Alfredo levantar a hipótese de que talvez sua mãe biológica tivesse sido prostituta: em 1965, ano de seu nascimento, o local era uma zona de meretrício.

Afrodescendente, Alfredo foi adotado por uma família igualmente negra. Seu pai adotivo, como ele mesmo narra orgulhosamente, descende de uma linhagem de ferroviários – avô, tios, pai – e ele mesmo foi ferroviário durante boa parte de sua vida profissional.

Teve uma infância feliz junto ao grande número de primos e amigos que tinha e que moravam ao lado de sua casa; todos os familiares de Alfredo moravam no mesmo quarteirão de um bairro muito tradicional e fundado por funcionários da Empresa Paulista de Ferrovias.

Seu pai adotivo morreu muito cedo, aos quarenta e quatro anos de idade. Conta Alfredo que numa briga com a esposa e por estar embriagado, ele a agrediu fisicamente. A esposa chamou a polícia, que o prendeu. Três dias após a prisão, e ainda na cadeia, veio a notícia de seu falecimento. A *causa mortis* não foi revelada: se morreu por complicações da cirrose hepática que já havia desenvolvido ou se por ter se envolvido em brigas dentro da prisão, Alfredo não sabe afirmar. A mãe adotiva de Alfredo viu-se, então, viúva e tendo que administrar sozinha a casa e o processo de educação dos dois filhos.

Alfredo não foi informado de sua adoção logo de início, ao contrário do que muitos profissionais e pesquisadores do tema, inclusive o próprio Winnicott (1954, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997), conforme já explicitado, recomendam. Durante sua infância acreditou que, tal qual sua irmã, era filho biológico de seus pais.

A revelação de sua origem verdadeira aconteceu de forma inesperada quando Alfredo já estava na pré-adolescência. Após o falecimento do marido, a mãe adotiva de Alfredo iniciou um trabalho como lavadeira de roupas, visando complementar a renda de sua pensão mensal; Alfredo a ajudava nas entregas. Com aproximadamente doze anos de idade, ao acompanhar a mãe adotiva na entrega de uma encomenda de roupas, a cliente, dirigindo-se a ela perguntou: “Nossa Tereza, esse é o menino que você pegou para criar?” (ALFREDO).

Desde o ocorrido Alfredo sabe que é filho adotivo. Sua mãe adotiva contou-lhe, em seguida à pergunta da cliente e tão logo pode se recompor do susto e

desconcerto pelos quais fora tomada, o pouco que ela sabia sobre sua mãe biológica, entregando-lhe uma fita (dessas que se põe no braço da criança com o nome da mãe na maternidade) com o nome da mãe, que ele nunca desejou procurar e conhecer.

Alfredo descreve sua inserção e convívio com a família e, paralelamente, sua história de adoção como sendo saudável e feliz, não sentindo em momento algum que o fato de ter sido adotado lhe trouxe dificuldades em relação a diferenças entre os membros da família: irmã, primos, tios e demais familiares. Pelo contrário, conforme explicitado no fragmento de sua entrevista, reproduzido abaixo, ele até agradece a Deus ter sido adotado por alguém e não ter sido largado no meio que ele supõe fosse ambiente onde vivia sua mãe biológica.

Então, eu deduzi que foi de uma prostituta ... e que lá era a antiga zona do meretrício; mas nisso a gente esqueceu, e não fez absolutamente diferença nenhuma; tanto que eu conto para qualquer um essas coisas e estou falando aqui para você sem a menor dificuldade, porque eu entendo que naquele momento, naquela situação que passou, que eu fiquei sabendo, eu tenho que ver o seguinte: o negócio é que alguém resolveu olhar para mim; pior se eu tivesse sido largado lá. Não, não, não, não, já que alguém me viu, “amém” por isso [...] Eu dei graças a Deus (ALFREDO).

Alfredo casou-se e tornou-se pai de três meninas; na data da entrevista estavam com dezenove, vinte e um e vinte e três anos de idade. Possui desenvolvida dimensão espiritual e um forte vínculo com sua religião; juntamente com sua esposa e filhas, presta serviços a uma igreja de confissão protestante e tendência pentecostal. Relata que como família vivem felizes, não obstante o fato de enfrentarem problemas comuns aos da maioria das famílias na atualidade. No casamento, Alfredo afirma ter tido dificuldades, principalmente no início, mas com o chegar da maturidade, os problemas foram se atenuando e o processo de adaptação ao estilo de vida conjugal foi trazendo-lhe flexibilidade e estabilidade emocional.

Alfredo encerra sua entrevista afirmando que em relação ao seu casamento e processo de “criação” das filhas, se pudesse voltar no tempo “faria tudo de novo”,

sinalizando para um senso de realização quanto a estes dois aspectos de seu existir. Somente demonstrou frustração em relação à questão profissional, deixando claro que gostaria de estar atuando em outro ramo. Vale dizer que até a data da entrevista Alfredo realizava trabalhos de manutenção nos veículos coletores de lixo da cidade onde reside. Fez o curso de formação de professores em nível médio (magistério) e iniciou o curso de graduação em filosofia, mas não conseguiu concluí-lo, o que o impede ou pelo menos dificulta muito seu ingresso no campo da educação, onde gostaria de atuar, sobretudo considerando sua idade (43 anos, na data da entrevista). Alfredo declara que realiza um pouco de sua “vocação” para o magistério, pregando na igreja como pastor.

Sobre a vivência afetiva na relação com a família adotiva (Categoria 2),
Alfredo relata:

A gente aprendeu a se amar; isto é, meus pais biológicos como eu disse eu não conheço, e os adotivos são da cor negra, ou negros; tanto meu pai e minha mãe podem ser considerados analfabetos. Minha mãe veio se alfabetizar mesmo já bem adulta; eu estava na faixa dos dezesseis anos, foi quando a mãe entrou em Mobra; mas meu pai eu nem lembro, porque meu pai morreu muito novo; meu pai morreu com quarenta e quatro anos e eu tinha cinco anos na época (ALFREDO).

[..] Ele morreu na cadeia. Mas meu pai, foi a primeira e única vez que ele foi preso, eu não me lembro de outra situação. É que a desestrutura do meu lar vinha por conta da bebida, mas não que meu pai deixasse faltar com alguma coisa, muito pelo contrário (ALFREDO).

Eu tenho uma outra irmã que é mais velha que eu, ela é biológica [dos pais adotivos]. Minha mãe, por conta de problemas uterinos ... ela não podia ter mais filhos e optaram pela minha adoção; e reconheço, integralmente assim, a pessoa do meu pai. Não tenho dúvidas disso ... mesmo com todos os problemas que ele tinha com a minha mãe, jamais ... mas em momento algum ... eu sinto uma falta tremenda (choro); é até meio difícil falar sobre isso porque eu sinto uma falta muito grande do meu pai ainda hoje (ALFREDO).

[...] Meu pai faleceu. Foi ali que a nossa vida deu uma melhorada; porque meu pai, independente da situação que aconteceu, meu pai deixou minha mãe bastante estável; porque como ele era funcionário, não da FEPASA, ele era funcionário da Companhia Paulista; então minha mãe; na época ele era estatutário; minha mãe passou a receber uma pensão até razoável dele. Mas ele era muito desorganizado com conta, minha mãe teve que por tudo em ordem, reformou nossa casa (ALFREDO).

O que eu me lembro ... uma coisa eu posso dizer ... eu tive uma infância maravilhosa; inegavelmente ... Nossa, era uma coisa assim, fantástica (ALFREDO).

Gostaríamos de salientar o fato de que o quadro da configuração familiar de Alfredo representa um exemplo concreto do que tentamos ilustrar no Capítulo I de nosso trabalho, no tocante à questão da adoção inter-racial: famílias brasileiras tendem a não realizar adoções inter-raciais (ALMEIDA, 2003; IPEA/CONANDA, 2004; CAMARGO, 2006). Assim, pais de origem caucasiana (brancos) buscam e costumam adotar crianças com as mesmas características suas e pais adotivos negros (afrodescendentes), buscam adotar crianças igualmente negras.

Alfredo enfatiza com grande veemência o fato de sua mãe ter se alfabetizado já adulta, pelo MOBRAL, e de seu pai ter sido ferroviário no período em que muitas cidades, principalmente no interior do Estado, eram fundadas por ferroviários. Esta ênfase dada às conquistas dos pais adotivos, às formas de enfrentamento que estes colocaram em prática frente às agruras da vida, sobretudo no período em que os filhos eram ainda pequenos, desvela o significado que Alfredo atribui à sua família adotiva: muita admiração e afeto.

Embora o pai adotivo de Alfredo tenha sido, como ele mesmo afirma, um mau administrador dos recursos financeiros da família e mantivesse um estreito vínculo com a bebida alcoólica, além de ter tido um histórico de agressão física à esposa e de ter morrido na prisão, Alfredo não economiza demonstrações de afeto pelo pai, chegando a chorar no momento em que dele falava durante sua entrevista. As demonstrações de afeto pela mãe não são diferentes; Alfredo fala com orgulho da mulher que, ao se tornar viúva, lavou roupa para fora, educou sozinha os filhos e conduziu a família à estabilidade financeira.

Não obstante o contexto aparentemente difícil em que se deram seus primeiros cinco anos de vida, Alfredo se define como alguém que teve uma infância “maravilhosa”, “fantástica”. Uma infância vivida na companhia de muitos primos e amigos, marcada por muitas brincadeiras, principalmente ao ar livre, embora tenha sido muitas vezes interrompida pela necessidade de trabalhar ajudando a mãe na entrega das roupas; na fábrica, ensacando pipoca ou, ainda, na oficina mecânica. Espelhando-se no modelo dos pais adotivos em relação ao trabalho, e movido pela necessidade, Alfredo rapidamente se introduziu no universo do trabalho tendo sido

chamado (ou desafiado) a assumir responsabilidades que aceleraram seu processo de amadurecimento.

Referindo-se ao processo de amadurecimento humano e à identificação entre os conceitos de maturidade e saúde, Winnicott (2001, p. 136) afirma que “há muitos indivíduos que pulam uma ou duas etapas, atingem a maturidade antes da idade esperada e estabelecem-se como indivíduos numa época em que deveriam estar mais dependentes”. Nesse sentido, a família, acaba por contribuir de duas formas à aquisição da maturidade emocional de seu membro: primeiramente por dar-lhe a oportunidade de voltar à condição de dependência quando quiser ou for necessário, e, segundo, por permitir-lhe estabelecer gradativas trocas: dos pais pela família extensa e desta por um círculo social mais amplo (amigos, grupos religiosos, instituições públicas, agremiações políticas, etc.) (WINNICOTT, 2001). Contudo, como afirma Winnicott (1983, 2001, 2008), esse processo só pode ser vivido pelo indivíduo cuja família, e mais especificamente, pai e mãe, puderam se aplicar no processo de vinculação afetiva e propiciação de um ambiente suficientemente bom, a partir do qual a criança pôde se sentir amada e segura, a ponto de arriscar-se pelos caminhos de seu desenvolvimento/amadurecimento, saindo da dependência absoluta, passando pela dependência relativa e chegando à independência.

Winnicott (2001, p. 136) defende a tese de que o indivíduo só pode “atingir sua maturidade emocional num contexto em que a família proporcione um caminho de transição entre o cuidado dos pais (ou da mãe) e a vida social”. Assim, vemos que apesar da precoce perda do pai adotivo, a positiva experiência de vinculação afetiva de Alfredo em relação à sua mãe (adotiva) e à família como um todo (nuclear e extensa, pois Alfredo também se revelou muito vinculado aos avós, tios e primos), propiciou-lhe este ambiente suficientemente bom, permitindo o trânsito entre o universo familiar e o universo social e, conseqüentemente, o lançamento do filho mais maduro para o mundo.

Passemos agora à análise da próxima categoria: **o segredo na adoção e o impacto da revelação (Subcategoria 4.2).**

Consideramos ficar nítida na análise da fala de Alfredo a escolha de seus pais adotivos pela manutenção do segredo em relação a sua origem e adoção. Contudo,

como parece ser uma situação bastante frequente, este pacto sócio-familiar não se sustenta por muito tempo – entre nossos colaboradores ocorreu o mesmo com Laura, Pedro e Murilo. Pontuamos que estes casos ilustram o que ocorre com tantos outros adultos adotados com os quais já tivemos a oportunidade de dialogar ou encontrar na clínica, como também nos é possível verificar na literatura (WINNICOTT, 1955, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997; LEVINZON, 2004).

No que é possível de ser considerado como o âmbito das relações intrafamiliares, o segredo sobre a adoção de Alfredo se manteve bem, mas no âmbito dos relacionamentos extrafamiliares, como veremos a seguir, o controle deste segredo se perdeu e, de súbito, sem que nenhum dos dois pudesse se preparar, mãe adotiva e filho adotado foram surpreendidos pela pergunta: esta é a criança que você pegou para criar?

Vejamos como aparece na entrevista de Alfredo a questão do segredo na adoção e o impacto da revelação:

Eu não sabia sobre a minha adoção; nessa altura, eu estava na faixa mais ou menos dos doze anos; minha mãe começou a lavar roupa para fora; minha mãe era muito conhecida, minha família era muito conhecida ... lavava roupa para fora e tal (ALFREDO).

Um dia minha mãe, por conta que lavava roupa e estava levando a roupa para uma das freguesas dela, descendo a Rua "X"; ali havia uma pequena metalúrgica que era do marido de uma senhora chamada Joana; eu descendo com a minha mãe, quando chegou no portão da casa da mulher; a mulher pegou, me olhou assim ... minha mãe fazia pouco tempo que estava lavando roupa pra ela, né; e falou assim:

– Nossa Tereza, esse é o menino que você pegou para criar?

Mas eu nem entendi ... eu estava lá ... ela falou e eu ouvi; nossa minha mãe ficou, sabe, assim ... branca ... e falou:

– É.

E o assunto se aquietou ali: ele está grande, tal; minha mãe, eu percebi que ela não prolongou o assunto. Como eu estou dizendo para você, a minha mãe e o meu tio, nunca foram de alisar nós; esse negócio de: ai tadinho ... só se eu estivesse doente. Depois, chegando em casa, minha mãe chegou, sentou e falou:

– Vem cá filho ...

E começou, sabe:

– Pra a mãe os filhos são todos iguais ...

Eu não estava acostumado com aquele tipo de conversa e tal ...

– A mãe gosta muito de você, mas eu tenho uma coisa para falar para você. Sabe, você não é filho da mãe e o pai também não é seu pai; mas o pai gostava muito de você.

Para mim, sei lá ... aquilo para mim não fez diferença, mas não fez diferença absolutamente nenhuma. Mas a minha mãe estava toda cheia de denção para falar esse negócio para mim; eu falei:

– Tá bom mãe, tá (ALFREDO).

[...] Não houve aquele processo, aquele princípio de rejeição, nem da minha parte nem de ninguém da família: por que fulana adotou eu?; eu vou fazer o que, vou me matar? ; vou cortar o punho?; vou pular a ... Imagina. Eu dei foi “Graças a Deus” (ALFREDO).

A revelação acerca de sua adoção, apesar da forma como aconteceu, ou seja, repentina e inesperadamente, parece não ter sido impactante para Alfredo, como o vemos afirmar.

Pensamos que esta vivência possa estar vinculada, ou possa ser justificada, pela já discutida qualidade dos vínculos afetivos que ligavam Alfredo a sua família adotiva: seus pais, sua irmã e demais membros. Aqui, nos vemos novamente frente à argumentação: “vínculo afetivo” X “vínculo consanguíneo”, qual será preponderante na determinação da qualidade da convivência familiar? Na condição de quem assumidamente defende a idéia de que o primeiro pode ser mais significativo do que o segundo no que diz respeito à possibilidade de sucesso na constituição familiar e, ainda, por considerar que é o ato de sobrepor o vínculo afetivo ao vínculo consanguíneo que viabiliza a realização da adoção de crianças por pais que não são seus genitores, ousamos dizer que, no caso de Alfredo, a aceitação de sua condição de adotado se deu mais pela qualidade deste vínculo afetivo e pelo suporte emocional que este lhe proporcionava, do que por sua imaturidade para refletir sobre o fato de ter sido abandonado ou entregue em adoção, na época em que a revelação ocorreu.

Diferentemente do que aconteceu com Miriam, caso apresentado e discutido por Winnicott (1955, apud SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997), Alfredo não se sentiu enganado pelos pais adotivos e, portanto, não teve que lutar internamente com esse sentimento que é, certamente, fonte geradora de conflitos para o adotado cuja origem e história de adoção se mantiveram em segredo.

Ousamos também afirmar que apesar de Winnicott não ter se referido em sua obra, a uma situação tão específica como a que ora nos propomos a refletir e estudar, sua objetiva asserção sobre a importância da revelação à criança acerca de sua condição de adotada e origem biológica, apóia-nos indiretamente (WINNICOTT, 1955, apud SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997).

Levinzon (2004) teoriza sobre a dificuldade dos pais adotivos em contar à criança sobre sua condição de adotada, apresentando este momento como sendo um dos mais perturbadores e sensíveis da relação que entre eles se estabelece. “Enquanto que alguns lidam com este momento com tranquilidade, buscando às vezes até a orientação de pessoas especializadas, outros temem a revelação à criança como se representasse um fantasma horrendo” (LEVINZON, 2004, p. 49).

É importante considerar que para muitos pais adotivos, estabelecer diálogo com seu filho adotado ou com outras pessoas (da família ou não) sobre a adoção, implica “ressuscitar” questões emocionais nem sempre bem trabalhadas (LEVINZON, 2004) e, portanto, psicologicamente desconfortáveis, como por exemplo: i) a questão da infertilidade do casal e sua “impotência” em relação à demanda sócio-cultural-religiosa do “crescei-vos e multiplicai-vos” (CAMARGO, 2006); ii) o medo e a dificuldade de administrar o fato que a criança adotada possui pais biológicos, com os quais um dia poderá estabelecer contato e vir a conviver; iii) receios sobre o impacto que poderá representar na criança o fato de saber-se abandonada, rejeitada e entregue para adoção a um abrigo ou família (diretamente); iv) insegurança quanto à qualidade do vínculo afetivo e nível de identificação que se construiu entre a criança e os pais adotivos; além do que, como vimos no caso de nosso colaborador Pedro, é possível que iv) os pais tenham as reações da sociedade, que ainda conserva alguns preconceitos em torno da adoção os quais podem ser sentidos pelo adotado como formas diversas de discriminação.

Gostamos de pensar, como propõe Levinzon (2004), que sobre essa questão da revelação, para além do aspecto emocional/psicológico, pesa a dimensão da ética. Parece-nos um consenso tanto entre os profissionais da adoção e pesquisadores do tema, quanto entre os próprios adultos adotados que entrevistamos, que é um direito da criança adotiva saber sobre sua origem e conhecer todos os capítulos de sua história de vida. Conforme afirma a autora:

A relação saudável entre pais e filhos baseia-se na abertura de diálogo e na honestidade. Sem honestidade, forma-se uma trama familiar baseada em premissas falsas, o que influencia o relacionamento e o desenvolvimento da criança. [...] Se algo tão fundamental e básico como o relacionamento entre a criança e os pais está baseado em uma mentira, então tudo mais também é falso (LEVINZON, 2004, p. 50).

Passamos agora à **Categoria 5**, que abordará o **exercício de parentalidade** de Alfredo. Para tanto, segue abaixo alguns dos fragmentos de sua entrevista, portadores dos significados que ele atribui a sua parentalidade:

A experiência de eu ter sido adotado não tem influência nenhuma no meu papel de pai ... de forma alguma; essa experiência de abandono fez com que eu valorizasse ainda mais o princípio dos cinco Ps (ALFREDO).

[...] A sociedade é regida por cinco Ps: o primeiro P, que é fatal, é o Pai; o camarada tem que ... ele tem que ter consciência e os princípios de pai; se ele não tiver um pai, ele está morto. O segundo P que rege a sociedade vai ser o P do Padre ou do Pastor; o camarada que tem um pai, e que conseqüentemente tem uma mãe, eles devem inserir na criança um fator religioso, para começar a criar os valores morais nele. O terceiro P é o P de professor; o cara tem um pai, o cara tem que ter uma religião, necessariamente ele terá que ter educação formal, ir para escola e gostar do professor [...] Passado o da escola, isso é fatal, o cara que tem pai, tem o pastor ou padre, tem que ter gosto pela escola; o problema do gostar da escola é você trabalhar a coisa certa. O quarto P ele encontra quando vai trabalhar, ele tem que ter o P de Patrão, senão vira vagabundo; sempre se tem que ter um pai, um pastor, um professor e um patrão, senão entrará em cena o quinto P que é o da Polícia; o cara não tem pai, não tem escola, não tem patrão, não tem nada, ele vai cair no quinto P, que é o P da polícia, lá ele acerta. Então, esses cinco Ps regem o meu conceito em todo: no trabalho, no casamento e na relação com as filhas ... sempre regeram [...] (ALFREDO).

Então, o fato de eu ser um filho de criação, não criou empecilho, ao contrário, valorizou ... criou um princípio de valorização da família, tá; de valorização do que? De princípios, que realmente norteiem o amor, princípios de paz (ALFREDO).

Mas do ponto de vista de paternidade; é o que eu estou te dizendo; você vai analisar ... se você for ver ... não vou dizer que a minha família é o modelo de família, porque não é mesmo, não é não. Mas o entrosamento e o respeito, da mesma forma que elas me respeitam, é claro, eu também respeito o espaço delas, respeito posições delas, entendeu, que muitas vezes, ou na grande maioria, são contrárias ao que eu penso (ALFREDO).

Que bênção, que prova! Só que Deus foi trabalhando, tal, e hoje se for contar em detalhes o que houve mesmo, desprende muito tempo o negócio.

Mas eu faria tudo de novo, de novo; e a melhor coisa sem dúvida nenhuma, isso eu falo assim, com muita propriedade, são minhas três filhas ... (ALFREDO).

Como podemos constatar o fato de ter sido adotado, ou abandonado por sua mãe biológica, não produziu interferências sobre o exercício de parentalidade de Alfredo, a não ser por ter-lhe feito atribuir significados de especial valorização à família e àqueles princípios que ele chama de “5 Ps”.

Nosso colaborador não revela em sua entrevista onde, quando e nem por meio de quem chegou-lhe esta máxima dos 5 Ps, mas pode-se perceber que ela está toda centrada na figura masculina e no papel de autoridade: pai, pastor ou padre, professor, patrão e policial. Ao referir-se a esta máxima, ou filosofia de vida, Alfredo significa não só a importância da figura paterna e de autoridade em seu processo de formação, mas de seu próprio exercício de parentalidade, já que repassou às filhas a mesma filosofia.

Para ele, pai, pastor ou padre, professor, patrão e, em última instância, o policial, são responsáveis pela apresentação das normas, das regras de convívio, da boa educação, etc., são os agentes disciplinadores e também os responsáveis pelo julgamento da medida punitiva que o filho merece, dada a dimensão de sua transgressão, quando ocorre. Está “perdido”, na fala de Alfredo, o sujeito que não tem acesso aos quatro primeiros Ps, pois quando entra em ação o quinto P – de policial – isso representa que tudo mais se perdeu ou que o processo formativo do indivíduo não foi administrado com êxito.

Alfredo só teve o pai adotivo por cinco anos, mas como revela em sua narrativa, conseguiu conhecê-lo suficientemente para poder guardar por ele respeito, afeto e admiração. Conheceu-o também, em vida ou pelos comentários da mãe adotiva e de outras pessoas, em seus aspectos e características negativas (falhas e limitações), a ponto de poder tecer-lhe críticas e escolher ser um pai diferente para suas três filhas, por exemplo: Alfredo não faz uso de bebida alcoólica; não incorre em agressão física nem com a esposa nem com as filhas; administra bem a economia doméstica.

Segundo Winnicott (2008, p. 131)

Uma das coisas que o pai faz pelo filho é estar vivo e continuar vivo durante os primeiros anos das crianças. O valor desse simples ato é suscetível de ser esquecido. Embora seja natural que os filhos idealizem seus pais, é também muito valioso, para os primeiros, ter a experiência de conviver com eles e conhecê-los como seres humanos, até o ponto de os descobrirem.

As imperfeições do pai de Alfredo, não obstante às suas reconhecidas características positivas, conduziram-no ao encontro com o quinto e derradeiro P – o de Polícia. Talvez o ocorrido com o pai de Alfredo ratifique da pior forma, ou da forma mais dramática, a veracidade de sua filosofia de vida: esta que parece de fato seguir, pois além de se tornar Pai de três filhas biológicas, planeja junto a sua esposa realizar a adoção de uma criança; foi sempre muito obediente aos seus Patrões, nas oportunidades que teve de trabalhar na iniciativa privada, principalmente; fez o curso de magistério e está tentando cursar sua graduação em Filosofia, pois pretende tornar-se Professor, e atua como Pastor na igreja que frequenta juntamente com a esposa e filhas.

Para encerrar a discussão sobre o exercício de parentalidade de Alfredo, queremos registrar que ele situa o respeito às filhas como sendo uma das características mais fundamentais de sua parentalidade. Ao respeitar o espaço das filhas e suas posições, que como afirma, são quase sempre diferentes das dele, Alfredo as vai acompanhando, orientando e fazendo-se uma presença significativa. Desta forma, este colaborador se identifica com aquele Pai que, acredita, todo filho deve ter e que se encontra como o primeiro e mais importante P dentre os 5 Ps de sua máxima.

4.2.3. Murilo (Colaborador 8)

Murilo foi adotado por um casal que não podia ter filhos quando estava em seu terceiro mês de vida. Sua mãe biológica vivia em condições financeiras precárias e não pode se responsabilizar por seus cuidados. A informação fornecida aos pais adotivos sobre a situação de Murilo anterior à adoção foi de que ele, ainda recém-nascido, passara fome algumas vezes.

A adoção de Murilo enquadra-se no já apresentado conceito de “adoção à brasileira” (Capítulo I), pois foi registrado pelos pais adotivos como se fosse filho biológico do casal, não passando, portanto, pelo crivo de nenhuma autoridade jurídica para ser considerada uma adoção legal.

Passados cinco anos da adoção de Murilo, seus pais adotaram também Mateus. Igualmente filho de uma mulher muito pobre, Mateus foi primeiramente entregue para adoção a uma família da capital paulista, que não se adaptou à criança e a passou adiante. Desta forma a segunda e última adoção realizada pelo casal Carlos e Sônia foi novamente uma adoção à brasileira. Murilo ganhou, então, um irmão: filho de mãe biológica diferente, mas adotado pela mesma família.

Murilo, nosso colaborador, cresceu e se desenvolveu saudavelmente, sendo sempre muito bem cuidado, educado e, segundo seu relato, amado pelos pais adotivos, por quem revelou ter profunda admiração e respeito. Foi saber de sua adoção já na adolescência e, como também ocorreu com Alfredo, Pedro e Laura, de forma inesperada. Ao atingir uma idade que seus pais biológicos consideraram adequada, estes mesmos se responsabilizaram por comunicar a Murilo sobre sua verdadeira origem. Impactado, Murilo demorou mais ou menos um ano para se sentir “normal” de novo e, sobretudo, parte daquela família que ele amava, mas que precisou aprender a amar de novo, pois para ele, esses pais, agora “adotivos”, não eram os mesmos que ele conhecia como “biológicos”.

Entre seus quatorze e quinze anos de idade, Murilo, que já não gostava de estudar – como ele mesmo afirma em seu depoimento – decidiu parar com os estudos definitivamente. Aos dezoito anos e já trabalhando, casou-se pela primeira

vez. Ficou pouco tempo casado, mas tempo suficiente para ter seu primeiro filho. Aos vinte anos de idade, Murilo casou-se novamente, com a atual esposa (já mãe de um filho), com quem veio a ter duas filhas. Até a data da entrevista assim se constituía a família de Murilo, com quem ele afirma viver bem. Portanto, é neste cenário que exerce a parentalidade de um filho do primeiro casamento com quinze anos de idade; duas filhas do segundo casamento, uma de onze anos e a outra de quatro anos e um enteado de dezotitos anos.

Em seu relato Murilo defende a idéia de que a adoção é algo bom, mas, corroborando o que pensam os colaboradores Paula, Laura e Pedro, aponta para a necessidade de melhor preparo tanto da família que vai adotar quanto da criança que vai ser adotada, entendendo que assim se poderia evitar problemas em relação: i) à adaptação da criança à família e vice-versa; ii) a revelação quanto as origens da criança, já que muitas famílias – segundo seu relato – ainda não sabem como proceder e lidar com tal tema. Murilo também tece críticas ao sistema que administra os processos de adoção e aos abrigos para crianças, alegando que tudo ocorre muito lentamente, o que, a seu ver, impede as crianças de terem logo uma família.

Encerra sua entrevista, muito emocionado, com estas palavras:

Eu sou grato a Deus por meus pais terem me adotado, tudo; porque eles me deram uma boa educação, hoje eu tenho um bom emprego, eu tive um bom estudo, tive uma boa educação. Hoje, graças a Deus, eu tenho a minha casa, eu tenho a minha esposa, meus filhos, já sou casado; então, eu só tenho que agradecer (MURILO).

E referindo-se às crianças e adolescentes que aguardam a adoção, finaliza:

[...] mas que eles possam ter uma oportunidade de vida também como nós tivemos, uma oportunidade de crescer em um ambiente de família, de um carinho, de um respeito de um pai e de uma mãe mesmo não sendo biológicos, mas que tenham todo esse carinho. Que ele possa olhar para um homem e uma mulher e dizer:

— Papai e mamãe [choro].

É difícil falar, mas é uma coisa que todo mundo tem que ter, uma oportunidade (MURILO).

Sobre a vivência afetiva na relação com a família adotiva (Categoria 2),

Murilo relata:

Minha história de vida é assim: eu fui criado como uma criança normal, super bem cuidada. A minha mãe sempre me criou, me deu tudo que eu precisava, né; desde pequenininho, eu tive muito carinho dos meus pais, bastante atenção do meu pai e da minha mãe; pôs uma disciplina, minha família, eu fui bem disciplinado, bem rigidamente, que meu pai e minha mãe são um pessoal ali do norte, ali é meio ... mais contemporâneo, mais forte ... então, eu não tive, assim, uma educação muito liberal [...] mas, enfim, na minha infância eu fui muito bem ... posso dizer que fui muito bem educado, graças a Deus (MURILO).

Eu não tenho um estudo muito elevado porque eu não quis; na verdade, eu pequei nesta área, abandonei a escola; mas minha mãe e meu pai sempre me incentivaram a estudar, sempre deram o que eu precisava, necessitava, as minhas roupas, meu calçado, meu alimento, né; enfim, o carinho, a educação que é muito importante; porque, não sei se você concorda, a educação não é estudo; tem pessoas super estudadas, mas não são educadas. Então, minha mãe e meu pai sempre me ensinaram a entrar e a sair bem de qualquer lugar (MURILO).

[...] Porque no caso da minha mãe e do meu pai, eu acredito que foi uma coisa assim muito difícil para eles também tomarem aquela decisão; embora me vissem ali sofrendo da forma que eu estava, com três meses de idade passando fome, mas imbuídos do amor e da necessidade de ter um filho e também ... não foi fácil para eles tomar uma decisão, né. Mas desde que tomaram, eu acho muito lindo e conto com muito orgulho que tomaram essa decisão, abraçaram esta causa, e abraçaram com todas as forças que tinham, porque nunca me abandonaram, nunca me deixaram para trás, né, nunca faltou assim, o pão; embora meu pai seja de origem humilde, minha mãe também, sempre lutaram e conseguiu, conseguiram coisas que eu até hoje almejo conseguir ainda. E uma coisa que eu gostaria de deixar bem frisado: que a maior riqueza que eles deixaram para mim foi a educação, uma coisa que jamais eu vou esquecer: a educação e o caráter que eu tenho formado pelo meu pai e pela minha mãe são bem fortes, né (MURILO).

[...] Muitos me perguntaram.

__E sua mãe biológica, você não tem vontade de conhecer?

__Tenho.

Não posso mentir, teria vontade de conhecer sim; porque eu acho que todo mundo tem o direito de saber a origem, a sua origem; mas assim, eu não vou atrás. A minha mãe para todos os efeitos é essa aqui; ela é a mãe que me amou, que me deu carinho, que nas horas que eu estava doente ali, era ela que era a minha enfermeira particular, e fazia o chá, e trocava a fralda e corria comigo para o hospital; minha mãe é essa e eu não vou trocar nunca, né. Então, é muito importante isso aí, pra criança ... o amor, o amor é fundamental (MURILO).

Meu relacionamento com minha mãe e com meu pai sempre foi um relacionamento bom, um relacionamento de extrema confiança, entre pai e filho, né. Minha mãe e o meu pai sempre confiaram em mim e eu sempre confiei no meu pai e na minha mãe, né (MURILO).

Murilo apresenta uma relação com os pais adotivos que poderia ser tomada como exemplar e, considerando tal descrição à luz da teoria psicanalítica de Winnicott sobre a participação da família no processo de desenvolvimento emocional da criança (WINNICOTT, 2001), ousamos afirmar que em nada seu contexto e configuração familiar se diferem da melhor relação afetiva entre pais e filhos possível de se verificar numa típica, saudável e tradicional família de constituição biológica, vinculada pela relação de consanguinidade. As repetidas citações de Murilo em relação aos cuidados maternos e à presença paterna remetem-nos novamente aos conceitos winnicottianos de preocupação materna primária, de mãe suficientemente boa, de *holding* e de pais devotados comuns (WINNICOTT, 1983, 1999, 2000, 2001, 2005, 2006, 2008); temas e acontecimentos tão necessários ao desenvolvimento saudável da criança.

Em síntese, para nós fica claro que a relação entre Murilo e sua mãe e pai adotivos representou um ambiente suficientemente bom para que este passasse com êxito pelos diferentes estágios de seu processo de desenvolvimento emocional: teve um pai trabalhador que nunca deixou lhe faltar nada, nem material, nem afetivamente; uma mãe amorosa, zelosa, chegando a ser comparada, metaforicamente, a uma “enfermeira particular”, necessária nas horas em que o filho necessita de cuidados especiais por conta de alguma doença; pais que, segundo Murilo, jamais seriam trocados pelos biológicos, caso estes fossem identificados e encontrados.

Como já falamos bastante da figura materna em nosso trabalho, falaremos um pouco mais agora sobre a figura paterna. Considerando o fato de que Murilo, tanto quanto os demais colaboradores de nossa pesquisa, formulam seu exercício de parentalidade a partir dos modelos ou referenciais que para eles representam seus próprios pais, vejamos como Winnicott nos ajuda a pensar melhor sobre o significado dessa figura no processo de desenvolvimento emocional da criança.

Na obra winnicottiana a figura do pai aparece um tanto quanto obinubilada pela figura gigantesca da mãe, tanto que afirma Newman (2003, p. 318): “volta e meia é dito que Winnicott não leva os pais a sério, ou que ele desvaloriza seu papel no desenvolvimento do bebê”. Na verdade não se trata disso: ocorre que para Winnicott o papel primordial do pai centra-se no ato de “apoiar” a mãe e o bebê,

assumindo o posto e a condição de um “terceiro” elemento na relação triangular mãe-bebê-pai; “terceiro” não por que é simplesmente o terceiro vértice do triângulo, mas por que vem mesmo depois da mãe e do bebê, ou seja, é o terceiro em ordem de importância na relação entre os três.

É incomparavelmente melhor um pai forte, que pode ser respeitado e amado, do que apenas uma combinação de qualidades maternas, normas e regulamentos, permissões e proibições, coisas inúteis e intransigentes. Assim, quando o pai entra na vida da criança, como pai, ele assume sentimentos que ela já alimentava em relação a certas propriedades da mãe e para esta constitui um grande alívio verificar que o pai se comporta da maneira esperada (WINNICOTT, 2008. p. 128-127).

O papel do pai mais importante, e sem o qual o bebê corre o risco de não seguir bem em seu percurso rumo à maturação, consiste em auxiliar na produção de um espaço/ambiente que permita à mãe movimentar-se, mexer-se, com espontaneidade, criatividade e leveza, estando livre de pressões ansiosas e preocupações desviantes em relação com seu bebê (WINNICOTT, 2001). Sendo protegida por seu homem (marido, companheiro, etc.), a mãe fica livre para direcionar sua atenção à criança, que dela tanto depende para sobreviver. A mãe somente pode dedicar-se com exclusividade ao cuidado da sobrevivência de seu filho se ela pode se “despreocupar” da própria sobrevivência.

Para terminar esta discussão sobre o papel do pai, ouçamos o que nos diz o próprio Winnicott (2008):

[...] A primeira coisa que eu quero dizer é que o pai é preciso em casa para ajudar a mãe a sentir-se bem em seu corpo e feliz em seu espírito (p. 129).

A segunda coisa, como eu disse, é o pai ser necessário para dar à mãe apoio moral, ser um esteio para a sua autoridade, um ser humano que sustenta a lei e a ordem que a mãe implanta na vida da criança. Ele não precisa estar presente todo o tempo para cumprir essa missão, mas tem que aparecer com bastante frequência para que a criança sinta que o pai é real (p.129).

A terceira coisa a dizer é que a criança precisa do pai por causa de suas qualidades positivas e das coisas que o distinguem dos outros homens, bem como da vivacidade de que se reveste sua personalidade (p. 130).

Na entrevista de Murilo o tema do **segredo na adoção e o impacto da revelação (Subcategoria 4.2)** aparece com um aspecto novo que vale discutirmos, ainda que brevemente. Os fragmentos abaixo dão conta de expressar a atribuição de seus significados ao tema:

Mas, até os meus doze anos de idade, para mim adoção sempre foi uma coisa normal, a gente tinha conhecimentos de pessoas que tinham sido adotadas na escola, no entanto, eu ainda não sabia que eu era adotado; não sei por que, mas eu ainda não sabia, guardaram, por alguma razão, guardaram esta informação, eles não passaram para mim logo de imediato esta informação. Com doze anos foi que eu fiquei sabendo e para mim foi um choque, eu não vou negar; embora eu conhecesse pessoas que tinham sido adotadas; e eu sempre admirei, o fato de um casal se dispor a adotar uma criança [...] (MURILO).

E depois, que aconteceu, depois que eu fiquei sabendo que eu era adotado ... com doze anos, de repente veio aquela notícia, então, criou-se ali um choque, deu um choque emocional em mim; eu não fiquei, assim ... procurei não ficar revoltado, mas dali qualquer coisinha que às vezes eu fazia de errado, já era consequência de eu estar sabendo que tinha sido adotado; então, isso aí também foi uma fase bem difícil da minha vida, mas enfim, a gente superou tudo isso (MURILO).

[...] A notícia da minha adoção foi dada assim: teve uma vez que a gente estava ... ali na sala ali e ... hoje pela minha experiência que eu tenho, na época eu não entendi, mas minha experiência eu já imaginava, porque eles estavam assim, um tanto receosos de contar; e foi assim que de repente chegaram e contaram, e falaram:

– O papai e a mamãe não são seus pais biológicos, não são seus pais do lar biológico ... verdadeiros; mas o papai e a mamãe amam você ... a gente pegou você quando você era pequenininho ...

Então, explicou toda situação, que eu estava em uma família, né; que a família não tinha condição:

– Sua mãe não tinha condição de te criar, estava passando fome; aí ela resolveu doar você para nós e a gente foi lá ...

Foi um processo de adoção antigo que não teve nada a ver; eu não fui parar em uma casa de recuperação, nada. Com três meses eu fui adotado; então, a mãe biológica passou para a mãe e prometeu que jamais iria interferir na vida da criança; como de fato, eu não conheço, nunca fiquei sabendo nem quem é, e nem sei nada.

Mas aí ... o primeiro impacto assim, deu aquela coisa assim, aquela adrenalina no coração:

– Será que agora vai ser do mesmo jeito que era...

Aí você começa a enxergar; o preconceito foi meu; eu comecei a enxergar meus pais, a minha mãe de uma maneira diferente, meus tios de maneira diferente, mas isso foi um choque, passou; dali um ano, acho que já estava

tudo certo, né. Meus tios continuaram sendo amáveis comigo, meu pai e minha mãe continuaram sendo amáveis comigo e eu fui pra frente normal (MURILO).

É interessante perceber como no caso de Murilo o preconceito em relação à adoção foi dele e não dos que com ele conviviam; uma reação diferente daquela expressada por nossos colaboradores que, como ele, descobriram tardiamente sobre sua origem e história de abandono/adoção. Preconceito é a palavra empregada por Murilo, mas gostaríamos de ampliá-la, porque a nosso ver, seu emprego pode ser um sinônimo ou um modo muito particular de atribuição de significado ao vivido. Essa vivência de Murilo pode ser semelhante à sensação descrita pelos pacientes acompanhados por Levinzon (2004, p. 49):

[...] reações adversas da criança à notícia da adoção podem ocorrer mais em reação à angústia dos pais adotivos em relação a assunto do que ao próprio fato em si. O temor exacerbado dos pais pode estar ligado à projeção no filho de sua não-aceitação inconsciente de sua própria condição de pais adotivos.

Pensamos que isso possa também ter ocorrido a Murilo. Seus pais adotivos, muito embora já estivessem experimentando por meio da adoção, de Murilo e Mateus, o exercício de parentalidade e, portanto, a realização do comum desejo de se tornar pai e mãe, podem ter, no ato da comunicação e ao longo da relação com o filho, expressado sinais de uma angústia relacionada à dificuldade de legitimação da adoção que, por vezes, representa a materialidade ou a concretude de uma impotência relacionada à infertilidade do casal. Os pais podem ainda ter expressado, por meio das múltiplas formas de comunicação – verbal e não verbal – certa insegurança em relação à própria capacidade de exercer com qualidade a parentalidade, de bem conduzir o processo educativo dos filhos, de amar, de exercer a autoridade, etc., de modo que o vínculo afetivo e o processo de identificação, por mais bem construídos que estivessem, pudessem sempre ser sentidos e avaliados como frágeis, principalmente pelos pais. Não podemos, ainda, deixar de valorizar o papel que a intuição da criança exerce sobre sua capacidade de construção da fantasia e também da realidade, e de como a intuição colabora no processo de

captação dos segredos, sentidos e significados que pairam na mente dos pais adotivos e no ambiente relacional (LEVINZON, 2004).

Como não entrevistamos os pais adotivos de Murilo, não poderemos tomar esta reflexão como certa, mas apenas como provável. Muito embora nos pareça que este fenômeno está compreendido, sobretudo porque outro pesquisador também o apreendeu e sobre ele se debruçou com legitimidade, queremos deixar pontuado o fato de que esta vivência de Murilo pode ainda ser mais aprofundada, melhor discutida e, talvez, esclarecida. Como não queremos fazer aqui uma reflexão acerca do senso comum, nem tampouco discorrer sobre “achismos”, ficaremos atentos a novos empreendimentos investigativos sobre o tema, às publicações que poderão trazer novas descobertas a esse respeito e/ou porque não nós mesmos empreendermos novas pesquisas sobre o tema.

Passemos à última categoria de análise: seu **exercício de parentalidade (Categoria 5)**. Selecionamos, para tanto, estes fragmentos de sua entrevista:

Hoje eu sou assim, um pai muito amável com o meu filho; porque assim, o meu pai, ele foi, ele é o meu espelho, porém, é claro que ... eu acho que isso aí é uma coisa que vai de geração em geração, não é que aconteceu só comigo; mas, eu procurei ser um pouco melhor do que meu pai com meus filhos, e como meus filhos vão ser melhor que os filhos dele, e isso sucessivamente, até chegar numa perfeição. E assim, eu procurei dar toda atenção que eu não tive, hoje eu procuro dar, né; às vezes mimo demais, então, tenho que voltar nas minhas raízes para poder ser um pouquinho mais severo, às vezes. E levo uma vida assim, normal, na questão familiar; na minha casa ... a minha casa é uma casa que tem brigas, tem seus problemas como qualquer outra também, né; tem meus problemas, tem os perrengues lá em casa também, mas a gente aprendeu desde pequeno, vivendo com dificuldade, passando ali do lado da mamãe e do papai, a gente aprendeu a superar também, né. A gente teve momentos difíceis na vida, na minha infância, tive momentos difíceis do lado do meu pai e da minha mãe (MURILO).

[...] Para mim ser pai ... bom assim, eu procuro ... no meu modo de pensar, eu procuro ser um pai presente, acima de tudo eu tenho que ser um pai presente. Eu tenho que dar proteção para meu filho, eu tenho que sustentá-lo; sustentá-lo em todas as áreas, sustentá-lo com os alimentos, psicologicamente, dar uma boa educação; eu tenho que manter uma escola, acompanhar o estudo, providenciar os materiais escolares que ele necessita; e acima de tudo, tirando tudo isso ... vamos supor que não tivesse tudo isso, dar muito amor para essa criança, sempre ter um tempo para ele, eles precisam de tempo dos pais, e eu faço isso, com todos, com todos os três. Eu faço isso, eu dou um tempo para eles; o que, que você pensa filho, assim, o que, que você quer fazer, o que, que você quer ser quando você crescer; a gente senta, a gente conversa, a gente brinca, a

gente ... eu brinco, eu tenho duas meninas, eu brinco com elas às vezes como se eu fosse a mãe, né; para mim não é vergonha nenhuma falar que às vezes até com as bonecas delas eu brinco, por quê? Porque eu tenho que dar atenção para elas; e as minhas meninas me amam; o meu filho também, tudo que eu faço eu procuro compartilhar com ele, é um amigo meu, meu melhor amigo. Então, ser pai, é ser amigo, é ser severo nas horas certas, é ser presente; porque não adianta ser um pai ausente (MURILO).

Cremos que não poderia ter uma forma melhor de encerrar este capítulo e a análise desta categoria sobre o exercício de parentalidade do adulto adotado do que com esse depoimento de Murilo.

Ele traz à baila a idéia do pai presente que deve se sobrepor ao grande risco atual do pai ausente, que para além da ausência promovida pelo excesso de trabalho, torna-se também ausente, mesmo estando dentro de casa, por não conseguir se envolver com a vida doméstica, com as trocas afetivas intrafamiliares ou por não desocupar-se de si mesmo; na psicanálise winnicottiana entendemos que a expressão “pai presente” empregada por Murilo, possa equivaler ao conceito de “pai devotado comum” (WINNICOTT, 1999, 2001, 2008).

Murilo fala da difícil transição entre o ser severo com o filho e o mimá-lo, ou seja, da difícil tarefa de dizer o não que ensina, o não que disciplina e que representa uma das formas de apresentar em pequenas doses a realidade do mundo externo à criança (WINNICOTT, 2008); mas que também pode representar o não que afasta e que por ser *não* e não *sim*, pode criar um estado de relação que não compensa as falhas e as ausências do pai na relação com o filho, gerando neste primeiro a dúvida quanto a seu papel e fazendo correr o risco de não ser aquele reforço à autoridade materna que o filho precisa ver existir (WINNICOTT, 2008).

Nosso colaborador, discorre ainda sobre sua preocupação com o presente e com o futuro dos filhos, sobre o valor da educação escolar, bem como sobre a importância do brincar e da criação na relação com o filho um tipo de amizade que, como ele parece pensar, é positiva na relação pai-filho. Enfim, do lugar do exercício de parentalidade que já exerce, e segundo ele, tomando o pai adotivo como espelho, embora tentando sempre superá-lo em qualidade, nosso colaborador fala a respeito

de um pai que, parafraseando Winnicott em seu esforço para definir o papel da mãe, seria um pai suficientemente bom.

Para concluir, evocamos novamente Winnicott (1999), nesta que consideramos ser uma de suas mais significativas proposições sobre o papel do pai, da mãe e da família no processo de desenvolvimento emocional da criança:

Uma confirmação da minha tese me conduz de imediato às tremendas mudanças que ocorreram nos últimos cinquenta anos no que diz respeito à importância da maternagem suficientemente boa. Isso inclui os pais, mas eles devem me permitir o uso da palavra 'maternal' para descrever a atitude global em relação aos bebês e o cuidado a eles dispensado. O tema 'paternal' tem, necessariamente, de chegar um pouco depois do termo 'maternal'. Gradualmente, o pai torna-se um fator significativo enquanto homem. Depois vem a família, cuja base é a união de pais e mães, compartilhando a responsabilidade por aquilo que fizeram juntos, aquilo que chamamos de um novo ser humano – um bebê (p. 149-150).

CAPÍTULO V

Desvelando sentidos: a parentalidade de adultos adotados

Aquilo que o "eu" tem de único se esconde exatamente naquilo que o ser humano tem de inimaginável. Só podemos imaginar aquilo que é idêntico em todos os seres humanos, aquilo que lhes é comum. O "eu" individual é aquilo que se distingue do geral, portanto aquilo que não se deixa adivinhar nem calcular antecipadamente, aquilo que precisa ser desvelado, descoberto e conquistado do outro.

[...] Sentiu um peso, mas não era o peso do fardo e sim da insustentável leveza do ser.

Milan Kundera

Ao longo deste nosso percurso, dedicamo-nos ao exercício da análise fenomenológica dos significados presentes nas descrições/depoimentos de nossos colaboradores – adultos adotados –, buscando compreender os sentidos que eles atribuem às suas vivências de parentalidade. Durante as entrevistas fenomenológicas realizadas com nossas cinco colaboradoras e três colaboradores, escutamos suas vozes, olhamos para seus olhos, vimos seus gestos e expressões faciais, sentimos e acompanhamos os momentos de alegria esboçados sob a forma de sorrisos, mas também testemunhamos a presença da dor e da forte emoção, quase sempre expressas pela voz embargada e pelas lágrimas.

Importa ressaltar o fato de que o tempo de duração das oito entrevistas realizadas e o tempo gasto com suas respectivas transcrições e análises, representaram muito mais do que um tempo dedicado à simples comunicação de histórias de vida, por parte de nossos colaboradores, ou de análise fenomenológica e busca por compreensão, de nossa parte. Representaram, de outra forma, um tempo de encontro com as indelévels marcas que participaram e ainda participam do vir-a-ser daquelas pessoas. Eis o que, em síntese, apreendemos desse longo e profundo tempo de encontro como o mais importante sentido desvelado: como

cicatrizes que após um acidente marcam o lugar da ferida no corpo, a lembrança ou a notícia da rejeição pela família biológica, a história de como se deu o abandono e de como se deu o processo de inserção e convivência na família substituta por meio da adoção marcaram a alma de quem tudo isso viveu – nossos colaboradores.

Paula, Laura, Selma, Roberta, Mariana, Pedro, Alfredo e Murilo falaram-nos de suas “cicatrizes da alma”. E sabemos que tanto para o corpo quanto para a alma cicatrizes podem ser assimiladas. Há aqueles, como por exemplo, Paula e Mariana, que nesse processo de assimilação, puderam dizer: eu nem me lembro que tenho essa cicatriz; eu nem me lembro que sou adotada(o). Já outros fizeram dessa cicatriz a marca mais importante de sua identidade, como nosso colaborador Pedro, ao afirmar que sua história de vida se divide em dois capítulos: antes e depois da revelação tardia de sua verdadeira origem. Há outros ainda, como Laura e Roberta, que escolheram fazer de sua cicatriz uma bandeira, dando visibilidade ao fato de que se por um lado o abandono desvela o sentido da “dor”, por outro, a adoção desvela o sentido do “bálsamo”. E há aqueles que escolheram fazer de sua cicatriz uma lição, a partir da qual irão aprender, ensinar e dirigir seu modo de ser homem, mulher, pai, mãe, irmão, cidadão, etc., simplesmente pelo fato de desejarem que outros não escrevam em seu livro da vida experiências de perda, de rejeição, de abandono ou de privação como as que eles registraram nos seus: lembramo-nos aqui dos 5 Ps de Alfredo, das orientações deixadas por Pedro e Murilo aos pais e filhos adotivos e da fala marcante de Laura: “Não adote um animal, adote uma criança”.

O fato é que as cicatrizes, para quem as possui, estarão sempre presentes e ainda que possam desejar escondê-las elas serão sempre um sinal presente de uma experiência dolorosa que a cada dia, no longo processo do existir humano, vão paradoxalmente perdendo força na intensidade da dor e ganhando força como significado e sentido. A análise fenomenológica dos depoimentos de nossos colaboradores nos permite a apreensão desse sentido desvelado: cicatrizes mudam corpos, mudam almas e mudam vidas.

Aceitando o desafiador convite de narrar a própria história e de por meio dela se defrontar com o bom e o belo, com o ruim e o feio, com o colorido e o cinza, com o doído e o prazeroso de suas vidas, nossos colaboradores nos brindaram com o

compartilhamento daquilo que acreditamos ter sido bem traduzido por Kundera (1984): “A insustentável leveza do ser”.

Com as transcrições e análises das entrevistas, buscamos compreender à luz da psicanálise winnicottiana como essas experiências de abandono e/ou de adoção participaram do processo de desenvolvimento emocional, da constituição subjetiva, das vivências de relacionamento interpessoal (na família, nas amizades, nos namoros, nas conjugalidades, etc.) e, principalmente, no exercício de parentalidade de nossos colaboradores.

Para chegar ao tema “exercício de parentalidade”, eles escolheram antes falar de outras categorias de experiências vividas, que abrangem essas inexoráveis marcas/cicatrices: a dor da rejeição (o abandono) e a alegria da acolhida (a adoção).

Assim, contaram-nos sobre o fato de terem sido adotados por famílias que escolheram, ou não, manter o segredo sobre suas histórias de rejeição, abandono e entrega para adoção. Aqueles que descobriram sobre sua adoção tardiamente, Laura, Pedro, Alfredo e Murilo, revelaram as significados e nos permitiram compreender o sentido do impacto emocional que isso representa para a criança, adolescente, ou jovem e, portanto, corroboraram todas as falas de psicólogos, psicanalistas e demais profissionais da adoção que concordam com o fato de que informar o filho adotivo sobre sua origem e história de adoção é tão necessário quanto importante (WINNICOTT, 1955, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997; LEVINZON, 2004; CAMARGO, 2006), uma vez que faz diferença e facilita a saudável construção de sua identidade, bem como a construção do vínculo afetivo com a família adotiva (Subcategoria 4.2).

Nenhum de nossos colaboradores manifestou-se contrário à revelação da verdade sobre a história e origem da criança adotada: são unânimes em afirmar o significado dessa revelação e nos conduziram à compreensão de mais um importante sentido: a revelação se inscreve como um direito dos filhos e um dever dos pais adotivos.

Assim, nossos colaboradores nos levam a refletir e crer, também em sintonia com os demais pesquisadores e profissionais da área citados em nosso trabalho,

que tal comunicação deve ser feita o quanto antes e administrada em pequenas doses, considerados os estágios do desenvolvimento da criança e sua capacidade de assimilação. Tal como nos foi possível verificar através da narrativa de Paula, Selma, Roberta e Mariana, que foram informados por seus pais adotivos acerca de sua condição de adotadas ainda em tenra idade e que, por isso, enaltecem o valor dessa opção.

Nossos colaboradores, uns mais breve e superficialmente, outros mais demorada e aprofundadamente, discorreram sobre como ocorreram os relacionamentos afetivos na convivência com suas famílias adotivas (Categoria 2). Pudemos verificar a presença de elogios e verdadeiras declarações de amor, gratidão e vínculo por um lado, mas também críticas e revoltas por outro. É importante pontuar aqui que através dos significados atribuídos a esses relacionamentos, apreendemos o desvelar do seguinte sentido: a adoção precisa ser vista e administrada como um acontecimento humano, e, como tal, pode ser tanto bem sucedida quanto desastrosa, já que, por si só, não garante às crianças a convivência com pais suficientemente bons, nem que crescerão em ambientes totalmente protegidos dos males que a vida pode imputar a todos nós. Afinal, pais, adotivos ou não, são antes de qualquer coisa seres humanos e, como tal, passíveis de falhas, ignorâncias, imaturidade, limitações, psicopatologias, etc.

Parece-nos que muitas das vivências de nossos colaboradores em relação a seus pais adotivos não são diferentes daquelas vivenciadas por filhos e pais biológicos, tanto no que se pode considerar positivo e saudável, quanto no que se pode considerar negativo e/ou tendendo ao patológico: pais depressivos e alcoólatras; pais que se separam porque vivem conjugalidades frustrantes; pais que são presos; pais que perdem o emprego; pais que ficam doentes; pais que erram na forma de educar; pais carentes, etc., são encontrados também em famílias consanguíneas. Os pais adotivos de Selma são um exemplo disso, tanto que ela reflete e questiona: graças a esses pais eu estou viva, mas porque tinha que ser essa mãe doente e esse pai que vai preso?

Parece-nos que a adoção traz para a convivência e para a dinâmica da relação pais-filhos, especificamente, um conjunto de especificidades que fazem dela um modo diferente de constituição vincular e construção familiar:

- i) a ausência do vínculo biológico-consanguíneo, que representa uma mudança paradigmática, considerando-se o fato de que tradicionalmente, famílias são caracterizadas como tal pela força e presença dos “laços de sangue” (ARIÈS, 1978; LÉVI-STRAUSS, 1982; FIGUEIRA, 1986; FONSECA, 1995; MARCÍLIO, 1998; NEUBURGER, 1999; DEL PRIORE, 2002; CAMARGO, 2006);
- ii) a origem biológica nem sempre conhecida e, por isso geradora de dúvidas que dão margem às produções fantasiosas tanto por parte dos pais adotivos quanto por parte da criança adotada e que, geralmente, são causadoras de inseguranças, angústias e medos (LEVINZON, 2000, 2004);
- iii) a questão do histórico de rejeição ou abandono sofrido pela criança, que pode apresentar-se como algo difícil de ser administrado pelos pais adotivos, que sentem dificuldade para falar disso com o filho adotivo, e, assim, têm que discernir sobre manter ou não a adoção sob o manto do “segredo” (HARTMAN, 1994; LEVINZON, 2004; CAMARGO, 2006);
- iv) os temores que podem habitar o imaginário dos adultos e também das crianças e adolescentes quanto à qualidade do vínculo afetivo construído ou possível de se construir na convivência adotiva, no que diz respeito a adoção como único vínculo entre pais e filhos – excluindo-se aqui a discussão jurídica (LEVINZON, 2004);
- v) a possível materialização, via projeção, do filho que não geraram no filho adotado e, portanto, a inescapável lembrança da impossibilidade de gerar os próprios filhos devido à esterilidade ou infertilidade, bem como toda a sorte de emoções que tal vivência pode despertar no homem e na mulher (LEVINZON, 2004);
- vi) o processo de espera e submissão às regras, que o sistema judiciário impõe como condição ao adotante e que pode, não raramente, ser demorado e marcado pela presença de ansiedades e angústias (WINNICOTT, 1954, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997; CASSIN, 2000; PAIVA, 2004; CAMARGO, 2006);
- vii) o processo de adaptação da criança à família adotiva e vice versa, que representa o construir dos vínculos e, porque não dizer, a possibilidade

de a adoção não ser uma ação bem sucedida (LEVINZON, 2004; CAMARGO, 2006).

Nossos colaboradores também falaram sobre como se configuram suas relações interpessoais fora da circunscrição familiar: amizades, namoros, casamentos e vida social mais ampla. Chama-nos atenção o fato de serem pessoas, quase unanimemente altruístas, sensíveis ao sofrimento alheio e solidárias com aqueles que interpelam por ajuda. Percebemos que há muito presente em suas falas uma vontade de se colocar à disposição, ajudar, acolher, ouvir e atender o outro de forma aparentemente gratuita e desinteressada.

Paula, por exemplo, fala de como representa para as amigas uma espécie de “psicóloga”, a quem todas recorrem para se aconselhar e buscar apoio. Laura relata sua atenção especial aos alunos, sobretudo àqueles que demonstram mais dificuldade no processo de ensino-aprendizagem, ou que, como ela, trazem consigo uma história de adoção. Roberta descreve sua vontade de recolher as pessoas pobres das ruas, especialmente os que se encontram em situação de embriaguez, e levá-las para sua casa a fim de dar banho, fazer a barba e cuidar. Alfredo, que se tornou pastor evangélico, atua na cidade onde mora e na igreja em que congrega, desenvolvendo trabalhos sociais. Enfim, cada um, a seu modo, sinaliza para um estado de preocupação com a dor do outro e se disponibiliza a ajudar, talvez refletindo a ação de seus pais adotivos, que, como discutimos na análise da Categoria 4 (Adoção: o céu?) e Subcategoria 4.1 (Significados da adoção), através da prática da adoção os “salvaram” da condição de abandono e/ou de institucionalização, e de toda sorte de dificuldades possivelmente decorrentes de tal vivência.

Apoiados em Winnicott (1983, 2005) e Levinzon (2000, 2004), pudemos constatar, conforme já exposto, que a criança que experencia a privação, materna especialmente, pode desenvolver um falso *self* durante seu processo de maturação e que este tenderá a se sobrepôr ao verdadeiro *self*, de modo que assim a criança poderá atender às demandas vindas dos adultos cuidadores, que podem ser pais adotivos ou não, adaptando-se e vinculando-se aos mesmos, evitando nova experiência de privação, rejeição e até mesmo um outro abandono. A sofisticação desse falso *self*, poderá conduzir a criança à constituição de formas relacionais que

aparentemente a agradam, justamente por agradar também, e paralelamente, aqueles com os quais ela convive, ou seja, a criança vai se constituindo a partir do que a mãe, o pai, os amigos, professores e todas as demais pessoas esperam dela, num processo de submissão de seu verdadeiro *self* e, conseqüentemente, de afastamento de sua essência. Este processo pode resultar em formações de personalidades extremamente abnegadas, que para receberem a aprovação e se sentirem amadas pelo outro, ou para que possam evitar o risco da rejeição, da exclusão, etc., tornam-se exemplos de bondade, de solidariedade e doação de si.

Pensamos que este fenômeno pode estar presente na constituição subjetiva de nossos colaboradores, influenciando o modo como vivenciam a dimensão de sua conjugalidade e exercem sua parentalidade. Citamos aqui, exemplarmente, os casos de Laura e Pedro que, muito embora vivenciando situações de grande conflito na convivência conjugal, optaram, explicitamente, por se manterem em seus respectivos casamentos, de modo a não privarem seus filhos da presença e convivência com a figura materna e/ou paterna, tal qual ocorreu com eles próprios, cujos genitores os abandonaram e/ou entregaram para adoção.

Paula e Selma, por outro lado, diante dos conflitos vivenciados na relação conjugal, escolheram não se manter nos respectivos relacionamentos e, como vimos na análise compreensiva e interpretativa de suas entrevistas, tornaram-se mães “extremamente dedicadas”; tão dedicadas que correram o risco de exagerar nos cuidados maternos e periferizar a figura paterna – excluindo o pai ou substituindo-o através de um cuidado e atenção redobrada à criança.

E queremos aqui dar ênfase à expressão “extremamente dedicada” para diferenciar este tipo de exercício de parentalidade daquele que Winnicott (1983) teoriza e postula como sendo mais saudável, tanto que lhe aplica a expressão “suficientemente boa”. Com isso queremos enfatizar que a mãe suficientemente boa, a mãe devotada comum, a mãe da preocupação materna primária (WINNICOTT, 1983, 1999, 2001, 2006) é diferente da mãe extremamente dedicada, como a que vimos se revelar por meio das falas de nossas colaboradoras. Roberta, por exemplo, afirma não conseguir dizer “não” aos filhos quando estes a solicitam, ainda que as distâncias entre eles, ela e o copo de água desejado, sejam idênticas, para citar um exemplo.

Sabemos que dada a qualidade do vínculo normalmente estabelecido com seus filhos (adotivos ou não), é comum aos pais esmerarem-se no cuidado deles. Sabemos também que, não obstante este comportamento comum, existem aqueles pais que, por “n” motivos – que aqui não serão discutidos – realizam um exercício de parentalidade empobrecido em relação às trocas afetivas, por vezes até tornando-se agressivos ou violentos. Assim, no campo do exercício de parentalidade, como nos mostram a literatura acadêmica e as inúmeras pesquisas desenvolvidas, há uma imensa variedade de comportamentos: desde pais presentes, amáveis e preocupados com o melhor desenvolvimento físico, emocional, social, intelectual, etc. de seus filhos, até pais ausentes, desprovidos total ou parcialmente de afeto, despreocupados com o processo de maturação dos filhos e violentos.

Na busca por identificar os significados que nossos colaboradores atribuem a seu exercício de parentalidade, percebemos que eles não só se inscrevem no modelo de parentalidade da primeira categoria descrita acima, como também se encontram no ponto mais extremo em termos de preocupação e cuidado dos filhos, correndo o risco de ultrapassarem os limites do conceito winnicottiano de “suficientemente bom” em direção ao de “exageradamente bom” – conceito que sabemos não existe, ou ainda não foi desta forma nomeado, mas que apresentamos aqui como uma de nossas apreensões em relação ao sentido desvelado pelo estudo desse fenômeno.

Em se tratando da relação afetiva e convivência com a família biológica (Categoria 1), vimos que Paula, Selma, Murilo e Alfredo representam o grupo dos adultos adotados impossibilitados de estabelecer qualquer forma de contato com seus genitores. Esta impossibilidade pode ser estabelecida por diversos motivos, entre eles:

- i) a morte dos pais biológicos, ou de um deles, e a ausência de registros ou vestígios da origem familiar desses genitores, impossibilitando a investigação do tipo árvore genealógica;
- ii) o abandono ter se dado de forma irregular ou criminoso – estas descritas no Capítulo I e exemplificadas no Anexo (DOC 5) deste trabalho – fato que torna a localização de muitos pais biológicos quase impossível;

- iii) a adoção ter se dado em regime de “adoção à brasileira” e, por assim ser, tanto os pais adotivos quanto os pais biológicos serem passíveis de responsabilidade penal. Vivenciam, então, estas condições: a) não se conhecem (como ocorre nos casos em que as adoções são intermediadas por terceiros); b) se distanciam estrategicamente para evitar contatos (mudam de cidade, por exemplo); c) concordam em nunca revelar o segredo em torno da história e origem da criança adotada. Ficando dessa forma dificultada a investigação por parte dos filhos adotados e a possibilidade de contato;
- iv) a adoção ter se dado de forma legal e, por isso, nem os pais nem tampouco os filhos adotivos têm acesso aos nomes dos genitores da criança, ou quaisquer outros dados que possam contribuir para uma identificação e localização deles, uma vez que são protegidos pelo sigilo no processo de destituição do poder familiar.

Já Laura, Roberta, Marina e Pedro, representam o grupo dos adultos adotados que, devido ao fato de terem sido informados de sua condição e por terem informações quanto ao paradeiro de seus genitores, podem escolher estabelecer contato, experimentar uma aproximação, construir uma relação de convivência com estes, ou não:

- Roberta e Marina escolheram conhecer seus pais biológicos e conseguiram estabelecer uma interessante convivência com eles, delineando, assim, uma nova configuração familiar, ou seja: elas, que são ao mesmo tempo filhas biológicas e adotivas, convivendo com seus pais biológicos e adotivos, e com os meio-irmãos, frutos dos relacionamentos de seus pais biológicos;
- Laura e Pedro, por seu turno, escolheram não estabelecer relação com seus genitores e/ou irmãos biológicos. Cabe aqui ressaltar que ambos apresentaram como motivação para esta escolha, além do ressentimento em relação ao fato de terem sido abandonados e/ou entregues para adoção, o desejo de não magoarem os pais adotivos, evitando que estes pudessem cogitar um descontentamento do filho

adotado em relação à família adotiva, ou, ainda, temer sua partida (LEVINZON, 2004; CAMARGO, 2006).

Dos significados atribuídos por nossos colaboradores à relação com suas famílias biológicas e que os motivaram a essas duas posturas – de estabelecer ou não contato – vemos desvelar-se um sentido que, nos parece apresentar-se na contramão da ainda vigente cultura da adoção: o mais significativo valor atribuído ao vínculo afetivo em detrimento do vínculo consanguíneo. Nossos quatro colaboradores que tiveram a oportunidade de estabelecer contato e conviver com suas famílias biológicas, deixaram bem pontuado em suas narrativas que o fato de existir uma mãe e/ou um pai biológicos não anula, substitui ou põe em risco o vínculo afetivo que construíram e querem preservar na relação com seus pais adotivos. Vemos isso claramente se desvelando por meio de falas como esta de nossa colaboradora Roberta:

[...] a minha mãe e meu pai adotivos, que para mim são os únicos pais e mães, são os únicos que eu consigo chamar de pai e mãe, né; eu até tenho outros irmãos biológicos, então, assim, o sentimento de irmão pelo meu irmão adotivo e pelos meus irmãos biológicos, não vou dizer que é assim, igual, mas é um sentimento muito parecido, é de irmão mesmo. Agora de pai e mãe eu só tenho esse sentimento de paternidade, de você gostar do beijo e de você gostar do abraço, dos meus pais adotivos; são os únicos que eu chamo de pai e mãe, os outros eu não chamo.

Dentre os muitos significados que atribuíram à adoção (Categoria 4 e Subcategoria 4.1), expressados inclusive através de aproximações metafísicas e discursos teológicos ao longo de seus depoimentos, importa-nos destacar o fato de que, de alguma maneira e cada um a seu modo, enfatizaram a importância de:

- preparo dos postulantes a adoção, portanto, dos futuros pais adotivos em relação ao processo de adoção, tal qual orienta Winnicott (1953, *apud* SHEPHERD; JOHNS; ROBINSON, 1997);
- preparo e acompanhamento da criança a ser adotada ou já adotada, sobretudo daquela oriunda de instituições ou de idade avançada, visando sua melhor adaptação à família adotiva;

- revisão dos trâmites que integram os processos de adoção, de modo a torná-los mais ágeis;
- revelação da verdade sobre a origem e história de adoção da criança o mais cedo possível.

A análise fenomenológica dos significados presentes nos depoimentos de nossos colaboradores em torno de sua vivência de adoção, especialmente na Subcategoria 4.1, remeteu-nos à percepção desta como tendo um sentido de “experiência salvadora”, ou seja: a inserção de Paula, Laura, Selma, Roberta, Marina, Pedro, Alfredo e Murilo em família substituta, representou para cada um deles a possibilidade de uma vida, de uma existência completamente diferente daquela que poderiam ter experimentado se a adoção não tivesse ocorrido. “Salvos” pela adoção, nossos colaboradores enaltecem o valor dessa prática, mencionam seus interesses em também adotar crianças – tal qual fez Roberta – e a apresentam, inclusive, como alternativa de solução para a redução do número de crianças abandonadas que perambulam pelas ruas das cidades brasileiras.

Quanto ao exercício de parentalidade (Categoria 5), para além do que já foi dito durante o processo de análise compreensiva e interpretativa das entrevistas, importa-nos resumir que, como a maioria dos homens e mulheres que se tornam pais e mães, nossos colaboradores aprenderam a ser pais e mães sendo filhos e vendo como seus pais adotivos exerceram sua parentalidade:

- foram testemunhas do desejo de seus pais adotivos por se tornarem pais, tanto que buscaram superar as limitações impostas pela esterilidade ou infertilidade por meio da adoção dos filhos;
- em sua maioria receberam dos pais adotivos atenção, amor, carinho e afeto suficientes para que se desenvolvessem e se educassem, podendo assim chegar à fase adulta e ao exercício da própria parentalidade;
- assistiram e foram tocados experiencialmente pelos erros e acertos dos pais adotivos em seus processos de desenvolvimento físico e emocional e se comprometeram, subjetivamente, a não repetir tais

erros na relação com seus filhos, aprimorando assim os exercícios de parentalidade dos pais adotivos;

- por terem sido, uns mais outros menos, privados temporariamente da presença de uma mãe suficientemente boa (ou de outro cuidador com tal característica) que pudesse lhes dirigir uma atenção próxima daquela da preocupação materna primária (WINNICOTT, 1983), e, por outro lado, por se saberem frutos ou marcados por uma experiência de rejeição, abandono e/ou entrega para adoção, buscam exercer sua parentalidade de forma extremamente cuidadosa, desejando evitar que os filhos experimentem algo parecido com o que eles experimentaram.

Através dos significados presentes nos depoimentos de nossos colaboradores, especialmente quando se reportaram ao tema “exercício de parentalidade”, percebemos desvelando-se o seguinte sentido: para o adulto adotado não basta ser uma mãe suficientemente boa ou um pai suficientemente bom; é preciso se terapeutizar por meio dessa vivência, ou seja, é preciso tornar-se um ser humano melhor a partir de sua própria parentalidade; firmando-se como pais que não abandonam seus filhos; doando-se a eles de maneira irrefutável; acertando mais do que errando no cuidado deles; provendo-os com um tipo de relação afetiva e presença que, provavelmente, gostariam de ter recebido de seus pais biológicos e/ou adotivos; e desta forma, gestando-se um novo Ser.

CAPÍTULO VI

Horizontes

Os primeiros anos de vida são como os primeiros lances de uma partida de xadrez: dão a orientação e o estilo de toda a partida, mas enquanto não vem o xeque-mate, ainda há belas jogadas a serem feitas.

Anna Freud

Antes de realizarmos este trabalho, tínhamos a impressão de que tudo o que se tinha escrito e publicado sobre adoção partia de um “ponto de vista” hegemônico: o da criança adotiva. Assim, nossa vontade desde o início foi sempre olhar para a adoção a partir de outro “ponto de vista”: o do adulto adotado. Sentíamos a necessidade de ouvir pessoas que tinham passado pela experiência do abandono, da entrega e da adoção, e que pudessem falar, numa linguagem madura, a partir dessa experiência e de suas ressonâncias sobre o modo como se constituíram subjetiva e identitariamente.

Deste modo, dar voz e vez ao adulto adotado sempre foi o nosso norte e, como no caminhar por uma longa trilha, fomos também parando e compreendendo: i) suas formas de relacionamento com a família adotiva e biológica; ii) as ressonâncias do segredo, da revelação e da vigorante cultura da adoção em suas vidas; iii) suas formas de relacionamento afetivo e vivências no campo da conjugalidade; iv) os significados que atribuem à adoção; e v) o modo como exercem sua parentalidade.

Para tanto, nos foi imprescindível a vinculação com a pesquisa qualitativa fenomenológica como metodologia e a psicanálise winnicottiana como referencial teórico interpretativo. Juntas, elas representaram para nós, de forma metafórica, uma verdadeira “lente de aumento”; como aquela da qual faz uso o sujeito com limitação visual decorrente de sua percepção restrita. Elas nos ajudaram a enxergar

o fenômeno aqui interrogado – a parentalidade dos adultos adotados – de maneira empática, clara e ampliada. Em alguns momentos de nossa análise, e devido à postura fenomenológica que nos permitiu aprender e exercitar a *epoché*, sentíamos-nos como espectadores suspensos sobre uma espécie de tabuleiro de xadrez, onde de um lado a vida e do outro nossos colaboradores se entretinham com jogadas ora ousadas e perigosas, ora conscientes e acertadas, umas belas e outras frustrantes.

A sensibilidade winnicottiana em relação à importância da mãe, do pai e do ambiente suficientemente bons no processo de maturação emocional da criança nos fez enxergar e crer que sim a “família é o lugar da criança” e, por isso, a adoção se inscreve como um importante dispositivo de constituição familiar. Paralelamente, também como alternativa para crianças abandonadas por seus pais biológicos, alijadas da convivência familiar original pelos motivos anteriormente discutidos.

Quanto a nossos colaboradores – parceiros extremamente importantes nessa nossa empreitada investigativa – queremos dizer que os consideramos “sobreviventes vitoriosos”. Não obstante os primeiros e incertos passos dados em sua existência (risco de abandono, de institucionalização e até mesmo de morte), não desistiram e seguiram jogando o jogo da vida. A adoção parece tê-los reorientado nesta grande partida, ainda que, por vezes, administrada pelos pais adotivos de forma perigosa e questionável; muito embora, conforme pudemos evidenciar, a grande maioria desses pais adotivos tenha realizado bons trabalhos em seu exercício de parentalidade.

As dificuldades que a vida apresentou a nossos colaboradores foram sendo vencidas, umas com mais facilidades, outras com mais gasto de energia e dor, mas o fato é que estão vivos. Não obstante o registro indelével de problemas com sua ascendência e início da vida, sinalizam para o fato de que tudo fazem, e continuarão fazendo, para serem “vitoriosos”, sobretudo junto a sua descendência, ou seja, por meio de seu esforço em busca de um sempre melhor exercício de parentalidade.

Aprendemos com o estudo da fenomenologia que um fenômeno nunca pode ser alcançado em seu sentido pleno. Por maiores que possam ser nossos esforços, nunca esgotaremos a possibilidade de continuar buscando significados e desvelando sentidos que se entrelaçam nos fenômenos que constituem o existir

humano e que, cotidianamente, se criam e recriam a partir do encontro deste humano com o mundo.

Assim como a pesquisa do mestrado nos trouxe aprendizado e respostas, mas também novas inquietações e perguntas, esta pesquisa de doutorado nos ensinou muito e já nos desafia a buscar novos horizontes. Num futuro que esperamos estar próximo, queremos tentar compreender o exercício da parentalidade de adultos que, diferentemente dos colaboradores aqui entrevistados, não foram adotados e, por isso, tiveram suas vidas marcadas pela inserção nas chamadas instituições para menores – Lar, Abrigo, Casa da Criança, Orfanato, etc. Outro horizonte para o qual desejamos nos dirigir, é à possibilidade de exercitar uma análise de casos clínicos de adultos adotados, independentemente do fato de serem ou não pais e mães, que nos tem aparecido com certa frequência.

Gratos pela oportunidade de estarmos em tão boas companhias durante esse percurso e desejosos pelo estabelecimento de novas parcerias horizonte a frente, encerramos com a certeza de que:

a adoção é uma coisa boa,

uma porta que se abre em termos de possibilidades,

e, tanto para quem adota quanto para quem é adotado,

ela representa um encontro marcado por uma riqueza incomensurável de afetos,

que de tão fecundos ensina a todos,

dia após dia, a

serem um ser humano melhor.

REFERÊNCIAS⁴²

ABBAGNANO, N. A fenomenologia. In: **História da filosofia**. Volume XIV. 4. ed. Lisboa: Presença, 1993, p. 75-125.

_____. **Dicionário de filosofia**. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

ABERASTURY, A.; SALAS, E. L. **A paternidade: um enfoque psicanalítico**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1991.

ABERASTURY, A. A paternidade. In: ABERASTURY, A.; SALAS, E. L. **A paternidade: um enfoque psicanalítico**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1991. p, 41-87.

ALMEIDA, M. R. **A construção do afeto em branco e negro na adoção: limites e possibilidades de satisfação**. 2003. 210 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista. Assis. 2003.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

AMATUZZI, M. M. Pesquisa fenomenológica em psicologia. In: BRUNS, M. A. T.; HOLANDA, A. F. (Orgs.). **Psicologia e fenomenologia: reflexões e perspectivas**. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2003, p. 17-25.

ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **Critério de Classificação Econômica Brasil**. Disponível em: <<http://www.abep.org/novo>>. Acesso em: 1. ago. 2008.

ARAÚJO, L. F. et al. Adoção de crianças por casais homoafetivos : um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, v. 19, n. 2, Ago. 2007. p. 95-102.

⁴² De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogam, 1978.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

AUGRAS, M. **O ser da compreensão**: fenomenologia da situação de psicodiagnóstico. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BELLO, A. A. **A fenomenologia do ser humano**. Bauru: Edusc, 2000.

_____. **Fenomenologia e ciências humanas**. Bauru: Edusc, 2004.

_____. **Introdução à fenomenologia**. Bauru, Edusc, 2006.

BOFF, L. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. 43. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

BORRIONE, R.; CHAVES, A. M. Análise documental e contexto de desenvolvimento: estatutos de uma instituição de proteção à infância de Salvador, Bahia. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 21, n. 2, ago. 2004 .

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Lei n. 2.849, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del2848.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2009.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 1 ago. 2009.

_____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código civil**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. Lei n. 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre **Adoção**; altera as Leis n^{os} 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n^o 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n^o 5.452, de 1^o de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm>. Acesso em: 10 ago. 2009.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília, DF: Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. 2004. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2009.

BRUNS, M. A. T. Reflexões acerca do “fazer” metodológico. In: CASTRO, D. S. P. et al. (Org.). **Fenomenologia e análise do existir**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo: Sobraphe, 2000.

CAMARGO, M. L. **Adoção Tardia**: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas). 2005, 268 f. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis.

_____. **Adoção tardia**: mitos, medos e expectativas. Bauru: Edusc, 2006.

_____. Cultura da Adoção no Brasil (Entrevista). **Revista Stamppa Mais – Cidadão Criança**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, maio, 2009, p. 124.

CAMARGO, M. L.; VALENTE, M. L. L. C. Modernidade, sujeito e família: paradigmas em transformação. In: VALENTE, M. L. L. C.; WAIDEMAN, M. C. (Orgs.). **E a família, como vai?** Assis: Unesp Publicações, 2005, p. 13-32.

CASSIN, W. C. **O psicólogo judiciário e a cultura da adoção:** limites, contradições e perspectivas. 2000. 235 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto. 2000.

CATONNÉ, J. P. **A sexualidade, ontem e hoje.** São Paulo: Cortez, 1994.

CECIF. **101 perguntas e respostas sobre adoção.** São Paulo: CECIF, 2001.

_____. **101 perguntas e respostas sobre abandono e institucionalização.** São Paulo: CECIF, 2002.

CECIF. **Dialogando com abrigos.** São Paulo: CECIF, 2004.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. **Cadastro Nacional de Adoção.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cna>>. Acesso em: 1. Ago. 2009.

COSTA, M. C. S. **Os filhos do coração:** adoção em camadas brasileiras. Rio de Janeiro, 1988. Tese (doutorado) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Crianças no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DOMINGUES, M.; HEUBEL, M. T. C. D. ; ABEL, I. **Bases metodológicas para o trabalho científico:** para alunos iniciantes. Bauru: Edusc, 2003.

DOR, J. **O pai e sua função em psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia.** Papirus: Campinas, SP, 1993.

FARIAS, M. O.; MAIA, A. C. B. **Adoção por homossexuais:** a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica. Curitiba: Juruá, 2009.

FERREIRA, M. R. P.; CARVALHO, S. R. **1º guia de adoção de crianças e adolescentes no Brasil**: novos caminhos, dificuldades e possíveis soluções. São Paulo: Winners, 2002.

FIGUEIRA, S. A. **Uma nova família?**: o arcaico e o moderno na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FIGUEIRÊDO, L. C. B. **A adoção para homossexuais**. Curitiba: Juruá, 2005.

FONSECA, C. Uma virada imprevista: o "fim" da adoção internacional no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jul. 2009.

_____. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

FORGHIERI, Y. C. (Org.). **Fenomenologia e psicologia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1993.

FREIRE, F. (org.). **Abandono e adoção**: contribuições para uma cultura da adoção II. Curitiba: Terre des Hommes, 1994.

FREUD, S. O ego e o id. In: **O ego e o Id e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. p. 15-80. (Obras completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira, v. 19, 1923 - 1925)

_____. A dissolução do Complexo de Édipo. In: **O ego e o Id e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. p. 191-199. (Obras completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira, v. 19, 1923 - 1925)

_____. Romances familiares. In: **Grávida de Jensen e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. p. 217-222. (Obras completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira, v. 9, 1906 - 1908)

_____. Inibições, sintomas e ansiedades. In: **Um estudo autobiográfico – Inibições, sintomas e ansiedades e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago,

1996d. p. 81-174. (Obras completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira, v. 20, 1925 - 1926)

FREUD, S. Totem e tabu. In: **Totem e tabu e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996e. p. 13-162. (Obras completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira, v. 13, 1913 - 1914)

_____. **Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996f. (Obras completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira, v. 23, 1937 - 1939)

GAGNO, A. P.; WEBER, L. N. D. A adoção na mídia: revisão da literatura nacional e internacional. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 25, Jun., 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GILES, T. R. **História do existencialismo e da fenomenologia**. São Paulo: EPU, 1989.

GIORGI, A. **A psicologia como ciência humana: uma abordagem de base fenomenológica**. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, W. B. A Entrevista Fenomenológica e o Estudo da Experiência Consciente. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 8, n. 2, 1997.

GONZÁLES REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2002.

_____. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2005.

GRANATO, E. F. R. **Adoção: doutrina e prática com abordagem no Novo Código Civil**. Curitiba: Juruá, 2006.

GRANATO, E. F. R. O processo de adoção. In: FILHO, L. S.; SCHETTINI, S. S. M. **Adoção: os vários lados dessa história**. Recife: Bagaço, 2006. p. 47-70.

HERÁCLITO. Seleção de textos. In.: **Pré-Socráticos**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção os Pensadores)

IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC. In: SILVA, E. R. A. (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

HAMAD, N. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

HARTMAN, A. Segredos na adoção. In: IMBER-BLACK, E. et al. **Os segredos na família e na terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. 10. ed. Parte I. Petrópolis: Vozes, 2001. (Pensamento Humano).

HOLANDA, A. F. Pesquisa fenomenológica e psicologia eidética: elemento para um entendimento metodológico. In: BRUNS, M. A. T.; HOLANDA, A. F. (Org.). **Psicologia e fenomenologia: reflexões e perspectivas**. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 41-64.

HUSSERL, E. **A idéia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1986. (Coleção Textos Filosóficos)

IMBER-BLACK, E. et al. **Os segredos na família e na terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA SOCIAL. **Pesquisa nacional sobre cidadania e sexualidade: relatório final**. Rio de Janeiro: IBPS, 2006.

KAHR, B. **D. W. Winnicott: um retrato biográfico**. Rio de Janeiro: Exodus, 1998.

KLEIN, M. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921 – 1945)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

KUNDERA, M. **A insustentável leveza do ser**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LEVINZON, G. K. **A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2000.

_____. **Adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. (Coleção Clínica Psicanalítica)

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LOPARIC, Z. Winnicott: uma psicanálise não-edipiana. **Revista de Psicanálise da SPPA**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 375-381, 1997.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCÍLIO, M. L. Marginalidade, pobreza e abandono de crianças no Brasil: séculos XVIII e XIX. **Revista de Ciências Históricas**, Universidade Portucalense, v. XI, 1996, p. 163-173.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1994.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação**. São Paulo: Moraes, 1983.

MELLO FILHO, J. **O ser e o viver: uma visão da obra de Winnicott**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MOTTA, M. A. P. **Mães abandonadas**: a entrega de um filho em adoção. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. As mães que abandonam e as mães abandonadas. In: SCHETTINI FILHO, L.; SCHETTINI, S. S. M. **Adoção**: os vários lados dessa história. Recife: Bagaço, 2006. p. 15-45.

NASCIMENTO, A. C. Frutos da castidade e da lascívia: as crianças abandonadas no Recife (1789-1832). **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n.1. jan/abr. 2007. p. 67-83.

NEWMAN, A. **As idéias de D. W. Winnicott**: um guia. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

NEUBURGUER, R. **O Mito familiar**. São Paulo: Summus, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (1948). Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 10 jul. 2009.

PAIVA, L. D. **Adoção**: significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. (Coleção Psicologia Jurídica)

PECK, J. S.; MANOCHERIAN, J. R. O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. In: CARTER, B.; McGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 291-320.

PERES, A. P. A. B. **A adoção por homossexuais**: fronteiras da família na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PINTO, M. J. C. **A vivência afetivo-sexual de mulheres transgenitalizadas**. 2008. 227f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PINTO, M. J. C.; BRUNS, M. A. T. **Vivência transexual: o corpo desvela seu drama.** Campinas, SP: Átomo, 2003. (Coleção sexualidade & vida)

POLKINGHORNE, J. **Além da ciência: o contexto humano mais amplo.** Bauru, EDUSC, 2001.

REZENDE, A. M. **Concepção fenomenológica da educação.** São Paulo: Cortez, 1990.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, B. S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida descente: um discurso sobre as ciências revisitado.** São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, C. **A parentalidade em famílias homossexuais com filhos: um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas.** 2004, 445 f. Tese de Doutorado em Psicologia. FFCLRP/USP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

SANTOS, C.; BRUNS, M. A. T. **Educação sexual pede espaço: novos horizontes para a prática pedagógica.** São Paulo: Ômega, 2000.

SCABELLO, E. H. **Desvelando a dor amorosa da infidelidade conjugal: discursos de homens e mulheres.** 2006. 327 f. Dissertação de Mestrado em Psicologia. FFCLRP/USP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

SCARDUA, A.; SOUZA FILHO, E. A. Debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2009.

SCHETTINI FILHO, L. F. **Adoção: origem, segredo e revelação.** Recife: Bagaço, 1999.

_____. **Compreendendo o filho adotivo.** 3. ed. Recife: Bagaço, 2004.

SCHETTINI, S. S. M.; AMAZONAS, M. C. L. A.; DIAS, C. M. S. B. Famílias adotivas: identidade e diferença. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 11, n. 2, ago. 2006.

SHEPHERD, R.; JOHNS, J.; ROBINSON, H. T. (Orgs.). **D. W. Winnicott: pensando sobre crianças**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SILVA, E. R. A. (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SIMÕES, S. M. F.; SOUZA, Í. E. O. Um caminhar na aproximação da entrevista fenomenológica. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 3, 1997.

SOIFER, R. **Psicodinamismos da família com crianças: terapia familiar com técnica de jogo**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUZA, H. P. **Adoção é adoção**. Curitiba: Juruá, 2003.

SPENCER, C. **Homossexualidade: uma história**. Rio de Janeiro, 1996.

THERBORN, G. **Poder e sexo: a família no mundo (1900-2000)**. São Paulo: Contexto, 2006.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**: documento impresso e eletrônico Parte I (ABNT) / Sistema Integrado de Bibliotecas da USP; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro, coordenadora ... [et al.]. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009. 102 p. (Caderno de Estudos, 9)

UZIEL, A. P. **Família e homossexualidade: novas questões, velhos problemas**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unicamp, Campinas, SP, 2002.

VALLES, M. S. **Técnicas cualitativas de investigación social: reflexión metodológica y práctica profesional**. Madrid: Síntesis, 1997.

VARGAS, M. M. **Adoção tardia**: da família sonhada à família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

VASCONCELOS, M. S. Os orfanatos e a ideologia da reintegração. In: MERISSE, A. et al. **Lugares da Infância**: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte & Ciência, 1997, p. 53-69.

WEBER, L. N. D. **Laços de Ternura**: pesquisas e histórias de adoção. Curitiba: Santa Mônica, 1998.

WEBER, L. N. D. **Pais e filhos por adoção no Brasil**: características, expectativas e sentimentos. Curitiba: Juruá, 2001.

WINNICOTT, C. B. D.W.W: uma reflexão. In: GIOVACHINI, P. (Org.) **Táticas e técnicas psicanalíticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

WINNICOTT, C. B.; SHEPHERD, R.; DAVIS, M. (Orgs). **D. W. Winnicott**: explorações psicanalíticas. Porto Alegre: Artmed, 1994.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

_____. **Os bebês e suas mães**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Coleção Psicologia e pedagogia)

_____. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. **Privação e delinquência**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Psicologia e pedagogia)

_____. **Da pediatria à psicanálise**: textos selecionados. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

_____. **Tudo começa em casa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Psicologia e pedagogia)

WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Consultas Terapêuticas em psiquiatria infantil**. Rio de Janeiro: Imago, 1984.

_____. **The Piggie**: relato do tratamento psicanalítico de uma menina. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

ZAMPIERI, A. M. F. **Erotismo, sexualidade, casamento e infidelidade: sexualidade conjugal e prevenção do HIV e da AIDS**. São Paulo: Agora, 2004.

ZIMERMAN, D. E. **Manual de técnica psicanalítica: uma re-visão**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ANEXOS

DOC 1: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / USP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

Of.CEtP/FFCLRP-080-2006-23/11/2006

Senhor(a) Pesquisador(a):

Comunicamos a V. Sa. que o trabalho intitulado "ABANDONO ENTREGA E ADOÇÃO: RESSONÂNCIAS SOBRE A IDENTIDADE E A SEXUALIDADE DO ADULTO ADOTADO", foi re-analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, tendo as pendências apresentadas sido respondidas, e portanto fora enquadrado na categoria: **APROVADO**, de acordo com o Processo CEP-FFCLRP nº **269/2006 – 2006.1.1376.59.1**.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Prof. Dra. EUCIA BEATRIZ LOPES PETEAN
Vice-Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa – FFCLRP-USP

Ilustríssimo(a) Senhor(a)
MARIO LÁZARO CAMARGO
Aluna do Programa de PG do Departamento de Psicologia e Educação
Desta FFCLRP-USP

c/c.: Prof(a) Dr(a). MARIA ALVES DE TOLEDO BRUNS

DOC 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

USP - Universidade de São Paulo

FFCLRP - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Departamento de Psicologia e Educação

Av. Bandeirantes, 3900 – Ribeirão Preto, SP – 14090-901

Fone (fax): (16) 3602 – 3793

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Resolução nº 196 de outubro de 1996)

Nome da pesquisa: ***“Abandono, entrega e adoção: ressonâncias sobre a identidade e a sexualidade do adulto adotado”***

Orientadora da pesquisa: ***Profa. Dra. Maria Alves de Toledo Bruns***

Pesquisador: ***Mário Lázaro Camargo***

Sou psicólogo e estou realizando uma pesquisa para obter o título de Doutor em Psicologia pela USP – Universidade de São Paulo. O objetivo de minha pesquisa é o de compreender os efeitos do abandono, da institucionalização e da adoção na formação da pessoa e, em especial, na formação de sua identidade e na vivência de sua sexualidade (modos de ser e de se relacionar consigo mesmo e com os outros).

Vou lhe entrevistar com perguntas sobre seu passado e seu presente, tentando compreender o que você sabe sobre sua família biológica e sobre sua família adotiva, sobre como você enfrentou as dificuldades do seu dia-a-dia e sobre como se sente a respeito dessas duas coisas, ou seja, o fato de ter sido abandonado(a) por uma família e adotado(a) por outra. Durante a entrevista você também será convidado(a) a falar sobre como entende que o abandono e a adoção marcaram e/ou influenciaram você.

Peço autorização para gravar suas respostas e desde já esclareço que sua participação é voluntária e seu nome não será exposto no trabalho; vou utilizar outro nome ou um número em substituição ao seu. Também quero esclarecer que você poderá ouvir suas respostas (a fita) e alterar, retirar ou acrescentar alguma informação. Caso eu fique com alguma dúvida, poderei lhe pedir para se encontrar comigo novamente, se você estiver de acordo e tiver disponibilidade. Você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento e também não terá nenhum ganho ou despesa financeira para participar da pesquisa.

Por tratarmos aqui de questões relacionadas à sua história de vida, existe o risco de você experimentar um desconforto psicológico provocado por lembranças, reflexões ou emoções vindas à tona com a entrevista. Caso isso ocorra e você julgue ser necessário algum tipo de apoio profissional (psicológico, por exemplo), coloco-me a seu inteiro dispor para ajudá-lo(a) pessoalmente ou encaminhá-lo(a) a um profissional mais acessível. Para tanto, informo-lhe meu telefone (14) 3276-1994 e meu e-mail santcam@uol.com.br.

Desde já agradeço sua colaboração.

Mário Lázaro Camargo

Psicólogo – CRP 06/66641

Responsável pela pesquisa

Eu _____ R.G.
_____, abaixo assinado, concordo em participar desta pesquisa, tendo recebido as informações contidas acima e estando ciente dos meus direitos abaixo relacionados:

1. A garantia de receber esclarecimento a qualquer dúvida ou pergunta acerca dos procedimentos, benefícios, riscos e outros, relacionados com a pesquisa;
2. A liberdade de deixar de participar da pesquisa a qualquer momento;

3. A segurança de não ser identificado(a) e que será mantido o caráter confidencial da informação relacionada com minha privacidade;
4. O compromisso de me proporcionar informação atualizada durante a pesquisa e depois dela;
5. A certeza de que não terei nenhum ganho ou despesa financeira para participar da pesquisa.

Tenho ciência do exposto acima e autorizo a utilização de minha entrevista como parte dos dados da pesquisa “Abandono, entrega e adoção: ressonâncias sobre a identidade e a sexualidade do adulto adotado”.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do colaborador

**DOC 3: Instrumento para classificação dos sujeitos da pesquisa segundo
“Critério de classificação econômica”**

USP - Universidade de São Paulo

FFCLRP - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Departamento de Psicologia e Educação

Av. Bandeirantes, 3900 – Ribeirão Preto, SP – 14090-901

Fone (fax): (16) 3602 – 3793

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA BRASIL (2008)

Nome da pesquisa: ***“Abandono, entrega e adoção: ressonâncias sobre a identidade e a sexualidade do adulto adotado”***

Orientadora da pesquisa: ***Profa. Dra. Maria Alves de Toledo Bruns***

Pesquisador: ***Mário Lázaro Camargo***

Participante da pesquisa: _____

Data da entrevista: ____ / ____ / ____

Local de realização da entrevista: _____

Quadro de respostas do entrevistado:

1. Posse de itens

ITENS	QUANTIDADE DE ITENS
Televisão em cores	
Rádio	
Banheiro	
ITENS	QUANTIDADE DE ITENS
Automóvel	
Empregada mensalista	
Máquina de lavar	
Videocassete e/ou DVD	
Geladeira	
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)	
TOTAL DE PONTOS	

2. Grau de instrução do chefe de família

GRAU DE INSTRUÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA	ASSINALAR SÓ A ALTERNATIVA CORRESPONDENTE
Analfabeto / Primário incompleto / Até 3ª. Série Fundamental	
Primário completo / Ginásial incompleto / Até 4ª. Série Fundamental	
Ginásial completo / Colegial incompleto / Fundamental completo	
Colegial completo / Superior incompleto / Médio completo	
Superior completo	

DOC 4: Exemplo de contato para acesso aos Colaboradores da pesquisa

Data: Fri, 28 Aug 2009 12:21:31 +0000 [28-08-2009 09:21:31 BRT]

De: Maria de Fátima [REDACTED]

Para: mcamargo@usc.br

Assunto: pesquisa

Professor Mario, Bom dia.

Sou psicóloga e participei de algumas aulas no curso de Psicologia Jurídica, na USC. Durante a aula, voce comentou o seu empenho em entrevistar pessoas que foram adotadas e atualmente, estão exercendo a maternidade, assunto de sua tese de doutorado. Se ainda houver interesse, posso encaminhar uma jovem de 26 anos, residente em [REDACTED] que, acredito, tem uma história de vida que se adapta à pesquisa e que também é mãe de uma garotinha de dois anos de idade.

Assim, aguardo contato. Bom trabalho..

Fatima [REDACTED]

CRP [REDACTED]06

3281-[REDACTED]

3224 [REDACTED]

[REDACTED]/SP

Deixe suas conversas mais divertidas. Baixe agora mesmo novos emoticons. É grátis!
<http://specials.br.msn.com/ilovemessenger/pacotes.aspx>

**DOC 5: Levantamento sobre ocorrências de abandono de crianças no Brasil
entre 2006 e 2009**

Manchete	Data da ocorrência
1. Bebê dentro de saco plástico é resgatado na Lagoa da Pampulha http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2006/01/28/Brasil/Bebe_dentro_de_saco_plastico_e_res.html	28 / 01 / 2006
2. Mãe do bebê jogado no brejo e parteira são agredidas na cadeia http://www.jcnet.com.br/busca/busca_detalhe2006.php?codigo=74143	27 / 04 / 2006
3. Homem encontra criança abandonada perto de cemitério em SP http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u127369.shtml	24 / 10 / 2006
4. Choro salva bebê deixado em bueiro http://www.jcnet.com.br/busca/busca_detalhe2007.php?codigo=107763	06 / 07 / 2007
5. Polícia diz que faxineira abandonou bebê na mata fechada http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0..MUL108262-5598.00-POLICIA+DIZ+QUE+FAXINEIRA+ABANDONOU+BEBE+NA+MATA+FECHADA.html	21 / 09 / 2007
6. Bebê é encontrado em sacola no RS http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0..MUL109280-5598.00-BEBE+E+ENCONTRADO+EM+SACOLA+NO+RS.html	24 / 09 / 2007
7. Pais abandonam bebê em hotel junto com 45 kg de maconha http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u341291.shtml	30 / 10 / 2007
8. Mãe joga filho recém-nascido em lixo de banheiro de hospital http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u350284.shtml	30 / 11 / 2007
9. Criança abandonada em São Paulo realiza exames e passa bem http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u353412.shtml	10 / 12 / 2007

10. Bebê encontrado na mata sai do hospital para lar provisório http://www.achanoticias.com.br/noticia.kmf?noticia=7135388	09 / 04 / 2008
11. Bebê abandonado em rua morre atropelado http://www.tvcanal13.com.br/colunas/bebe-abandonado-em-rua-morre-atropelado-3409.asp	26 / 06 / 2008
12. Bebê abandonado é encontrado por cadela em Minas Gerais http://www.estadao.com.br/noticias/cidades.bebe-abandonado-e-encontrado-por-cadela-em-minas-gerais,210785,0.htm	23 / 07 / 2008
13. Bebê abandonado deve receber alta do Imip em dois dias http://pe360graus.globo.com/noticias/cidades/crianca/2009/05/19/NWS_490909.4.86.NOTICIAS.766-BEBE-ABANDONADO-RECEBER-ALTA-IMIP-DIAS.aspx	19 / 05 / 2009
14. Bebê é encontrado na porta de loja http://jornalsportnews.blogspot.com/2009/06/um-bebe-foi-encontrado-por-volta-das.html	25 / 06 / 2009
15. Bebê abandonado em Sinop ganha novo lar http://www.sonoticias.com.br/noticias/9/88870/bebe-abandonado-em-sinop-ganha-novo-lar	22 / 07 / 2009

Fonte: *in loco*.